

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

Tiago Castelo Branco Lourenço

Cidade ocupada

Volume I

Belo Horizonte
2014

Tiago Castelo Branco Lourenço

CIDADE OCUPADA

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço

Orientadora: Profa. Dra. Silke Kapp

Belo Horizonte
2014

FICHA CATALOGRÁFICA

L892c Lourenço, Tiago Castelo Branco.
Cidade ocupada [manuscrito] / Tiago Castelo Branco Lourenço. -
2014.
232f. : il.

Orientadora: Silke Kapp.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Escola de Arquitetura.

1. Movimentos sociais urbanos. 2. Direito à moradia. 3. Autonomia.
I. Kapp, Silke. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de
Arquitetura. III. Título.

CDD 307.76

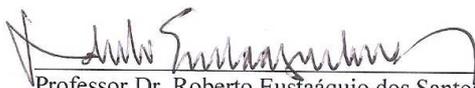
Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU – da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 22 de julho de 2014 pela Comissão Examinadora:



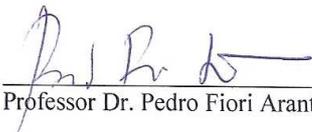
Professora Dra. Silke Kapp (Orientadora EA-UFGM)



Professora Dra. Ana Paula Baltazar dos Santos (EA-UFGM)



Professor Dr. Roberto Eustáquio dos Santos (EA-UFGM)



Professor Dr. Pedro Fiori Arantes (UNIFESP)

*Dedico esse trabalho à Maíra, ao Arthur e ao João,
vocês me motivam a procurar entender as
contradições do mundo que nos cerca.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Maíra, esposa que sempre me apoia nas minhas escolhas e curiosidades há 14 anos. Agradeço ao Arthur e ao João que mesmo ainda pequenos para entender a minha ausência, são minha fonte de energia para prosseguir. À minha mãe que me ajuda muito por estar com meus filhos quando não posso. Aos meus sogros, Chico e Bete, que sempre me apoiam com os meninos, especialmente depois do nascimento do João, fato que fez vocês praticamente morarem nos últimos dois anos em Belo Horizonte me ajudando muito para que tivesse mais tempo para realização deste trabalho.

No ambiente acadêmico, agradeço a todos os professores do NPGAU que me auxiliaram nas discussões sobre arquitetura, especialmente à Ana Baltazar e ao Ró, vocês me ajudaram a ampliar o entendimento do que é arquitetura e urbanismo e este trabalho tem muito de vocês. Agradeço especialmente à Leta que sempre foi uma amiga e parceira de trabalho e me indicou a Silke como orientadora. Isto foi extremamente importante para mim como professor, profissional de arquitetura e como pessoa. À Silke agradeço pela amizade, paciência, humor e carinho. Este texto é nosso!

Na Maquete, agradeço a todos que trabalham comigo e compreenderam minha ausência para desenvolver esta dissertação e os projetos nas ocupações urbanas, em especial ao Mateus que mesmo discordando das minhas andanças sempre me apoia.

Agradeço a todos os parceiros de arquitetura nas ocupações urbanas, em especial Ana Carolina Loures de Jesus, Ana Giacomini, Bruno Giacomini, Laís Grossi e Marcelo Duarte.

Nas ocupações urbanas agradeço a cada morador que me proporcionou a oportunidade de convívio, discutindo e alterando os planos urbanos a medida que conhecíamos melhor o terreno ocupado. Agradeço também aos movimentos sociais, os militantes das Brigadas Populares e do MLB, que sempre foram parceiros e me ensinaram muito sobre as contradições desta sociedade.

Aos entrevistados para essa pesquisa agradeço pela confiança e disponibilidade para me receber e remoermos juntos as questões que envolvem uma ocupação urbana, são eles: Ana

Silva Nascimento Bento, André Luiz Gomes e Silva, Bruno Fernandes Magalhães Oliveira, Denise Morado Nascimento, Derli Fontes, Deusiana da Silva Lucas, Érica Coelho Espescht, Fábio Alves dos Santos, Felter Rodrigues dos Santos, Fernanda Márcia Carla de Oliveira, Fernanda Vieira de Oliveira, Frei Gilvander Luís Moreira, Gabriela Mata Barreto, Gregório Andrade, Jéssica Natasha da Cruz Vidal, Josana Mathias de Passos Dias, José Marques, Joviano Mayer, Júnia Maria Ferrari de Lima, Junio César dos Anjos, Lacerda dos Santos Amorim, Leonardo Debossan, Leonardo Péricles, Luciana da Cruz, Maria do Rosário de Oliveira Carneiro, Maria da Conceição Amaral Renan de Menezes, Maura da Silva, Maurício Libânio, Misael Rubens Moreira, Orlando Soares Lopes, Pedro Otoni, Poliana Matias Ambrósio, Poliana de Souza Pereira Inácio, Rafael Bittencourt, Sandro Alberto Cabral e Wagna Vieira Lima.

Finalmente, agradeço à FAPEMIG, pela minha bolsa de estudos, foi essencial para que eu pudesse me dedicar para o desenvolvimento desta pesquisa.

“Não adianta você querer as coisas na hora, não adianta você correr, não adianta você esperar muito, cada um tem seu tempo.”

Orlando Soares Lopes, morador da Ocupação Dandara

RESUMO

Este trabalho discute as ocupações urbanas Dandara, Eliana Silva e Emanuel Guarani Kaiowá ocorridas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) entre os anos de 2009 e 2013. Serão apresentados os movimentos sociais envolvidos com essas ações políticas, os moradores das ocupações, as instituições, a sociedade, as questões da desigualdade social e a atuação dos profissionais da arquitetura e urbanismo. As ocupações a serem analisadas e comparadas não são frutos de ações espontâneas da população, mas sim atos organizados por movimentos sociais que trabalham com perspectivas políticas vinculadas às teorias marxistas. Os moradores dessas ocupações são representantes da raça estrutural e durante as ocupações manifestam disposições advindas de sua trajetória social. Existe no Brasil o ideário de ser esta uma sociedade desigual e sem conflitos, as instituições e a sociedade brasileira tem como prática criminalizar e neutralizar as manifestações contrárias a esse ideário sendo as ocupações urbanas uma dentre essas manifestações sociais. Nesta dissertação serão analisados como os meios institucionalizados e a sociedade da RMBH se comportam frente a um conflito como são as ocupações urbanas. Finalmente será apresentada e analisada a atuação dos profissionais de arquitetura e urbanismo dentro dos contextos das ocupações urbanas demonstrando as suas contradições enquanto um campo do conhecimento marcado por práticas heterônomas.

Palavras-chave: Movimentos Sociais Urbanos. Moradia. Autonomia e Heteronomia.

ABSTRACT

This paper discusses the urban occupations Dandara, Eliana Silva and Emanuel Kaiowá occurred in the Metropolitan Region of Belo Horizonte (RMBH) between the years 2009 and 2013. Shall present social movements involved in these political actions, its inhabitants, institutions, society and issues of social inequality as well as the role of professionals in architecture and urbanism. Occupations to be analyzed and compared are not the fruit of spontaneous actions of people but acts organized by social movements, which work with political perspectives guided by Marxist theories. The residents of these occupations are representatives of structural rabble and during the occupation manifest provisions arising from their social trajectory. In Brazil there is the ideology of being this uneven and conflict-free society, institutions and the Brazilian society's usually criminalize and neutralize protests against this ideology, urban occupations are among those social events. In this paper will be presented and analyzed how institutionalized means and society in RMBH behaves facing a conflict as these urban occupations. Finally will be presented and reviewed the work of professionals in architecture and urbanism within the context of urban occupations demonstrating its contradictions as a field of knowledge marked by heteronomous practices.

Keywords: Urban Social Movements. Housing. Autonomy and Heteronomy.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Entrada da Ocupação Dandara.	186
FIGURA 2: Localização da Ocupação Dandara.....	186
FIGURA 3: Terreno da Dandara antes de 09 de abril de 2009.	187
FIGURA 4: Terreno da Dandara entre 04 de abril e 12 de julho de 2009.	188
FIGURA 5: Assentamento provisório da Dandara	189
FIGURA 6: Reuniões de projeto Dandara	189
FIGURA 7: Estaqueamento das ruas e lotes da Dandara	190
FIGURA 8: Plano Urbano com Lotes Coletivos da Dandara.....	191
FIGURA 9: Estudo urbano elaborado por morador	192
FIGURA 10: Plano Urbano com Lotes Individuais da Dandara	193
FIGURA 11: Foto Aérea da Dandara em 18/10/2011	194
FIGURA 12: Manual “E aí? Como posso construir em meu lote?.....	195
FIGURA 13: Apresentação Sanitário Bason	195
FIGURA 14: Centro Comunitário Professor Fábio Alves	196
FIGURA 15: Igreja da Dandara	196
FIGURA 16: Implantação Sobrados Dandara.....	197
FIGURA 17: Estudo volumétrico para implantação dos Sobrados Dandara.	198
FIGURA 18: Proposta de Blocos de apartamentos.....	199
FIGURA 19: Vista Juiz Manoel dos Reis Moraes a Dandara.....	199
FIGURA 20: Imagem de satélite da Dandara em 26 de agosto de 2013.	200
FIGURA 21: Vista Panorâmica da Dandara	201
FIGURA 22: Localização da Ocupação Eliana Silva I e Ocupação Eliana Silva II.....	201
FIGURA 23: Zoneamento do entorno da Eliana Silva I e Eliana Silva II	202
FIGURA 24: Microbacia contribuinte dos Córregos Mineirão e Olaria	203

FIGURA 25: Mapa da Sub-bacia do Alto do Arrudas e Barreiro	204
FIGURA 26: Mapa da Bacia do Ribeirão Arrudas.....	205
FIGURA 27: Assembleia da Eliana Silva I.....	206
FIGURA 28: Estudo Urbano Eliana Silva I.....	207
FIGURA 29: Plano Urbano da Eliana Silva I.....	208
FIGURA 30: Reintegração de Posse Eliana Silva I	209
FIGURA 31: Pernoite no terreno reintegrado na Eliana Silva I.....	210
FIGURA 32: Acampamento na porta da Prefeitura de Belo Horizonte	210
FIGURA 33: Acampamento Provisório Eliana Silva II.....	211
FIGURA 34: Reunião de projeto Eliana Silva II na EAUFMG	211
FIGURA 35: Reunião de projeto Eliana Silva II na ocupação	212
FIGURA 36: Mapa Geológico Eliana Silva II e entorno	213
FIGURA 37: Construção TEVAP	214
FIGURA 38: Círculo de Bananeiras.....	214
FIGURA 39: Maquete do plano urbano Eliana Silva II.	215
FIGURA 40: Foto aérea da Eliana Silva II em 05 junho de 2013.	216
FIGURA 41: Imagem de satélite das Ocupações Camilo Torres e Irmã Dorothy.....	217
FIGURA 42: Imagem de satélite da Ocupação Corumbiara.....	218
FIGURA 43: Localização Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá.....	218
FIGURA 44: Mapa da Bacia do Ribeirão do Onça	219
FIGURA 45: Imagens de Satélite do terreno e entorno da Emanuel Guarani Kaiowá	220
FIGURA 46: Terreno 1 escolhido para realizar a Emanuel Guarani Kaiowá	221
FIGURA 47: Terreno 2 verificado para realizar a Emanuel Guarani Kaiowá	221
FIGURA 48: Mapa da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Contagem/MG.....	222
FIGURA 49: Reunião de preparação da ocupação.....	222
FIGURA 50: Barricada dia da ocupação.	223

FIGURA 51: Acampamento provisório da Emanuel Guarani Kaiowá.....	223
FIGURA 52: Negociação com a polícia militar	224
FIGURA 53: Representante do proprietário do terreno ocupado.....	224
FIGURA 54: Reunião de projeto da Emanuel Guarani Kaiowá na EAUFMG.....	225
FIGURA 55: Reunião de projeto da Emanuel Guarani Kaiowá no terreno ocupado.....	225
FIGURA 56: Maquete do 1º estudo de plano urbano da Emanuel Guarani Kaiowá	226
FIGURA 57: 2º Estudo do plano urbano da Emanuel Guarani Kaiowá.....	226
FIGURA 58: Demarcação do terreno da Emanuel Guarani Kaiowá.....	227
FIGURA 59: Revisão do projeto na demarcação do plano urbano da Emanuel Guarani Kaiowá.	227
FIGURA 60: Revisão do plano urbano da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá.....	228
FIGURA 61: Croqui revisão plano urbano da Emanuel Guarani Kaiowá	228
FIGURA 62: Foto aérea da Emanuel Guarani Kaiowá em 05 de junho de 2013. Vista Sul.....	229
FIGURA 63: Foto aérea da Emanuel Guarani Kaiowá em 05 de junho de 2013. Vista Leste.	229
FIGURA 64: Foto aérea da Emanuel Guarani Kaiowá em 08 de janeiro de 2014. Vista Sul...	230
FIGURA 65: Foto aérea da Emanuel Guarani Kaiowá em 08 de janeiro de 2014. Vista Leste.	230
FIGURA 66: Maquete na sala Emanuel Guarani Kaiowá na X Bienal de Arquitetura de São Paulo.....	231
FIGURA 67: Sala Emanuel Guarani Kaiowá na X Bienal de Arquitetura de São Paulo	231
FIGURA 68: Confecção da maquete da Emanuel Guarani Kaiowá.....	232

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Ocupações urbanas organizadas na RMBH (2008-2014).....	17
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADE	Áreas de Diretrizes Especiais
BNH	Banco Nacional de Habitação
BP	Brigadas Populares
CODESCO	Companhia de Desenvolvimento de Comunidades
CPT	Comissão Pastoral de Terra
EJA	Educação para Jovens e Adultos
LOP	Liga Operária
MLB	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MLPM	Movimento de Luta pela Moradia
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
OPH	Orçamento Participativo da Habitação
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SAJ	Serviço de Assistência Jurídica
SLU	Serviço de Limpeza Urbana
TEVAP	Tanque de Evapotranspiração
URBEL	Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social
ZP-2	Zona de Proteção 2
ZPAM	Zona de Preservação Ambiental

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 CAPÍTULO 1. DESDE AS ORIGENS	22
Uma negligência histórica	22
Do mito de fundação à retomada	25
Delimitações conceituais.....	30
2 CAPÍTULO 2. OCUPANDO A CIDADE	37
Ocupação Dandara	37
<i>Primeiros momentos</i>	39
<i>Acampamento provisório</i>	41
<i>Plano urbano com lotes coletivos</i>	44
<i>Plano urbano com lotes individuais</i>	46
<i>Outras questões na Ocupação Dandara</i>	47
Ocupação Eliana Silva	51
<i>Primeiros momentos</i>	53
<i>Despejo</i>	55
<i>Organização de uma nova ocupação</i>	60
<i>Plano urbano e demarcação</i>	63
<i>Afirmção do lote individual</i>	65
Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá	66
<i>Organização da ocupação e formação da comunidade</i>	67
<i>Ocupação do terreno</i>	71
<i>Plano urbano e demarcação</i>	73
3 CAPÍTULO 3. OS MOVIMENTOS SOCIAIS, SUAS ORIGENS E DISCURSOS	77
Formação e ideário das Brigadas Populares e do MLB	77
A posição social dos militantes e suas ambiguidades	82
O ideal da vanguarda e o cotidiano da retaguarda	85
A visibilidade positiva das ocupações urbanas e o reformismo	90
Queremos de fato uma revolução?	96
4 CAPÍTULO 4. MORADORES DAS OCUPAÇÕES, A RALÉ ESTRUTURAL EM LUTA POLÍTICA CASUAL	101
Delimitações conceituais.....	101

Morar de maneira precária uma história de longa duração	103
Motivos para morar numa ocupação urbana: a necessidade como virtude	107
Um cotidiano pautado pelo imediato	112
Os intocáveis	117
5 CAPÍTULO 5. INSTITUIÇÕES, SOCIEDADE E DESIGUALDADE NA CIDADE OCUPADA.....	122
O ideário da desigualdade social sem conflitos	122
As instituições e a criminalização da desigualdade	127
A sociedade e a neutralização ou ignorância da desigualdade	140
6 CAPÍTULO 6. A ARQUITETURA IN-DISPOSIÇÃO	148
Anúncio da contradição que será tratada.....	148
O lado bom da atuação dos arquitetos nas ocupações	148
A origem das vantagens que os arquitetos trazem para as ocupações	150
O lado ruim: a autoridade dos arquitetos e de seus produtos nas ocupações.....	152
O lado ruim: imposições culturais (disposições – plano abstrato x ação concreta).....	155
Como os moradores vêem as imposições culturais dos arquitetos	158
Como os moradores vêem a sua participação nos projetos.....	160
A criação de uma dependência	162
Lotes coletivos	163
Usina e Brás de Pina e as possibilidades de prática arquitetônica emancipatória	165
CONCLUSÃO	170
REFERÊNCIAS.....	173
ENTREVISTADOS.....	181
ILUSTRAÇÕES	186

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) foi palco de diversas ocupações urbanas em terrenos que estavam ociosos e em que moram hoje quase 10 mil famílias. A maioria dessas ocupações foi organizada por movimentos sociais, e mesmo as que se formaram por iniciativa dos moradores contam com o apoio desses movimentos (QUADRO 1).

QUADRO 1: Ocupações urbanas organizadas na RMBH (2008-2014)

Ocupação	Início	Famílias	Organização
Camilo Torres	fevereiro de 2008	116	Fórum de Moradia do Barreiro Brigadas Populares
Dandara	abril de 2009	897	Fórum de Moradia do Barreiro Brigadas Populares MST
Irmã Dorothy	março de 2010	200	Fórum de Moradia do Barreiro Brigadas Populares
Zilah Spósito Helena Greco	setembro de 2011	150	Movimento de Luta pela Moradia (MLPM)
Eliana Silva (despejada)	abril de 2012	250	Movimento de Luta em Bairros, Vilas e Favelas (MLB)
Eliana Silva II	agosto de 2012	350	MLB
Emanuel Guarani Kaiowá	março de 2013	140	Brigadas Populares
Rosa Leão	maio de 2013	1400	MLPM
Esperança	agosto de 2013	800	espontânea*
Vitória	agosto de 2013	2000	espontânea*
William Rosa	outubro de 2013	3400	Lutas Populares
Nelson Mandela	fevereiro de 2014	310	espontânea*
Professor Fábio Alves	março de 2014	60	espontânea*

(*) As ocupações espontâneas são apoiadas pelas Brigadas Populares, pelo MLB. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), representada pelo Frei Gilvander Luís Moreira, acompanha todas as ocupações.

Em todas as ocupações, movimentos sociais e moradores entraram em contato com profissionais de arquitetura, urbanismo e engenharia à procura de apoio técnico para a elaboração de planos e projetos. Nas ocupações Dandara, Emanuel Guarani Kaiowá e Eliana Silva fui convidado a participar como arquiteto e urbanista, coordenando o grupo de técnicos e estudantes responsável pelos planos urbanos e pelos projetos de arquitetura para

edifícios coletivos¹. A relação do arquiteto-urbanista com moradores e movimentos sociais dessas ocupações, a partir da minha experiência como assessor técnico, é objeto da pesquisa aqui apresentada.

As descrições e análises apresentadas neste trabalho se baseiam principalmente em dados coletados ao longo do processo das ocupações Dandara, Eliana Silva e Emanuel Guarani Kaiowá. Com exceção da atuação na Ocupação Guarani Kaiowá – que é a mais recente dentre essas –, a coleta de dados se deu num período em que eu não tinha ainda definido objetivos de pesquisa ou categorias de análise. Havia um interesse de registrar e sistematizar a experiência de assessoria técnica a movimentos sociais, mas essa experiência não foi realizada como parte de uma bem definida estratégia de pesquisa. Mais do que uma observação participante, tratou-se de uma “participação observadora”. Isso impõe algumas condições especiais ao tratamento dos dados e à construção das análises.

Os dados reunidos durante o processo das ocupações consistem em relatos escritos, fotografias, filmagens, gravações de áudio e materiais usados para a discussão dos projetos (desenhos e maquetes, principalmente). Quanto aos relatos, trata-se de descrições narrativas dos acontecimentos, das relações políticas e dos interlocutores, que redigi ao longo do tempo, à semelhança do clássico diário de campo. Além disso, também recorri, na pesquisa aqui apresentada, a relatos de outras pessoas, tais como correspondências e atas de reuniões. Quanto a fotografias, filmagens e gravações de áudio, estes foram feitos – por mim e por outros participantes – em momentos de reuniões e outros eventos coletivos, como meros registros e sem maiores pretensões. Câmeras ou gravadores estavam à vista de todos, mas ninguém dava importância a eles. Por isso, esse material é em parte confuso e de má qualidade técnica. No entanto, considero que justamente a espontaneidade dos registros ajudou na análise da interação entre técnicos, movimentos sociais e moradores das ocupações. Os desenhos e maquetes produzidos por mim e por outros técnicos e estudantes

¹ Minha atuação na Ocupação Dandara se iniciou no âmbito do Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em 2009. Nessa ocasião foram desenvolvidos o plano urbano, o estudo de esgotamento sanitário e o projeto de arquitetura do Centro Comunitário Dandara, sob orientação dos professores Margarete Maria de Araújo Silva (Leta) e Rogério Palhares.

para a discussão de projetos, que aparecem nas fotos e nos filmes também ajudam a contextualizar tal interação.

Outras fontes complementares utilizadas foram as notícias em veículos de comunicação e informação, tais como rádio, televisão, mídia impressa e digital. Especialmente a mídia digital foi relevante, porque durante as ocupações são utilizados blogs e grupos em redes sociais onde são disponibilizados documentos e expostos argumentos de vários dos envolvidos na ação, abrangendo seus apoiadores e opositores.

A experiência, como assessor técnico das ocupações, permitiu a construção de uma relação de confiança com muitos atores do processo e, assim, o acesso a evidências que uma observação “passiva” dificilmente revelaria. Tive oportunidade de participar de decisões técnicas e políticas, tanto internas às ocupações quanto em relação a agentes externos. Nesse sentido, o trabalho de mestrado adquire um caráter de autoanálise de um pesquisador que é também ator no processo. Isso exige vigilância redobrada, para evitar discursos demasiadamente tendenciosos. O cruzamento de dados primários – coletados por mim – e dados de outras fontes é particularmente importante para que os argumentos sejam esclarecidos, evidenciando as posições do pesquisador frente ao objeto estudado.

Uma fonte adicional utilizada neste trabalho foram as entrevistas com militantes dos movimentos Brigadas Populares, Movimento de Lutas em Bairros, Vilas e Favelas e Fórum de Moradia do Barreiro; entrevistas com moradores das três ocupações objeto deste estudo de caso; entrevistas com ativistas sociais não vinculados aos movimentos sociais envolvidos; entrevistas com arquitetos e professores universitários que já atuaram como assessores técnicos nestas ocupações. As entrevistas foram do tipo não estruturadas e com alguns entrevistados foi necessária a realização de mais de uma sessão para discussão dos temas propostos.

O capítulo 1 desta dissertação apresenta uma contextualização da questão habitacional no Brasil, com destaque para a RMBH. Após esta apresentação mais abrangente que envolve o objeto da pesquisa é realizada uma contextualização das ocupações urbanas que ocorrem nas cidades da RMBH, apresentando seu mito de fundação e sua retomada no decorrer da

história da metrópole. Finalmente, são apresentados alguns conceitos importantes para o entendimento do objeto de pesquisa desta dissertação.

No capítulo 2, são apresentadas as três ocupações na ordem cronológica de sua construção: Ocupação Dandara, Ocupação Eliana Silva e Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá. A apresentação de cada uma delas segue também a ordem dos acontecimentos, num formato narrativo.

O capítulo 3 (“Os Movimentos Sociais, suas origens e discursos”) traz uma análise dos movimentos sociais que promovem as ocupações estudadas, construindo uma interpretação de suas ações a partir de seus ideários políticos e da origem social de seus militantes, avaliando as contradições e os limites do seu discurso emancipatório.

O capítulo 4 (“Moradores das ocupações: ralé estrutural em luta política casual”) consiste na análise dos moradores que habitam as ocupações, a partir da constatação de que são atores que se diferenciam dos movimentos sociais, apesar de o público externo tender a vê-los como um só sujeito. Mais do que como pertencentes às camadas mais pobres da população, tais moradores são entendidos, neste trabalho, como representantes da ralé estrutural e dos batalhadores brasileiros, segundo os conceitos de Jessé Souza (2010, 2011). Esses conceitos de classes sociais vão além da noção econômica da pobreza, abrangendo um contexto que é construído historicamente e colocando esses sujeitos como impedidos de participar do processo de modernização da sociedade brasileira.

O capítulo 5 (“Instituições, sociedade e desigualdade na cidade ocupada”) evidencia e discute as demonstrações de má-fé das instituições em relação às lutas por moradia. Isso inclui discursos de representantes das instituições do Estado e também de instituições da sociedade civil, passando pelos órgãos de imprensa e por posicionamentos de entidades profissionais vinculadas à produção da moradia. Todos eles permitem observar o pouco interesse em discutir a questão, especialmente quando envolve um conflito tido por estranho à tradição inventada para a identidade nacional brasileira.

O capítulo 6 (“A Arquitetura in-disposição”) é dedicado à análise da relação dos profissionais de projeto com os movimentos sociais e os moradores das ocupações. São privilegiados os

momentos iniciais das ações de ocupação e a inserção dos técnicos nessa situação de conflito político e social, com discursos muitas vezes contraditórios em relação aos objetivos da ação, já que a prática de projeto e planejamento tende a um forte conteúdo tecnocrático que dificulta o diálogo e busca consensos quando e onde não são possíveis. Essa tecnocracia é também um importante instrumento ideológico que camufla origens sociais diferentes. Nesse contexto é também discutida a imposição cultural que os arquitetos promovem, desconsiderando disposições dos moradores das ocupações urbanas.

Finalmente, as considerações finais deste trabalho buscam, a partir das experiências de projeto de arquitetura e urbanismo, apontar caminhos para a construção de alternativas para que os pobres possam efetivamente experimentar as nossas cidades e que nós, arquitetos, possamos participar disso sem impor, mesmo que ingenuamente, nossos valores de classe.

Capítulo 1. Desde as origens

Uma negligência histórica

As ações políticas de ocupação de terras urbanas não são fatos isolados, mas se inserem numa dinâmica política e social de questionamento das instituições do Estado (Canclini, 2008). E essa condição, por sua vez, não existe apenas nos municípios da RMBH, mas em diversos contextos do Brasil e do mundo, particularmente desde a crise econômica de 2008 e o ‘salvamento’ de bancos e seguradoras pelos governos dos países mais ricos, que deixou evidentes as contradições do capitalismo financeirizado². Aquelas nações que nas décadas anteriores vinham seguindo preceitos neoliberais, de responsabilidade fiscal e liberdade de mercado, foram convocados a despendar boa parte de suas economias no sistema financeiro para amortecer a crise e evitar consequências mais drásticas (como da crise econômica de 1929, que culminou na Segunda Guerra Mundial). Assim, evidenciaram que estão antes à serviço do capital do que à serviço da coletividade. Se aquele Estado de feições tecnocráticas neoliberais já vinha sendo criticado por vários grupos, a crise de 2008 fez dele uma instância questionada por setores muito mais amplos da sociedade civil. As ocupações urbanas ocorridas na RMBH se inserem nesse contexto e podem ser entendidas como manifestações da insatisfação dele decorrente.

A demanda habitacional, motor e bandeira das ocupações urbanas, foi historicamente relegada a segundo plano pelo Estado brasileiro ou, quando muito, instrumentalizada para outros fins. Na RMBH não é diferente. Em Belo Horizonte, planejada no final do século XIX pelo engenheiro Aarão Reis, a habitação comparece desde o início como problema particular e não como problema de ordem coletiva (social) que merecesse uma atuação sistemática do Estado: o plano de Belo Horizonte previu moradias para o funcionalismo público estadual, no interior da zona urbana delimitada pela avenida 17 de dezembro (atual avenida do Contorno), mas não acomodava nem sequer os próprios trabalhadores da construção da cidade. Assim surgiram, já antes de sua inauguração, ocupações irregulares de trabalhadores

² Figura como ápice desse processo a concordata do banco de investimentos estadunidense Lehman Brothers em 15 de setembro de 2008, exigindo do governo dos EUA uma intervenção significativa no sistema financeiro global.

pobres nos (atuais) bairros Floresta e Barro Preto, consideradas as primeiras favelas da cidade.

Até a década de 1930, esse tipo de ocupação foi tida, em Belo Horizonte e em todo o Brasil, como caso de polícia ou problema sanitário, não como resultado da negligência do Estado em relação a um direito social (Bonduki, 2004). A partir dos anos 1940, com a criação dos fundos de pensão vinculados a diversas categorias profissionais, surgiram os primeiros conjuntos habitacionais urbanos destinados aos setores médios que chegam às cidades no bojo do processo de urbanização tão característico da história brasileira na segunda metade do século XX (Singer, 1973). No entanto, as camadas mais pobres continuaram alijadas dessa política habitacional. Seu acesso às cidades sempre se deu em assentamentos precários nas bordas do território urbanizado. Em Belo Horizonte, as principais favelas da Região Centro-Sul começaram a se formar também na segunda metade do século XX. (Araújo Silva, 2013).

No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, houve mobilizações relevantes da sociedade civil pela inserção dessas camadas mais pobres no processo de modernização do país a partir da premissa de justiça social. Uma pauta de reformas do Estado e da sociedade foi reconhecida como necessária para que o Brasil se tornasse 'moderno'. Ao lado da Reforma Agrária e de outras reformas de base, a Reforma Urbana foi uma causa levantada nesse período. Mas o golpe militar de 31 de março de 1964 e o Estado autoritário a que dá origem esvaziaram as entidades da sociedade civil articuladas para a discussão e a implementação de reformas (Alves, 1984). Alguns membros dos setores médios se posicionavam contrários ao regime de forma mais contundente, mas essa luta política na clandestinidade foi, por definição, exterior às instituições e resultou no máximo em políticas sociais de apaziguamento.

O Banco Nacional de Habitação (BNH) foi criado no mesmo ano de 1964, inaugurando uma política habitacional vultuosa no que concerne aos recursos financeiros, mas muito mais destinada à estabilidade da economia do que à efetiva melhoria das condições de moradia

da população em geral³. O novo contexto fez da política habitacional uma oportunidade de acumulação de capital e restringiu ainda mais o acesso dos pobres à moradia nas grandes cidades por vias formais. Com o forte crescimento econômico e urbano do país nos anos 1960 e 1970, a situação se agravou: aumentava a demanda por terra urbana e inexistia oferta imobiliária para famílias de baixa renda. O resultado foi o crescimento de favelas e outras formas de ocupação em diversos graus de informalidade (Maricato, 1987).

No final dos anos 1970, o regime militar e o modelo desenvolvimentista entravam em crise e houve uma reorganização da sociedade civil, acirrando o questionamento em relação aos direitos sociais que tinha perdido força desde 1964 (Somarriba, 1996). O tema da Reforma Urbana voltou a fazer parte das discussões que permeavam as instituições brasileiras. Com a redemocratização do país nos anos 1980 e a nova Constituição de 1988, houve um institucionalização inédita dos direitos sociais no Brasil, incluindo o direito à moradia, que passava a figurar como obrigação do Estado em suas várias esferas. A promulgação do Estatuto da Cidade 13 anos depois, em 2001, regulamentou, pelo menos no nível federal, os preceitos constitucionais referentes à política urbana e à política habitacional, fundamentando juridicamente a função social da propriedade urbana e a participação da sociedade no planejamento e na gestão das cidades (o que, como se verá adiante, é de suma importância na batalha jurídica das ocupações urbanas na RMBH).

Nos anos 1990, muitos municípios da RMBH foram governados por partidos de centro-esquerda, dentre eles o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B). Em Belo Horizonte, esses três partidos chegaram ao governo em 1993, com a eleição de Patrus Ananias para prefeito. Sua administração, que se tornou modelo para outras prefeituras da metrópole, implementou preceitos e instrumentos defendidos pela sociedade civil organizada desde o final dos anos 1970 e parcialmente incorporados à Constituição Federal de 1988 (naquele momento ainda não regulamentados pelo Estatuto da Cidade).

³ Nessa fase se extingue a produção habitacional pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões, que são unificados num Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), criado em 1966.

Por outro lado, o período de redemocratização coincide com uma estagnação econômica e altos índices de inflação no Brasil (Brum, 1998). À tendência das prefeituras de centro-esquerda em direção a uma espécie de Estado de bem estar social se contrapôs a ideologia internacionalmente dominante do Estado neoliberal, que pouco interfere no mercado (inclusive no mercado de terras urbanas) e minimiza os investimentos públicos em programas sociais. Nesse contexto, as administrações municipais da RMBH afinadas com o ideário da Reforma Urbana tiveram possibilidades de ação muito restritas (Bedê, 2005). Havia estruturas legais e institucionais que poderiam tornar real o direito à cidade para todos, mas os resultados concretos foram muito limitados.

Do mito de fundação à retomada

Ainda no último ano da gestão de Patrus Ananias, em 1996, a insatisfação com esse estado de coisas deu origem à Ocupação Corumbiara⁴, num terreno particular na região do Barreiro, no Vale do Jatobá. Sua organização foi feita pela Liga Operária (LOP) e pelo Partido Comunista Revolucionário (PCR). As 379 famílias participantes haviam integrado núcleos de sem casa e vinham se engajando no Orçamento Participativo da Habitação (OPH), mas perceberam que a oferta formal de moradias por essa via era ínfima diante da demanda. Bedê (2005, p. 221) observa que se desenvolveu a partir disso uma forma de organização popular até então incomum em Belo Horizonte, com demarcação regular de vias e lotes, cercamento da área, vigilância constante e revista de visitantes. Segundo Bedê (2005), a Prefeitura não quis envolver a Polícia Militar, para evitar um confronto violento. Já no imaginário dos movimentos sociais, há uma história de confronto – e portanto de luta direta – relacionada a essa ocupação.

Na época foi o pessoal do PCR e o pessoal da LOP, da Liga Operária. Eles tinham vindo de um processo de despejo de uma ocupação que teve em Betim, onde houve até mortes, em uma ocupação de terra a reintegração de posse é pesada. Parece que mataram dois ou três. Aí iniciaram a

⁴ A Ocupação Corumbiara recebeu esse nome em homenagem aos mortos num conflito em 1995 entre camponeses sem terra e forças militares do Estado de Rondônia, que ficou conhecido como Massacre de Corumbiara. Existem divergências sobre os números de mortos: o governo local reconheceu 16 vítimas, mas os camponeses sem terra afirmam que morreram mais de 100 pessoas na ocasião.

ocupação na Vila Corumbiara. A princípio houve uma resistência muito grande por parte da prefeitura. O Patrus, apesar de eles falarem que ele era bonzinho... no começo foi feito um cerco, a polícia ficava lá 24 horas. (Amorim, 2014, militante e morador)

Hoje, a Ocupação Corumbiara está consolidada como um bairro, em processo de regularização fundiária. Para a fase mais recente de ocupações urbanas, ela representa uma espécie de mito de fundação. Além disso, originou-se ali o MLB, vinculado ao PCR, que também participa do ciclo recente, como se verá adiante.

Depois da Corumbiara, as ocupações urbanas organizadas por movimentos sociais cessaram em Belo Horizonte durante uma década, este momento coincide com o período que a política habitacional da prefeitura se institucionaliza, levando os grupos de sem-casa a nutrir a esperança de acessar a casa própria através da prefeitura. Mas foram poucos os avanços nas políticas habitacionais dos municípios da RMBH e houve uma neutralização institucional dos canais participativos que deveriam servir para a luta por tais avanços. Em 26 de novembro de 2006, um grupo de 15 famílias retomou então a estratégia das ocupações e se instalou num edifício no bairro Serra, na Zona Sul da cidade. As famílias eram provenientes da Vila do Cafezal, próxima ao local da ocupação. Essa foi batizada Caracol (aludindo ao molusco que carrega a casa nas costas) e recebeu, desde o início, o apoio das Brigadas Populares, criadas no ano anterior.

As Brigadas Populares se constituíram como movimento social a partir do Núcleo de Estudos Marxistas, fundado em 2003 e composto por intelectuais e estudantes de diversas áreas, particularmente do Direito. O objetivo do movimento é reunir militantes interessados em compreender a realidade brasileira à luz das teorias de Marx e buscar ações políticas concretas nas periferias das cidades brasileiras, a começar por Belo Horizonte. A Ocupação Caracol foi a primeira experiência concreta dessa organização política. Pedro Otoni e Joviano Mayer, ambos fundadores das Brigadas, relatam que a demanda foi apresentada pela população da Vila do Cafezal a militantes que realizavam trabalhos comunitários na região.

Foi nossa primeira experiência, primeira pauta de ocupação urbana, não foram pautas planejadas, foram pautas que surgiram dessa inserção nesse trabalho comunitário. O próprio povo ali foi nos ensinando, apontando

caminhos, e nos empurrando também! Para tomar decisões e agir. (Otoni, 2014, militante)

Então essas famílias nos procuraram para falar queremos ocupar aquela casa que está abandonada na Serra, aquele prédio que está abandonado. Foi uma quarta feira, não esqueço isso. Nós queremos fazer ocupação na sexta. E a gente falou assim, Não! Calma, nós temos que estudar isso, ver quem que é o proprietário. [...] A Márcia [uma liderança] chegou e falou assim, nós vamos com ou sem vocês. Aí nós falamos, não, então vamos juntos. (Mayer, 2013 a, advogado e militante)

A Ocupação Caracol se manteve por menos de dois meses, mas chamou a atenção de outros movimentos sociais críticos em relação à política habitacional de Belo Horizonte. Depois do despejo, em janeiro de 2007, as Brigadas se associaram ao Fórum de Moradia do Barreiro e começaram a organizar a Ocupação João de Barro, recrutando famílias no Núcleo de Moradia do Barreiro, no Núcleo de Moradia do Padre Eustáquio, na Vila do Cafezal e no assentamento Novo Lajedo. Lacerda Amorim, uma liderança do Fórum, vê o processo como “rebelião” contra a participação nos canais institucionais da política habitacional da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH).

Participo de movimentos de luta por moradia e pelo direito à cidade desde 2002. A princípio, a participação iniciou dentro da política habitacional institucional, através da participação nas reuniões do orçamento participativo de habitação. Ao longo do tempo fui percebendo que tudo isso é nada mais e nada menos que uma forma de a própria instituição dirigir o povo. E aí começou o processo de rebelião. Então essa lógica que está aí começou em 2007, quando iniciamos um processo de ocupação juntamente com as Brigadas Populares, lá na Serra, com a ocupação João de Barro, ocupando a massa falida da Construtora Encol. (Amorim, 2014, militante e morador)

Essa primeira Ocupação João de Barro – depois chamada de João de Barro I – foi despejada depois de cinco meses. Parte das famílias seguiu para a Ocupação João de Barro II e, alguns meses depois, para a João de Barro III.

Depois teve a João de Barro II que durou três meses naquele antigo hospital Cardiocentro, na avenida Antônio Carlos, neste nós não fomos despejados, nós saímos de lá por causa de problemas internos com o tráfico, e teve a

João de Barro III, que foi uma casa ali na avenida Amazonas. Esse processo era uma continuidade, pois as famílias da João de Barro II eram as resistências da João de Barro I que foram despejadas e não tinham lugar para ir. Na João de Barro I a gente chegou com 150 famílias. Quando a gente foi despejado tinha umas 80. Aí para João de Barro II foram umas 40, e para João de Barro III foram umas 15. (Mayer, 2013 a, advogado e militante)

No entanto, já durante esse processo, a estratégia de ocupar edificações vazias (a chamada ocupação vertical) começou a ser revista em favor da ocupação de terrenos com autoconstrução das moradias (chamada de ocupação horizontal), a exemplo da bem sucedida Ocupação Corumbiara. A motivação para a mudança estava, por um lado, no fato de as famílias provenientes do Barreiro terem pouco interesse em ocupar edifícios nas regiões Centro Sul e Pampulha, fora de suas redes sociais e abrindo mão da habitual casa unifamiliar (Otoni, 2014, militante). Por outro lado, a ocupação horizontal se apresentava como uma estratégia de luta política com maiores possibilidades de resistência à repressão e ao despejo.

A disposição para resistência numa ocupação vertical é muito menor, porque você não construiu uma casa. Você ser despejado de uma ocupação vertical é lucro, porque você fica seis meses sem pagar aluguel e não gastou nenhum centavo [...] diferente de uma ocupação horizontal, onde você constrói uma casa, você investiu, você colocou seu sangue, você tem um vínculo com o espaço, com o ambiente. O vínculo entre os moradores é maior. (Mayer, 2013 a, advogado e militante)

A Ocupação Camilo Torres, primeira ocupação horizontal da fase recente, se inicia então em fevereiro de 2008, sendo considerada um marco na luta política e a abertura de um novo “universo de possibilidades” (Otoni, 2014, militante).

Em fevereiro de 2008, a gente pode falar mesmo que foi o processo de resgate das ocupações. Belo Horizonte sempre foi criada através de ocupações, seja organizada ou espontânea. O mapa de Belo Horizonte foi se construindo assim. Aí, iniciou-se a ocupação Camilo Torres. Parte dela foi despejada pela Prefeitura logo no início. Nós reocupamos essa parte no mesmo ano de 2008, no início de outubro, até foi no momento da eleição. Soltamos até um manifesto interessante, falando que os nossos sonhos não

cabiam dentro de uma urna, era através da luta mesmo. (Amorim, 2014, militante e morador)

Na fase de rediscussão das alternativas de ação política, também a relação entre moradia e geração de trabalho e renda estava em pauta. As Brigadas cogitaram, nesse contexto, as chamadas ocupações rururbanas, conjugando moradia e atividades agrícolas em terrenos (peri)urbanos. Planejava-se realizar tais ações em associação com o MST⁵, seguindo o exemplo das Comunas da Terra em São Paulo.

Tinha determinadas discussões de aliar essa questão do país inteiro, aliar essa questão da moradia à questão do emprego. Algumas experiências do Rio Grande do Sul, com o MTD (Movimento dos Trabalhadores Desempregados), que faziam a jogada de criar dentro das ocupações urbanas também espaços de trabalho, geração de renda, enfim. Tinham as experiências do MST (Movimento dos Sem Terra) na Grande São Paulo, das comunas da terra. Que também era a tentativa de aproximar mais da cidade. Ter atividades não agrícolas nos assentamentos. Essa era a ideia. Criando um espaço de reprodução da vida, por outra via a não ser agricultura. Manufatura, um serviço etc. Fomos lá. Visitamos duas comunas, que não foram para frente, mas foram referências para nós. A nossa ideia era fazer uma ocupação aqui. Nós tínhamos uma relação com o MST, muito forte nessa época, aprendendo com eles, tudo isso. (Otoni, 2014, militante)

Nem todos consideravam a ocupação rururbana factível. Segundo Amorim (2014, militante), houve uma divisão entre os militantes que defendiam “a lógica de que o cara que iria morar, iria plantar também” e aqueles que, como ele próprio, viam nisso uma contradição.

O cara que vai morar aqui, ele prefere vender hora de trabalho do que ele mesmo produzir. Ele tem medo de produzir e depois não dar certo e “ficar na mão”. O tamanho do lote que eles [o MST] queriam dividir agredia a realidade, porque hoje até a burguesia está com dificuldade de ter esse espaço. O pessoal estava falando em ter meio hectare dentro da cidade. Eu

⁵ O MST foi fundado em 1984, na região sul do Brasil, e é um dos movimentos sociais mais expressivos no contexto brasileiro, promovendo ações em todo o território nacional. O seu trabalho político explicitou para toda a sociedade brasileira a luta pela reforma agrária, recebendo um grande destaque nos meios de comunicação.

falei, vocês estão brincando demais. Mas aí, fui voto vencido. (Amorim, 2014, militante)

Apesar das divergências, a proposta de ocupação rururbana foi levada à frente e originou a segunda ocupação horizontal recente, a Dandara, que teria um papel decisivo nas lutas por moradia, com grande visibilidade na cidade, no Brasil e internacionalmente. Conforme salienta Frei Gilvander, o “efeito Dandara” influenciou todas as ocupações posteriores, inclusive as espontâneas (Rosa Leão, Vitória e Esperança).

Acho o que está animando muitas essas ocupações tidas como espontâneas, é o que eu chamo de “efeito Dandara”. Espalhou nacionalmente, internacionalmente, o êxito da Dandara, que não é só Dandara, é o êxito da Camilo Torres, é o êxito da Eliana Silva, é o êxito da Guarani Kaiowá. Juntas, elas estão mostrando, sinalizando para os pobres do Brasil que quando a gente faz essa conjugação de forças, empoderar os pobres internamente, contar com movimentos sociais populares legítimos e idôneos, com um grupo de arquitetos, um grupo de advogados populares, montando uma rede de apoio, trazendo as muitas forças vivas da sociedade, isso faz uma grande diferença. (Moreira, 2013, religioso e ativista)

A descrição dos processos de implantação e desenvolvimento das três ocupações urbanas horizontais que compõem o objeto de estudo desta dissertação é apresentada no capítulo 2.

Delimitações conceituais

Cabe perceber as ocupações urbanas no contexto mais amplo de meio século de pleitos pela reforma urbana, com uma fase de aparente sucesso no âmbito jurídico e institucional e cidades reais cada vez mais excludentes. A ação política das ocupações tem como uma de suas motivações, justamente, o processo de institucionalização dos movimentos sociais mais antigos, que os fez perder a possibilidade de pressão sobre o poder público para a realização de políticas habitacionais.

É nesse contexto que o próprio termo *ocupação* precisa ser compreendido. Nos meus primeiros contatos com os movimentos sociais e os moradores das ocupações, era constante o constrangimento quando eu me referia ao lugar e à ação como *invasão*. “Não é uma

invasão, é uma ocupação”, me corrigiam. Não se tratava apenas de uma questão semântica, mas do próprio sentido de legitimidade da mobilização.

Ocupação e invasão estão relacionados a uma das mais importantes instituições desta sociedade: a propriedade privada. O direito à propriedade privada é considerado absoluto, estando presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 1948)⁶, tanto quanto na Constituição Brasileira de 1988⁷ (Brasil, 1988) e no Código Civil⁸ (Brasil, 2002). Também no que diz respeito à propriedade privada da terra, urbana ou rural, a maioria dos juristas reafirma esse caráter absoluto, seguindo até hoje o espírito do Código Civil Brasileiro de 1916⁹, que dava poder de arbítrio quase irrestrito ao proprietário. Muitas decisões jurídicas recentes negligenciam o fato de que, desde a Constituição de 1988, a legislação obriga o proprietário de imóveis a dar “função social” à sua propriedade¹⁰. O Novo Código Civil de 2002 e o Estatuto da Cidade (Brasil, 2001) regulamentam esse preceito constitucional, mas ele está longe de ser ‘introjetado’ pela sociedade brasileira, sendo objeto de grandes polêmicas nos tribunais pelo país.

Invasão se associa a um ato ilegítimo, hostil, que toma à força um espaço utilizado por outros, desrespeitando não só a lei, mas até as regras tácitas de convívio humano. Já ocupação significa dar utilidade a algo, tornar útil um espaço que está sem uso, que não cumpre a sua função social. Assim, o principal argumento dos assessores jurídicos das ocupações urbanas aqui analisadas é o fato de se tratar de imóveis que estavam vagos, serviam apenas a propósitos especulativos e não cumpriam nenhuma função social. Uma propriedade privada que não atende aos ditames da lei não pode ser protegida por essa mesma lei. Nesse sentido, a ação de ocupação de um terreno vago por uma população

⁶ Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 no Art. 17 diz: 1. Toda pessoa tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros. 2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

⁷ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no Art. 5º, inciso XXII diz: é garantido o direito de propriedade.

⁸ Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406/2002, Art. 1228 diz: “O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.”

⁹ Código Civil Brasileiro de 1916 em seu art. 524 diz: “A lei assegura ao proprietário o direito de gozar, usar e dispor de seus bens, e de reavê-los do poder de quem quer que injustamente os possua.”

¹⁰ A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no Art. 5º, inciso XXIII diz: a propriedade atenderá a sua função social.

privada do acesso à moradia faz cumprir um direito constitucional. Tal ação pode, em determinado momento, se mostrar hostil ou violenta, porém a maior violência não está no processo de ocupação por um grupo de famílias sem casa, mas no próprio fato de existirem nas cidades terrenos que cumprem apenas funções especulativas privadas, impondo a toda a sociedade o ônus de manter uma estrutura urbana ociosa, fomentando o alto preço do solo e impedindo que sejam ofertadas moradias para a população de menor renda. O termo *ocupação* remete à legitimidade que o ato de ocupar uma terra urbana proporciona a toda a cidade, muito além dos benefícios imediatos aos ocupantes, sendo assim o conceito mais adequado para designar essas ações e lugares.

Outra especificação importante é a distinção entre ocupações urbanas organizadas e favelas. Essas últimas resultam de processos ‘espontâneos’ e paulatinos de ocupação de terras com a finalidade de conseguir um espaço para se abrigar numa cidade que não disponibiliza meios institucionais para isso. Já a ocupação (organizada) é uma ação planejada e estruturada por um ou vários movimentos sociais, com discursos e finalidades que ultrapassam a questão da moradia e pretendem uma oposição política mais ampla ao *status quo*. Na perspectiva desses movimentos, o termo favela desqualificaria de antemão a construção da legitimidade que almejam para combater a situação ilegal – mas socialmente reconhecida – de reserva de terras ociosas¹¹.

Quanto aos moradores das ocupações, é comum ouvir deles que não querem fazer daquele lugar uma favela. Nos casos com que convivi diretamente, esse temor se manifestava sempre que alguém infringia o plano urbano, por exemplo, mediante incorporação de áreas públicas ou áreas de preservação aos lotes individuais. Mas a preocupação dos moradores se deve, antes de mais nada, ao conteúdo pejorativo do termo. Aos seus olhos, estar numa favela significa viver de forma degradante, precária e sem acesso a benfeitorias; é não estar de fato na cidade; é participar de uma “bagunça”. Apenas à medida que a ação se desenrola,

¹¹ Os movimentos sociais atuantes nas ocupações também atuam em favelas e até são críticos em relação aos preconceitos que o termo carrega. Mesmo assim, consideram que a caracterização de uma ocupação como favela dificultaria sua legitimação.

os moradores tendem a assumir a elaboração conceitual dos movimentos sociais e a ver a moradia como mais do que uma condição primordial de sobrevivência humana.

Uma terceira distinção importante é entre as ocupações e os loteamentos (periféricos), que constituem outra modalidade de oferta de terrenos para a população de baixa renda nas cidades brasileiras. Tais loteamentos, embora sejam quase sempre irregulares¹², pressupõem a propriedade da terra pelo agente que os promove. Quando esse agente é um loteador privado, cujo objetivo é o lucro imobiliário, os moradores compram os terrenos (informalmente), sem participar de nenhuma ação política¹³. Quando são promovidos por associações de sem-casa, configurando os chamados loteamentos associativos¹⁴, os futuros moradores compram em conjunto uma gleba rural e fazem o parcelamento, para depois tentar transformá-la formalmente em área urbana, regularizar os lotes e obter os títulos individuais de propriedade. Isso envolve uma mobilização popular, mas de características distintas das atuais ocupações e, sobretudo, sem embate direto com a instituição da propriedade privada da terra.

Além dessas delimitações conceituais preliminares é importante esclarecer onde o presente trabalho se situa nas discussões do campo da arquitetura e do urbanismo acerca das práticas de projeto e planejamento. Pretendo discutir as relações dos arquitetos e de outros profissionais de projeto com os moradores e os movimentos sociais envolvidos nas

¹² Loteamentos regulares são aqueles aprovados nos órgãos públicos e, portanto, conformes à legislação urbanística municipal e à legislação federal. Nessa última, é particularmente relevante a Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979 (chamada Lei Lehmann), que obriga o loteador a oferecer, além do lote (porção de terra com acesso direto ao logradouro público), toda a mesoestrutura básica de vias públicas, escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar.

¹³ CHINELLI, F. Os Loteamentos de Periferia. In: VALLADARES, L. P. (Org). *Habitação em questão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 49-68.

¹⁴ O loteamento associativo tem sido objeto de pesquisa do Grupo MOMAs pesquisadoras Rebekah Campos e Silke Kapp mostraram essa situação na RMBH, com destaque para cidades de Belo Horizonte, Ribeirão das Neves e Esmeraldas, onde diversos loteamentos associativos foram realizados por iniciativa do Padre Pier Luigi Bernareggi (Padre Pigggi) com planos urbanos de autoria do arquiteto José Carlos Laender. Esses processos ocorreram entre as décadas de 1980 e 2000 com uma mobilização significativa da população pobre. Porém, tratava-se de um contexto político bem diferente do atual: era o início da redemocratização do Brasil após a ditadura militar e as políticas habitacionais nos municípios da RMBH eram quase inexistentes. Hoje, as políticas habitacionais estão em boa parte dos municípios institucionalizadas, inclusive com a participação de vários movimentos sociais por moradia.

ocupações da RMBH, mas essa discussão necessariamente extrapola seu objeto imediato, porque as formas mais tradicionais de exercício dessas atividades profissionais – isto é, a ‘arquitetura dos arquitetos’ – não se aplicam às ocupações urbanas.

Parto do pressuposto de que essas ocupações são arquiteturas, contrariando alguns praticantes do campo que apregoam o arquiteto como sujeito (autor) absoluto da criação de soluções para a produção e a apropriação do espaço. Nos casos aqui estudados, o arquiteto é um sujeito no processo, assim como os moradores e os movimentos sociais. A arquiteta Silke Kapp apresenta uma terminologia importante nessa argumentação, “a outra produção arquitetônica”:

Outra, por que está a margem das instituições jurídicas, técnicas e econômicas da nossa sociedade [...] Produção arquitetônica, porque proponho que nesta expressão, ou simplesmente no termo arquitetura, se inclua todo o espaço modificado pelo trabalho humano. (Kapp; Baltazar; Morado, 2008, p. 1)

A arquitetura enquanto campo especializado do conhecimento humano tem contradições sobre as quais a experiência nas ocupações proporciona reflexões relevantes. Dentre elas está o ideal de integridade de um projeto de arquitetura. A integridade buscada no campo da arquitetura depende de uma sociedade em que as pessoas não interferem ativamente nas construções, ou seja, um ambiente social pouco democrático (Kapp, 2006). Definitivamente, esse não é o ambiente que se encontra nas ocupações. A população que, não tendo suas demandas atendidas pelas vias formais, se organiza e promove uma nova oferta de moradias, também põe em xeque, o tempo todo, a integridade do projeto técnico. O projeto é objeto de questionamentos e modificações constantes durante toda a sua elaboração e implantação.

Outra contradição do campo que permite reflexões a partir dessa experiência está relacionada à noção de autonomia. A autonomia é o direito de se autogovernar. Na origem grega do termo temos o *auto-nomos*, norma ou lei própria, em contraposição ao *hetero-nomos*, norma ou lei de outro. Toda autonomia que um arquiteto venha a ter significa heteronomia para os outros envolvidos no processo, a começar pelos construtores. O canteiro de obras é um ambiente estranho ao arquiteto, que concebe seus desenhos como

uma ordem de serviço inquestionável. Prevalece nos projetos a intransigência do verbo desenhar, conforme destaca Sérgio Ferro (2006, p. 181): “O verbo desenhar aumenta sua tendência intransitiva; mediação por onde transitam ordens, só a si mesmo prefere dar passagem, numa perspectiva que endurece sua perseidade.”

Heteronomia semelhante está também no fato de os projetos serem concebidos por pessoas que não irão habitar o espaço projetado e nem construí-los. Aqueles que o farão são tratados pela tradição do campo arquitetônico como usuários, não como sujeitos ativos na produção do espaço. Supostamente projetados para eles, tais espaços proporcionam poucas possibilidades de apropriação. Quando seus usos fogem ao prescrito, nós, arquitetos, costumamos protestar. Essa atitude em relação ao que criamos nega a humanidade, porque os seres humanos para os quais projetamos buscam o livre-arbítrio para construir sua experiência de vida e afirmar os valores que norteiam essa experiência. Isso sem mencionar as atuais discussões sobre sustentabilidade, que deveriam favorecer espaços que permitam diferentes usos e não sejam destruídos a cada geração ou a cada nova necessidade. A resistência dos arquitetos em pensar essa experiência humana e social fica patente em várias situações. Uma das mais evidentes é a fotografia de arquitetura: a ausência de seres humanos nas imagens é regra. Outro exemplo é a atuação dos arquitetos junto ao patrimônio cultural. A dificuldade dos arquitetos de perceber que o “bem cultural” faz parte do cotidiano de pessoas que não o vêem como “histórico” ou “artístico” gera conflitos recorrentes.

As heteronomias que o tradicional projeto de arquitetura gera para construtores e usuários é algo absolutamente imbricado no campo. Discutir essas questões dentro da prática do projeto é visto por muitos praticantes como uma negação do profissional. Tal quadro é agravado pelo percurso histórico do campo, que não conseguiu construir uma sacralização de sua atividade ou um discurso ideológico semelhante ao de outros campos mais bem sucedidos em fazer de seus profissionais os sujeitos absolutos de determinado conhecimento (Stevens, 2003). Mas, apesar das resistências entre arquitetos, essa discussão deve e precisa ser levantada. A experiência do espaço se vincula às práticas culturais dos grupos humanos. Pensar a arquitetura como evento – e não como produto – é pensar a experiência gerando e definindo os espaços e se apropriando deles.

Finalmente, a experiência cotidiana das diferentes classes sociais que convivem numa ocupação urbana é um importante elemento para a reflexão. Os discursos progressistas de que movimentos e ativistas sociais são portadores, nesse contexto, muitas vezes não passam de imposições culturais entre classes em posições completamente desiguais, promovendo (des)encontros que não favorecem a autonomia dos sujeitos envolvidos.

Capítulo 2. Ocupando a cidade

Ocupação Dandara

A ocupação Dandara (FIG. 1) recebeu o nome em homenagem à guerreira negra companheira do líder quilombola Zumbi dos Palmares. Juntos, Zumbi e Dandara são referências importantes na luta contra o trabalho escravo durante o período da América Portuguesa. Também foi determinante para a escolha a liderança de muitas mulheres no início da ocupação, conforme relata Wagner Lima, uma das lideranças e moradora da ocupação.

Aí que surgiu o nome Dandara, todo mundo sabe também que Dandara foi uma lutadora e as pessoas sempre viam o Zumbi que era um grande lutador, mas ninguém viu por Dandara ser uma mulher. Nós decidimos colocar Dandara porque, assim como Dandara, a comunidade foi construída mais pelas mulheres. Então foi um jeito da gente homenagear as mulheres que vieram para a ocupação. Os maridos ficavam em casa, trabalhando, e as mulheres ficavam aqui, cuidando das barracas. Era as mulheres que estavam começando a levantar o alicerce. O marido ia trabalhar, mas era a mulher que trabalhava para construir, era mulher que estava ali pra poder organizar tudo. (Lima, 2014, militante e moradora)

Os movimentos sociais que organizaram a ocupação Dandara foram as Brigadas Populares e, durante o primeiro ano, também o MST, que até então não havia atuado em Belo Horizonte. O apoio desses movimentos foi decisivo para a arregimentação política dos moradores. Outro apoio importante foi da CPT, por intermédio de seu assessor em Minas Gerais, Frei Gilvander Luís Moreira. Um terceiro apoio indispensável veio do setor jurídico, incluindo a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e o Serviço de Assistência Jurídica (SAJ) da PUC-Minas, representado pelo professor e advogado Fábio Alves dos Santos. E, finalmente, a ocupação teve apoio de arquitetos e estudantes de Arquitetura e Geografia da PUC-Minas e da UFMG, dedicados à elaboração e implantação do plano urbano.

A Ocupação Dandara está na região da Pampulha, em Belo Horizonte, no limite dos municípios de Ribeirão das Neves e Contagem (FIG. 2)¹⁵. O entorno é de bairros de classe média, além de algumas áreas não ocupadas, remanescentes de antigos sítios e hoje muito valorizadas. O terreno é de 31 hectares, numa encosta suave e cercada por dois cursos d'água em leito natural, tributários do córrego Olhos d'Água (avenida Francisco Negrão de Lima), que deságua na Lagoa da Pampulha. Ao norte e a oeste, o terreno faz divisa com os bairros Céu Azul e Nova Pampulha; ao sul e ao leste, com os bairros Braúnas e Trevo. No Plano Diretor e na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo do Município de Belo Horizonte (Belo Horizonte, 2010), o terreno enquadra-se como Zona de Proteção 2 (ZP-2), além de ser parte de três Áreas de Diretrizes Especiais (ADE de Interesse Ambiental, ADE Pampulha e ADE Trevo)¹⁶, que exige que o adensamento construtivo seja baixo.

Portanto, diferente de outros assentamentos urbanos precários, a Dandara não se estabeleceu numa área residual ou inadequada à urbanização (de risco ambiental ou geológico, por exemplo), mas num terreno em meio ao tecido urbano, com excelentes características e alto valor de mercado. Isso colocou a ocupação no centro da mídia e das ações judiciais e governamentais, e movimentou vários grupos políticos ligados à reivindicação da moradia.

Os moradores da ocupação Dandara foram mobilizados pelos movimentos sociais nos locais onde esses já desenvolviam atividades. As Brigadas mobilizaram famílias nas vilas do entorno do Anel Rodoviário (Vila da Paz e Vila da Luz) e famílias que estavam na lista de espera da Ocupação Camilo Torres no Barreiro. O MST mobilizou famílias no bairro Ribeiro de Abreu e em ocupações rurais que o movimento mantém na RMBH. A escolha do terreno a ser ocupado foi objeto de um mapeamento realizado por uma comissão dos dois movimentos sociais.

¹⁵ São os três municípios mais populosos da RMBH: Belo Horizonte, com 2,2 milhões de habitantes; Contagem, com 568 mil e Ribeirão das Neves, com 290 mil (IBGE, Censo 2010).

¹⁶ “As áreas de diretrizes especiais – ADEs – são as que, por suas características, exigem a implementação de políticas específicas, permanentes ou não, podendo demandar parâmetros urbanísticos, fiscais e de funcionamento de atividades diferenciados, que se sobrepõem aos do zoneamento e sobre eles preponderam.” (Belo Horizonte, Lei n. 7.166, de 1996, Art. 75).

Nós mapeamos quatro terrenos, um em que a Dandara está hoje, e outros três que estavam mais na borda periurbana. Inclusive tinha terreno em Pedro Leopoldo. Aquele era o único que não era próximo da cidade, mas dentro dela. Os outros eram mais afastados, eram quase fazendas. Se fosse um desses outros terrenos – que o MST pressionou para ser, inclusive –, talvez o rururbano teria sido efetivado, como foi escolhido um que era mais urbano mesmo... Mas foram as Brigadas que pressionou para que fosse esse o terreno escolhido. (Mayer, 2013 a, advogado e militante)

O terreno onde hoje é a Ocupação Dandara é de propriedade da Construtora Modelo. Porém a situação jurídica desse terreno foi objeto de controvérsias durante a organização da ocupação, porque, como já existia ali uma escola pública, os militantes partiram do pressuposto de que também o terreno fosse público. Apenas às vésperas da ocupação descobriram que se tratava de propriedade privada. Contudo, o fato da instalação da escola pública num terreno supostamente privado motivou uma investigação que revelou a dívida de IPTU da Construtora Modelo com a PBH, fortalecendo a causa dos movimentos mais à frente (Mayer, 2013 b, advogado e militante).

Primeiros momentos

Na noite de 9 de abril de 2009, véspera de uma sexta-feira da paixão, um grupo de 150 famílias adentrou o terreno da futura ocupação Dandara. Ainda na mesma noite e durante o dia seguinte, outras famílias de um assentamento precário próximo, a Vila Bispo de Maura, aderiram ao movimento. Essas famílias acabaram compondo boa parte da população da Dandara. O aumento significativo das famílias que passaram a participar da ocupação nas primeiras semana descartou a proposta inicial de se realizar ali uma ocupação rururbana. “[Quando] a gente terminou o cadastro uma semana depois, tínhamos 1086 famílias. Vimos que o projeto rururbano, tal como concebido, já tinha ido pro espaço.” (Mayer, 2013b, advogado e militante)

A população do entorno percebeu a ocupação já durante a madrugada. Outras pessoas tomaram conhecimento logo pela manhã, como foi o caso do filho de Wagner Lima, que saiu logo cedo e voltou com a notícia.

Eu morava aqui do lado, o Sávio levantou de manhã para buscar o pão e falou assim, *mãe o pessoal está ocupando ali onde é o campinho*. Porque tinha um campinho de futebol... Daí eu falei, *ocupando o que menino?* Ele falou assim, *o pessoal tá fazendo barraca lá pra poder fazer casa, vai dar para o pessoal construir casa lá*. E ele saiu, pegou uns lençóis meus, veio para cá e montou uma barraca. Eu vim buscar ele, porque já estava dando na televisão que o pessoal estava ocupando. Aí eu vim buscar ele e acabei ficando. (Lima, 2014, militante e moradora)

Outros vieram quando souberam do acampamento pelos noticiários. Esse foi o caso de Rosa, que viu a ocupação na televisão e partiu imediatamente para lá, para ver com os próprios olhos a possibilidade concreta de “conseguir um pedacinho de terra para morar” (Andrade; Lelis, 2010, p. 14). Muitos dos atuais moradores da ocupação fazem relatos semelhantes. Eu mesmo tomei conhecimento do movimento no dia 13 de abril por um programa jornalístico de grande apelo popular. Todos os meios de comunicação da cidade que veiculam esse tipo de conteúdo estiveram presentes na Ocupação Dandara desde o início, sendo um fator decisivo para o aumento das famílias participantes. Em 11 de abril, já eram mais de 1.000 famílias (FIG. 3); nos dias seguintes, o número aumentou para 1300 famílias.

Ainda no primeiro dia de ocupação, a Polícia Militar compareceu ao anoitecer, confrontando os acampados: “A policia já chegou com a tropa de choque, derrubando cerca, entrando com tudo, foi muito pavoroso, foi uma noite inesquecível” (Lima; Santos, 2014, militantes e moradores). A polícia estabeleceu então com os militantes e as lideranças a delimitação de uma área de 4.700 m² (15% do terreno), em que os ocupantes deveriam ficar acampados até que houvesse uma decisão jurídica. Cada família passou a habitar cerca de 3 m², numa situação bastante precária que perduraria até 12 de julho de 2009 (FIG. 4 e 5).

Eles obrigaram a gente a ficar lá em cima naquele amontoado. As barraquinhas eram uma grudada na outra, não tinha espaço, você conversava na sua barraca os vizinhos escutavam o que você estava falando, você comia e o vizinho do outro lado sabia o que você estava comendo. (Lima, 2014, militante e moradora)

Acampamento provisório

Durante esse período de acampamento provisório, os movimentos sociais organizaram a população em dez grupos de aproximadamente 100 famílias. Cada grupo elegeu dois coordenadores e dois representantes para compor a equipe de segurança, cuja tarefa era controlar a entrada de novos ocupantes e garantir a integridade do terreno e dos acampados. A coordenação interna do acampamento provisório foi composta por pessoas consideradas lideranças locais, isto é, moradores que desde o início se destacaram entre os acampados. Uma dessas coordenadoras conta como foi sua eleição.

Aí ele [Joviano Mayer, das Brigadas] me chamou e disse, *Wagna, nós temos que conversar, você tem que montar uma coordenação*. Ele foi me explicando que eu e mais meia dúzia de gente íamos liderar um grupo, e foi falando: *Você vai liderar o grupo que você ficar. O grupo é de no máximo 100 famílias, 100, 120 famílias*. [...] No espaço em que eu estava com minha barraca pegamos umas 110 famílias que acampavam no entorno. O Joviano disse que eles teriam que votar numa pessoa para ser coordenador. [...] Todos apontaram para mim, e eu não entendia nada. Duas semanas de ocupação, caí de paraquedas, eu não conseguia nem me coordenar, como que eu ia coordenar 110 famílias? E o pessoal que eu nem conhecia falava que eu era ótima. Disseram que eu ajudaria todo mundo. Fui eleita para coordenar esse grupo e até hoje é assim. (Lima, 2014, militante e moradora)

O esgotamento sanitário era uma das questões mais críticas no acampamento provisório. Ele era feito por fossas negras instaladas no limite da área estabelecida pela polícia militar, sendo cada grupo responsável por uma das dez fossas. O abastecimento de água se fez inicialmente por uma ligação clandestina na Rua Petrópolis, substituída, ainda nesses primeiros meses, por um padrão regular da Copasa. A energia elétrica chegava ao acampamento por ligações clandestinas em postes do entorno. A eletricidade era restrita às áreas coletivas, pois nas precárias barracas apresentaria riscos aos moradores. Mesmo hoje, com a consolidação da ocupação, a energia elétrica continua se fazendo por ligações clandestinas.

Devido à grande dimensão do terreno da Dandara, os movimentos sociais promotores da ocupação, a coordenação local e os moradores pretendiam, desde o início, realizar um

projeto pautado nos parâmetros urbanísticos de Belo Horizonte, conferindo com isso maior legitimidade ao processo político ali instalado e melhores perspectivas para uma futura regularização fundiária. Minha participação no processo se iniciou a partir dessa demanda de suporte técnico, mediante a proposição e discussão de planos urbanos detalhada adiante.

Ainda durante o mês de abril, os ocupantes da Dandara conquistaram a posse provisória do terreno, porque os supostos proprietários não tinham nenhuma documentação que comprovasse sua propriedade. Em vez de um Registro do Imóvel, apresentaram apenas uma Promessa de Compra e Venda, que é considerada juridicamente frágil. (Essa situação, aliás, é recorrente nas ocupações, sejam urbanas ou rurais. Há tanta certeza de que a propriedade é um bem absoluto, que a comprovação é tida como secundária para o pedido de reintegração de posse. Os advogados dos movimentos sociais, já cientes dessa negligência, ancoram nela os argumentos jurídicos para conseguir a posse provisória.) Ainda assim, a população continuou restrita à área do acampamento provisório por mais três meses, devido à vigilância constante da polícia militar. Em todas as ocasiões em que as pessoas ultrapassavam esse limite, eram reprimidas violentamente, inclusive com ameaças de prisão.

No dia 30 de maio, depois de quase dois meses de reuniões com moradores, coordenadores e movimentos sociais sobre o plano urbano, foi iniciada a demarcação do terreno para o parcelamento. Acompanhei os trabalhos nesse dia. Começamos a demarcação por uma área que não tinha boa visibilidade para a polícia. Quando avançamos para uma área mais exposta, rapidamente chegaram as viaturas. A polícia entrou no terreno e nós, que fazíamos a demarcação, nos escondemos nos barracos do acampamento provisório para que não houvesse nenhuma prisão. Enquanto isso, os advogados negociavam com os policiais e apresentavam o mandato de segurança que dava legitimidade à ação de demarcar o terreno para que fosse ocupado em sua totalidade.

Em 6 de junho, os moradores tentaram retomar a demarcação. Cheguei à ocupação mais tarde e soube que eles não haviam conseguido prosseguir, devido à repressão da polícia, que estava usando até um helicóptero militar para dispersar quem insistisse no trabalho. Dia 22 de junho foi então realizada uma reunião com o Comando da Polícia Militar da região e

representantes do Ministério Público, para negociar a demarcação. Essa reunião foi relatada pelo advogado Fábio Alves dos Santos em correspondência para um dos coordenadores do MST.

Nesta segunda-feira, 22, o Ministério Público e comandantes da Polícia Militar estiveram na Dandara. Os promotores de justiça, Gilmar e Luciano, faziam-se acompanhar do assessor Fernando Tadeu e do técnico em meio ambiente, Toninho. A PM se fez presente nas pessoas dos coronéis Tiatini e Queiroz, além do coronel que vai comandar o Batalhão a ser criado na região. Também de comandantes da Polícia Florestal e outros comandantes das companhias militares da região.

Também estavam presentes os advogados do SAI da PUC Minas, Fábio Santos e Cristiano de Melo Bastos. O Pe. Julio Amaral, vigário episcopal da Região Nossa Senhora da Esperança e o estudante de arquitetura, Tiago Castelo Branco.

Tiago Castelo Branco, do Escritório de Integração do Departamento de Arquitetura da PUC Minas, apresentou a todos o projeto urbanístico para o assentamento das mil famílias que se encontram na Dandara. Respondeu a todos os questionamentos a ele apresentados pela PM. Mas o que se sentiu é que a PM não estava interessada em esclarecimentos.

Na oportunidade se denunciou a discriminação da PM para com a Dandara. Da comunidade exige extremo rigor em termos ambientais. Contudo, faz vistas grossas com o esgoto que sai da Escola Estadual e corre para a nascente do córrego. Também se denunciou o abuso de autoridade que a PM está cometendo, ao impedir que se ingresse no local material de construção, em que pese a liminar concedida pelo Tribunal de Justiça.

Em seguida Tiago, o promotor Luciano e o técnico Toninho percorreram toda a área, para colher dados, tendo em vista a confecção de um laudo. A degradação ambiental na área da Construtora Modelo é monstruosa. O projeto apresentado pela PUC Minas poderá ter um viés de recuperação ambiental, tal a sua concepção centrada no viés ecológico.

Ainda esta semana o Ministério Público e a PM vão se encontrar com o juiz que preside o feito da ação de reintegração de posse proposta pela Construtora Modelo. Será mais uma tentativa de se esclarecer os limites a serem postos à ação da PM. Caso não haja mudança de atitude, a

comunidade deverá iniciar a construção de moradias, independentemente de autorização policial. Entendemos que a PM não tem competência para autorizar, nem proibir construção naquela área. A posse foi assegurada às famílias e elas dela podem desfrutar livremente. (Santos, 2009)

A situação perdurou até 12 de julho, o dia em que a população ocupou todo o terreno sem ter chegado a um acordo com a polícia. A ação conjunta com vários dos apoiadores acima mencionados (advogados, arquitetos, estudantes universitários, padres etc.) deixou a força policial receosa em criar um embate direto. A partir de então, o 'inimigo externo' que vinha impedindo a ocupação foi vencido e os conteúdos do plano urbano, em discussão havia meses, se tornaram mais relevantes.

Plano urbano com lotes coletivos

Para a elaboração da primeira proposta de plano urbano foram respeitados os condicionantes do terreno (além da já citada legislação): geomorfologia, regime hidrográfico, vegetação, infraestrutura do entorno e uso e ocupação do entorno. Essas informações foram levantadas *in loco* e complementadas pelo Estudo de Impacto Ambiental para Parcelamento do Solo no Bairro Nova Pampulha, elaborado pela Práxis Projeto e Consultoria em 2006, por encomenda dos proprietários do terreno.¹⁷

Na discussão do plano urbano, buscamos, nem sempre com sucesso, garantir a participação dos moradores. Utilizamos várias formas de representação, tais como desenhos técnicos, croquis e maquetes (FIG. 6), a demarcação de vias e lotes foram desenvolvidos pelos próprios moradores com o apoio de arquitetos e geógrafos (FIG. 7). A primeira proposta era de um parcelamento em 140 lotes coletivos de 1.000 m², com um total de 1.069 unidades habitacionais e um lançamento viário de relativamente poucas ruas (FIG. 8). Os lotes coletivos foram propostos com a intenção de privilegiar os espaços das habitações e as áreas de uso coletivo e preservação ambiental, favorecendo a integração da comunidade. A menor

¹⁷ Tive acesso ao Estudo de Impacto Ambiental para Parcelamento do Solo no Bairro Nova Pampulha numa disciplina do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, lecionada pelo prof. Rogério Palhares, um dos autores do documento. Esse documento também está disponível em órgãos dos governos municipal e estadual.

quantidade de ruas permitiria melhor aproveitamento e, também, mais eficiência na posterior instalação da infraestrutura urbana. Na maior parte dos lotes, essa proposta resultava em 125 m² de terreno por unidade habitacional. Nas encostas sul e sudeste, mais íngremes, os lotes coletivos teriam ocupação menos densa, com aproximadamente 250 m² de terreno por família.

A proposta respeitaria ADE da Bacia da Pampulha¹⁸, que exige lotes de no mínimo 1.000 m² na área de contribuição da lagoa, e a ADE Trevo¹⁹, que estabelece a quota mínima de 120 m² de terreno por unidade habitacional. Ela também atenderia ao Código Florestal Brasileiro, com áreas de preservação ao longo dos cursos d'água. Para delimitar fisicamente essas áreas, foi projetada uma via que circunda a comunidade, gerando um anel viário. Além disso, foi proposta uma via arterial na linha de cumeada do terreno (que coincide com seu eixo de simetria) conectada às vias do entorno, conforme previsto no Plano Diretor de Belo Horizonte e no programa de Estruturação Viária de Belo Horizonte (Viurbs²⁰) com a denominação Via 220.

O que gerou maior resistência dos moradores a essa primeira proposta foram os lotes coletivos. Durante os três meses em que discutiram o plano urbano, essa questão era vista com receio, mas ultrapassar a barreira inicialmente negociada com a polícia era muito mais importante. O plano proposto constituía mais um elemento na negociação, sobretudo pelo fato de respeitar integralmente a legislação urbana vigente. No entanto, a partir do momento em que a barreira do acampamento provisório foi ultrapassada, o lote coletivo se tornou o centro das discussões.

¹⁸ “A ADE da Bacia da Pampulha compreende a área da bacia hidrográfica da lagoa da Pampulha situada no Município, estando sujeita, em função da preservação ambiental da lagoa, a diretrizes especiais de parcelamento, ocupação e uso, de movimentação de terra e de recuperação de áreas erodidas, degradadas ou desprovidas de cobertura vegetal.” (Belo Horizonte, Lei n. 7.166, de 1996, Art. 77).

¹⁹ “A ADE Trevo é destinada a estabelecer condições especiais de ocupação e uso, de forma a garantir e a preservar a paisagem das proximidades da lagoa da Pampulha, criando alternativa de ocupação e mantendo a predominância do uso residencial da região até que seja aprovado o plano global previsto no Plano Diretor. (Belo Horizonte, Lei n. 7.166, de 1996, Art. 91).

²⁰ O Viurbs é um programa de Estruturação Viária do Município de Belo Horizonte que visa integrar diferentes estruturas viárias que já existem na cidade para permitir alternativas viárias transversais ao centro da cidade de Belo Horizonte, rompendo com o paradigma de urbanização radial que caracteriza várias cidades brasileiras. Podem ser encontradas mais informações sobre o programa o website da PBH (www.portalpbh.pbh.gov.br).

É importante lembrar que existem poucos exemplos de compartilhamento de lotes nas cidades brasileiras. O mais comum é o prédio de apartamentos, que a maioria da população não vê com bons olhos. O compartilhamento envolve negociações e conflitos, e não oferece aquela situação em que o proprietário (ou quem detém a posse) é absoluto em suas escolhas. Os moradores da Ocupação Dandara vivem nesta mesma sociedade e estão submetidos a todos os seus discursos ideológicos e, portanto, também à desconfiança em relação a qualquer tipo de coletivização. Soma-se a isso a urgência que envolve uma ocupação urbana. Os problemas ali exigem respostas imediatas. Reflexões que pretendam romper com o senso comum têm que ser construídas no atropelo dos acontecimentos. Nesse contexto, é difícil discutir alternativas com todos os envolvidos, mais ainda quando se trata de um empreendimento tão grande e com tantos participantes.

Plano urbano com lotes individuais

Assim, quando os trabalhos de implantação do primeiro plano urbano se iniciaram de fato, a partir daquele fatídico dia 12 de julho, novas demandas e novos questionamentos foram surgindo, levando a modificações das quais a mais significativa foi a transformação dos lotes coletivos em lotes individuais.

No dia 22 de julho fui convocado para uma reunião na ocupação por um dos moradores, Ronivon, que então se apresentava como porta-voz dos acampados. O objetivo da reunião era discutir uma proposta desenvolvida por ele a partir do plano anterior (FIG. 9). Ela consistia no parcelamento do terreno em lotes individuais, todos de medidas rigorosamente idênticas (8 m x 20 m); a via de contorno lindeira à área de preservação dos córregos e a Via 220 na linha de cumeeada permaneciam, mas eram lançadas várias novas vias para atender os lotes individuais, num padrão geométrico sem relação com o relevo. A proposta de Ronivon teve ampla aceitação dos coordenadores. Somente três deles fizeram ressalvas, preferindo manter os lotes coletivos. Dentro os pontos negativos do primeiro plano, os coordenadores apontavam que seria necessário constituir um condomínio para a futura gestão de cada um dos lotes coletivos, o que implicaria um enorme potencial de conflito. Além disso, a possibilidade de os lotes serem maiores nas áreas mais íngremes estava causando desavenças (diziam que tinha havido até ameaças de morte entre os ocupantes).

Tentei esclarecer que os lotes coletivos proporcionariam melhor aproveitamento do terreno e que poderiam favorecer a coesão da comunidade, especialmente importante naquela situação social frágil. No entanto, ao longo da reunião, percebi que havia uma predisposição em apontar todo tipo de defeitos na proposta dos lotes coletivos, ainda que não fossem especificamente relacionados a esse aspecto (como, por exemplo, o escoamento das águas). A proposta de Ronivon criava a percepção de que cada família poderia solucionar seus problemas sem depender dos vizinhos, ao passo que os lotes coletivos, na opinião dos acampados, implicariam uma perda de liberdade individual. Apontavam, por exemplo, que uma família que quisesse construir um novo cômodo no futuro prejudicaria as demais; com o lote individual, cada um poderia usar sua área como bem entendesse. Foi encaminhada então a proposta de que eu estudaria a viabilidade do plano apresentado por Ronivon para podermos dar prosseguimento aos trabalhos de implantação do parcelamento da Ocupação Dandara.

O segundo plano urbano, desenvolvido a partir disso, passou a apresentar 887 lotes individuais de 128 m² (8 m x 16 m) contra 1069 unidades previstas antes, eles foram organizados paralelamente às curvas de nível e ocupando 32 quadras (FIG. 10). Foram também incluídas três grandes áreas para equipamentos comunitários de educação, saúde e socialização, bem como ruas internas de 10m de largura. A avenida Dandara (Via 220), a avenida de contorno ao longo dos cursos d'água e as áreas de preservação ambiental foram mantidas conforme o projeto anterior. A identificação da comunidade com o novo plano urbano foi imediata. Apesar de dificuldades técnicas, como a falta de equipamentos adequados, a demarcação foi rapidamente realizada pelos moradores, seguindo o projeto proposto (FIG. 11).

Outras questões na Ocupação Dandara

Após a fase de demarcação, outras questões se tornaram importantes, em particular as possibilidades de implantação das casas nos lotes. Para discutir isso com os ocupantes, foi elaborado um material que, com pequenos textos e desenhos, apresentava diferentes partidos arquitetônicos e locações das casas nos lotes, indicando vantagens e desvantagens

de cada opção e apontando aspectos relevantes num projeto de arquitetura, tais como parâmetros da legislação, conforto ambiental e técnicas construtivas (FIG. 12).

Outra discussão girou em torno das soluções técnicas para o esgotamento sanitário das unidades. Como uma possibilidade, a equipe de arquitetos apresentou o Bason, um sanitário seco criado pelo arquiteto Johan Van Lengen (2008). Para explicar seu funcionamento, foram utilizadas uma maquete do equipamento e desenhos detalhando as peças e a construção (FIG. 13). Mas o Bason não foi adotado pela população. As fossas negras continuaram sendo a solução preferida. Quando a ocupação completou um ano, diversos moradores já haviam escavado a segunda fossa. Apesar das condições oferecidas pela plataforma geológica, favorável à infiltração, a concentração de fossas negras (uma por lote de 128 m²) pode levar a uma saturação do solo, com conseqüente redução de sua resistência e contaminação do lençol freático.

O parcelamento do terreno em lotes individuais de dimensões idênticas gerou vários espaços residuais nas quadras, que foram inicialmente destinados a usos coletivos. Nas discussões da coordenação da Dandara, chegou a ser elaborado um plano de gestão para isso. Algumas áreas seriam de praças com equipamentos coletivos, outras seriam de hortas sob responsabilidade dos diferentes grupos que compõem a ocupação. No entanto, muitas dessas áreas coletivas não foram usadas como o previsto e acabaram sendo privatizadas, com a implantação de novos lotes ou a ampliação dos lotes vizinhos.

O plano das áreas coletivas incluiu um Centro Comunitário, para atender a demandas específicas, tais como arquivar documentos, realizar reuniões e receber o público externo que visita a ocupação. A construção desse Centro começou no final de 2009, sendo quase terminada até o fim do ano seguinte (FIG. 14). Desde então, a edificação vem servindo aos usos previstos e, também, como sala de aula do programa de Educação para Jovens e Adultos (EJA), que instalou uma unidade na ocupação e capacitou algumas moradoras como docentes.

Outro edifício coletivo cuja construção mobilizou a população foi o Centro Ecumênico, bem no centro geográfico da Dandara, tal como previsto no plano urbano (FIG. 15). Ele começou a ser construído no final de 2010 pelos próprios moradores. Menos de um ano depois já era

utilizado para as celebrações religiosas. Mais tarde o edifício foi consagrado como templo católico e hoje é a Igreja da Dandara, tendo como padroeiro o Sagrado Coração de Jesus e recebendo apenas celebrações católicas, não ecumênicas. A Igreja é vinculada à paróquia Imaculada Conceição e tem como vigário o Padre Antônio Paulo Sagrilo.

Após a implantação do plano urbano, houve outras ações na Dandara envolvendo estudantes de graduação em arquitetura e engenharia da PUC-Minas, da UFMG e do Centro Universitário Izabela Hendrix. Algumas disciplinas dos cursos de graduação dessas instituições têm utilizado esse espaço para a elaboração de trabalhos acadêmicos de projeto. Tais ações em geral são consideradas positivas por gerarem produtos que beneficiam os moradores, além de darem visibilidade à ocupação em diferentes meios sociais.

Em junho de 2011, mais de dois anos depois do início da ocupação, houve uma tentativa de negociação entre os moradores e os proprietários do terreno, realizada pelo Juiz de Direito da 20ª Vara Cível do Fórum Lafayette, Renato Luiz Faraco. Na ocasião, o magistrado deveria tomar sua decisão sobre a ação de reintegração de posse e optou por primeiro tentar um acordo entre as partes. Foram então realizadas várias audiências e reuniões para discutir soluções conciliatórias. Nessas tentativas, eu e um grupo de arquitetos e graduandos em Arquitetura e Urbanismo representamos como técnicos os moradores da Ocupação Dandara²¹.

A proposta desenvolvida por nossa equipe consistia num adensamento do terreno mediante a construção de sobrados em áreas até então usadas como ruas da ocupação (FIG. 16). Parte das famílias seria removida dos lotes individuais e passaria a habitar os sobrados (FIG. 17), abrindo espaço para mais unidades habitacionais, que seriam construídas e comercializadas pelos proprietários no mercado imobiliário. Mas essa proposta não foi aceita pelos proprietários, que pleiteavam, em vez disso, pela desocupação total do terreno para a

²¹ Compuseram essa equipe Ana Carolina Loures Jesus, Ana Luísa Giacomini Nogueira Coelho, Bruno Giacomini Nogueira Coelho, Denismar do Nascimento, Elisabetta Mckena, Érico de Oliveira e Silva, José Eustáquio Machado de Paiva, Laís Grossi de Oliveira, Marco Antônio Souza Borges Netto, Margarete Maria de Araújo Silva, Maria Cecília Alves, Pedro Henrique Barbosa Ribeiro, Shoal Shekrel, Thiago Rosa e eu.

construção de edifícios de apartamentos, dos quais uma parte seria reservada a moradores da ocupação que se enquadrassem nos parâmetros da política habitacional municipal (FIG. 18).

A proposição da construtora foi discutida em várias reuniões da coordenação e em assembléias. A idéia de morar nos apartamentos acabou sendo aceita pela população. Joviano Mayer (2014, advogado e militante) relata como os militantes das Brigadas, os coordenadores e outros apoiadores se esforçaram para isso e como conseguiram “superar” as opiniões contrárias. No entanto, a exigência da construtora de que os moradores saíssem do terreno durante as obras era vista com grande receio, como conta Wagna Lima, que participou de várias reuniões com a Construtora Modelo.

Claro, o que ele [Geraldo, representante da Construtora] queria, ele queria que construísse os prédios na comunidade, só que os moradores teriam que sair da comunidade ou ir morar em casa de amigo ou no bolsa aluguel, em qualquer lugar, em abrigo. Assim eles construiriam os predinhos e depois chamavam todos de volta. Lero lero puro. Eu até falei com o doutor Geraldo na época. *Doutor Geraldo, dentro da comunidade tem pessoas analfabetas, mas não tem pessoas burras.* Ele falou comigo que ele não discutia o assunto com movimentos sociais. E eu disse, *então você está discutindo com a pessoa errada, porque eu sou dos movimentos sociais, e ficou aquela questão.* (Lima, 2014, militante e moradora)

No final de agosto de 2011, a população se posicionou contrária à negociação com a construtora e a possibilidade de acordo proposta pelo judiciário foi abandonada. O Juiz Renato Luiz Faraco tomou sua decisão a favor da reintegração de posse, sendo o mandato expedido em outubro de 2011.

Apesar da ação de reintegração de posse, a batalha jurídica continua. Em 2010, a Defensoria Pública havia entrado com uma Ação Civil Pública contra a Construtora Modelo, o Estado de Minas Gerais e o município de Belo Horizonte, para que o terreno fosse desapropriado e o poder público providenciasse moradia para as famílias. No início de 2014, o Juiz Manoel dos Reis Morais, da 6ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte, esteve na Ocupação Dandara para vistoriar o terreno (FIG. 19). Essa visita deveria servir para

fundamentar sua decisão em relação à Ação Civil Pública perpetrada pela Defensoria Pública em 2010. A decisão ainda não foi tomada.

Em junho de 2014, todos os lotes da ocupação Dandara estão com construções em alvenaria, sendo a grande maioria de blocos cerâmicos sem reboco externo (como é comum nas periferias das cidades brasileiras) e algumas num estágio mais avançado de acabamento (FIG. 20). Devido ao sucesso da ocupação na região, como alternativa de moradia urbana, a pressão para a entrada de novos moradores é constante (FIG. 21). Por isso, tem havido demarcação de novos lotes em áreas não previstas para isso, dentre elas as áreas de preservação ambiental junto aos córregos.

Ocupação Eliana Silva

A Ocupação Eliana Silva é um assentamento urbano na região do Barreiro, também em Belo Horizonte, nas proximidades do município de Ibirité (FIG. 22). Seu nome homenageia uma militante do MLB e liderança da Ocupação Corumbiara, que faleceu há alguns anos. Desde a década de 1990, o MLB realiza ocupações urbanas em vários lugares do Brasil (na Paraíba, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte²²), além da Ocupação Corumbiara em Belo Horizonte em 1996. A Ocupação Eliana Silva foi a retomada de suas ações políticas através de ocupações urbanas na capital de Minas Gerais.

A ocupação Eliana Silva ocorreu em dois momentos e em dois locais diferentes, ambos nas margens da avenida Perimetral do distrito industrial do Vale do Jatobá, no bairro Santa Rita. A primeira tentativa, num terreno público, envolveu 150 famílias, número que aumentou nos primeiros dias. Ela começou em 21 de abril de 2012, mas foi mitigada dia 11 de maio de 2012, com o argumento de que se tratava de uma Zona de Preservação Ambiental (ZPAM).²³ A segunda tentativa, num terreno particular, vago havia décadas, envolveu cerca de 250 famílias. Ela se iniciou em 24 de agosto de 2012 e ainda está em curso (FIG. 23). O terreno da

²² O PCR, ao qual o MLB está vinculado, tem uma atuação destacada no nordeste brasileiro devido à sua origem. O partido foi fundado em 1966 por Manoel Lisboa de Moura (1944-1973) na cidade do Recife.

²³ De fato, ali havia sido uma Zona de Grandes Equipamentos (ZE), prevista para uso industrial, até 2000. Nesse ano, a Lei n. 8.137 passou a classificar parte da área como ZPAM devido à presença de cursos d'água contribuintes da bacia do ribeirão Arrudas.

segunda ocupação é classificado como ZE, zona também predominante no seu entorno imediato, ao lado de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

A ocupação Eliana Silva está na área de contribuição dos córregos Mineirão e Olaria, que, por sua vez, são partes da sub-bacia do Alto do Arrudas e do Barreiro (FIG. 24). O terreno é um divisor entre duas linhas de drenagem, que formam um pequeno curso d'água (FIG. 25). Os córregos que delimitam a ocupação Eliana Silva estão entre as primeiras nascentes da bacia hidrográfica do ribeirão Arrudas (FIG. 26).

A primeira ocupação Eliana Silva foi preparada por nove meses. O MLB constituiu núcleos no Barreiro e em alguns outros bairros, na perspectiva de uma reorganização de suas bases. Segundo o militante Leonardo Péricles (2013 b, militante e morador), esse processo resultou em encontros estaduais do movimento e culminou no Terceiro Congresso Nacional do MLB, em outubro de 2011. A mobilização no Barreiro se dava em bairros e vilas próximos ao local onde seria a ocupação, como a Vila Santa Rita. Uma coordenadora das ocupações Eliana Silva I e II, Poliana de Souza Pereira Inácio, morava nessa vila e relata como entrou em contato com o MLB e aderiu ao movimento.

Eu peguei um mosquitinho que falava assim: Lute pela casa própria, você que mora de aluguel ou de favor, venha conhecer o movimento. Era isso. O MLB não falava nada de ocupação. Eu fui porque falou Lute pela casa própria. Eu falei, caramba, preciso lutar pela casa própria. Na verdade, nem era pra mim, meu primeiro pensamento não era pra mim mesma. E eu falei, vou lá ver o que é isso às vezes é um caminho pra eu conquistar a casa da minha mãe. E é muito engraçado que, assim, eu não fiz nenhuma ligação à prefeitura na hora. Eu fico pensando isso hoje porque eu lembro que na hora que eu peguei eu pensei assim: Se pela prefeitura eu não consegui... Meu primeiro pensamento foi esse. Minha mãe estava inscrita no Minha Casa Minha Vida quando fez a primeira inscrição, então meu primeiro pensamento foi esse, talvez aqui eu consiga alguma coisa. (Inácio, 2014, militante e moradora)

As pessoas interessadas começavam a participar de reuniões de preparação para a ocupação. Além disso, foi estruturada uma rede de apoio antes da ocupação propriamente dita, “para que nos primeiros dez minutos de entrada no terreno já pudéssemos divulgar nos blogs, lançar no Facebook, contactar a imprensa” (Péricles, 2013b, militante e morador). Ela

funcionou durante todo o processo, incluindo a fase do despejo e a segunda ocupação: “essa parte da comunicação e da rede de apoio é central, porque se ficarmos isolados, nós não damos conta” (Péricles, 2013b, militante e morador).

Primeiros momentos

Na madrugada entre 20 e 21 de abril de 2012, o grupo de 150 famílias adentrou o primeiro dos terrenos da Ocupação Eliana Silva.

Era uma hora da manhã, logo que entramos no terreno chegou a polícia, tinha até helicóptero e várias viaturas, foi uma pressão gigantesca. Nós ficamos a madrugada inteira numa tensão muito grande. Aí chegou o pessoal da OAB, chegou o pessoal da CPT, entre outros apoios, setor do movimento estudantil e sindical. (Péricles, 2013 a, entrevista)

No dia seguinte, Frei Gilvander Luís Moreira da CPT entrou em contato comigo para conhecer a nova ocupação e ajudar na instalação da população, respeitando os parâmetros urbanísticos do município. Já na minha primeira visita, em 22 de abril, fui convidado a falar numa assembleia e expus a todos a minha suspeita de que o terreno fosse uma ZPAM, o que seria possivelmente um argumento para a retirada da população pelo poder público (FIG. 27). No fim do dia, confirmei essa suspeita e informei o Frei Gilvander. Ainda assim, os militantes do MLB solicitaram a elaboração de um plano urbano no menor prazo possível, para que pudessem demarcar os lotes e construir casas de alvenaria, dificultando o despejo.

Em 30 de abril apresentamos um esboço de plano urbano para a avaliação dos moradores e do movimento social (FIG. 28). Participaram dessa reunião os coordenadores do assentamento provisório e representantes do MLB. Percebi que a organização apresentava algumas diferenças importantes em relação à experiência anterior na Dandara, pois, ao contrário dos militantes das Brigadas Populares e do MST, os militantes do MLB pretendiam morar na ocupação que estavam promovendo.

No dia 08 de maio foi realizada uma nova reunião com representantes dos moradores e membros do MLB, num local público do centro de Belo Horizonte, para a entrega do plano

urbano finalizado (FIG. 29)²⁴. Por se tratar de uma ZPAM, uma característica central desse plano urbano era a tentativa de promover a convivência dos moradores com a água no meio urbano. Pretendíamos recuperar e consolidar as áreas de montante para jusante, obedecendo aos processos naturais. Estabeleceram-se, assim, alguns princípios norteadores de todo o plano:

- Solução local e progressiva, proporcional à capacidade de ação construída coletivamente e à disponibilidade de recursos;
- Ação imediata para a limpeza da área, com a retirada do lixo e solução dos efeitos colaterais (ratos e outras pragas), revegetação e manutenção das cabeceiras e margens;
- Mapeamento e quantificação das fontes poluidoras e situações de risco para o planejamento participativo das intervenções;
- Experimentação, aprimoramento e difusão dos processos de planejamento, decisão, gestão, gerenciamento e manutenção das intervenções mediante a formação e a capacitação profissional dos agentes envolvidos;
- Descentralização dos processos de coleta, disposição e tratamento de resíduos, mediante soluções tecnológicas favoráveis à acomodação dos impactos negativos da urbanização (lixo, esgoto etc.) na própria área em que são gerados;
- Soluções tecnológicas de baixo impacto ambiental para edificações, sistemas de abastecimento, estabilização de encostas, acessos e pavimentação.

A partir desses princípios, respeitando a relevância ambiental da área, o projeto definiu lotes de 125 m² com duas unidades habitacionais em cada um, totalizando 229 unidades.²⁵ Além

²⁴ Participaram da elaboração deste primeiro plano urbano para Ocupação Eliana Silva I os arquitetos Marcelo Laje e eu, além dos graduandos em Arquitetura e Urbanismo Bruno Giacomini Coelho e Marco Antônio Borges Neto. Dentro os moradores participaram da equipe Leonardo Péricles, Poliana Souza e Sandro Alberto Cabral.

²⁵ Além dos 104 lotes de 125 m², havia algumas exceções: oito lotes de 63 m², um lote de 135 m², um de 190 m², um de 207 m² e um de 302 m².

disso, foram definidas três áreas institucionais (de 1.351 m², 284 m² e 1.235 m²). Mais da metade dos 41.400 m² do terreno foram destinados à área de preservação.

Despejo

Na madrugada entre 10 e 11 de maio de 2012 começou uma grande movimentação entre os envolvidos na primeira ocupação Eliana Silva, depois da notícia de que no dia seguinte seria realizada a reintegração de posse do terreno. Os relatos de Frei Gilvander e da coordenadora Poliana de Souza Pereira Inácio mostram como foi tensa aquela noite.

Eu estava dormindo e aí meu celular tocou, e do outro lado uma voz falou: Olha eu sou um oficial militar, estou aqui com uma insônia, não consigo dormir, estou com uma crise de consciência, eu resolvi te ligar Frei Gilvander, porque amanhã cedo vai acontecer o despejo da ocupação da Eliana Silva. Eles não avisaram vocês, mas eu quero te avisar, porque eu estou temendo que possa ter morte, e eu não posso me revelar. Ao falar isso, ele desligou. Eu levantei, e das duas da madrugada até as cinco da manhã fiquei escrevendo nota e telefonando para os apoios. (Moreira, 2013, religioso e ativista)

Durante a noite chamaram a gente e falaram: Olha pode ser que tenha um despejo. Teve uma denúncia e parece que um delegado ou alguém da polícia ligou falando. Então pode ser que tenha um despejo. Eu lembro que a gente ficou muito tenso, e eu estive na portaria naquela noite e a polícia passou e falou, a batata de vocês está assando e riu. Eu fiquei na ronda aquela madrugada até umas duas horas da manhã na portaria. Aí fui dormir, cochilar, porque a gente não dormia. E aí a gente marcou de levantar às cinco da manhã. Teve gente que nem dormiu. Eu, como tinha ficado na portaria, eu dormi. Às cinco horas da manhã eu levantei e já tinha vários apoiadores na ocupação. Estava o Joviano, advogado, o Élcio, o Frei Gilvander, várias pessoas... e a gente conversando o que ia fazer. E aí eu lembro que foi dito que eles não tinham nada, não tinham um mandado judicial, nada pra eles fazerem o despejo naquele momento, nada de concreto. (Inácio, 2014, militante e moradora)

Pela manhã, vi as notas publicadas em redes sociais. Era evidente a preocupação de todos com a ameaça de despejo imediato e a violência que isso poderia gerar. As notas esclareciam que a ação de despejo coletivo havia sido autorizada pela Juíza de Direito da

6ª Vara de Feitos da Fazenda Municipal da Comarca de Belo Horizonte em 26 de abril, mas que a assessoria jurídica da ocupação havia interposto um recurso de Embargo de Declaração para revogar a decisão, argumentando que os documentos do processo não comprovavam a propriedade do terreno pela PBH e que havia uma declaração de cartório informando a inexistência de averbação, matrícula e registro daquela área. As notas informavam também que, em 22 de abril, a PBH havia perdido a primeira liminar de despejo exatamente pela falta de prova documental da propriedade. Mas o principal, naquele momento, era o medo da truculência da polícia.

As 350 famílias sem teto agrupadas no Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB – temem pelo despejo, porque no acampamento debaixo da lona preta, estão dormindo crianças de colo e recém nascidas.

A incursão da tropa de choque da POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS poderá colocar em risco de morte os ocupantes, uma vez que existem também pessoas com deficiência que não podem correr na hora do despejo.

Há o risco iminente de massacre e morte de muitas pessoas com a entrada de policiais fortemente armados. O uso de gás lacrimogêneo, gás de pimenta, é letal para idosos e para crianças recém-nascidas ou menores de 05 (cinco) anos de idade. Pode haver também o risco de pisoteamento de pessoas no momento da confusão com a incursão das tropas da Polícia Militar. (Moreira, 2012)

De fato, a polícia cercou o terreno pela manhã, impedindo qualquer saída ou entrada de moradores. Sandro Cabral, morador da ocupação, conta como foram esses momentos.

Eu tinha saído da Eliana, tinha ido lá ao serviço avisar que eu não iria poder trabalhar no dia – que eu trabalhava aqui do lado da Vila Corumbiara, num conjunto de apartamentos que tem lá, dando uma manutenção. E eu saí, eram sete e meia da manhã e não tinha viatura nenhuma na rua. Na hora que eu cheguei lá, já chegou uma menina com carro lá e disse que a polícia estava cercando e tinha um galpão ao lado, que o segurança do galpão é policial e deixou um monte de viaturas lá. E, quando eu cheguei, não consegui entrar na Eliana. Algumas pessoas que saíram pra trabalhar, que trabalharam à noite, não conseguiram entrar. (Cabral, 2014, militante e morador)

A informação sobre o cerco da polícia circulou nas redes sociais numa nota com letras em caixa alta expressando o desespero que se instalava.

URGENTE!!!!!!!!!!!!!! A POLÍCIA PROMOVE UM CERCO DE 1 KM DE RAIOS NA OCUPAÇÃO ELIANA SILVA NÃO PERMITINDO O ACESSO DE QUALQUER UM ÀS PROXIMIDADES DA OCUPAÇÃO, INCLUSIVE A IMPRENSA. O APARATO POLICIAL É OSTENSIVO E PROMETEM PROMOVER A DESOCUPAÇÃO DO TERRENO DENTRO DE 45 MINUTOS. (Bittencourt, 2012)

Enquanto a polícia cercava o terreno, uma comissão de moradores e militantes do MLB foi à cidade de Betim, onde a presidenta Dilma inauguraria naquele mesmo dia um conjunto habitacional do PMCMV. A intenção era lhe entregar um ofício, denunciando o despejo, para que ela suspendesse reintegração de posse.

Eu estava quase no meio do caminho, chegando em Betim, e alguém falou, *cara, a polícia chegou aqui.* [...] Minha vontade foi de voltar, mas eu já estava quase lá. Mas, assim, se a gente voltasse não tinha carta, e a esperança era entregar essa carta na mão da Dilma e ela mandar parar esse despejo. (Inácio, 2014, militante e moradora)

O prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, estava presente na inauguração do conjunto habitacional em Betim, acompanhando a presidenta. O episódio mostra a disparidade entre encenação e realidade política.

Márcio Lacerda estava em cima do palco do lado da presidenta, na hora que o despejo da Eliana estava acontecendo, na hora ele estava em Betim e mandando beijo para a gente. O Gladson gritou horrores para ele, gritando, *você está fazendo o nosso despejo, o Eliana Silva está sendo despejado.* Ao ouvir do que se tratava, ele parou de mandar beijos. (Inácio, 2014, militante e moradora)

Ao meio dia, após entregar o ofício a presidenta Dilma, a comissão que voltava de Betim de carro já não conseguiu nem se aproximar da ocupação. Seguiram a pé e, embora a polícia não os deixasse entrar, viram que o despejo e o enfrentamento das famílias com a polícia estava acontecendo de fato (FIG. 30). Como símbolo da retomada do terreno, os agentes do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) demoliam os barracos e a única construção de alvenaria, que abrigava a cozinha e o centro comunitários.

Estavam demolindo os barracos, a SLU estava lá dentro demolindo os barracos. Foi a cena mais horrível. Na hora que eu cheguei, eles estavam demolindo a cozinha. De fora a gente viu, muita gente chorando, muita família do lado de fora, porque muita gente saiu pra levar filho para escola, muita gente. Muita gente não estava lá pra ver o despejo, tinha muita gente, tinha famílias separada, uns lá dentro outros de fora, e os que estavam lá de dentro tinham que resistir. Foi muito ruim. (Inácio, 2014, militante e moradora)

Durante todo o dia foi realizada a limpeza do terreno, mas a população se recusou a sair, argumentando que, se o terreno fosse mesmo público, poderiam ficar ali como qualquer cidadão. À noite, os moradores impedidos de entrar ficaram acampados numa rua próxima. Moradores das ocupações Camilo Torres e Irmã Dorothy, vizinhas da Eliana Silva I, apoiaram sua resistência e suas manifestações durante toda a madrugada.

A gente gritava de fora *MLB* e eles respondiam *essa luta é pra valer*. Tipo isso, puxava metade da palavra de ordem, eles respondiam. O pessoal da comunidade Camilo Torres e da Irmã Dorothy ajudou muito, muito, muito. Serviu comida deu para gente, coberta, deu água. O pessoal do lado de dentro estava sem água, sem comida. Por alguns momentos eu tentei entrar no terreno pelo lado de baixo, não consegui, polícia sempre atrás, não consegui entrar. Nessa noite a gente fala que dormiu do lado de fora, mas a gente não dormiu, ficamos acordados, vigiando, porque tínhamos medo da polícia fazer ruindade com alguém. Estava muito escuro, então, não tinha luz, eles cortaram a luz elétrica, tinha um holofote, mas estava virado pros carros da polícia. Então não dava pra ver. Se a polícia pegasse alguém, machucasse, batesse, não dava pra ver. (Inácio, 2014, militante e moradora)

Essa situação se manteve no dia seguinte, um sábado. Uma nova nota publicada nas redes sociais informou que tanto os advogados do MLB, quanto a Defensoria Pública e o Ministério Público se mobilizavam para interditar a reintegração de posse (Moreira, 2012) (FIG. 31). No fim do dia, os militantes do MLB decidiram que seria melhor ceder, ao menos naquele momento. As famílias saíram do terreno e foram acampar numa escola sindical próxima.

Não tinha muito como resistir, as famílias estavam cansadas, não tinha como ir ao banheiro, eles quebraram tudo [...] Eles levaram a geladeira, fogão, comida, botijão de gás, levaram tudo, não tinha comida, não tinha água, não tinha como resistir lá dentro, não tinha o que fazer. A gente decidiu, se a gente fica aqui, a gente fica sufocado. Daqui a pouco um tanto de gente vai ter que sair, porque vai estar passando mal. Ou a gente recua, fica mais forte e volta com mais força. Então essa foi a decisão, vamos sair, fortalecer e voltar. Não foi fácil, porque as pessoas não queriam sair, as famílias queriam ficar, mas a gente como movimento viu que se elas ficassem ali ia ser ruim, porque ia entrar num estado de mais precariedade ainda. Era submeter as famílias ao absurdo. (Inácio, 2014, militante e moradora)

Na noite seguinte houve um show de hip hop na regional Barreiro. Durante o evento, o rapper paulistano Emicida manifestou seu apoio à ocupação Eliana Silva numa canção e foi preso ao final do show por desacato à autoridade. Esse fato deu visibilidade ao conflito, como mostra uma nota publicada pelo portal G1.

O músico foi detido às 19h30, segundo disse ao G1 Evandro Fioti, que é produtor de Emicida e estava no local. Meia hora depois, o cantor publicou em seu perfil no Twitter a seguinte mensagem: “Fui preso por desacato a autoridade após o show em BH por causa da música dedo na ferida”.

Ele havia se apresentado num evento chamado Palco Hip Hop, que acontecia no bairro Barreiro e tinha entrada gratuita. Segundo relatos de policiais civis de plantão que registraram o TCO, policiais militares disseram que o cantor, no início de seu show, afirmou “que apoiava a invasão ao terreno Eliana Silva [conjunto habitacional] no Bairro Barreiro e também pediu que o público levantasse o dedo no meio e apontasse para os policiais militares”.

A assessoria de imprensa da Polícia Militar tinha dito anteriormente que Emicida fora detido, após o término da apresentação, por ter incitado o público a fazer gestos obscenos contra policiais militares do 41º Batalhão, que faziam o policiamento no evento, e contra políticos. A PM, no entanto, não soube informar se havia políticos presentes. (Portal G1, 2012)

Na segunda-feira seguinte, a população da Eliana Silva ocupou a porta do prédio da PBH na avenida Afonso Pena, no centro da cidade, para pressionar o poder municipal a uma

negociação com as famílias e os movimentos sociais. O Portal do Jornal Estado de Minas veiculou a notícia.

Famílias que foram despejadas da Ocupação Eliana Silva, no Barreiro, montaram acampamento na porta da Prefeitura de Belo Horizonte na manhã desta segunda-feira. O grupo ocupou a calçada da Avenida Afonso Pena, no Centro de BH, para protestar contra a ação de desocupação que retirou cerca de 350 famílias no terreno na Rua Perimetral, Bairro Santa Rita.

Segundo coordenador do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, Leonardo Pérciles, a comunidade vai ficar acampada na prefeitura até conseguirem negociar com o prefeito Marcio Lacerda (PSB) uma moradia para as famílias. A Polícia Militar (PM) informou que são cerca de 70 pessoas na manifestação desta segunda. Segundo a BHTrans, o protesto deixou o trânsito lento na Afonso Pena, entre avenidas Amazonas e Álvares Cabral. (Portal Jornal Estado de Minas, 2012)

A ocupação na porta da prefeitura se manteve por três dias. Já nesses dias, participei de algumas reuniões em que as lideranças me sondaram para ajudar na organização de uma nova ocupação (FIG. 32). Sua demanda era de pesquisa de terrenos na região, verificação dos parâmetros urbanísticos e construção de uma proposta de plano urbano. Queriam que, dessa vez, as famílias pudessem se dirigir aos seus lotes desde o primeiro momento da ocupação, consolidando-a quase que de imediato e dificultando as tentativas de despejo.

Organização de uma nova ocupação

Depois dos dias de acampamento na porta da prefeitura foi marcada uma assembleia na qual, contrariando as expectativas do MLB, as famílias despejadas compareceram em peso. “Então isso deu mais gás, porque você olhava e falava, *cara, mas essas pessoas precisam, depois de um despejo violento desse, elas precisam muito.*” (Inácio, 2014, militante e moradora)

Seguiram-se inúmeras reuniões para a organização da nova ocupação, particularmente porque só se conversava ao vivo; ninguém mencionava o assunto ao telefone ou em redes sociais e correios eletrônicos, pela suspeita de que as lideranças estariam sendo

monitoradas. Essas aguardavam um momento mais favorável para a nova ocupação, pois perceberam que, além do fato de se tratar de uma propriedade pública, contribuiu para a agilidade do despejo e a recusa de qualquer negociação, o receio do prefeito (candidato a reeleição) que a reintegração de posse do imóvel contaminasse o processo eleitoral na cidade marcado para outubro 2012.

Em meados de julho de 2012, o momento mais favorável para uma nova ocupação parecia ter chegado. O quadro político municipal era de ruptura entre os partidos que compunham a base governista, pois o PSB, ao qual então pertencia o prefeito Márcio Lacerda, rompera a aliança eleitoral e administrativa com o PT. As lideranças viam essa situação com bons olhos; poderiam obter apoio, mesmo que informal, de vários políticos filiados ao PT. Além dessa conjuntura local, o momento da campanha eleitoral também era favorável, pois os candidatos evitariam conflitos políticos e o prefeito era candidato à reeleição.

A organização da nova ocupação incluiu também reuniões de preparação dos futuros moradores. Participei de uma delas, realizada numa área pública próxima ao terreno a ser ocupado. Fiz uma rápida apresentação da minha trajetória profissional, mas fui instruído pelo MLB a não dizer nada sobre o terreno escolhido, para que a notícia não se espalhasse e fosse utilizada contra a ação. O local da nova ocupação era conhecido por poucas lideranças e seria revelado aos demais somente no dia decisivo. Poliana de Souza Pereira Inácio (2014, militante e moradora), por exemplo, mesmo sendo militante do MLB, só ficou sabendo que terreno seria ocupado “cinco minutos antes”, no momento em que teve que informar o destino ao motorista do ônibus que levava às famílias para lá.

Na última reunião de organização da nova ocupação foram discutidos aspectos jurídicos, para que não houvesse despejo imediato pela polícia militar, e foi definido o momento da entrada. Na manhã de 25 de agosto de 2012, um sábado, o MLB divulgou uma nota nas redes sociais.

Uma nova ação dá continuidade à luta das famílias da Ocupação Eliana Silva. Aguardando há mais de 3 meses por uma posição da prefeitura de Belo Horizonte para solucionar os problemas de cerca das 350 famílias, o movimento realizou uma nova ocupação pelo direito à moradia.

As famílias chegaram ao local na quarta-feira, dia 22 de agosto, e de forma discreta foram se organizando pacificamente na região do Barreiro. Coordenadas pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e determinadas a conquistar o direito humano universal de morar dignamente. As famílias esperam que dessa vez a prefeitura dialogue com o movimento.

A nova investida das famílias é uma consequência do descaso da Prefeitura e do Governo do Estado frente ao déficit habitacional em Minas Gerais, que chega a índices alarmantes, como já foram denunciados pelos movimentos sociais e órgãos de imprensa. A ocupação mantém o nome de Eliana Silva em homenagem a uma das mais importantes lideranças da luta pela moradia digna para o povo pobre em BH. (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, 2012)

No mesmo dia se instalou o assentamento provisório (FIG. 33). Houve confronto com a polícia militar, mas ela não estava amparada legalmente para despejar a população, pois isso exigiria um flagrante. Mas alguns militantes haviam se instalado no terreno desde 22 de agosto exatamente para evitar isso e sua presença foi testemunhada pelos vizinhos. Alguns advogados foram presos no confronto, mas a população se manteve no terreno.

Uma das negociações importantes nesses primeiros momentos foi a manutenção das crianças na ocupação. O juizado de menores pretendia retirá-las, com ou sem as mães, por entender que o local não era adequado para menores. Para impedir isso, foi acordado com os movimentos sociais e os moradores que providenciassem o mais brevemente possível a construção de uma creche. O plano urbano para a nova ocupação estava esboçado, mas ainda era necessário fazer ajustes e, principalmente, discutir com os moradores. Mesmo assim, tivemos que determinar naquele momento onde seria a creche, para que a sua construção pudesse começar no dia seguinte. O local escolhido foi o centro geográfico do terreno, com uma grande árvore na proximidade.

Ficou agendado para a segunda-feira seguinte uma reunião na Escola de Arquitetura da UFMG para a decisão do plano urbano da Ocupação Eliana Silva II. Além de representantes do MLB e moradores, foram convocados voluntários pelas redes sociais. Alguns arquitetos manifestaram interesse em participar.

Plano urbano e demarcação

Na reunião acima mencionada foram utilizados desenhos e uma maquete na escala 1/1000 para a discussão da proposta de parcelamento e lançamento viário (FIG. 34).²⁶ Essa proposta privilegiou vias principais de baixa declividade, prevendo o lançamento do esgoto sanitário na avenida Perimetral, onde existe um ramal interceptor de esgotos. Além disso, o sistema viário incluiu alamedas de 4 m de largura e maior declividade, atravessando as quadras. Os lotes ficariam dispostos ao longo dessas alamedas, paralelos às curvas de nível, gerando pouca movimentação de terra durante as construções.

Os lotes foram projetados com 126 m² (7 m x 18 m) para o compartilhamento por duas unidades habitacionais. Os moradores que participaram das reuniões de projeto manifestaram enfaticamente que todas as unidades deveriam ter acesso direto à via pública para evitar conflitos. Assim, projetamos alamedas em ambas as faces menores de cada lote (FIG. 35). Na prática, isso significava que não seriam lotes coletivos, mas lotes individuais de 63 m² cada. Apenas formalmente seriam considerados coletivos, atendendo à exigência legal de área mínima de 125 m².

O esgotamento sanitário foi uma baliza na concepção do parcelamento, pois o terreno da ocupação está numa condição geológica que requer cuidado na manipulação e infiltração de águas. Ele é parte do complexo metassedimentar do Grupo Sabará, com solo de filito de colorações variadas (FIG. 36). No Grupo Sabará predominam sedimentos de quartzo, em grãos muito finos e laminares, de modo que sua composição pode ser comparada a uma massa folhada (Carvalho, 2001, p. 46). Essas características tornam o terreno muito vulnerável à desestabilização pelas águas, o que tende a ser agravado no caso de moradias autoconstruídas com poucos recursos.

Durante a implantação do plano verificou-se a dificuldade para ligar o esgoto das unidades ao interceptor de esgoto na avenida Perimetral. Poucos lotes tinham como aproveitar essa infraestrutura já instalada. Foram então estudadas alternativas, como o Tanque de

²⁶ Participaram cinco moradores da ocupação Eliana Silva II e três militantes do MLB. Entre os arquitetos estavam Carina Guedes, Junia Maria Ferrari e Margarete Maria de Araújo Silva e eu, além dos graduando Ana Carolina de Jesus, Bruno Giacomini Coelho e Poliana Ambrósio.

Evapotranspiração (TEVAP) (FIG. 37) e o círculo de bananeiras (FIG. 38). Também foi desenvolvido um plano geral dessas soluções a serem adotadas em toda a ocupação (FIG. 39).²⁷ Mas o plano sofreu alterações no decorrer de sua implantação.

O plano urbano da Eliana Silva II foi apresentado à coordenação em 29 de agosto de 2012. Imediatamente os moradores iniciaram a implantação para evitar o despejo. Os trabalhos ocorriam durante a semana para driblar a fiscalização da polícia e da vizinhança, porém, o final de semana era também o momento em que os moradores tinham condição de acompanhar e ajudar no processo de demarcação.²⁸ Durante o mês de setembro, os trabalhos foram acelerados, pois havia o temor de que, com o fim do período eleitoral, pudesse ocorrer o despejo. Assim que a demarcação terminou, o MLB fez a distribuição dos lotes para que os moradores começassem a construir. Depois de três semanas, já havia 20 casas de alvenaria. O entusiasmo entre os ocupantes era bem maior do que na Eliana Silva I.

É engraçado que, quando você divide a terra, as pessoas começam a ficar mais responsáveis, no sentido de *nossa recebi meu lote preciso fazer alguma coisa nele, preciso segurar esse espaço*. Aí a construção de alvenaria foi muito rápido, ai a gente começou a dividir lote com cinco dias para quem participava mais. Eu lembro que na primeira assembleia que a gente entregou o lote número 1. Foi uma euforia. As pessoas ficaram muito felizes e a gente entregava os lotes e fazia um multirão pra construção das alvenarias [...] numa noite a gente levantava alvenaria. [...] Isso para nossa permanência foi fundamental, porque fazer o despejo na lona é difícil já dá um desgaste, agora imagina na alvenaria, as pessoas trazem fogão, um colchão... E isso ocorre quando você constrói na alvenaria, mesmo que seja do tamanho da barraca de lona. As pessoas mudam de fato, elas vem pra cá, moram aqui. Então pra nossa consolidação foi fantástico ter o projeto rápido. (Inácio, 2014, militante e moradora)

²⁷ Esse plano foi desenvolvido por mim e pelo graduando Bruno Giacomini Coelho, para execução pelo grupo de pesquisa PRAXIS, da Escola de Arquitetura da UFMG.

²⁸ Esse processo foi acompanhado pela graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Poliana Ambrósio. Também contribuíram para a implantação os trabalhos da disciplina “Assentamentos Urbanos Precários”, do curso noturno de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, que passou a utilizar a ocupação como objeto de estudos. A disciplina era conduzida pelas professoras Margarete Maria de Araújo Silva e Junia Maria Ferrari de Lima.

A construção de casas de alvenaria numa ocupação também favorece a estabilização de sua população, que tende a ser muito flutuante num assentamento provisório, dificultando a resistência à eventual reintegração de posse e gerando atritos internos. Souza e Teixeira (2009, p. 62), referindo-se a ocupações urbanas no Rio de Janeiro e em São Paulo, observam que tal flutuação não é necessariamente resultado de oportunismo dos acampados, mas se deve muito mais às dificuldades práticas que acarreta a permanência num lugar sem água, esgoto, energia ou mesmo um abrigo seguro.

No fim do período eleitoral, o despejo não ocorreu, mas a pressão para que os moradores erguessem casas de alvenaria se manteve. Em junho de 2013, quase todas as unidades habitacionais estavam construídas (FIG. 40).

Afirmção do lote individual

Para a Ocupação Eliana Silva I, foi desenvolvida uma proposta de lotes para duas unidades habitacionais. Essa proposta foi aceita pelos moradores, mas o despejo tornou impossível avaliar se ela teria sido mantida. Na Ocupação Eliana Silva II, a questão foi retomada, mas os moradores resistiram à ideia e propuseram acessos independentes para cada unidade. O lote individual era a situação que a maioria entendia como solução para a moradia urbana e que acabou sendo a adotada. A urgência da situação não permitiu aprofundamento nas discussões e os participantes usaram as referências de espaços que já conhecem. O lote individual é a solução de parcelamento adotada em ocupações da região nas quais não foram elaborados planos urbanos, como a Camilo Torres e a Irmã Dorothy (FIG. 41). Outro exemplo tido pelos moradores como um ideal é a Ocupação Corumbiara, também parcelada dessa forma (FIG. 42). O entendimento de que o lote individual torna menos eficiente a instalação da mesoestrutura urbana não é compartilhado pelos moradores e pelo movimento social.

Apesar da rejeição do lote coletivo, a população da Eliana Silva tem procurado dar soluções coletivas a várias questões. Como a equipe técnica salientou desde o início a necessidade de cuidados com o esgotamento e o fato de que fossas negras – a solução mais comum – poderiam fragilizar o terreno e colocar a população em risco, lideranças e moradores têm feito uma verdadeira fiscalização nesse sentido. Quando escorrem águas pelas alamedas,

eles identificam imediatamente sua origem e solicitam providências ao morador responsável. Além disso, os moradores têm se organizado para a construção de alternativas. Águas cinzas são tratadas nos chamados círculo de bananeiras, compartilhados por várias unidades, e boa parte do esgoto negro é conduzido para TEVAPs, também compartilhados. Esse sistema só não foi implantado em toda a ocupação porque seu custo é relativamente elevado. Com exceção de alguns dissidentes, que insistem em adotar a solução individual (e individualista) da fossa negra, a maioria dos moradores que não dispõem de TEVAPs ainda não fizeram banheiros particulares. Como solução provisória, construiu-se um banheiro coletivo.

Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá

A ocupação Emanuel Guarani Kaiowá está localizada no bairro Ressaca, em Contagem, numa área próxima à fronteira com Belo Horizonte (FIG. 43). Ela foi organizada pelas Brigadas Populares e começou em 9 de março de 2013, num terreno particular vago há várias décadas. Trata-se de um fundo de vale cujas águas são afluentes do córrego Sarandi, contribuinte do ribeirão do Onça, que nasce em Contagem, atravessa a porção norte de Belo Horizonte na direção leste-oeste passando pela lagoa da Pampulha e deságua no Rio das Velhas. A prefeitura de Contagem está construindo uma avenida sanitária junto ao local da ocupação (FIG. 44).

Guarani Kaiowá é uma homenagem ao povo indígena homônimo, que vem enfrentado conflitos com o Estado e com empreiteiras envolvidas na implantação de usinas hidrelétricas nas suas reservas. Já o prenome Emanuel, outra forma de invocar Jesus Cristo, se deve à prevalência de cristãos evangélicos entre os moradores.

A ocupação envolveu 143 famílias que moravam de aluguel ou em casas de parentes e amigos numa favela próxima, a Vila Pérola. Algumas dessas famílias já haviam participado de uma tentativa anterior de ocupação do mesmo terreno no início de 2012, despejada logo no início. Segundo a moradora Jéssica Vidal (2014, moradora), tudo começou com uma brincadeira de um grupo de adolescentes, que saiu gritando pela vila, chamando as pessoas para “invadir o brejo”. Muitos moradores de fato foram até lá e demarcaram pedaços de

terra. Pouco depois apareceu um representante da Construtora Muschioni, proprietária do terreno, agredindo todo mundo, especialmente as mulheres.

Aí, ele falou bem assim: Vocês são um bando de filho de uma égua, um bando de mulher à toa. Nas suas casas não tem umas vasilhas para vocês lavar? Ele xingou a gente de um tanto de outras coisas e disse isso de novo. Eu falei, Não tem não! E, se existe um Deus, o senhor vai perder esse lote. Porque agora nós enfezamos e não vamos mais sair daqui não! A polícia mandou nós sair assim mesmo. Nós tivemos que nos retirar, porque eles chamaram o reforço, nós tivemos que nos retirar, estávamos indignados. (Vidal, 2014, moradora)

Em vez de intimidar, a agressão do representante da construtora motivou a continuidade da ação. A história sempre contada pelos atuais moradores é que, naquele momento, as mulheres juraram que “aquele homem ia perder o terreno”. Durante a própria reintegração de posse, um policial se solidarizou com elas e recomendou deveriam procurar ajuda e se organizar melhor. Ele citou o caso da Ocupação Dandara e o trabalho das Brigadas.

O policial falou, Assim, vocês não ganham. Não vou dar meu nome nem nada. Eu conheço uma ocupação que ela está dando certo, porque por trás dela, tem advogado. Eu pedi a ele mais informações. A Dirlene, que é muito para frente, falou, dá pra nós o telefone aí! Ela correu, pegou a caneta, anotou e telefonou para as Brigadas. (Silva, 2014, moradora)

A partir do contato com as Brigadas, reuniram-se alguns militantes e moradores da região interessados numa nova tentativa de ocupação. As Brigadas apresentaram sua organização política, seus objetivos e seu entendimento da ocupação urbana como luta política. Também esclareceram a necessidade de compromisso dos futuros moradores com a luta e com organização prévia da ação, além de insistirem que deveria ser realizada uma pesquisa sobre o terreno pretendido (Silva, 2014, militante e morador).

Organização da ocupação e formação da comunidade

A organização para a segunda tentativa da ocupação Emanuel Guarani Kaiowá começou nos primeiros meses de 2012, dessa vez com o apoio das Brigadas. Alguns dos seus advogados entraram em contato comigo para averiguar a descrição de um registro de imóvel em

Contagem. Fiz uma rápida verificação do local pelo Google Earth, atestando a situação do terreno nos dez anos anteriores (FIG. 45). Em novembro de 2012, os mesmos advogados me pediram para fazermos juntos uma visita ao local anteriormente ocupado e a um terreno vizinho, que parecia ter a mesma matrícula no registro de imóveis de Contagem. O papel desempenhado por mim como arquiteto nessa fase inicial foi de avaliação urbanística e ambiental preliminar dos dois terrenos e de estimativa da quantidade de famílias que poderiam ser atendidas tendo em vista a legislação urbanística e ambiental.

Na visita, acompanhada por alguns dos futuros moradores, constatamos que os terrenos não tinham de fato a mesma matrícula. O registro era referente ao terreno 1, que apresentava melhor possibilidade de ocupação, com baixa declividade e poucas árvores (FIG. 46). Ainda assim, o terreno 2, com muitas árvores e declividade um pouco mais acentuada, também foi considerado passível de ocupação (FIG. 47). O terreno 1 constava na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Contagem como Zona Adensável 1 (ZAD1); o terreno 2, como Zona de Ocupação Restrita 1 (ZOR1, FIG. 48). Portanto, o terreno 1 seria mais favorável à ocupação pretendida. Concluí que caberiam aproximadamente 100 lotes de 125 m², área essa que respeitaria a Lei Federal n. 6.766/1979, mas não a legislação urbana de Contagem, que define lotes mínimos de 360 m² (isso significaria 35 unidades, inviabilizando a ocupação).²⁹

Quanto à mesoestrutura urbana, constatei a existência de interceptores de esgoto em várias ruas no entorno dos dois terrenos e a disponibilidade de energia elétrica. Não fiz nenhum levantamento sobre a avenida sanitária que estava sendo construída nas proximidades do terreno 1, para não chamar a atenção, já que o local havia sido objeto de uma ocupação anterior e poderia estar sob vigilância do poder público e do proprietário. Apenas depois do início da ocupação tivemos acesso à informação de que esse terreno estava destinado a uma bacia de contenção de águas.

²⁹ A legislação que é mais restritiva deve ser a respeitada, no caso deveria ter preponderado a legislação urbana do município de Contagem. A decisão tomada foi política, mas tendo em vista eventuais ajustes que no futuro permitissem adequar a proposta a legislação local, como a utilização de lotes coletivos com unidades habitacionais na horizontal, assemelhando espacialmente com pequenos lotes individuais.

A preparação da ocupação levou nove meses. Eram realizadas reuniões semanais para discutir as motivações políticas, as estratégias de resistência, a organização interna da futura comunidade³⁰ e as formas de obter apoio externo e visibilidade (Espescht, 2014, militante e moradora). Durante esse período, os militantes das Brigadas também se encarregavam da formação das lideranças da futura ocupação.

O Joviano tinha me ensinado como é que é a liderança, porque ele já tinha me dado o cargo da frente, de responsabilidade, por nomes, explicou as coisas todas. Tinha dado um cargo à Maura, ao Flávio. Eu pegava o dinheiro e anotava quem tinha dado e íamos assim, íamos explicando. Depois começou vir a Amanda, também das Brigadas, começou a trazer gente de fora, para ver como que era. (Vidal, 2014, moradora)

Alguns moradores da Ocupação Dandara foram convidados pelos militantes das Brigadas para participar dessas reuniões de preparação, assumindo ali o papel de lideranças experientes no assunto.

Na primeira reunião que participamos, o Joviano não compareceu. Acho que ele fez de propósito, deixou só eu e o Felter fazendo a reunião. Eu acho que ele queria fazer um teste com a gente. O pessoal queria o advogado, aí nós tivemos que falar, *o advogado não vai vir hoje, nós que vamos fazer a reunião*. Eles perguntaram, vocês são de onde?. Respondemos, *nós somos das Brigadas Populares e da comunidade Dandara*. Depois disso eles nos receberam de outra forma. Começamos a fazer reuniões toda semana, ficamos durante nove meses pegando os dados, tipo passar um pente fino para verificar quem precisava. (Lima, 2014, militante e moradora da Ocupação Dandara)

Particpei de algumas dessas reuniões no início de fevereiro de 2013, para esclarecer questões urbanísticas, explicar termos da legislação etc. Elas eram realizadas no terraço de uma casa na Vila Pérola, onde uma das futuras lideranças morava com parentes (FIG. 49). Assisti ali como moradores de outras ocupações ajudavam a preparar as pessoas,

³⁰ É muito comum o emprego da palavra “comunidade” pelos moradores de favelas e também nas ocupações, tanto pelos seus moradores como pelos movimentos sociais. O termo ocupação é tem um forte conteúdo político que é evitado em algumas ocasiões para não impedir o estabelecimento de diálogos com atores contrários à ação. Sem dúvida, é altamente discutível que as ocupações admitam ser vistas, sem maiores problemas, como “comunidades”, palavra que evoca comunhão de interesses e mesmo harmonia e coesão.

particularmente em questões práticas relacionadas aos primeiros momentos da ação, tais como a instalação de uma cozinha comunitária que evita que os ocupantes tenham que se ausentar do local nesta fase crítica.

Nas reuniões também foi discutido o nome da ocupação. Inicialmente, a população escolheu *Emanuel* quase por unanimidade, mas não quiseram fechar a questão sem ouvir os militantes da Brigadas (Vidal, 2014, moradora). Esse trouxeram outras sugestões, argumentando que o nome seria decisivo para conseguir apoios externos e que o conteúdo religioso de *Emanuel* restringiria essa possibilidade. Segundo Espeschit (Espeschit, 2014, militante e moradora), consideravam que a ocupação deveria “ter um nome político” e começaram uma campanha nas redes sociais por *Guarani Kaiowá*, “em referência aos índios que estão tentando retornar ao território deles”. Foi feita então uma votação.

E ficou aquele negócio. Quem vota por Guarani Kaiowá? O pessoal ficou meio assim... Quem vota por Emanuel? Aí, todo mundo levantou. Aí, eu falei, *Oh Wagna, se tem que ter um nome que a gente gosta e um nome das Brigadas, então vamos colocar Emanuel Guarani Kaiowá? Quem vota por esse nome?* Então todo mundo levantou a mão. Então é esse aí mesmo e ficou Emanuel Guarani Kaiowá. Significa Deus conosco e a tribo indígena que lutou pela sua própria terra. (Silva, 2014, moradora)

A ocupação estava prevista para começar em 15 de fevereiro, logo depois do Carnaval. A data era propícia porque vários movimentos sociais na RMBH estariam mobilizados no Carnaval de rua de Belo Horizonte.³¹ Porém, durante o feriado houve um conflito entre traficantes na região, que levou um grande contingente de policiais militares para a Vila Pérola. Nos dias que sucederam o conflito, as reuniões de organização se tornaram inviáveis, porque a polícia dispersava sistematicamente qualquer aglomeração de pessoas. Essa situação perdurou por aproximadamente um mês. Em 7 de março os militantes concluíam que o ambiente estava favorável e a ocupação foi agendada para a madrugada entre sexta-feira e sábado, dia 9 de março.

³¹ Nos últimos anos os movimentos sociais de Belo Horizonte retomaram a prática do Carnaval de rua como resistência à gestão municipal do prefeito Márcio Lacerda.

Ocupação do terreno

Além dos moradores, nessa madrugada participaram militantes das Brigadas e advogados apoiadores. Sua presença era importante para solucionar qualquer conflito que viesse a ocorrer nos primeiros momentos. A difusão foi feita por mensagens de telefone celular. Gregório Andrade, militante e morador da ocupação, ficou sabendo da ação por esse meio.

Recebi uma mensagem da Luara. Vamos fortalecer a luta! Vai ter festa, vai ter festa, vai ter festa! Eu pensei, que diabo de festa é essa gente? Eu tenho que ir nessa festa! Essa festa vai ser boa! Mas era um código que eles usavam. [...] Recebi uma nova mensagem da Luara. Está acontecendo. Vem fortalecer a luta, vamos chegar junto, é agora. Eu tinha acabado de chegar de um boteco, mas fui para o lugar indicado. Lá chegando era um matão, e o pessoal entrando para dentro. Pensei, gente, esse povo vai entrar pra dentro desse mato? (Andrade, 2014, militante e morador)

Deusiana Lucas, uma das atuais moradoras, conta como o marido inicialmente resistiu a participar, mas acabou acompanhando a família.

Quando eu falei com ele que eu ia vir ele falou que ele não viria. Eu falei que ia para ajudar os meus filhos. Naquele dia houve uma reunião e o pessoal perguntou se alguém sabia fazer “gato”. Voltei em casa e falei para o Osni que estávamos precisando de alguém para fazer “gato” de luz e água, ele falou que não iria e não era para contar com ele, que não iria mais render a conversa, ele falou: “– Pode ir o máximo que eu posso fazer é ir lá levar comida para vocês, levar água, levar o que vocês estiverem precisando, mais que isso eu não vou fazer.” Eu falei assim: “– Então está bom, você não deixando a gente com fome.” Então nós viemos, eu meus quatro filhos, netos e agregados. Logo depois ele viu todo mundo empolgado, e já no outro dia ele estava por aí ajudando a montar as barracas. (Lucas, 2014, moradora)

Para dificultar a repressão pela polícia, os ocupantes montaram rapidamente uma barricada na única via de acesso ao terreno, usando o entulho que estava espalhado ali (FIG. 50). A polícia chegou logo, possivelmente chamada por algum vizinho. Enquanto os advogados negociavam com os policiais, frisando a legitimidade jurídica da ocupação, os moradores montavam as barracas de lona do assentamento provisório (FIG. 51 e 52). Algum tempo depois apareceu o representante da construtora proprietária do terreno (FIG. 53). Tentando

impedir a continuidade da ocupação, ele explicitou as razões especulativas da vacância sem nenhum pudor. Sua arrogância foi notícia de jornal.

Na manhã de hoje (sábado, dia 9), os policiais estiveram no local fazendo uma vistoria, mas já foram embora. O proprietário também apareceu, e confessou que o terreno estava parado há mais de 20 anos. Falou ainda que não apresentaram nenhum projeto para a prefeitura porque estavam aguardando a valorização da região. (Brasil de Fato, 2013)

Os primeiros momentos da ocupação foram um sucesso. Nenhuma tentativa de reintegração de posse conseguiu retirar do terreno os novos moradores. Ainda no primeiro dia, as Brigadas divulgaram uma nota na imprensa intitulada “Nasce a Ocupação Guarani Kaiowá”, explicando a situação fundiária do terreno, o déficit habitacional na RMBH, a intenção de estabelecer um diálogo com a prefeitura de Contagem e, finalmente, suas motivações políticas. Nesse sentido, o nome Guarani Kaiowá (suprimindo o *Emanuel*) foi diretamente mobilizado para a conquista de apoio da opinião pública.

[...] Frisa-se que a ocupação de um terreno que não cumpre sua função social é uma forma legítima de reivindicação de direitos fundamentais. Para além da solução imediata da falta de moradia dessas famílias, as ocupações urbanas são uma forma de se pressionar pela política de habitação que almejamos e de responsabilizar governantes por suas ações e omissões.

Esperamos uma postura diferenciada por parte da Prefeitura de Contagem, com seu representante do PCdoB, partido que historicamente tem demonstrado apoio às lutas dos sem-teto no Brasil.

Por fim, a identificação das lutas dos trabalhadores assalariados nas cidades com as lutas dos povos indígenas originários do país nos levou a nomear esta ocupação de Guarani-Kaiowá, povos historicamente destituídos de seus meios essenciais de vida por interesses e forças próprias ao capitalismo.

O genocídio e o etnocídio das populações brasileiras originárias, camponesas, quilombolas, é o triste retrato de um passado que buscamos resgatar na memória para transformar. Falar e entender Guarani Kaiowá significa, portanto, recuperar a nossa identidade apagada, reconstruir espaços de comunidade vinculados à terra a partir dos povos que foram brutalmente desterritorializados: as populações urbanas de periferia.

As ocupações são uma forma de retomada, de reapropriação das terras que originariamente e sempre pertenceram ao povo e que lhe foram subtraídas.

Por uma cidade onde caibam todas e todos!! Pátria Livre! Venceremos!
(Brigadas Populares, 2013)

Plano urbano e demarcação

Formado o assentamento provisório, seria iniciada a elaboração do plano urbano para a ocupação de todo o terreno. Em 11 de março foi realizada uma assembleia para a apresentação da equipe técnica.³² Também foram indicados os moradores que participariam da discussão dos estudos.

A primeira reunião de projeto se realizou em 13 de março na Escola de Arquitetura da UFMG. Depois houve reuniões nessa escola e assembleias no terreno ocupado (FIG. 54 e 55). Para a discussão e a construção da proposta foram utilizadas maquetes, desenhos e croquis. Os resultados das reuniões mais restritas eram apresentados aos moradores nas assembleias, que estavam sempre lotadas, mas tinham mais a função de legitimar politicamente as decisões do que alterá-las de fato. A real participação na elaboração desse plano ocorria nas reuniões menores, entre técnicos e representantes dos moradores. Misael Rubens Moreira, um desses representantes, explicita como via tal participação:

Foi até para mim gratificante, porque eu pude desenvolver outra aptidão que eu tinha. Fui a reuniões na universidade, ajudei no planejamento do projeto, às vezes em algumas partes eu dava meu palpite. (Moreira, 2014, morador)

O primeiro estudo parcelava o terreno em 106 lotes de 125 m² (10 m x 12,5 m), isto é, a área mínima exigida na legislação federal. Esses lotes individuais seriam agrupados em lotes

³² Compuseram essa equipe: os graduandos em Arquitetura e Urbanismo Alessandra Guimarães, Ana Beatriz Corrêa, Ana Carolina de Jesus, André Inoue, André Luiz Goes e Silva, Bruno Giacomini Nogueira Coelho, Camila Bastos, David Narvaez Meireles, Fernando Soares, Iara Almeida, Igor Guelfo, Ingrid Moraes, Julia Carvalho, Maiara Luchi Camilotti, Maria Clara Cerqueira, Mariana Rodrigues Santos, Mateus Jacob, Núria Manresa, Paola Galvão, Sarah Kubitschek, Thomaz Yuji Baba e Vanessa Campos; os arquitetos-urbanistas Carina Guedes, Laís Grossi, Larissa Vilela, Marcelo Lage, Marcelo Duarte e eu; os advogados Greg Andrade, Joviano Mayer e Larissa Pirchiner; os cientistas sociais Rafael Bittencourt e Érica Coelho Espeschit; e o sacerdote Frei Gilvander Luís Moreira.

coletivos para 15 a 22 famílias, a fim de atender a área mínima de 360 m² da legislação municipal. Cada lote coletivo seria atravessado por uma via de acesso aos lotes individuais, numa solução semelhante às utilizadas em vilas operárias no início do século XX (FIG. 56). Depois de uma semana de trabalho, esse estudo foi apresentado em assembleia e aprovado de imediato. Elegeram-se até uma comissão responsável pela demarcação, que deveria começar nos dias seguintes.

Porém, decorrida uma semana sem a tentativa de reintegração de posse, outras pessoas que moravam de aluguel ou favor na região começaram a procurar a coordenação do movimento para participar da ação. Esse foi o caso de Misael Moreira. Apesar de trabalhar e morar no bairro, só tomou conhecimento da ocupação depois que ela estava instalada. Ele tinha uma casa no município Esmeraldas, mas durante a semana dormia na loja que alugava ali. Assim, entrou em contato com as lideranças para ter acesso a uma moradia próxima aos seu local de trabalho.

Quando eu entrei na ocupação, eu entrei meio assim à força, na tora mesmo. Para mim, eles dizem que não, mas pra mim as reuniões eram secretas, porque eu nunca fui convidado, nunca fui chamado. Estando aqui trabalhando na região, e estando na favela (Vila Pérola) direto, nunca ouvi falar que estava tendo essas reuniões. Somente na segunda feira após eles entraram que eu fiquei sabendo e fui também. Eles tentaram me descartar, falaram que já tinham cem pessoas e que eu tinha que entrar em lista de espera. Eu firmei o pé e falei que não iria sair, se tivesse que lutar contra a polícia e contra eles, eu lutaria porque eu estava precisando. (Moreira, 2014, morador)

A apresentação do plano urbano também contribuiu para a construção de uma certeza em relação à permanência na área, aumentando ainda mais a pressão sobre a coordenação. Essa considerou que um maior número de famílias daria mais visibilidade à ação e favoreceria a negociação com o poder público.

Nesse contexto, foi necessário aumentar o número de lotes. Um novo estudo foi elaborado, chegando a 143 lotes de 94 m² (7,5 m x 12,5 m). A disposição de lotes coletivos e individuais continuou semelhante à do plano anterior (FIG. 57). Sua aprovação em assembleia se realizou em 30 de março, sábado de Aleluia. Os trabalhos de demarcação começaram então

pela esquina das ruas Manoelita Chaves e Manoel Brandão, um ponto fácil de identificar em campo sem equipamentos sofisticados (FIG. 58). Moradores, arquitetos e estudantes de arquitetura se revezaram nos trabalhos durante todo o mês de abril de 2013.

Não havia sido possível fazer um levantamento topográfico antes do início da ocupação, porque o terreno estava coberto por uma vegetação densa que impedia a visualização do seu relevo. Também não se podia circular na área com equipamentos de medição sem chamar a atenção. A topografia inicial foi desenhada, precariamente, a partir de informações disponíveis no Google Earth. Com isso foram necessários diversos ajustes do plano urbano durante a demarcação, proporcionando uma experiência diferente de projeto (FIG. 59 e 60). Em alguns momentos já não se tratava de um projeto pensado *a priori*, mas de uma configuração de soluções buscadas por moradores e arquitetos à medida que eram necessárias (FIG. 61).

O plano urbano da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá encontra-se quase todo implantado (FIG. 62 a 65). Algumas áreas próximas à avenida sanitária ainda são objeto de discussão. A movimentação de terra para a implantação dessa obra da prefeitura alterou o relevo do entorno imediato, desviando pequenos cursos d'água no terreno ocupado e gerando áreas alagadas que antes não existiam. Além disso, moradores da região interessados em participar do processo têm pressionado para que a área de preservação também seja loteada, aumentando o número famílias atendidas. Em contrapartida, a grande maioria dos moradores já instalados discorda da ocupação dessa área, que, a seu ver, prejudicaria a todos pelo fato de desrespeitar a legislação ambiental (coisa que, diga-se de passagem, a obra da prefeitura já faz). Eles têm tentado construir um diálogo com o grupo externo.

Eu, outros arquitetos e estudantes fomos convidados a participar de assembleias para esclarecer esse tema. Como pessoas não diretamente envolvidas e ainda portadoras de um discurso técnico, parecíamos ter naquele momento uma força de persuasão muito maior do que moradores e lideranças engajados em favor das áreas de preservação (até agora, junho de 2014, essas áreas estão intactas). Junio César dos Anjos, ex-morador e ex-coordenador da Emanuel Guarani Kaiowá, me disse isso diretamente:

Como foi você que fez o projeto, porque aquela área, se os caras quisessem construir lá, por mim, estava tudo bem. Eu não entendi aquilo ali como área verde e, eu não entendo nada de área verde. Então, a gente não entende, para explicar para o cara que ele não pode construir ali, porque ali, a casa dele pode cair daqui a não sei quanto tempo. Eu não tenho argumento nenhum. Como você já estudou para isso e sabe do que está falando, você explicar para o cara é mais fácil. Por mim, se o cara quiser construir lá de cabeça pra baixo, tanto faz, mas tem as questões técnicas. (Anjos, 2014, militante e morador)

Em julho de 2013, o plano da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá foi classificado para participar da 10ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo³³. A indicação foi importante para a atuação da arquitetura dentro da ocupação e a retomada de algumas discussões com a população já instalada. Para a apresentação no evento elaboramos desenhos, fotos aéreas, vídeos etc. Porém, mais importante foi a confecção de uma maquete que ficaria exposta numa sala dedicada à ocupação no Museu da Casa Brasileira (FIG. 66 e 67). Ela foi elaborada em duas etapas: sistema viário e parcelamento foram feitos por parte da equipe dos arquitetos fora da ocupação, enquanto as casas foram feitas na ocupação pelos moradores e arquitetos. O momento de confecção das casas e sua instalação na maquete não apenas foi lúdico, mas também serviu para que os moradores discutissem questões como altimetria das casas, afastamento do vizinho, localização de comércio, áreas de lazer etc. (FIG. 68).

³³ A equipe de moradores, arquitetos, advogados, cientistas sociais e religiosos que participou desta exposição era composta pelas seguintes pessoas: Alessandra Guimarães, Ana Beatriz Corrêa, Ana Carolina Soares Loures de Jesus, André Inoue, André Luiz Gomes e Silva, Bruno Giacomini Nogueira Coelho, Camila Bastos, Carina Guedes, David Narvaez Meireles, Deusiana da Silva Lucas, Érica Coelho Espescht, Érico de Oliveira e Silva, Fernando Soares, Gilvander Luís Moreira, Gregório Andrade, Iara Almeida, Igor Guelfo, Ingrid Moraes, Jéssica Natasha da Cruz Vidal, Joviano Mayer, Julia Carvalho, Junio César dos Anjos, Laís Grossi, Larissa Pirchiner, Larissa Vilela, Maiara Luchi Camilotti, Marcelo Duarte, Marcelo Lage, Margarete Maria de Araújo Silva, Maria Clara Cerqueira, Mariana Rodrigues Santos, Mateus Jacob, Maura da Silva, Misael Rubens Moreira, Núria Manresa, Paola Galvão, Rafael Bittencourt, Sarah Kubitschek, Silke Kapp, Thomaz Yuji Baba e Tiago Castelo Branco Lourenço.

Capítulo 3. Os Movimentos Sociais, suas origens e discursos

Formação e ideário das Brigadas Populares e do MLB

As ocupações discutidas neste trabalho se caracterizam, como já dito, pelo fato de não terem surgido espontaneamente, mas a partir de uma ação de organização externa, promovida por movimentos sociais e com apoio de ativistas sociais. A diferença entre movimentos e ativistas sociais – nos quais me incluo – e outras formas de ações coletivas está na abrangência e profundidade de suas reivindicações. Como propõe o geógrafo Marcelo Lopes de Souza, movimentos e ativistas sociais não são pautados por “ações paroquiais”, nem se restringem à escala microlocal, mas se orientam pela perspectiva de uma transformação substancial da sociedade:

[...] ‘movimento’ é um termo que deve ser reservado para ações coletivas organizadas, de caráter público e relativamente duradouras particularmente ambiciosas. Para mim, o conceito intermediário entre ação coletiva e movimento é ativismo social: assim como todo ativismo é uma ação coletiva, mas nem toda ação coletiva é um ativismo, todo movimento social é um ativismo, mas nem todo ativismo é um movimento social. [...] Um ‘verdadeiro’ movimento social possuiria um elevado senso crítico em relação ao *status quo* (revelando capacidade de levar em conta fatores ‘estruturais’ e de articular isso com análises de conjuntura, e procedendo à denúncia de problemas profundas como a exploração de classe, racismo, opressão de gênero etc.); nisso ele se distinguiria, por exemplo, de ações coletivas coordenadas por organizações clientelistas e com um horizonte reivindicatório pouco exigente (ou até mesmo manipuladas por políticos profissionais), como tem sido o caso de muitas associações de moradores. E os ativismos, em seu conjunto (incluídos, aí, os ‘verdadeiros’ movimentos) se diferenciariam de outras formas de ação coletiva, como quebra-quebras, saques e lobbies), por possuírem um caráter público (o que exclui os lobbies, pois eles possuem um caráter em grande parte não público). (Souza, 2009, p. 9)

Este capítulo é dedicado à análise dos movimentos sociais que organizaram as ocupações urbanas Dandara, Eliana Silva e Emanuel Guarani Kaiowá, isto é, às Brigadas Populares e ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). Serão também apontados elementos

que contribuem na análise da atuação dos ativistas sociais que são parceiros desses movimentos, sem estarem organicamente vinculados a eles, tais como advogados, arquitetos, geógrafos, sociólogos e religiosos. Apesar da importância do apoio dos ativistas sociais nas ocupações urbanas, o protagonismo ali é dos movimentos sociais, o que faz deles o principal objeto de reflexão neste momento da dissertação.

As Brigadas³⁴ e o MLB³⁵ têm estruturas e objetivos que os qualificam como movimentos no sentido acima indicado. Isso significa que as ocupações em que se engajam não são, para os seus militantes, fins em si mesmas, mas meios ou etapas a caminho de fins mais abrangentes.

As Brigadas Populares e o MLB são ambas organizações políticas pertencentes a uma esquerda de base marxista, e ambas compartilham a tradição da esquerda brasileira, que concebe a possibilidade de uma revolução comunista a partir do proletário, com apoio da pequena burguesia e de setores da média burguesia (Partido Comunista Revolucionário, 2013). No entanto, desde a publicação do Manifesto do Partido Comunista por Marx e Engels em 1848, inúmeros grupos políticos se dizem marxistas e até revolucionários, sem

³⁴ As Brigadas Populares se formaram em 2005 a partir de um grupo de estudos marxistas que abrangia algumas universidades de Belo Horizonte, com destaque para a Faculdade de Direito da UFMG. Atualmente, a organização promove ações na RMBH, nos municípios mineiros de Mariana, Itabira, Ipatinga, Timóteo, Divinópolis, Açucena, Formiga e São João Del Rey, bem como, pontualmente, nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e no Distrito Federal. As Brigadas operam tanto a partir das chamadas brigadas territoriais, cujos militantes ajudam na organização do território para o atendimento de demandas locais, quanto a partir das chamadas brigadas especiais, que não se vinculam a um território, mas a temas (como a Brigada Nossa América, que atua na comunicação, e a Brigada Jurídica). A atuação também se dá em Frentes de Trabalho, que agrupam militantes dedicados a demandas específicas, são elas: Antiprisional, Comunicação e Cultura, Formação, Juventude e Reforma Urbana. A organização promove o Encontro de Comunidades de Resistência, que reúne militantes, ativistas sociais, parceiros e outras entidades. A instância máxima de decisão da organização é a Assembléia Brigadista, onde são definidas condutas, alianças, estratégias de luta e linha política (Brigadas Populares. Disponível em: <<http://brigadaspopulares.blogspot.com.br/2009/05/brigadas-populares-e-uma-organizacao.html>>. Acesso em: 25 jun. 2014).

³⁵ O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) se formou em 1999, a partir da experiência da Ocupação Corumbiara em Belo Horizonte e outras ações semelhantes em cidades da região nordeste do Brasil, onde ainda hoje é mais atuante. É um movimento de massas que luta pela reforma urbana vinculado ao Partido Comunista Revolucionário (PCR), “organizando o povo pobre por seus direitos e pelo socialismo” (MLB. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Movimento-de-Luta-nos-Bairros-Vilas-e-Favelas-MLB/298281200261366?id=298281200261366&sk=info>>. Acesso em: 25 set. 2014). O MLB atua nos seguintes estados brasileiros: Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

que isso signifique formas de ação comuns ou mesmo convergentes. Pelo contrário, a crítica teórica de Marx deu origem a vertentes díspares no que tange à conduta prática e aos líderes que toma por modelo, de Trotsky e Lenin a Stalin e Mao Tsé Tung.

As Brigadas não se vinculam a nenhuma organização partidária, e tem como objetivo a construção do poder popular no Brasil, mediante ações políticas diretas visando à emancipação da classe trabalhadora para a Revolução Brasileira. Nisso, as Brigadas são inspiradas por diferentes líderes e teóricos, dependendo do contexto de atuação e incluindo desde clássicos do marxismo até filósofos contemporâneos pós-estruturalistas, como Gilles Deleuze e Pierre-Félix Guatari.

No caso do MLB, essas inspirações de caráter mais prático incluem, explicitamente, as atuações de Mao na China, pela aproximação da base camponesa, e de Stalin na União Soviética, pela ‘eficiência’ na luta contra a burguesia. As lideranças do MLB sabem que stalinismo se tornou sinônimo de violência e autoritarismo, rechaçado por quase todos os setores da esquerda, mas elas consideram que essa imagem provém de distorções da historiografia ocidental, defendendo que o papel político e o ‘estilo de gestão’ de Stalin devem ser revistos e podem servir de exemplo em vários aspectos (Péricles, 2013 a, militante e morador).

Além das referências já apontadas, as ações dos movimentos sociais nas ocupações urbanas se inspiram na tradição católica e, notadamente, na Teologia da Libertação³⁶. Frei Gilvander, um dos principais apoiadores das ocupações na RMBH, entende que o componente religioso é indispensável nesse contexto: “no Brasil assim como na América Latina, nós não podemos ignorar, nas lutas sociais, populares, essa dimensão religiosa – nós temos que lidar com uma dimensão de fé das pessoas, isso é um ingrediente forte” (Moreira, 2013, religioso e ativista). Mas a referência religiosa não é sustentada no processo somente pelos sacerdotes, nem tampouco é apenas instrumentalizada como forma de persuasão dos moradores. Boa

³⁶ Teologia da Libertação é uma tradição teórica vinculada a setores da Igreja Católica na América Latina. Promove uma interpretação dos ensinamentos de Jesus Cristo tendo em vista o questionamento das condições econômicas, políticas e sociais do sistema capitalista. Nesta tradição teológica há uma forte influência de filosofia marxista tem como importantes expoentes o padre peruano Gustavo Gutiérrez, o teólogo Leonardo Boff (Brasil), e os sacerdotes Jon Sobrinho (El Salvador) e Juan Luis Segundo (Uruguai).

parte dos militantes dos movimentos tem uma formação católica. Mesmo que já não sejam praticantes, incorporaram e vivenciaram em alguma medida os ideais cristãos de solidariedade e vida em comunidade. Assim, as decisões sobre o lugar ocupado, os cultos, a ritualização de diferentes momentos do cotidiano, bem como a própria estrutura de organização das ocupações fazem parte de toda uma mística que transforma o ato de ocupar um terreno numa prática de evangelização segundo princípios católicos.

Jesus não recai no assistencialismo de falar ‘olha, deixa o povo aí deitado, igual leitão mamando deitado e vamos colocar pão na boca de todo mundo!’ Não! Ele fala assim: ‘organize o povo, grupos de 10, de 50, de 100 e tal, e fala para o povo se assentar no chão!’ Então é organização. O que o MST faz e que as Brigadas aprenderam com o MST, que é igual o MLB faz, que a Comissão Pastoral da Terra faz também, é organizar o povo, em grupos, grupos de 10, de 50, de 100. No caso das ocupações, nós buscamos criar os núcleos de famílias, para os assuntos todos serem discutidos nos grupos, tem coordenação, tem assembleias gerais, assembleia soberana. (Moreira, 2013, religioso e ativista)

Um terceiro elemento essencial ao ideário das Brigadas Populares e do MLB, além das tradições da esquerda política e da esquerda católica, é a agenda da reforma urbana e seu contexto político já tocado no capítulo 2 para descrever em linhas gerais o contexto das ocupações. Embora a reforma urbana tenha sido discutida no Brasil desde os anos 1960, apenas com o fim da ditadura em 1985 essa agenda começa a ter algum efeito prático, fundamentando um “período [em] que floresceu uma nova política urbana” (Maricato, 2013, p. 22). A Frente BH Popular³⁷, que iniciou sua gestão em Belo Horizonte em 1993, é um dos primeiros exemplos de governos municipais que adotaram diretrizes da reforma urbana: conselhos com representação de movimentos sociais, orçamento participativo, políticas sistematizadas de urbanização e habitação etc. (Bedê, 2005). No entanto, sabemos que essas novas políticas não conseguiram transformar as relações de propriedade e poder nas cidades brasileiras.

³⁷ A Frente BH Popular eleita em 1993 era composta por Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Partido Verde (PV). Mas tal composição sofreu alterações durante os anos em que a Frente conduziu a gestão municipal de Belo Horizonte.

Um dos motivos desse fracasso – também já mencionado – está no cenário econômico-político internacional. Desde a crise da década de 1970, as teorias econômicas de cunho neoliberal ganharam terreno na prática política, primeiro com o governo de Augusto Pinochet no Chile (1973-1990), depois com os Margaret Thatcher na Grã-Bretanha (1979-1990) e Ronald Reagan nos EUA (1981-1989). Isso significou, nesses países e em todos os outros que seguiram seu exemplo ou se submeteram às suas determinações, uma desmontagem do chamado Estado de Bem Estar Social, com privatizações de empresas públicas, redução de impostos e programas sociais, desregulamentação dos mercados (em particular, do mercado financeiro), favorecimento da propriedade e da iniciativa privadas etc. (Harvey, 2008).

No Brasil, a ‘onda’ neoliberal global se fez sentir no início dos anos 1990, coincidindo justamente com o período de implementação de novas políticas urbanas. O embate é evidente: de um lado, a defesa da inclusão ou do chamado direito à cidade; de outro, uma liberalização do mercado que acentua os processos de exclusão (Vainer, 2013, p. 39). Os governos do PT tentaram, em alguma medida, conciliar esses princípios contraditórios, mas o resultado se limitou a paliativos. De uma maneira geral, a exclusão social que sempre caracterizou o desenvolvimento urbano no país se agravou, enquanto a mobilização popular foi em boa parte absorvida (ou cooptada) pelas instituições políticas e administrativas existentes³⁸.

Esse é o quadro no qual se pode compreender a motivação dos militantes dos movimentos sociais. A ocupação urbana é tida por eles como uma ação política de massas ou um trabalho de base. Na prática da ocupação pretendem promover a formação política das camadas excluídas do direito à cidade, esperando que a experiência vivenciada no embate com a ordem estabelecida faça surgir uma consciência da própria condição de excluído. A articulação entre experiência e consciência se assemelha à apontada por Thompson (1981, p. 16): “ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e essa

³⁸ O Conselho de Habitação de Belo Horizonte é um exemplo nesse sentido, que foi detalhadamente analisado por Bois (Bois, 2013).

experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente”.

Importa acentuar que, ao contrário do que as notícias na mídia ou uma observação à distância fazem parecer, as motivações para transformar a cidade mediante ocupações urbanas organizadas não provêm dos moradores dessas ocupações. Elas são fomentadas e postas em prática por sujeitos cuja posição social não é a mesma dos moradores. A distinção entre aquilo que move uns e outros é necessária para se analisar os conflitos nesse processo que é, ao mesmo tempo, cotidiano e político.

A posição social dos militantes e suas ambiguidades

Como as circunstâncias de formação das Brigadas Populares e do MLB já sugerem, seus militantes são quase todos estudantes universitários ou profissionais graduados, provenientes da pequena burguesia. Na tradição marxista das ciências sociais, essa expressão designa grupos que precisam trabalhar para sobreviver, mas que não se identificam com o proletariado, porque são proprietários de (modestos) meios de produção ou porque dispõem de uma formação cultural que lhes dá acesso a empregos tidos por melhores: pequenos comerciantes, mestres de ofício, professores primários, funcionários de escritórios etc. O conceito me parece mais adequado do que o de classe média, porque implica uma posição social e não apenas uma faixa de renda mensal. Essa posição pode ser caracterizada como intermediária, isto é, como setor dominado da classe dominante ou, conforme a perspectiva, como setor dominante da classe dominada. Entender os militantes dessa forma é esclarecedor sob alguns aspectos, porque apesar de questionarem a dominação social de um modo geral, há ambiguidades, isto é, decisões e ações que acabam reproduzindo os mecanismos objetivos e subjetivos dessa dominação.

Uma delas é a estratégia política do discurso positivo em relação à moradia de propriedade privada individual. Essa agenda é necessária para a manutenção das pessoas nos terrenos ocupados; sem ela, seriam mínimas as chances de adesão da população e de resistência contra a reintegração de posse dos imóveis. Mas é fato que a propriedade privada também é essencial ao capitalismo, de modo que sua defesa significa uma reafirmação de toda a

formação social correlata. O arquiteto e antropólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos já observa isso acerca de sua experiência pioneira de assessoria técnica na urbanização da favela Brás de Pina, na cidade do Rio de Janeiro nos anos 1960:

Na sociedade urbana carioca ser proprietário da própria casa e tê-la ‘bem servida’ por água, esgoto, sistema viário etc. é um privilégio diferenciador que acentua a pertinência ao modo de produção determinante e a dependência dele. Então seria possível concluir que a verdadeira função da CODESCO [a companhia responsável pela urbanização] tinha sido a de introduzir valores capitalistas na favela? (Santos, 1981, p. 61)

As Brigadas, o MLB e os ativistas sociais que os apoiam também não teriam o papel de introduzir ‘valores capitalistas’ entre os moradores das ocupações? A essa pergunta, assim como à pergunta de Carlos Nelson, cabe responder que a população que se dispõe a morar numa ocupação sempre esteve numa sociedade estruturada por tais valores. A experiência da ocupação apenas altera (um pouco) a sua condição de participante nesta sociedade. Mas, se não se pode dizer que a luta política nas ocupações esteja difundindo o capitalismo (pois difundido ele já está), também não se pode atribuir a essa luta um papel univocamente revolucionário.

Soma-se a isso a já mencionada formação católica de militantes e apoiadores, com disposição assistencialista a ela relacionada, sobretudo na pequena burguesia. Se, no catolicismo, ajudar o próximo é um imperativo e a pobreza é antes virtude do que mácula, então, estar com os pobres e organizá-los para a luta política adquire um significado de solidariedade cristã. Dado que essa solidariedade se dá entre pessoas em situações sociais desiguais, ela facilmente adquire traços assistencialistas, que às vezes são mais determinantes do que a própria ideia de emancipação social. Algumas lideranças dos movimentos sociais têm consciência dessa ambiguidade:

Esse é um problema que nas Brigadas estamos superando, quase na “marreta”. A questão de gente chegar com esta visão cristã de ajudar os pobres. Não tem nada a ver, isso é um procedimento de emancipação social, é um projeto de luta política, não tem a ver de ajudar os pobres. E, quando a pessoa é jogada numa situação desse deslocamento de ver que o pobre é feio, o pobre tem lá seus apegos, conjunto de vícios que existe em

qualquer classe, aí a pessoa se assusta. Esse susto é importante para ver que essa autenticidade de um projeto popular que surgiu na cabeça dos próprios trabalhadores, é uma construção ideal. Só que ideal não existe. O ideal é justamente por causa disso, é idealismo, utopia pura. (Otoni, 2014, militante)

Outra ambiguidade na ação dos militantes que pode ser interpretada à luz de sua posição social é, paradoxalmente, a negação da própria diferença de classe. É claro que não defendem a ideologia (neo)liberal do mérito e da igualdade de oportunidades. Mas, ao mesmo tempo, deixam de reconhecer que sua formação produz diferenças incontornáveis. Em vez disso, insistem na igualdade, como se ela já estivesse instituída ou como se nós, militantes e ativistas sociais, fôssemos todos parte do ‘preariado’ (Braga, 2013) (para utilizar um termo mais contemporâneo do que proletariado). Porém, eu, um privilegiado arquiteto-urbanista e historiador, não me percebo como ‘igual’ a um pedreiro, uma empregada doméstica ou outras pessoas que moram nas ocupações, nem enfrento cotidianamente as suas dificuldades. As diferenças objetivas entre moradores e militantes ou ativistas se manifestam de inúmeras formas, até nos hábitos e nas disposições do corpo. (“Fazer xixi e cocô em fossa é horroroso! Horroroso! Horroroso, mesmo! Entendeu?”, diz uma das ativistas, que contraiu uma infecção após passar vários dias e noites numa ocupação.) Militantes e apoiadores sempre tiveram onde morar em condições salubres e relativamente seguras. Essas diferenças são negligenciadas com frequência (Ambrosio, 2013, ativista).

De fato, a população moradora das ocupações vem de uma trajetória própria de luta pela moradia, que faz parte de um cotidiano de segregação social que envolve a vida dessas pessoas desde o nascimento. Essa luta pode ser individual e ‘desorganizada’, mas ela existe muito antes da ação de ocupação. Quando os movimentos sociais desconsideram as diferenças e tomam para si a representação política de uma classe à qual não pertencem, também ‘atropelam’ essa trajetória própria e as experiências a ela relacionadas, mesmo que não seja essa a sua intenção.

A luta, isso eu aprendi com o povo humilde sabe, a revolução não vai acontecer nos bancos da faculdade não companheiro. Não vai. A revolução vai acontecer na revolta dos humildes. Entendeu? Do povo favelado, é ali

que vai acontecer à revolução. Entendeu? E com todo respeito que eu tenho aos estudiosos... e com o conhecimento que a academia traz, mas quem pode falar, com todo respeito que eu tenho por ti, por exemplo, porque eu tenho muito respeito por ti, mas quem tem *expertise* para poder falar de ocupação urbana, é quem não tem casa pra morar. (Andrade, 2014, militante e morador)

O ideal da vanguarda e o cotidiano da retaguarda

Contrariando essa assertiva de que “quem tem expertise para poder falar de ocupação urbana, é quem não tem casa pra morar”, os movimentos sociais assumem a concepção de que os oprimidos precisam ser conduzidos no processo de sua própria emancipação (Kapp, Baltazar, 2012). Essa ideia já comparece na Revolução Francesa, cujas lideranças políticas encenam a si mesmas como catalisadores dos anseios populares e guias do ‘povo’. Mas ela adquire importância maior nos dois séculos seguintes. Enquanto Marx ainda entende a porção comunista do proletariado nesse sentido, Lenin já considera o proletariado incapaz de realizar a revolução sem uma vanguarda de lideranças intelectuais. Nessa perspectiva, os bolcheviques estariam legitimamente atualizando (passando de potência a ato) o curso necessário da história.

O que a ideia da vanguarda revolucionária faz perder inteiramente de vista é a possibilidade de processos de fato autogestionários, isto é, não dependentes de nenhuma organização externa. Cornelius Castoriadis observa o quanto a contraposição entre espontaneidade e organização é perniciososa, referindo-se aos movimentos populares na Hungria dos anos 1950, violentamente reprimidos pelas forças militares da URSS, que então se julgava guardiã do processo revolucionário mundial.

Ou então estaria na organização o contrário da ‘espontaneidade’? Mas a questão é precisamente esta: qual organização e a organização de quem? A ação ‘espontânea’ dos operários e do povo húngaro era uma ação visando à organização, e mais ainda: sua espontaneidade era exatamente esta, sua auto-organização. É isso o que o pseudo-‘teórico’ burocrata mais odeia: que os operários, em vez de esperarem, numa passividade entusiasta, que ele venha ‘organizá’-los, eles mesmos se organizem em Conselhos operários. [...] Se o oposto da ‘espontaneidade’, isto é, da auto-atividade e da auto-

organização, é a hetero-organização – pelos políticos, pelos ‘teóricos’, os ‘revolucionários profissionais’ etc. –, então o oposto da espontaneidade é evidentemente a contra-revolução ou conservação da ordem existente. (Castoriadis, 1983, p. 267)

Vanguardas’ tendem a esquecer suas ‘retaguardas’. Também os movimentos sociais priorizam a militância em fóruns externos, na perspectiva de que gerará efeitos mais abrangentes para as lutas políticas populares. Com isso, eles se mantêm distantes dos problemas cotidianos dos moradores e raramente percebem o quanto seus objetivos divergem dos anseios dessa população ou o quanto o compasso da militância diverge do tempo do cotidiano, com suas lentas mudanças. O advogado Fábio Alves dos Santos³⁹ é um dos poucos ativistas que explicita isso, com resignação:

Nós temos um projeto, só que não é o projeto do povo. Aí, eu me consolei com essa história, a história tem o seu tempo e nós temos o nosso, e a gente se frustra muito porque o tempo da história não é o nosso. (Santos, 2013, advogado e ativista)

A diferença de posições e objetivos e o fato de ela não ser refletida explicitamente também fazem com que determinadas manifestações dos moradores sejam interpretadas pelos movimentos como sinais de adesão ao discurso militante, quando na realidade esse discurso está longe de ser compreendido ou introjetado. Respondendo à minha pergunta sobre sua participação nas Brigadas Populares, um morador e coordenador da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá disse: “já fui em algumas reuniões lá na sede da Brigada e tudo, mas, não quis, não quis ser um brigadista justamente porque eu não entendia, eu até hoje ainda não entendi o objetivo real das Brigadas” (Moreira, 2014, morador).

O fato de o morador não entender o objetivo de uma organização política não pode ser interpretado simplesmente como uma incapacidade. Esse objetivo não se apresenta com clareza. Além de não ter sido formulado pelos próprios moradores, é construído com

³⁹ Fábio Alves dos Santos foi um advogado popular que atuou como o responsável pela defesa de algumas ocupações urbanas em Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Ele era vinculado ao Serviço de Assistência Jurídica (SAJ), da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

conceitos e códigos não compartilhados por eles. Soma-se a isso uma dificuldade operacional:

[...] muitas questões, a gente não consegue fazer chegar até o morador que não é liderança. Aí são questões que não chegam, não por uma decisão de furto, de sonegar a informação para esse morador e o poder de decisão sobre aquilo, mas é por incapacidade de método. Isso acontecia na Dandara no seguinte sentido, fazia reunião de coordenação, tirava os pontos ali que tinham que ser discutidos e levados para a base e ali o coordenador ou não fazia reunião ou então fazia reunião mas não ia todo mundo, ia pouca gente, por falta de participação das próprias pessoas, então por algum motivo, ou porque a pessoa não foi na reunião de base do grupo dela ou porque o coordenador não convidou ou que não teve reunião por algum motivo não se chegava, então esse é o tipo de informação que não chega por problema de método de trabalho de base; O outro tipo de informação de decisão que é sonegada ao morador diz respeito a decisões que não tem nível de confiabilidade para poder ser levada, por exemplo, vamos fazer uma ocupação da prefeitura, a gente sabe que nas ocupações e nas comunidades muitas vezes tem infiltrados, pessoas que levam essa informação, é uma decisão política, agora, as decisões que afetam a vida ali naquela comunidade sobre decisões práticas ali dentro, mesmo estratégicas, essas não tem nenhuma postura da organização de sonegar ela e sonegar dos moradores de impedir a participação de jeito nenhum, decisões do ponto de vista da macropolítica que é preciso ter uma segurança em torno da tomada delas, só essa. (Mayer, 2013 b, advogado e militante)

A pouca atenção aos métodos pode ser entendida também como intencional. A verdadeira luta política não está na inclusão desse morador, mas em disputas que estão além do cotidiano da ocupação, nas ações políticas que almejam a construção de outra sociedade a partir de uma pauta política que não é a dos moradores das ocupações urbanas, mas sim da luta política da pequena burguesia. Ainda que isso seja compreensível, não podemos esquecer que as prioridades dos militantes provenientes dos setores médios ou formados na tradição cultural desses setores não são automaticamente favoráveis à inclusão dos moradores ou à sua formação política.

Por outro lado, a superação dessa heteronomia só pode se dar num processo de longa duração, no qual há avanços e retrocessos. É preciso ir além do etapismo que marca a tradição política da sociedade capitalista, à qual as ocupações urbanas se apresentam como alternativa, e que marca também a tradição marxista, à qual os movimentos sociais se vinculam do ponto de vista teórico. Afinal, como diz Marcelo Lopes de Souza (2013, p. 273): “promessa historicista alguma ‘pode’ assegurar a concretização do ‘projeto de ‘autonomia’, em cujo âmbito se reconhece que a história é, como sempre, um processo aberto às contingências e radicalmente criativo”. Assumir a natureza interclassista das ações políticas de ocupações urbanas, deixando claro para os envolvidos por que determinadas ações são priorizadas por determinados atores, me parece ser mais revolucionário nesse contexto e mais favorável à construção de um projeto conjunto, do que ignorar ou camuflar as diferenças. Essa última postura apenas reproduz a ideologia da igualdade que é uma tradição da sociedade brasileira, supostamente unida e homogênea, de índole pacífica, na qual todos evitam a crítica (Souza, 2011, p. 38). Ao negligenciar as diferenças entre as classes que convivem numa ocupação urbana estamos repetindo o mesmo discurso ideológico.

As próprias ferramentas utilizadas na ação política dão margem tanto à pretensão revolucionária, quanto à perspectiva reformista ou de inclusão nas instituições sociais existentes, que os moradores tendem a privilegiar. Por exemplo, o processo judicial, que invariavelmente faz parte de uma ocupação organizada, é visto pelos moradores como fim último da mobilização; ganhá-lo significa ter finalmente a propriedade incontestável de um lote e uma casa. Já do ponto de vista dos militantes, o processo judicial constitui uma oportunidade ou um meio para a mobilização popular em prol de transformações mais amplas, de modo que um ganho de causa se torna facilmente uma vitória de Pirro.

Veja o Padre Dionísio⁴⁰, ganhei. Hoje deve ter umas quinhentas famílias. Comunicar a vitória deles no Direito, hoje, seria comunicar a minha derrota, porque no dia seguinte não conseguia mais reunir cinco pessoas, os muros levantavam altos nas casas. (Santos, 2013, advogado e ativista).

⁴⁰ A Vila Padre Dionísio é atualmente um bairro popular no município de Contagem/MG.

A disparidade de objetivos fica mais evidente nos momentos de negociação com instâncias externas, particularmente o Estado e os proprietários dos terrenos. Como já relatado, em 2011, o terreno da Ocupação Dandara foi objeto de uma tentativa de negociação com os proprietários. O advogado Fábio Alves dos Santos e eu a acompanhamos como consultores de direito e arquitetura, respectivamente, mas ela foi conduzida pelos militantes, que ali se sentiram representantes legítimos dos moradores. O momento mais interessante foi a decisão de encerrar as negociações, recusando a proposta feita pelos proprietários. Tal decisão foi tomada numa assembléia, por maioria, mas apenas depois de uma argumentação incisiva dos militantes e ativistas mais respeitados (que os moradores chamam de “intocáveis”) (Cruz, 2013, militante e moradora). Os movimentos sociais se colocam como portadores de um projeto revolucionário⁴¹, mas o fato de não estarem atentos ao cotidiano e às disposições da população que mora nas ocupações pode conduzir essa experiência política à direção oposta e renovar heteronomias existente.

Para podermos experimentar esse cotidiano temos que reconhecer que esta é uma vanguarda revolucionária que tem uma origem de classe diferente daquela que tem sido considerada a classe portadora do papel histórico revolucionário neste momento, o precariado. Talvez se começarmos a reconhecer isto, possamos ser mais honestos conosco e com aqueles que julgamos guiar, e com isto consigamos começar a transformar os nossos comportamentos, nossos referenciais teóricos, para assim podermos pensar em organizações “enegrecidas”, conforme sugere Gregório Andrade para as Brigadas, mas que se aplica também ao MLB e outras organizações que militam em Belo Horizonte em prol de uma reforma urbana:

De um cara que estudou isso, entende e está falando no lugar do outro. Entendeu! Eu vejo que as Brigadas Populares, está perdendo muito isso, está perdendo demais isso. Está perdendo a força do povo! Ela tinha que,

⁴¹ Mesmo que em vários momentos as reivindicações passem por cobranças para que seja aplicada a lei, como é o caso da função social da propriedade. Não podemos esquecer que no Brasil, alguns elementos importantes para a emancipação das classes populares já são reconhecidos pela legislação, porém, esse reconhecimento não é ainda um fato concreto na vida de uma ampla camada da população, sendo assim, muitas vezes cobrar que se cumpra a lei assume uma dimensão revolucionária, por mais contraditório que isto possa parecer.

desculpa a palavra, mas ela tinha que enegrecer mesmo, as frentes.
(Andrade, 2014, militante e morador)

Esclarecer os objetivos dos movimentos sociais com as lutas políticas que são estabelecidas dentro das ocupações urbanas e em outros espaços para a sua base política é tão importante quanto uma reunião com um secretário do governo, que pode gerar ganhos mais abrangentes, buscando (in)formar as pessoas para que elas possam buscar uma prática política e crítica autonomamente.

Será que o povo sabe o que é luta? Será que o povo sabe o que é brigada popular? Talvez eles não esclareceram direito. Na verdade, é que eles nunca se esclareceram direito. Muita gente não sabe o que é brigadas populares. Tem gente que chega e fala que é uma luta e nem sabe o que é. Quando a gente fala comunidade, eles não sabem o que é. Até brinco com os advogados, que eles falam comunidade. Aí eu falo, essa é uma palavra muito grande, essa é uma palavra muito boa, você tem que saber o que é.
(Lopes, 2014, militante e morador)

As diferenças de classe e de motivações entre militantes e moradores tendem a gerar relações clientelistas, como entre benfeitores e beneficiados; os moradores não são sujeitos ou protagonistas do processo político, mas uma massa de manobra que fica a margem desse processo (Riofrío; Rodriguez, 1980, p. 79 e 86). Essas relações clientelistas na maior parte não questionam os fundamentos do Estado, reproduzem o domínio de classe, muito arraigado na tradição política brasileira, a partir das instâncias da máquina estatal. Para que a ocupação urbana figure como uma ação legítima no contexto da cidade, os movimentos sociais constroem discursos a partir de valores que contradizem a própria ação política promovida pelo evento da ocupação. A busca de legitimidade a partir de uma posição marginal e o princípio heterônomo que não busca de fato uma emancipação leva a práticas reformistas.

A visibilidade positiva das ocupações urbanas e o reformismo

A construção de uma imagem positiva da ocupação urbana para o público externo ou os chamados formadores de opinião se inicia no ato mesmo de ocupar o terreno. A escolha do nome da ocupação já é parte dessa estratégia.

[É] um significado que explicita uma contradição, por exemplo: a mídia, por exemplo, ela diz assim – ‘Ah, baderneiros, aventureiros, loucos, invasores fizeram uma baderna em tal terreno, em tal cidade. Eles chamaram tal favela e tal baderna de acampamento Rosa Luxemburgo.’ E isso tem uma contradição muito grande, porque que pessoas são essas que vão fazer baderna e que fazem uma homenagem à Rosa Luxemburgo? Então, já fica evidente que não é só uma baderna, que tem uma história por trás dessa baderna. E acho que esses nomes, eles, na verdade, ajudam a gente a se conectar com a história. [...] (Souza; Teixeira, 2009, p. 57)

A Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá recebeu esse nome para ‘aproveitar’ uma mobilização, em curso na época, contra a instalação de usinas hidrelétricas nas terras dos índios Guarani Kaiowá, no norte do país. Não há um único morador na ocupação proveniente dessa etnia, mas a ‘homenagem’ funcionou exatamente como esperado, despertando simpatias imediatas. Quando o projeto da ocupação foi selecionado para participar da 10ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, uma revista de arquitetura publicou o seguinte informe: “Comunidade Emanuel Guarani Kaiowá, exposição da luta pelo direito à terra e à moradia de cerca de 140 famílias da etnia Guarani Kaiowá.” (Antunes, 2013, p. 14) Acredito que a própria escolha da ocupação para participar do evento deve muito a esse nome.

Shakespeare exprimiu, pela boca de Julieta, na peça ‘Romeu e Julieta’, a convicção de que um nome é mera convenção, algo artificial, e que o que importa é aquele(a) (ou aquilo) que é designado pelo nome, e não o nome em si [...] E, no entanto, diferentemente do que sugeriu o grande dramaturgo, os nomes são muitas vezes importantes, sim – como vem sendo bem compreendido pelo movimento dos sem-teto. (Souza; Teixeira, 2009, p. 61)

Por outro lado, a relevância e o significado do nome costuma ser ignorado pelos próprios moradores da ocupação: “Na verdade, eu nem sei quem é esse Emanuel Guarani Kaiowá. Não sei qual a importância dele na história brasileira ou, sei lá, na história das ocupações” (Moreira, 2014, morador). Não obstante o desconhecimento demonstrado nessa fala, o nome tem uma função pedagógica. Ele é parte do processo de formação da base que habita as ocupações, lembrando cotidianamente os preceitos que as fundamentam.

Em outras palavras, trata-se de produzir uma representação social (ou, antes, neste caso, representação sócio-espacial) de si mesmos, a qual possa contrapor-se a representações outras, eventualmente hostis, depreciativas e potencialmente deslegitimadoras de suas práticas e solapadoras de sua autoestima coletiva. (Souza, 2009, p. 33)

Outra questão importante para a imagem positiva da ação política é a utilização do termo ocupação ou de termos alternativo, como comunidade, em diferentes momentos da luta política. No caso da Ocupação Dandara, por exemplo, comunidade tem sido o termo preferido nos momentos de negociação com a Prefeitura ou em audiências com o judiciário. Dada a formação cristã da sociedade brasileira, ele remete a um ambiente de comunhão e não de conflito, conotando tanto a união entre os moradores, quanto suas intenções pacíficas em relação às instâncias externas.

Para os moradores, o termo ocupação se refere à ação de conquista da moradia mediante uma estratégia apoiada por organizações políticas, contrapondo-se à invasão ou ação desorganizada de tomada de posse de um terreno. (“Essa deu certo por causa da organização, por causa de organização. O pessoal descobriu as Brigadas Populares e eles ajudaram a organizar” (Moreira, 2014, morador). A diferenciação entre os dois termos faz parte do trabalho de formação, ainda muito doutrinária e pouco emancipatória, dos movimentos sociais junto aos moradores (Souza; Teixeira, 2009, p. 50).

A formação de uma opinião pública favorável à ocupação é outra ação importante entre os militantes e apoiadores das ocupações na construção de uma visibilidade positiva em relação ao evento da ocupação.

Ativistas e pesquisadores percebem, cada vez com mais acuidade, que a eficácia política de uma ação ou ativismo repousa, largamente, em sua capacidade de obter apoio de diferentes tipos – incluindo-se aí a tarefa, amiúde difícil e necessária, de granjear simpatia por parte da ‘opinião pública’, via de regra modelada pela grande imprensa – a partir de uma bem-sucedida articulação de escalas; vale dizer, mediante a articulação de atividades e frentes de combate situadas em escalas distintas. (Souza, 2013, p. 196)

Os movimentos sociais estão em disputa pela cidade. No embate político, todos os recursos são utilizados para a formação de uma opinião pública favorável, que aumentará o custo político de um eventual despejo. Quando um público externo passa a se identificar com a ocupação e sua luta, o despejo se torna um problema mais complexo do que a situação imediata das pessoas que moram no terreno ocupado. Atualmente, as redes sociais digitais são um importante veículo nesse sentido. Nelas ativistas e apoiadores procuram angariar simpatias em relação às ocupações urbanas e tanto eles próprios como o público mais amplo manifestam pontos de vista e posturas políticas com maior liberdade e menos cuidado do que fariam em outros fóruns políticos.

Hoje, para você despejar uma ocupação como o Dandara, com duas mil famílias que estão lá, não é somente um problema de duas mil famílias. [...] É um problema de um conjunto social que se identifica com aquela luta, que não está morando lá. [...] Na verdade, o que faz a gente existir, não é nem a nossa capacidade, é um contingente, mas não é um contingente de forças para enfrentar um batalhão da polícia, mas a nossa capacidade de criar uma situação em que o custo político de um despejo seja maior. Porque, operativamente, do ponto de vista operacional militar, se a polícia chegar, ela vai tirar mil famílias. Ela tira duas mil, tira três mil famílias. Não é um problema militar. Não está resolvido de forma operacional. Agora o custo político disso, é um custo que aumenta muito, quando você tem esse tipo de articulação. Então nós sempre jogamos com isso. Ampliar significativamente o custo político da operação. [...] Nós não precisamos nos armar no sentido militar [...] isso é para a polícia. (Otoni, 2014, militante)

Uma vez conquistadas as simpatias externas, o ônus político de um despejo é tão significativo que de fato chega a impedi-lo. Há meses o governo do Estado de Minas Gerais dispõe de uma ordem de despejo nos terrenos da Granja Werneck⁴², a ser cumprida pela

⁴² A Granja Werneck é uma grande área livre na “Mata da Isadora”, faixa de terra que se encontra nos limites municipais de Belo Horizonte e Santa Luzia. Essa região considerada a última área livre da capital de Minas Gerais, é hoje objeto de uma Operação Urbana. Desde abril de 2013, partes da “Mata da Isadora” e da Granja Werneck começaram a ser ocupadas por famílias sem teto. Essas ocupações não foram, em seus primeiros momentos, organizadas por movimentos sociais, mas uma vez instalado o conflito político estabelecido entre a população e o poder público municipal, os movimentos sociais Brigadas Populares, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas e o Movimento Nacional pela Reforma Urbana passaram a

polícia militar do estado. Em vez de fazê-la cumprir, o Secretário Estadual de Defesa Social, Rômulo de Carvalho Ferraz, tem realizado reuniões com os moradores e os movimentos sociais para buscar uma solução pacífica.

A imagem positiva das ocupações é muitas vezes reforçada e ampliada por ‘famosos’, como no já citado episódio da prisão do rapper paulista Emicida, por sua manifestação de apoio à população despejada da ocupação Eliana Silva. A música “Dedo na Ferida”⁴³ foi interpretado pelos agentes de segurança pública que faziam o policiamento do evento como um ato de desobediência civil, fato que levou os policiais a efetuarem a prisão do músico. Com este isso, o despejo que era um fato local, ocupou a pauta de veículos da grande mídia em todo o Brasil, sendo a prisão interpretada como uma afronta também à liberdade de expressão.

No entanto, a imagem positiva almejada pelos movimentos junto à opinião pública os leva a fazer muitas concessões. Para conquistar simpatias, pleitos e discursos facilmente se distanciam da realidade interna das próprias ocupações. Vende-se a imagem de algo que não existe ali, conforme relata a arquiteta e professora Gabriela Barreto de um curso

apoiá-las essas ocupações e a representá-las em negociações com os agentes públicos. As referidas ocupações são: Esperança, Rosa Leão e Vitória.

⁴³ Scratches (pimenta nos zóio dos políticos)/ Foda-se vocês, foda-se suas leis!/ Scratches (a fúria negra ressuscita outra vez)/ Foda-se vocês, foda-se suas leis!/ Scratches (anota meu recado)/ Foda-se vocês, foda-se suas leis!/ Scratches (primeiro eu quero que se foda)/ Renan samam, emicida, o rap ainda é o dedo na ferida/ Vi condomínios rasgarem mananciais/ A mando de quem fala de deus e age como satanás./ (uma lei) quem pode menos, chora mais,/ Corre do gás, luta, morre, enquanto o sangue escorre/ É nosso sangue nobre, que a pele cobre,/ Tamo no corre, dias melhores, sem lobby./ Hei, pequenina, não chore./ Tv cancerígena,/ Aplauda prédio em cemitério indígena./ Auschwitz ou gueto? índio ou preto?/ Mesmo jeito, extermínio,/ Reportagem de um tempo mau, tipo plínio./ Alphaville foi invasão, incrimine-os/ Grito como fuzis, uzis, por brasis/ Que vem de baixo, igual machado de assis./ Ainda vivemos como nossos pais elis/ Quanto vale uma vida humana, me diz?/ Foda-se vocês, foda-se suas leis!/ Scratches (a fúria negra ressuscita outra vez)/ Foda-se vocês, foda-se suas leis!/ Scratches (anota meu recado)/ Foda-se vocês, foda-se suas leis!/ Scratches (primeiro eu quero que se foda)/ Renan samam, emicida, o rap ainda é o dedo na ferida.../ É só um pensamento, bote no orçamento/ Nosso sofrimento, mortes e lamentos,/ Forte esquecimento de gente em nosso tempo/ Visto como lixo, soterrado nos desabamento/ Em favela, disse marighella. elo/ Contra porcos em castelo/ O povo tem que cobrar com os parabelo/ Porque a justiça deles, só vai em cima de quem usa chinelo/ E é vítima, agressão de farda é legítima./ Barracos no chão, enquanto chove./ Meus heróis também morreram de overdose./ De violência, sob coturnos de quem dita decência./ Homens de farda são maus, era do caos,/ Frios como halls, engatilha e plau!/ Carniceiros ganham prêmios,/ Na terra onde bebês, respiram gás lacrimogênio./ Foda-se vocês, foda-se suas leis!/ Scratches (a fúria negra ressuscita outra vez)/ Foda-se vocês, foda-se suas leis!/ Scratches (anota meu recado otário)/ Foda-se vocês, foda-se suas leis!/ Scratches (primeiro eu quero que se foda, depois eu quero que se dane)/ Renan samam, emicida, o rap ainda é o dedo na ferida. (Emicida, 15 abr. 2014)

superior de Belo Horizonte⁴⁴, que desenvolveu um estudo para a instalação de um equipamento comunitário na Ocupação Dandara como trabalho didático.

A reunião era na igreja, com fulano, era umas três pessoas, digamos assim, a estrutura já estava organizada para receber. Isso é bom de certa forma, isso é melhor ainda para receber os alunos, com hora marcada e tudo certo, mais seguro e tudo mais. O que eu achei disso, o lado que eu não esperava, é que o discurso fosse tão perfeito, e só coisas positivas. Foi muito pouco de informações negativas dos próprios líderes. Essa foi uma grande contradição que os alunos perceberam e a gente também. Está tudo ótimo, mais de certa forma não está tudo ótimo. Os grupos voltaram para o levantamento desse diagnóstico. Quando eles não conversavam com as lideranças, eles começaram a conversar com algumas outras famílias, o discurso já era diferente, então eles já não falavam das coisas boas, falavam só das coisas ruins, que não era tão bom assim. (Barreto, 2014, arquiteta e professora)

A imagem positiva é também questionada pelo advogado Fábio Alves dos Santos:

Ficam vendendo imagens de uma realidade inexistente, que para o público externo é muito interessante. Eu vendo aquele texto⁴⁵ do Gilvander lido na França, aquilo ali é o que um francês progressista queria ver, uma revolução, aquilo é maravilhoso. Quanto mais você se aproxima da realidade concreta mais você vê que esse discurso não é procedente. (Santos, 2013, advogado e ativista).

Isso não significa que os militantes sejam mentirosos. Na disputa por uma nova concepção de cidade, suas narrativas minimizam conflitos reais para garantir uma imagem positiva da ocupação urbana. Mas essa estratégia também omite ou faz parecer pouco relevante justamente aquilo que a ocupação urbana combate: a dominação política, social e econômica dos setores da população brasileira que moram nas ocupações urbanas. A conquista de simpatias os faz abrir mão de uma crítica direta da ideologia da formação da

⁴⁴ Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Izabela Hendrix. A disciplina Atelier Integrado III desenvolveu durante o 2º semestre de 2012 e o 1º semestre de 2013 o estudo do projeto da creche dentro da Ocupação Dandara.

⁴⁵ O texto ao qual Fábio Alves dos Santos se refere foi escrito por Frei Gilvander Luís Moreira para uma publicação francesa sobre a Ocupação Dandara.

identidade nacional brasileira, que costumeiramente encobre essa dominação. A noção de sociedade sem conflitos, pacífica, na qual há unidade dos diferentes, é uma marca da ideologia brasileira. Os militantes e apoiadores dos movimentos sociais utilizam essa mesma noção nos seus discursos em favor das ocupações. Isso é uma contradição, mas, como diz Pedro Otoni (2014, militante) “contradição não é um erro, é um fato da vida”. Eu complementaria que por ser um fato da vida temos que pensar sobre ele para podermos talvez superá-lo e com isso vivenciar outras contradições que certamente virão.

Queremos de fato uma revolução?

Numa ocupação urbana, todos os envolvidos, sejam militantes dos movimentos, apoiadores externos ou moradores, sentem momentos de ‘furor revolucionário’. Ainda assim, a pergunta pela vontade de revolução não é apenas retórica. Quase todos os agentes que assumem o papel de vanguarda revolucionária no contexto das ocupações provêm dos setores médios da sociedade, que tradicionalmente são os mais conservadores, os mais resistentes a mudanças na vida cotidiana e os mais propensos a produzir discursos reacionários (Bourdieu, 2008, p. 378-433). Soma-se a isso o conceito de revolução corrente nos movimentos e o protagonismo que atribuem a si mesmos nesse processo. Historicamente, revoluções que tiveram por protagonistas alguns poucos sujeitos desembocaram em estruturas burocráticas e centralizadas, sem que a prática revolucionária chegasse ao cotidiano da população em geral.

Outro aspecto contraditório com o desejo de fazer revolução é a naturalidade com que são vistas as profissões dos apoiadores e sua atuação nas ocupações urbanas. Mas profissões como as de arquiteto, advogado, assistente social, enfermeiro ou mesmo sacerdote se constituíram e fazem sentido no contexto da sociedade existente (capitalista). Suas trajetórias históricas e suas práticas atuais são parte de uma tradição afirmativa, muito mais propensa a evitar a revolução do que a promovê-la.

Finalmente, não podemos esquecer que a luta por direitos (à habitação, à cidade, à propriedade etc.) não contraria os preceitos jurídicos existentes no Brasil. Essa

institucionalização pela legislação deve ser interpretada criticamente, para podermos aprofundar a compreensão das contradições que nos cercam.

Outro discurso recorrente entre movimentos e ativistas sociais é o da participação. O participacionismo faz parte da tradição política ocidental desde a Revolução Francesa, um momento histórico que inaugura novas relações de dominação na sociedade e novas construções ideológicas (Lopes; Kapp; Baltazar, 2010). Assim, a participação costuma se dar apenas dentro dos limites institucionais: a população participa, mas interfere pouco ou nada nas decisões tomadas antes do momento da participação, acaba tendo o papel de legitimá-las. Nesse sentido, o participacionismo também é uma construção proveniente das disposições que encontramos entre os representantes da pequena burguesia.

A dicotomia entre (alta) burguesia e proletariado, muito utilizada na tradição marxista, acaba reforçando a percepção de unidade entre os sujeitos que se envolvem numa ocupação urbana, pois ali o proletariado, representado pelos moradores, é organizado por grupos da pequena burguesia que vêem a si mesmos como parte desse proletariado – afinal são todos explorados pelo capital, conforme aponta o Programa do PCR para a revolução socialista no Brasil:

Também são oprimidas e exploradas as enormes parcelas da pequena-burguesia que vive o processo de proletarização imposto pela burguesia. Nesse sentido, fazem parte da maioria explorada do povo brasileiro, sofrendo junto com a classe operária a violência do sistema capitalista. Os médicos, por exemplo, antes um modelo de uma profissão sem patrão, tornaram-se em sua maioria assalariados das empresas de planos de saúde ou de hospitais e clínicas particulares. (Partido Comunista Revolucionário, 2013, p. 83)

Pensar a pequena burguesia como um sujeito quase proletário é, no mínimo, ingênuo. Não podemos esquecer que essa pequena-burguesia dá sustentação às relações sociais existentes e aos valores dominantes na sociedade. Ignorar isso é assumir uma leitura da revolução socialista que provém da primeira metade do século XX e segundo a qual a pequena burguesia seria parceira na construção do comunismo no Brasil. Mas já não basta entender as diferenças de classes somente a partir de diferentes posições no processo de

produção. Um médico ou um arquiteto não ficam desassistidos por essa sociedade como fica um ambulante ou alguém que vive de 'bico'.

O mesmo documento do PCR destaca "a importância para a revolução brasileira dos intelectuais e artistas, que sempre estiveram ao lado da classe operária e do povo na luta pelas transformações revolucionárias em nossa Pátria" (Partido Comunista Revolucionário, 2013, p. 90). Mas será verdade? O pressuposto da solidariedade de intelectuais e artistas com "o povo" me parece um dos maiores 'contos da carochinha' na tradição da esquerda brasileira. Afinal, intelectuais e artistas também são representantes da pequena-burguesia e importantes construtores de discursos a favor do *status quo*. A figura do arquiteto Oscar Niemeyer é exemplar nessa construção do imaginário da esquerda brasileira sobre o papel dos intelectuais na revolução socialista local. Na cidade de Brasília e em inúmeras outras obras vultuosas encomendadas pelo Estado, ele fez uma arquitetura que favorecia um estado capitalista, apesar de se declarar comunista. Para ele e para outros arquitetos, é possível uma arquitetura acima das diferenças sociais, portadora de uma beleza absoluta e sem classes. Essa velha postura, do artista ou intelectual que põe o próprio trabalho a serviço de valores que transcenderiam qualquer contexto social, se estende a muitos campos da produção artística e intelectual e é respeitada e admirada por outros atores, como o PCR e outras organizações políticas.

Os profissionais que atuam numa ocupação, mesmo que seja pela emancipação da população que mora ali, exercem funções essenciais ao sistema social do capitalismo. Os advogados, por exemplo, têm no Direito a sua atividade profissional, quando o Direito é também constitutivo do Estado que estrutura a ordem burguesa. A suposta harmonia nas relações entre capital e trabalho – ou entre capital e sujeitos que perante a lei são 'livres' para venderem sua força de trabalho – é garantida pelo Direito (Mascaro, 2013). A frustração manifestada pelo advogado Fábio Alves dos Santos, quando obtém vitórias nos tribunais, indica a contradição em se buscar uma suposta revolução por meio de uma atividade profissional funcional ao sistema capitalista e criada a partir dele. O projeto "revolucionário" não faz parte dessa atividade: "Eles queriam a posse da terra para assegurar uma moradia. Conseguiram isso. Acabou. Eles não tinham outro projeto. [...] Eu

tinha outro projeto, que era constituir uma proposta comunitária” (Santos, 2013, advogado e ativista).

Finalmente, cabe destacar que, no Brasil depois da Constituição de 1988, seguir a lei se tornou um ato “revolucionário”. Ações que a ‘desavisados’ poderiam parecer de desobediência civil estão constitucionalmente garantidas. Assim, movimentos e ativistas “querem, primeiro, que a lei não seja usada como instrumento para impedi-los de lutar [...] e, segundo, pretendem demonstrar que, em verdade, agem amparados pela Constituição Federal”. (Souto Maior, 2013, p. 85). Um exemplo é a relação entre a função social da propriedade e o direito à moradia: sendo ambos parte da Constituição, ocupar um terreno significa fazer valer um direito, enquanto deixá-lo vago significa um desrespeito à lei. Essa contradição é evidente em vários momentos dos processos que envolvem as ocupações urbanas, conforme salienta Fábio Alves dos Santos referindo-se a decisões jurídicas sobre a Ocupação Dandara.

Essas lutas, elas estão todas dentro de um marco jurídico do Brasil. Elas não são revolucionárias, de romper. Estão dentro das barreiras da legalidade, [...] dentro da ilegalidade do juiz e dentro da legalidade dos apelos, dos recursos que foram interpostos em favor deles. [...] O judiciário é absolutamente contra os pobres, sobretudo se os pobres estão em coletividade. Eu dizia no tribunal, eles ficavam com muita raiva de mim, mas eu dizia lá no tribunal nas defesas, “aprendi aqui em Minas, que aos amigos tudo, aos inimigos a lei, e eu acrescento, aos pobres em coletividade o arbítrio”. É isso que funciona, o arbítrio, porque os juízes dão as liminares sem amparo legal nenhum, os acórdãos do tribunal são verdadeiras espécies ideológicas, ideológicas, não são técnicas. (Santos, 2013, advogado e ativista).

O mesmo pode ser dito em relação ao papel dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo dentro das ocupações urbanas. A sua presença promove um respeito à legislação urbanística, além do fato de fazer cumprir a Lei Federal n. 11.888 (Brasil, 2008). A advogada Maria do Rosário destaca esse papel de respeito à legislação urbanística e a quebra do paradigma de que o local é planejado e não será uma nova favela.

Veja o quanto que faz a diferença você apresentar uma comunidade planejada. Por exemplo, no caso da Dandara o tempo todo esse argumento

que tem projeto elaborado por arquitetos isso foi força na nossa defesa jurídica, quanto que isso respaldou e respalda até hoje a luta, porque, o principal argumento que se usa contra, o que a vizinhança joga contra é aquela coisa de que vai virar mais uma favela, vai virar um gueto. E aí quando a gente desmonta isso, que tem um projeto urbanístico que está respeitando a legislação municipal, aí muda entendeu, tira esse argumento (Carneiro, 2014, advogada e ativista).

As contradições da realidade brasileira ficam evidenciadas nas ocupações urbanas Dandara, Eliana Silva e Emanuel Guarani Kaiowá. Movimentos e ativistas assumem os marcos jurídicos e urbanísticos impostos pelas instituições existentes, para, a partir deles, promover uma emancipação dos pobres, que são mantidos pobres por essas mesmas instituições. Qual é, afinal, o potencial revolucionário desse tipo de ação? Para encerrar o capítulo, resgato uma reflexão da filósofa polaco-germana Rosa Luxemburgo sobre o embate conceitual e prático entre revolução e reforma.

A luta sindical e a luta política são importantes porque atuam sobre a consciência do proletariado, porque lhe dão uma consciência socialista, porque o organizam como classe. [...] Mas se a separam dessa prévia orientação do movimento e se fazem da reforma social um objetivo autônomo, não conduzirá à realização do objetivo final (Luxemburgo, 1900).

A luta sindical e política, assim como a luta por moradia, se tiverem como fim a reforma não conduzirão a uma emancipação das classes dominadas. Por outro lado, as lutas sociais são processos de longa duração em que reformas podem ser importantes. Mas suas conquistas não podem ser um fim em si mesmo.

Capítulo 4. Moradores das Ocupações, a ralé estrutural em luta política casual

Delimitações conceituais

O conceito de ralé estrutural ou ralé brasileira, para além da vaga noção de ‘pobre’, sintetiza elementos característicos de uma classe social brasileira que não existe da mesma forma nos países capitalista ‘desenvolvidos’, mas que, ao mesmo tempo, é parte de uma estrutura social moderna (e não uma perpetuação dos ‘tempos de escravidão’). Jessé Souza define esse sujeito da realidade brasileira em seu livro homônimo:

O processo de modernização brasileiro constitui não apenas as novas classes sociais modernas que se apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico. Ele constitui também uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse aspecto é fundamental, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. É essa classe social que designamos neste livro “ralé” estrutural, não para “ofender” essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal. Essa classe social, que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de “indivíduos” carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como “violência”, “segurança pública”, “problema da escola pública”, “carência da saúde pública”, “combate a fome” etc. (Souza, 2011, p. 21)

A ralé estrutural não coincide, portanto, com a tradicional classe trabalhadora ou o proletariado. No Brasil contemporâneo, essa função na produção cabe, antes, aos sujeitos que Jessé Souza denomina *batalhadores* e que define como:

[...] uma classe social nova e moderna, produto das transformações recentes do capitalismo mundial, que se situa entre a ‘ralé’ e as classes média e alta. Ela é uma classe incluída no sistema econômico, como produtora de bens e serviços valorizados, ou como consumidora crescente de bens duráveis e serviços que antes eram privilégio das classes média e alta. (Souza, 2010, p. 26)

Embora o conceito de batalhadores se aproxime de outro conceito em voga entre os cientistas sociais, o do precariado, existem diferenças. O primeiro está vinculado à tradição sociológica bourdiana. O segundo se vincula à tradição marxista e ao conceito de *Lumpenproletariat* introduzido por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*. Ruy Braga é um dos que trabalha com este conceito e assim define precariado:

[...] a massa formada por trabalhadores desqualificados e semiqualeificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho, por jovens à procura do primeiro emprego, por trabalhadores recém-saídos da informalidade e por trabalhadores sub-remunerados. (Braga, 2013, p. 82)

Minha opção conceitual por entender os moradores das ocupações urbanas como pertencentes à ralé estrutural e, eventualmente, aos batalhadores, em vez de entendê-los como parte do precariado, se deve a duas coisas. A primeira é o fato de o conceito de precariado privilegiar aspectos econômicos na interpretação da sociedade, deixando de lado a desigualdade de acesso aos instrumentos culturais, sociais e políticos de dominação. A segunda é o fato de o conceito de precariado não diferenciar entre indivíduos cujo acesso a esses instrumentos é muito restrito (batalhadores) e indivíduos para os quais esse acesso é praticamente nulo (ralé estrutural).

Dentre os moradores das ocupações urbanas predomina a ralé estrutural. Aqueles que se caracterizam como batalhadores estão em minoria. No entanto, são eles que assumem os papéis de liderança e coordenação na ação política da ocupação. Os outros tendem a permanecer numa luta política que, para eles, é 'casual' e cuja lógica ignoram. Nas entrevistas realizadas com moradores, militantes e ativistas sociais essa questão fica evidente.

O militante do MLB e morador da Ocupação Eliana Silva, Sandro Cabral relatou, por exemplo, que o respeito dos moradores pelas áreas de preservação não se deve às suas próprias motivações, mas inicialmente lhes foi imposto por lideranças e arquitetos e apenas depois foi incorporado. Para Cabral, os moradores tomaram consciência da importância de preservar o lugar, mas também podemos interpretar que eles se acomodaram: como movimento e ativistas são a garantia da casa própria, consideram melhor respeitar.

Outro exemplo ocorreu na Ocupação Dandara durante a já citada negociação com a Construtora Modelo. O advogado Fábio Alves dos Santos testemunhou um diálogo entre o militante Joviano Mayer e uma moradora numa assembleia sobre a proposta de morar nos prédios. O militante argumentava que a proposta da construtora implicaria o risco de “perder as bandeiras de luta da ocupação”, ao que a moradora respondeu que poderiam “pendurar as bandeiras nas janelas dos apartamentos”. Supondo que não se tratou de uma ironia – Alves não a interpretou assim –, a resposta evidencia como a compreensão da ação política da ocupação é frágil entre os moradores. Nessa época, a Ocupação Dandara já completava dois anos e meio, com presença constante da militância das Brigadas. Mesmo assim, seu protagonista continuava sendo o movimento social. A moradora não entendia quais eram essas ‘bandeiras’.

Os exemplos citados evidenciam que os moradores têm objetivos diferentes daqueles defendidos pelos movimentos sociais. Muito mais do que apontar erros de procedimentos, que são difíceis de avaliar no calor dos acontecimentos, entendo que realizar uma reflexão sobre esses fatos é uma busca da superação das contradições sociais que as ocupações urbanas dão oportunidade de vivenciar concretamente. Talvez assim encontraremos saídas para que nossas desigualdades não se transformem em imposições culturais.

Morar de maneira precária uma história de longa duração

Para algumas camadas da população brasileira, a moradia precária é uma experiência que atravessa gerações. Ela pertence ao tempo que Fernand Braudel entende como longa duração: “Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravancam a história, incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento.” (Braudel, 1978, p. 49). Adrelino Campos (2012) demonstra que algumas favelas do Rio de Janeiro se originaram de quilombos. Assim como quilombo era um espaço de refúgio e resistência de escravos e outros excluídos da sociedade do século XIX, as favelas que se formaram no mesmo espaço se tornaram refúgio e resistência dos excluídos da cidade do século XX (e XXI). Também a ocupação urbana pode ser entendida como um tal espaço de resistência (Souza, 2013, p. 224), atestando a trajetória de longa duração dessa

luta pela inclusão, cuja contrapartida são as ações sistemáticas de exclusão por parte do Estado.

As informações coletadas nas entrevistas indicam que os moradores das ocupações pesquisadas pertencem a esses grupos sociais que já vivem em situações de precariedade (de moradia) há gerações. Jéssica Vidal, moradora da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá, nasceu em Belo Horizonte, mas sempre morou com seus parentes na Vila Pérola, em Contagem: “Já vim da maternidade pra favela”. A entrevistada, que tem 24 anos, conta que seus avós, nascidos na área rural de São Gonçalo do Rio Abaixo, foram dos primeiros moradores da Vila Pérola. Como muitos outros, vieram “da roça para trabalhar na cidade grande [...] não tinham onde ficar, onde eles viam que estavam povoando, chegando gente e morando, eles chegavam e iam também ocupando” (Vidal, 2014, moradora). Maura Silva, outra moradora da Guarani Kaiowá e hoje com 52 anos, veio da área rural da cidade de Resplendor (MG) para a Vila Pérola aos quatro anos de idade. Ela lembra como construíram uma casa de pau-a-pique que ficou com o pé direito tão baixo que “parecia casa de anão”.

Nós fomos lá e cercamos um pedaço de terra. Meu avô também estava aí e ajudou a cercar. Nós ajuntamos os meninos amassando o barro e os adultos enfiando as varinhas e pondo folha e jogando barro, para fazer a casa. Era um barracão com dois cômodos, que quando minha avó entrava, achava que a casa era de anão. Aumentamos ela umas três vezes, e ela ainda achava baixa. O teto era tão baixo, que tinha que andar encurvado, de tão baixinha que era a casa, pequenininha. (Silva, 2014, moradora)

Ana Silva Nascimento Bento, moradora da Dandara, relatou como ela e seu falecido marido participaram da ocupação da Vila São Francisco nos anos 1980 (“não tinha água da Copasa, não tinha nada, [...] era tudo na lona, a mesma coisa d’aqui da Dandara”) e mais tarde foram morar na Vila Bispo de Maura. O marido era alcoólatra e perdeu seus bens, deixando a família em situação ainda mais precária. Devido a sua idade e sua dificuldade de locomoção na Vila Bispo de Maura, Ana decidiu participar da Ocupação Dandara.

Também a trajetória de Luciana da Cruz, outra moradora da Dandara, é uma sucessão de situações precárias, incluindo passagens pela escadaria da Igreja São José, no centro de Belo Horizonte, e pelo acostamento de uma rodovia:

Eu morava no bairro Novo Aarão Reis, que também é fruto de uma ocupação. Quando eu fui morar neste lugar, eu tinha quatro anos. Antes a gente fez uma peregrinação, moramos na escadaria da Igreja São José, depois moramos no acostamento da BR MG-20, na estrada velha de Santa Luzia, para depois entrar no terreno que hoje é o bairro Novo Aarão Reis. Aí, eu morava na casa da minha mãe. Foi lá que eu tive minha primeira filha. Depois do nascimento dela eu fui morar no Novo Aarão Reis mesmo, mas só que na beira do Córrego do Onça. Eu comprei um barracão, porém, era um cômodo de 3x3 e um banheiro. Como era tudo muito junto, eu não tinha como aumentar, não podia aumentar para cima, porque já tinha vizinhos. Os vizinhos de cima já tinham feito a casa deles, e a altura do telhado da minha casa dava no alicerce da casa do meu vizinho de cima. Então minha parede era colada com o alicerce do vizinho. Então não era uma casa legal para poder morar, fora que tinha a ameaça da chuva. Toda vez que chovia entrava água nas casas vizinhas. Na minha, graças a Deus, nunca entrou, mas a gente ficava com aquele medo. Rato, tinha rato do tamanho de gato, Às vezes, eu ficava acordada durante a noite, porque eu tinha medo que eles mordessem minha filha. (Cruz, 2014, militante e moradora)

A atuação do Estado em todas essas situações de que Luciana se lembra sempre ocorreu exclusivamente pela figura da polícia, que a mãe enfrentava junto com as crianças:

A minha mãe “tacava” a gente na frente mesmo. Ela era pequenininha, menor que eu, e mesmo assim ela ia para frente. Ela e nós já enfrentamos demais a polícia, quando a gente estava na beira da BR, que eles ameaçavam de tirar, a mesma coisa na Igreja São José, e no Novo Aarão Reis, a polícia sempre aparecia. (Cruz, 2014, militante e moradora)

Muitos moradores das ocupações urbanas vêm de moradias ‘de favor’ na casa de parentes. É o caso de Misael Rubens Moreira da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá, que morou durante 15 anos com sua esposa e dois filhos num único cômodo da casa de seus pais, num bairro de Contagem próximo ao local da atual ocupação. Também é o caso do casal Wagna Vieira Lima e Felter Rodrigues dos Santos, que moravam na casa dos pais de Felter, até que Wagna decidiu sair daquela situação e ir para a Ocupação Dandara:

Eu estava tentando convencer meu pai a construir no seu terreno. Quando ela [Wagna] falou em morar na ocupação, eu fiquei meio perdido. Se

saíssemos e fosse preciso voltar ia ser difícil. A minha família é resistente a esse tipo de coisa. Se der errado a gente vai para o aluguel de novo, caso não der certo eu não sei para onde a gente vai. (Lima; Santos, 2014, militantes e moradores)

Entre os moradores das ocupações estudadas existe uma solidariedade em relação a outras pessoas que tentam o mesmo caminho para acessar uma moradia. Os moradores das ocupações Dandara e Eliana Silva são sempre chamados a contribuir em novas ocupações que se organizam na cidade. Além do discurso da militância política, que alguns deles já assumiram, a experiência da ocupação os leva a perceber a solidariedade com outras pessoas, que vivem de forma semelhante, como uma obrigação. Sandro Cabral disse ter se sentido assim no dia em que viu de sua casa na Ocupação Eliana Silva o início da Ocupação Nelson Mandela num terreno próximo.

Daqui de cima, eu vi descendo um tanto de gente. Viatura da guarda municipal e da polícia militar. Nós que moramos numa ocupação sentimos a obrigação de descer e ajudar. Como a gente teve muito apoio de gente de fora, de gente que a gente nunca nem viu na vida, vieram, saíram de suas casas, para vir aqui nos ajudar. A gente dentro de uma ocupação sente essa obrigação, quando vê uma pessoa também nessa mesma situação, temos que ajudar. (Cabral, 2014, militante e morador)

Outro perfil de morador que encontramos nas ocupações são aqueles que foram removidos de sua moradia anterior em razão de riscos (reais ou alegados pelas prefeituras) e tiveram acesso a indenizações. Como o valor da indenização quase nunca é suficiente para que comprem imóveis regulares, a ocupação urbana representa uma alternativa de acesso à moradia. No entanto, esse grupo convive com o receio adicional de não poder receber uma nova indenização – em dinheiro ou na forma de uma moradia –, se houver o despejo. Maria da Conceição Menezes relatou como uma moradora da Dandara ficou apreensiva numa ocasião em a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL) ia realizar um cadastramento dos ocupantes:

A moradora me disse: “Sãozinha, o quê que eu vou fazer? Eu já sou indenizada da URBEL. Quando fui indenizada foi aqui que eu consegui achar alguma coisa, será que eles vão me mandar embora daqui?” Aí, como é que você fala? Que a pessoa está errada de estar ali? (Menezes, 2014, ativista)

Motivos para morar numa ocupação urbana: a necessidade como virtude

Bourdieu (2008) define o *habitus* como o conjunto de disposições moldado pelas vivências de um indivíduo desde a infância e pelo contexto social dessas vivências. Embora tais disposições sejam socialmente impostas e necessárias para que o indivíduo ‘funcione’ na posição social em que se encontram, são percebidas pelo próprio indivíduo como naturais e virtuosas. São necessidades que se tornam virtudes (Santos, 2004, p. 20). Essa transformação da necessidade em virtude fica mais evidente entre as classes populares.

A proposição fundamental que define o *habitus* como necessidade que se torna virtude nunca é experimentada com tanta evidência quanta no caso das classes populares, uma vez que, para elas, a necessidade abrange perfeitamente tudo o que se entende, habitualmente, por esta palavra, ou seja, a privação inelutável dos bens necessários. (Bourdieu, 2008, p. 350)

Para os moradores das ocupações urbanas, a carência que se manifesta na falta primordial de um lugar para morar, faz da luta pela moradia algo virtuoso. O morador da Ocupação Camilo Torres, Lacerda dos Santos Amorim (2014, militante), salienta a falta de acesso à moradia para seus pares de classe; seus pais foram beneficiados no passado pela política habitacional da administração Sérgio Ferrara⁴⁶, mas para ele e outros da mesma geração não conseguiram sua própria moradia, surgindo então a necessidade de ocupar terrenos vazios. A moradora da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá, Deusiana da Silva Lucas, constata a dificuldade em conseguir um imóvel para seus filhos já casados. A experiência de morar numa ocupação se apresentou como uma possibilidade de conseguir essa moradia, com muito sofrimento, mas um sofrimento “gostoso”; a dificuldade da conquista é o seu ‘tempero’.

Eu entrei aqui pra ajudar e beneficiar a minha família, beneficiar pessoas que precisam, que moravam de aluguel, que moravam amontoados na casa de sogra. Então esse lote que eu estou nele é dos meus filhos, e não tem dinheiro para pagar o que eu estou sofrendo. A gente sofre no meio do mato, sofre na chuva, mas sempre eu falo, é um sofrimento gostoso.

⁴⁶ Sérgio Mário Ferrara foi prefeito de Belo Horizonte entre 1985 e 1989 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Porque o que a gente passou aqui você não faz ideia, entramos no mato, perigo de tomar picada de cobra, de escorpião, tinha um monte de bicho aqui dentro, nós dormíamos em barraca, com medo de acordar picado. Nós tomamos sol, tomamos chuva, acordávamos cinco horas da manhã para poder ir na portaria e assinar a presença, porque você quando sofre, quando batalha para ter o que você ama, com suor, a conquista tem um outro gosto. (Lucas, 2014, moradora)

A propriedade privada individual é outra necessidade do nosso contexto social que aparece como virtude em si mesma. Hannah Arendt chama a atenção para o fato de que a propriedade privada, ainda antes das sociedades capitalistas, já significava uma posição privilegiada ou a superação das condições primordiais de existência, permitindo ao sujeito ser livre. Referindo-se à Antiguidade, ela escreve:

A vida pública somente era possível depois de atendidas as necessidades muito mais urgentes da própria existência. O meio de atendê-las era o labor e, portanto, a riqueza de uma pessoa era muitas vezes computada em termos do número de trabalhadores, isto é, de escravos, que ela possuía. Nesse contexto, a posse de propriedades significava dominar as próprias necessidades vitais e, portanto, ser potencialmente uma pessoa livre, livre para transcender a sua própria existência e ingressar no mundo comum a todos. (Arendt, 2000, p. 75)

Na formação da sociedade brasileira, o acesso à propriedade privada se confunde com a casa. Ela é necessária para conferir ao sujeito a condição mínima de liberdade de ação. Clóvis Cavalcanti (2008, p. 248), apoiando-se nos estudos de Gilberto Freyre, salienta que “o complexo ‘casa’ [...] está na raiz do supercomplexo biossocial do homem brasileiro, para quem possuir aquele patrimônio imóvel, mesmo que seja um mocambinho, assume a índole de uma quase mística”. Esse significado da propriedade permite entender melhor as motivações das pessoas que se dispõem a morar nas ocupações urbanas e enfrentar os conflitos que elas implicam. Morar ‘de favor’ é uma situação desconfortável não apenas prática ou espacialmente, mas emocionalmente, de modo que a casa (própria) aparece como uma conquista pessoal e social, muito além (ou aquém) da função da propriedade capitalista e de sua lógica de acumulação. Nesse sentido, as expectativas dos moradores diferem essencialmente do projeto político dos movimentos e ativistas sociais.

Quando o já mencionado casal Wagna e Felter morava ‘de favor’ na casa dos pais dele, ela se sentia humilhada em vez de acolhida entre familiares. Sua descrição de uma entre muitas discussões do casal sobre ir ou não para a Ocupação Dandara para conseguir uma casa que fosse somente deles dois, remete ao papel complexo desse objeto, apontado por Cavalcanti.

Eu disse que ia construir minha casa aqui, se ele quisesse vir que viesse, se não quisesse que ficasse fica morando na casa da mãe dele, porque chega de humilhação. O Felter sabe que eu era muito humilhada na casa dos pais dele. Eu não tinha direito a nada, eu não tinha direito a uma visita na minha casa. (Lima, 2014, militante e moradora)

Outro aspecto que leva muitos moradores a participar de uma ocupação urbana é a disposição em viver na contravenção. A ocupação é vista por muitos deles como um crime, mas estar fora da lei faz parte do seu cotidiano, já que encontram grandes dificuldades de acesso a qualquer coisa pelas vias institucionais ou legais. O ‘caminho do crime’ é um meio para satisfazer necessidades e desejos. Assim, o tráfico de drogas também está presente no cotidiano dos moradores das ocupações, seja porque em algum momento da vida já se envolveram com esse tipo de comércio considerado ilícito, seja porque o toleram como uma forma de sobrevivência e de inclusão nas inúmeras possibilidades de consumo oferecidas por esta sociedade.

A advogada criminalista Fernanda Vieira de Oliveira, militante das Brigadas, acompanha um pouco mais de perto essas situações dentro das ocupações que a organização política conduz (mas que, nesse aspecto, não diferem de outras ocupações que tive oportunidade de conhecer, além das três que são objetos desta dissertação). Ela observa que algumas lideranças já “estiveram no tráfico”, mas que também vêem nisso uma possibilidade de resistência a injustiças econômicas e sociais, ainda que ela se dê por uma atividade que reafirma o mesmo sistema injusto, assim como a própria ocupação urbana acaba também fazendo.

Porque muitas [lideranças] estiveram no tráfico um período e saíram. Elas começaram a trabalhar e não conseguiram sequer ganhar suficiente para comprar uma casa. Então isso esfregou na cara delas que não é ser honesto e trabalhador que vai te dar seu teto na cabeça. Se você não brigar por ele, você não vai ter casa. Isso tem um papel fundamental entre aqueles que já

traficaram, mas também entre os demais moradores. [...] Porque se você pudesse escolher, você iria lá na Caixa Econômica, levaria seus papeizinhos e conseguiria um financiamento. Com seus aborrecimentos, mas você não teria helicóptero voando em cima da sua cabeça, sem o medo de ser despejado à toda hora. Você teria sua propriedade ali, tranqüila. Ninguém iria dizer que você é vagabundo. (Oliveira, 2014, advogada e militante)

Essa ética tolerante com a contravenção, que a advogada descreve para o traficante ou extratraficante, é compartilhada por boa parte dos moradores nas ocupações pesquisadas (e em outras que tive oportunidade de conhecer). Mas ela causa estranhamento aos (poucos) moradores de origem social diferente da típica, descrita até aqui. André Luiz Gomes Silva e Érica Coelho Espescht são um casal de moradores da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá proveniente de famílias de classe média. Ele é anarquista e ativista social; ela é militante das Brigadas. Eles mencionam situações dentro da ocupação que não conseguem entender, assim como não entendem a postura dos moradores de “fazer vista grossa” não apenas para o tráfico, mas para muitos pequenos expedientes cotidianos. “Ele não é traficante, mas ele faz gato, ele compra uma coisa que o cara roubou um pouco mais barato, mas ele sabe que é roubado” (Silva, 2014, militante e morador).

No entanto, a dificuldade de obter uma moradia por outras vias ainda é a motivação que predomina nas falas dos moradores. É o caso de José Marques, que morou na Ocupação Dandara durante dois anos, então vendeu a casa que havia construído e se mudou com a companheira para um terreno que comprou com o dinheiro apurado. Algum tempo depois, ele retornou para a Dandara e conseguiu um novo lote ali, mas dessa vez à margem do córrego, isto é, na área de preservação ambiental. Na entrevista, José Marques justifica seu retorno com as dificuldades financeiras, “não estava dando para pagar, estava difícil”. Junio César dos Anjos conta a trajetória desse morador:

Ele tinha o lote dele, num lugar regularizado⁴⁷, vendeu, achou que iria conseguir alguma coisa fora. Aparentemente não conseguiu. Foi pagar aluguel, o dinheiro que ele tinha acabou, ele não teve condição de pagar aluguel, porque ele é aposentado e tem um bocado de menino para criar,

⁴⁷ Regularizado aqui significa previsto no plano urbano, à diferença da invasão das áreas de preservação.

teve que voltar para a Dandara. Dandara é uma mãe! Abriga todo mundo. (Anjos, 2014, militante e morador)

Também há moradores que vieram de outras cidades, até mesmo de outros estados, para viver na RMBH, que promete ser um local com muitas e melhores possibilidades de trabalho. É o caso de um baiano citado por Júnio que se mudou para Belo Horizonte quando viu no noticiário que estava ocorrendo a Ocupação Dandara. Era uma oportunidade para conseguir uma moradia num lugar com melhores condições de trabalho:

No caso da Dandara, tem gente até da Bahia. Um vizinho meu viu pela televisão, em uma reportagem e brotou por aqui. Na Dandara tem baiano “a rodo”. Esse meu vizinho apareceu acho que dois meses depois, está morando até hoje. Ele diz que na Bahia, não tinha trabalho, a era muita mão de obra e pouca remuneração, a vida para ele lá estava difícil. Ele viu na ocupação, uma forma de melhorar de vida. (Anjos, 2014, militante e morador)

O motivo mais destacado entre os moradores é o pagamento de aluguel, que consome boa parte dos salários. Morar numa ocupação significa economizar boa parte dos ganhos mensais. Nos primeiros meses essa economia é investida na construção, posteriormente passa a dar acesso a outros bens de consumo. Outro motivo se refere ao tipo de lote que predomina em nossas cidades: os moradores que trocam morar numa favela por morar numa ocupação almejam uma porção de terra com acesso direto para uma rua. Júnio C. Dos Anjos expõe que morar num lugar que tem rua significa para o morador visualizar um futuro em que ele possa adquirir um carro, esse bem é para ele um indicativo de uma vida mais próspera:

Porque a favela tem beco e ali tem rua. As ruas são menores um pouco, mas são ruas. E muita gente fala, se isso aqui virar beco, eu vou embora. Porque o pessoal quer sair dos becos. O pessoal hoje em dia quer ter condição de comprar um carro e colocar ele na porta de casa e, você morando na favela, não tem condição de fazer isso. Então, o pessoal está olhando mais o futuro, eu penso assim. Ao ter a rua, já é a porta para isso. (Anjos, 2014, militante e morador)

Além do espaço para o carro, a rua significa para esses moradores o acesso ao atendimento de outras necessidades, como a saúde. Maura Silva, moradora da Ocupação Emanuel

Guarani Kaiowá, explica que sua mãe tem uma casa na Vila Pérola onde ambulâncias não conseguem chegar. Quando ela precisava ir ao hospital de ambulância, era necessária a ajuda de vizinhos para levá-la até o veículo. O transtorno era enorme. Desde o início da ocupação ela se mudou para a casa da Maura, agora não fica tão sacrificada quando é necessário chamar a ambulância (Silva, 2014, moradora). Orlando Soares Lopes, morador da Ocupação Dandara, relata a sua dificuldade de retorno para casa quando teve um infarto e ainda morava num beco da Vila Bispo de Maura:

Morei muitos anos lá e não tive problemas, mas a única coisa ruim lá é que era um beco. E eu vim parar aqui por causa da rua, esse era o meu sonho. Para você ter uma ideia, onde eu morava era um beco e quando eu operei do coração a preocupação era a minha moradia, por que a primeira recomendação da médica era não subir escada por um bom tempo, quando ela me falou isso eu pensei eu não posso ir para casa, só pra mim chegar em casa são 10 degraus. (Lopes, 2014, militante e morador)

Podemos verificar pelas motivações que conduzem essas pessoas a morar numa ocupação urbana, que elas estão integradas ao sistema numa condição desprivilegiada (Souza, 2005, p. 59), e percebem na ocupação urbana uma maneira de buscar acessar esses privilégios que elas não têm quando moram “de favor”, em uma favela ou pagando aluguel. Essa grande motivação de acessar privilégios que perpassa a todas as demais é o que leva a muitas das frustrações dos movimentos e ativistas sociais com esse tipo de ação política, conforme expõe a arquiteta e ativista social, Júnia Maria Ferrari de Lima:

As ocupações no início, elas tem um poder de coletividade, estrondoso. Que a princípio eu achei que isso iria ficar sempre. Levei um susto. Foi um aprendizado. Falei, olha, não é não. A hora que o cara deu conta de levantar a casa dele, se ele puder põe muro e portão, e vira as costas. (Lima, 2014, arquiteta e ativista)

Um cotidiano pautado pelo imediato

A população das ocupações urbanas pesquisadas tem a tendência a solucionar problemas cotidianos de modo imediato, isto é, sem mediações de instâncias externas e sem a mediação do tempo de reflexão ou planejamento. Jéssé Souza (2011, p. 129) descreve essa

característica em relação à ralé estrutural como “baixa contenção dos impulsos” e pouca incorporação de disciplina e autocontrole. Érica Espeschit e seu companheiro André que, como já dito, vêm de famílias de classe média, descreveram um conflito na Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá que evidencia essa tendência:

Os meninos dela [uma moradora também chamada Érica] são super calmos, são tímidos, não tem envolvimento com o tráfico e não resolvem as coisas pela violência, mas desde pequeno, tem uma naturalidade de verem certas coisas acontecendo. Olhe o que ocorreu: o baiano [outro morador] deu em cima deles, tipo para ficar com eles. A Érica ficou puta, porque ele estava fazendo uns roubos na comunidade. O pessoal dizia que ele estava fazendo uns roubos. Um dia ele bebeu, a Érica discutiu com ele. A Érica foi falar que ele tinha roubado alguma coisa. Ele disse, *lógico que não!* Ela disse: – *Você fica dando de cima dos meus meninos.* Ele falou assim: *Você é uma piranha.* Uma briga assim e ela foi pegar um revólver para matar ele. Os meninos ficaram putos, pegaram tijolos, e deram uma tijolada na cabeça dele. Foi do nada, entendeu? Do nada, de uma hora pra outra. Os meninos que são calmos, de repente pegaram tijolo, e deram na cabeça dele até ele ficar inconsciente. (Espeschit, 2014, militante e moradora)

Frei Betto dizia que a classe média reivindica suas demandas por meio da política, enquanto as camadas populares se mobilizam apenas por questões imediatas como água, luz, transporte (Menezes Neto, 2012, p. 48). Jéssé Souza (2010, p. 249) observa que os setores médios se preocupam muito mais com a forma das decisões políticas – o tema da corrupção é um exemplo – do que com seus conteúdos propriamente ditos, que são o que mais interessa aos setores populares.

Isso que podemos chamar de um pragmatismo imediatista também leva a conflitos entre os moradores e pessoas que ocupam lotes num primeiro momento e depois demoram a construir suas casas. Maura Silva, por exemplo, entende que os lotes vazios na Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá constituem uma forma de especulação imobiliária. A solução proposta por ela não é de perguntar às pessoas que detêm a posse desses lotes por que ainda não moram no lugar, mas de chamar as gangues da região, que exercem o papel de polícia, para que realizem à força o repasse para famílias que estão na fila de espera:

Quem não precisa do lote para morar, não precisa do lote. Estão fazendo a mesma coisa que o homem [proprietário do terreno] fez. É especulação também. Está esperando valorizar mais para poder vender. Aí, eles [outros moradores] não querem isso. Porque tem muita gente que está na lista de espera e que fica reclamando que está pagando aluguel. (Silva, 2014, moradora)

Outros moradores entrevistados têm o mesmo entendimento: quem demora a construir está especulando e deveria perder seu lote. São poucos os que consideram que a situação às vezes não é tão simples, que há pessoas que, por um motivo ou outro, ainda não puderam construir ou que “cada um tem o seu tempo”, como diz o morador Orlando Lopes (2014, militante e morador).

O mesmo morador também entende que, sem a organização e o planejamento promovidos pelo movimento social, a estrutura espacial das ocupações seria semelhante a de favelas, onde os ocupantes deixam livre a menor área possível: “quando eles ocupam espontaneamente, eles não estão nem ai, não querem nem saber se aqui vai passar rua ou não vai passar mais ninguém”. Maura Silva partiu do mesmo pressuposto quando participou da primeira tentativa de ocupação do terreno da Emanuel Guarani Kaiowá, antes do envolvimento das Brigadas. Ela demarcou um terreno no limite de uma via pública, porque, tendo tido a experiência da Vila Pérola, pensou que a área seria integralmente ocupada por construções, sem ruas internas.

Cada um ia queria pegar um pedaço. Eu por exemplo, peguei do lado da rua, porque eu queria morar na rua por causa da minha mãe. Nunca eu iria imaginar que poderia fazer uma rua aqui dentro. Porque lá [na Vila Pérola], também era grande e virou tudo bequinho. Imaginei que iria virar tudo bequinho, por isso eu peguei o meu lá na rua. Eu não iria imaginar que aqui dentro iria poder por uma rua. A gente não tinha nem imaginação. (Silva, 2014, moradora)

Quanto às áreas verdes definidas nos planos urbanos, parece aplicar-se o mesmo padrão pragmático. Elas são respeitadas na fase inicial pelos motivos já expostos – ocupá-las implica o risco de perder o apoio dos movimentos sociais e dos agentes externos –, mas com a consolidação da ocupação, começa a construção de moradias dentro dessas áreas. Sua demarcação é promovida pelos próprios moradores sem o apoio dos movimentos e ativistas.

Na Ocupação Dandara, que já completou cinco anos e tem tido sucesso na luta política, a área de preservação foi ocupada desde 2013.

O princípio de decisão sempre pelo necessário, pelo funcional imediato, causa estranhamento aos movimentos e ativistas sociais, provenientes de camadas cujos maiores problemas existenciais são de médio ou longo prazo (o pagamento de um financiamento, a formação dos filhos, a viagem nas próximas férias etc.). O comprovante de endereço, por exemplo, não representa um problema para esse grupo social (em que, como já dito, me incluo), ao passo que é um entrave imenso para os mais pobres. No dia em que lancei a numeração das casas de uma rua da Ocupação Dandara, estranhei a emoção de cada morador ao saber o número de sua casa, julguei no momento como uma reação exagerada. Mas, no cotidiano dos moradores das ocupações, o comprovante de endereço faz toda a diferença.

Se a CEMIG viesse ligar a luz aqui, a gente teria endereço fixo. Não precisava ficar pegando endereço emprestado dos outros. Por exemplo, a escola ali, vizinha da ocupação, não queria aceitar as crianças daqui para estudar com o nosso endereço. Insistimos que seria com o endereço da Eliana Silva. No posto de saúde está o endereço daqui e com a escola não seria diferente. Sou morador da Eliana Silva. Não sou morador da Vila Santa Rita para buscar o comprovante de endereço da Vila Santa Rita, sou morador da Eliana Silva. Porque hoje tudo que você vai fazer, pedem o comprovante de endereço. Se você arruma um emprego tem que ter. Se vai comprar no crediário, carnê, tem que ter, então em tudo você tem que ter o comprovante de residência. (Cabral, 2014, militante e morador)

Outra dimensão importante nas ocupações é a religiosidade. Predominam as religiões evangélicas, cujas práticas também apresentam um pragmatismo muito maior do que entre os católicos: a salvação, que para esses últimos viria após a morte, se manifesta repentina e magicamente nos cultos evangélicos, promovendo transformações no presente (Souza, 2010, p. 269-308). O militante do movimento Lutas Populares, Lacerda dos Santos Amorim (2014, militante), relata como alguns pastores de igrejas pentecostais procuraram o movimento para promover um rito de expulsão dos demônios do terreno da Ocupação William Rosa, que passava por um período de muita violência.

De vez em quando eles fazem umas campanhas aqui dentro e a gente aceita, até mesmo porque não queremos ter enfrentamento, e inclusive para pacificar a ocupação naquele período que teve violência, segundo eles tiraram um tanto de demônio, e eu disse: “– Beleza, então tira.” E em alguns momentos a gente até acaba intervindo, mas é uma relação boa porque a gente sabe lidar com o pessoal. (Amorim, 2014, militante)

Coisas semelhantes facilmente poderiam ocorrer em qualquer uma das três ocupações aqui analisadas. O morador Misael Rubens Moreira (2014, morador) é pastor de uma igreja evangélica, e afirma que o sucesso da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá se deve às sessões de oração realizadas todos os sábados por um grupo de moradores, que tem uma “reza muito forte”. O morador da Ocupação Dandara, Júnio César dos Anjos relatou os conflitos da coordenação acerca da proposição de um Centro Ecumênico e como ele acabou se tornando uma igreja católica.

Porque Centro Ecumênico é onde pode tudo, é missa, é culto. Se o pessoal do Candomblé, quiser fazer lá, vai fazer. O pessoal da Capoeira, se quiser jogar, vai jogar. Aí, que começa a divergência. Ah, mas não pode capoeira dentro da igreja. Mas não é Centro Ecumênico? Então não é igreja. O problema do Centro Ecumênico, no meu entender era esse. Ele é tudo. Só que veio o pessoal da igreja. Ah, tem missa, tem isso, tem aquilo. Então não é Centro Ecumênico. É Igreja! Por isso que eu falei que não ia dar certo. Todas as reuniões que tiveram sobre o Centro Ecumênico, eu falava, *gente, esse negócio não vai dar certo*. Como não deu. Começaram as picuinhas com o pessoal da capoeira: “Ah! Mas porque música de capoeira dentro da igreja não pode.” “Mas não é igreja, é Centro Ecumênico”. “Mas não pode”. O tal dos crentes queriam fazer o culto lá, faziam, depois vinham os crentes falando que eles faziam cultos lá de manhã e à tarde tem o pessoal fazendo reunião espírita: “Isso não pode”. Então não é Centro Ecumênico. Por isso eu achei que não daria certo e acabou que não deu certo. Tanto que hoje, virou Igreja Católica. (Anjos, 2014, militante e morador)

A questão da religiosidade é delicada dentro das ocupações. Uma ativista social, Maria da Conceição Menezes, acompanhou o estranhamento de algumas moradoras da Ocupação Dandara quando um grupo de estudantes de enfermagem realizou uma campanha educativa sobre doenças sexualmente transmissíveis.

Nós falamos que tinha um grupo de mulheres para aplicar o trabalho, porém, você tem que saber como chegar. Porque você chega lá com um projeto da professora na cabeça e joga, não pode ser assim. Tem que entender como é que funciona. Elas chegaram lá e um dia distribuíram camisinha. No outro dia, o povo não queria ir na reunião de jeito nenhum. E eu perguntei *o quê que houve, qual o problema? Ah, Sãozinha, distribuíram camisinhas*. Tinha umas meninas de 15, 18 anos e algumas mães, um monte de adolescentes grávidas. Eu fui tentar entender. É porque elas são evangélicas. Na igreja delas o pastor fala que não podia evitar filho. E aí, chegavam as meninas [estudantes], com o conhecimento da enfermagem, falando que se elas não usassem, que elas poderiam ter algum problema, como sífilis ou qualquer outra situação, por falta de cuidados, e que, se elas usassem camisinha, evitariam muitos desses problemas. (Menezes, 2014, ativista)

O pragmatismo das soluções imediatas também é determinante para a preferência pelas ocupações horizontais. Como já mencionado, os moradores que construíram suas próprias casas têm maior protagonismo na luta política e enfrentam ameaças de despejo com mais combatividade do que numa ocupação de um edifício que já estava construído. Mas, além disso, o fato de cada um poder dar suas providências sem longas negociações com os vizinhos ou companheiros de ocupação é decisivo para a insistência no padrão de casas e de lotes individuais.

Os intocáveis

A atitude submissa, 'obediente', é uma disposição da ralé estrutural brasileira que remonta ao período da escravidão, assim como o abrandamento da violência física e social mediante a persuasão afetiva, como argumenta Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* (1933). No entanto, se ainda hoje a sociedade brasileira estrutura assim parte das relações de trabalho e dominação – por exemplo entre patroas e empregadas domésticas –, essa origem histórica não basta para explicar a atitude submissa. Ao se submeter, o representante da ralé brasileira também busca a própria inclusão no sistema social ou a superação de sua condição desfavorecida nesse sistema.

A religião é um fator importante nesse processo. A resignação que promove abranda conflitos sociais e cumpre a função de tornar as camadas populares mais dóceis à dominação, mas, para os seus sujeitos, a prática religiosa também significa a possibilidade de se reinventar e de alcançar algum dos privilégios que eles nunca tiveram e provavelmente não conseguiriam se assumissem a postura do enfrentamento. No sistema prisional – um dos espaços que o Estado e a sociedade brasileira destinam à ralé estrutural – a religião assume de maneira bastante contundente esse papel.

No sistema prisional, se você falar que você é ateu, você tem uma desconfiança muito grande dos caras, porque a única coisa que os caras têm é a religião! E por isso as religiões que vem do imediatismo, do milagre, desta nova criatura em Jesus Cristo, que diz para a consciência do encarcerado: “agora eu sou novo, já não tenho mais crime!” Então eles precisam disso. O sistema prisional precisa disso, o sujeito está preso, assim como um doente, eu vejo como uma ferramenta de docilizar o povo. (Andrade, 2014, militante e morador)

A disposição para a submissão leva os moradores das ocupações urbanas a verem nos movimentos e ativistas sociais sujeitos que lhes permitem uma aproximação dos meios institucionalizados. Nesse sentido, são vistos como sujeitos “intocáveis”, conforme a definição da moradora da Ocupação Dandara, Luciana da Cruz.

Existem os “intocáveis”. Tem coisas que o morador acha que é impossível, tipo, chegar perto do Joviano para conversar, ele é o ADVOGADO. Conversar com você, o ARQUITETO, entendeu? Tem muitas coisas estranhas que acontecem, por exemplo, Sr. Orlando [morador e coordenador], eu disse a ele que estava subindo para falar com o Tiago sobre o negócio do Centro Comunitário. Não deu 10 minutos e ele estava lá. (Cruz, 2014, militante e moradora)

A condição de “intocáveis” que Luciana da Cruz aponta é indício de uma relação de imposição cultural que contradiz os objetivos primordiais de uma ocupação urbana, que é construir meios para os moradores saírem de sua condição de subalternos e participarem das decisões desta sociedade. John Turner (1968 b, p. 25) já apontava o problema da “transferência inconsciente dos valores da classe média para os projetos e objetivos feitos para as classes mais baixas”, isto é, o problema da imposição cultural. É claro que

determinadas condições de precariedade não podem ser vistas de uma maneira romântica. Ainda assim, os membros da ralé estrutural e dos batalhadores brasileiros também não podem ser compreendidos fora seu *habitus*, nem se pode esquecer que viver nas ocupações é uma forma de resistência às instituições (Souza, 2008, p. 190). Sendo assim, passar por “intocável” significa também reafirmar princípios que se pretende desmontar com a ocupação urbana.

O poder dos movimentos e ativistas sociais tem grande peso nas escolhas da população moradora. A tendência é que as decisões não sejam de fato horizontais, mas impostas por alguns “intocáveis”, ainda que, subjetivamente, não tenham essa intenção. A assembleia na Ocupação Dandara para a escolha do lugar da creche foi um momento que mostrou esse poder. Frei Gilvander sugeriu que a creche fosse feita no entorno da igreja e, imediatamente, essa sugestão passou a figurar como ideal e os discordantes tiveram enorme dificuldades para se manifestar.

O Frei Gilvander, ele é o máximo, mas o que ele indicava aqui, não é nem o que ele falava não, é o que ele indicava que seria bom, era bom! Tipo a questão da creche. Nós moradores que moramos aqui nesse espaço, a gente não queria a creche ali. Eu especialmente, porque me disseram, quando eu vim pra cá, que ali seria uma pracinha e tal. Eu fiz a minha casa acreditando que ali seria uma pracinha, a minha vizinha a mesma coisa. Aí tinha gente que queria pegar um pedaço da área e tal, aquela coisa toda. E todos que estavam aqui, tinham um motivo para não querer a creche aqui. Aí o Frei Gilvander disse assim em uma assembleia: *Olha gente! Lá as crianças serão abençoadas porque estão próximas à igreja.* Eu falei! *Pqp! As crianças serão abençoadas em qualquer lugar, caramba!* (Cruz, 2014, militante e moradora)

A aura dos “intocáveis” é construída desde o início de uma ocupação. Jéssica Vidal explicou que, no momento de ocupar o terreno, os moradores nunca devem conversar com a polícia porque “ninguém sabe conversar e deve deixar os advogados conversarem” (Vidal, 2014, moradora). Essa é também a postura de Maura Silva. Ela considera que a presença dos “intocáveis” garante que o lugar não seja uma invasão, “sendo feita de qualquer jeito”, mas uma ocupação.

Além de terem os advogados ajudando, temos pessoas como a Érica [socióloga], que já era mais instruída. A Érica chegava e conversava muito bem com eles. O Joviano [advogado] também, começou a discutir com o policial, mas ele conversa bem melhor do que nós. Então, eu acho que é muito diferente a invasão, da ocupação. Bem diferente. (Silva, 2014, moradora)

Os arquitetos assumem esse mesmo papel perante os moradores. Gregório Andrade descreveu que eles são vistos como autoridades.

De início há uma desconfiança e um incômodo. Porque um arquiteto vem para delimitar o espaço. Dizer onde que são as glebas! Aqui te pertence, nem um centímetro mais, nem um centímetro a menos, tem que manter área verde, tem que manter um recuo, ele vem como a lei! Não uma lei judicial... (Andrade, 2014, militante e morador)

A percepção do geógrafo Leonardo Debossan acerca do papel dos arquitetos nas ocupações também indica essa condição de “intocável”.

Quem vai dar a casa ali é o arquiteto, então o cara tem um prestígio na ocupação, ele é mais que médico, é um estrato social muito forte na ocupação. Na Eliana Silva eu vi isso lá e no dia que os arquitetos chegaram, a assembleia lotava. (Debossan, 2014, geógrafo e ativista)

A condição de autoridade causa uma espécie de cegueira aos seus portadores, isto é aos movimentos e ativistas sociais, em relação às dinâmicas internas entre os moradores. Muitas situações passam despercebidas pelos “intocáveis” e acabam frustrando suas expectativas. Na ocasião de um conflito com traficantes que atuavam na região das Ocupações Camilo Torres e Irma Dorothy, os moradores assumiram uma posição de neutralidade que deixou os movimentos e ativistas sociais enfraquecidos e isolados naquele momento. “Nós [militantes] achamos que a participação da comunidade poderia ser mais determinante num ataque desses, e a comunidade ficou bem neutra. Então a gente achou que estávamos sozinhos.” (Amorim, 2014, militante) Isso demonstra que os “intocáveis” deixam de compreender muitos dos processos internos das ocupações, ainda que estejam aparentemente muito próximos.

Nós, os “intocáveis”, partimos de ideias, pressupostos, experiências e convicções que não são idênticos aos dos moradores das ocupações. Assumindo o papel de autoridades, tolhemos a oportunidade de esse outro universo se manifestar. Em vez de gerar uma competição que revele as deficiências dos discursos de que somos portadores, tendemos à imposição cultural da mesma tradição que pretendemos romper.

Capítulo 5. Instituições, sociedade e desigualdade na cidade ocupada

O ideário da desigualdade social sem conflitos

Este capítulo trata de como a sociedade e suas instituições – ou os respectivos representantes – se comportam diante das ocupações urbanas. Suas condutas remetem àquilo que Jessé Souza (2011) denomina “má-fé” e que ele compreende a partir do contexto histórico de formação da identidade nacional e de suas ideologias, para as quais as ciências sociais forneceram importantes contribuições.

A neutralidade da ciência como construção de conhecimento sobre o mundo é um dogma, à semelhança dos dogmas da igreja em outros momentos da história ocidental (Feyerabend, 2011, p. 92). Mas os discursos produzidos por cientistas e intelectuais, justamente pela suposição de neutralidade, podem se tornar elementos essenciais às ideologias, fazendo parte do poder dos setores dominantes sobre os setores dominados da sociedade. No campo das ciências sociais e humanas no Brasil há inúmeras narrativas que se apresentam como expressões da totalidade, mas que representam de fato perspectivas restritas de classe ou frações de classe⁴⁸. Mesmo que não exista nenhuma (má) intenção de cientistas, intelectuais ou arquitetos de gerar discursos para a construção da dominação social, as proposições que produzem são apropriados para isso.⁴⁹

No contexto brasileiro, existem alguns axiomas que perpassam toda a sociedade e exercem um papel formador, que se reflete também nas ações e argumentações contrárias às ocupações urbanas, como será discutido adiante. Jessé Souza analisou esses axiomas

⁴⁸ Para citar um exemplo no campo da cultura, veja-se a historiografia sobre a música popular brasileira no período da ditadura militar. Conforme observa Paulo César Araújo, autor de um estudo sobre a chamada música brega, essa historiografia dominante é “autoritária e excludente” porque considera como “representativo do período do regime militar [...] somente aquela produção musical que atinge o público de classe média e nível universitário”, enquanto “aquilo que apenas as camadas mais pobres da população brasileira ouviam ou admiravam não é considerado digno de registro ou pesquisa” (Araújo, 2013, p. 347).

⁴⁹ Um exemplo relacionado à arquitetura é o engajamento do arquiteto John Turner em favor da autonomia da população na produção habitacional, que foi “facilmente transformado num discurso da Nova Direita, identificando autonomia com o ‘espírito empreendedor’ do capitalismo de livre mercado” (Kapp; Baltazar, 2012, p. 4). Na mesma matriz pode-se ler a discussão sobre a Reforma Urbana no Brasil dos anos 1970 e 1980. Pedro Fiori Arantes (2013) chama a atenção para o fato de essas iniciativas terem passado de “referências da transformação social, de diálogo entre intelectuais, ativistas e trabalhadores” para uma “espécie de tecnologia de gestão de massas urbanas empobrecidas”.

criticamente e siga aqui sua argumentação. No centro dessa ideologia está a negação da desigualdade social.

A maneira como tratamos os conflitos é um elemento essencial a essa negação da desigualdade. Ela faz parte dos discursos construídos durante a primeira metade do século XX, no contexto de discussões sobre a (falta de) identidade do brasileiro e a (dificuldade de) formação do estado nacional. Especialmente Gilberto Freyre foi um autor decisivo nesse contexto. Antes dele, a miscigenação era vista como um problema e motivo de preocupação das elites locais (Schwarcz, 2004). A partir de *Casa Grande e Senzala*, a interpretação dessa característica se reverte de negativa em positiva e começa a ser difundido o discurso da harmonia entre aqueles que habitam o Brasil.

Depois, e este é o ponto decisivo, a mistura étnica e cultural do brasileiro, ao invés de ser um fator de vergonha, deveria, ao contrário, ser percebida como motivo de orgulho: a partir dela é que poderíamos nos pensar como o povo do encontro cultural por excelência, da unidade na diversidade, desenvolvendo uma sociedade única no mundo precisamente por sua capacidade de articular e unir contrários. (Souza, 2011, p. 36-37)

A nova maneira de entender o brasileiro, proposta por Freyre, rapidamente foi incorporado pelo Estado. Já nos anos 1930, logo após a primeira edição de *Casa Grande e Senzala*, a elite política passou a usar desse novo entendimento da formação brasileira e a promover sua difusão. O encontro de diferentes 'raças' passou a significar uma capacidade singular de unidade e a ausência de conflito.

O elogio da unidade, da homogeneidade, da "índole pacífica do povo brasileiro", do encobrimento e da negação de conflitos de toda espécie, assim como, no outro pólo, a demonização da crítica e da explicitação de conflitos e das diferenças, ganham, a partir desse contexto discursivo e até nossos dias, sua articulação e legitimação máximas. [...] O DNA simbólico do Brasil moderno, um conjunto de idéias que legitimam práticas sociais e institucionais de toda espécie que se destinam, em última instância, a retirar qualquer legitimidade do diferente e da diferença, do crítico e da crítica. (Souza, 2011, p. 38)

O elogio a uma sociedade sem conflitos, pacífica, baseada na unidade dos diferentes – e, inversamente, o horror à crítica, ao questionamento e à contradição – se tornam então fator de identidade de toda a sociedade brasileira e argumento do Estado. Todas as manifestações que evidenciam as contradições nesse discurso são tratadas como estranhas e fora de lugar. Na história política brasileira, as teorias de Gilberto Freyre são retomadas pelas elites sempre que há ameaças à unidade nacional, especialmente em períodos de exceção como o Estado Novo entre 1937 e 1945 (Souza, 2011, p. 37) e o regime militar entre 1964 e 1985 (Ortiz, 1985). O mito freyriano passou a compor a identidade nacional brasileira.

Hoje em dia, o mito freyriano da identidade brasileira é parte da alma de todo brasileiro sem exceção, de todos nós que nos imaginamos com a autocomplacência e com a autoindulgência de quem diz: tudo bem, temos lá nossas mazelas, nossos problemas, mas nenhum povo é mais caloroso, simpático e sensual neste planeta. "Isso", essa deliciosa "fantasia compensatória", ninguém nos tira. Ainda que nossos graves problemas sociais sejam insofismáveis, temos "vantagens comparativas" em relação a outros povos pela nossa cordialidade, simpatia e calor humano. [...] A aversão ao conflito é o núcleo de nossa "identidade nacional", na medida em que penetrou a alma de cada um de nós de modo afetivo e incondicional. (Souza, 2011, p. 38)

Outra ideia produzida pelas ciências sociais brasileiras e sistematicamente apropriada pelas instituições e pelo senso comum é a de 'homem cordial' formulada por Sérgio Buarque de Holanda numa perspectiva aparentemente crítica. No entanto, Souza (2011, p. 54) considera que Buarque de Holanda sistematiza o ideário de que Freyre é o pai-fundador: o 'homem cordial' seria uma herança ibérica dos brasileiros que lhes dá uma flexibilidade e uma tolerância incomum entre outros povos e que leva também à formação de uma esfera política em que os limites entre público e privado são difusos e onde as relações são baseadas na informalidade. O nosso problema de corrupção seria então proveniente dessa suposta tradição cultural personalista e patrimonialista, à qual se contrapõem as supostas virtudes do mercado moderno, menos comprometido com essa tradição (Souza, 2011, p. 71). A virtude do mercado contra um Estado corrupto por natureza é um importante fator para o consenso em relação ao neoliberalismo no Brasil nas últimas décadas e para a manutenção das disparidades sociais entre os sujeitos que habitam o seu território, pois não

se costuma atribuir ao chamado 'mercado' (isto é, à economia capitalista) a responsabilidade pela exclusão: "a eternização dos privilégios econômicos de alguns poucos [é] 'vendida' ao público como interesse de todos na luta contra uma corrupção pensada como 'mal de origem'" (Souza, 2011, p. 16).

Uma última noção proveniente das ciências sociais e que exerce um importante papel na construção da identidade nacional e na conduta das instituições e da sociedade em geral é o 'jeitinho brasileiro'. Essa noção foi desenvolvida a partir do 'mau caráter' que supostamente identifica o 'homem cordial' e também contribui para a construção distorcida da identidade do brasileiro e a sociedade desigual em que vive (Souza, 2011). O antropólogo brasileiro Roberto da Matta explora essa noção do 'jeitinho brasileiro' como um pivô para sistematizar as relações dentro de toda a sociedade brasileira e suas desigualdades: somos desiguais porque construímos uma sociedade de 'espertos'. Da Matta desconsidera desigualdades evidentes, que vão muito além da questão do ser esperto ou bobo; desigualdades estruturais que colocam alguns numa situação de privilégio e outros numa situação de carência absoluta que nenhum 'jeitinho' pode resolver. Para que a suposta 'esperteza' fosse real, seria necessário que os recursos culturais e, principalmente, sociais de todos os participantes do jogo fossem semelhantes. Mas para os pobres do Brasil, a ralé e os batalhadores, o privilégio máximo é o poder junto a setores do tráfico de drogas dentro das comunidades pobres (Souza, 2011), que, por sua vez, é fruto dessa mesma pobreza e igualmente manipulado por setores privilegiados que garantem o funcionamento dessa atividade ilegal.

A partir de noções como as apontadas acima, uma parte ainda relevante dos cientistas sociais brasileiros e, mais importante, a opinião pública, interpretam os problemas brasileiros como originados no passado. A ideologia da harmonia e a negação do conflito foram construídos a partir de elementos que de fato existem na vivência cotidiana da sociedade brasileira. Porém, também há nessa vivência cotidiana elementos de contradições e desarmonia que permitiriam construir o discurso oposto ou – o que seria mais coerente – um discurso dialético. Cabe lembrar que, ao olhar para o passado, o historiador faz escolhas. As relações de cumplicidade que Gilberto Freyre observou entre senhores e escravos, assim como a informalidade do homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda, são

aspectos pelos quais se pode ler a história brasileira, assim como o seriam outros, que não cabem nessa matriz.

Contudo, seja quais forem tais escolhas, a negação do conflito não é uma atitude inocente, pois ela permite interpretar afirmativa ou positivamente uma sociedade de grandes desigualdades. Embora, evidentemente, a trajetória histórica de uma sociedade seja determinante para a sua estrutura presente, explicar os problemas contemporâneos por comportamentos ou tendências ‘culturais’ recolhidos no passado é ocultar os fatores atuais realmente determinantes.

Na realidade, a “legitimação da desigualdade” no Brasil contemporâneo, que é o que permite a sua reprodução cotidiana indefinidamente, nada tem a ver com esse passado longínquo. Ela é reproduzida cotidianamente por meios “modernos”, especificamente “simbólicos”, muito diferentes do chicote do senhor de escravos ou do poder pessoal do dono da terra e gente, seja esta gente escrava ou livre, gente negra ou branca. Quando não se fala dessas formas “novas” e “modernas” de se legitimar a dominação cotidiana injusta e se apela a uma suposta e vaga continuidade com o passado distante é porque não se sabe do que se está falando, ainda que não se tenha coragem de admitir. (Souza, 2011, p. 15)

Ao lado da tradição culturalista das ciências sociais brasileiras e sem contradizê-las fundamentalmente, há um predomínio do discurso economicista na produção científica, à qual se vinculam também intelectuais de matriz marxistas ou weberiana. A interpretação economicista constata aspectos da desigualdade, mas não explica suas razões, porque ignora formas de dominação não diretamente econômicas.

Esconder fatores não econômicos da desigualdade é, na verdade, tornar invisível as duas questões que permitem efetivamente “compreender” o fenômeno da desigualdade social: a sua gênese e a sua reprodução no tempo. (Souza, 2011, p. 18)

O crescimento econômico brasileiro na última década não significou uma mudança na estrutura de poder, nem tampouco colocou as pessoas mais pobres (que agora consomem um pouco mais) numa situação social nova; elas continuam não participando da estrutura de poder hegemônica (Kapp; Silva, 2013, p. 32). A desigualdade política, cultural e social,

mesmo quando os recursos econômicos são momentaneamente equivalentes, se manifesta de inúmeras maneiras no cotidiano da sociedade brasileira, seja no acesso às universidades públicas, nas formas de resolver uma pendência cartorial ou nas penas aplicadas aos ‘pequenos’ e ‘grandes’ criminosos.⁵⁰

A perpetuação de tais desigualdades se legitima por todos os discursos que a negam ou minimizam. Assim, por exemplo, a mais recente luta pela igualdade étnica pareceu a muitos representantes dos setores mais intelectualizados da sociedade brasileira como uma ‘importação’ dos EUA, pouco pertinente por aqui. Afinal, como reza o mito fundado por Gilberto Freyre, teríamos uma democracia étnica. Nossa suposta predisposição para harmonizar diferenças faria das iniciativas de combate da desigualdade algo estranho à nossa realidade social.

Em suma, Souza (2011) argumenta que há, no Brasil, uma ideologia da miscigenação tolerante, da índole pacífica, da ausência de conflitos, da aversão à crítica, segundo a qual a desigualdade social seria resultado da corrupção, do personalismo e do patrimonialismo – as consequências negativas daquelas mesmas características positivas – e não de uma estrutura econômica, política e social semelhante à de tantos outros países capitalistas. A ‘má-fé’ como uma postura, seja do Estado ou da sociedade civil, promove a manutenção de desigualdades sociais porque “age de modo a legitimar o esquecimento da ralé enquanto classe e a punição de seus membros como indivíduos”.

As instituições e a criminalização da desigualdade

As ocupações urbanas são eventos que permitem observar e discutir como a questão da desigualdade social é tratada pelas instituições do Estado e da sociedade civil, isto é, as manifestações daquela ‘má-fé’. A própria terminologia relacionada a esses eventos evidencia a oscilação entre sua criminalização e sua amenização, conforme os momentos e arenas de disputa. Em negociações com o poder público municipal ou em audiências com o

⁵⁰ Gregório Andrade, ex-presidiário e morador da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá: “Bandido é quem assalta no sinal! Esse é bandido. [...] O cara que desvia merenda escolar esse não... Remédio... Esse aí é Vossa Excelência. (Andrade, 2014, militante e morador)

judiciário, a ocupação urbana é quase sempre denominada *comunidade*, conotando um ambiente de comunhão e não de conflito, isto é, demonstrando a união de todos que moram no local e também sua intenção de integração à cidade. Já as menções às ocupações por agentes do poder executivo (fora dos fóruns oficiais de negociação), por representantes da sociedade civil (não envolvidos) e pela imprensa em geral usam predominantemente o termo invasão. Ainda que muitas vezes esse uso seja irrefletido, ele indica a postura predisposta a criminalizar esse tipo de ação política.

A criminalização se ancora na defesa da propriedade privada. A ocupação representa uma afronta a essa propriedade, questionando sua concentração nas mãos de poucos e criando uma situação de conflito que também rompe com o imaginário da harmonia. O fato de os juízes, via de regra, acatarem de imediato os pedidos de reintegração de posse dos imóveis ocupados é uma evidência disso. Como declarou a defensora pública Cleide Nepomuceno ao jornalista Mateus Coutinho (2011, p. 52), “ainda temos herança muito forte de um Código Civil patrimonialista e que tinha a propriedade arraigada como principal direito, um direito absoluto”. A mesma constatação foi feita pelo advogado Fábio Alves dos Santos, em entrevista a André Costa Braga Soares.

No contexto do conflito jurídico entre “proprietários” e ocupantes, o advogado [Fábio Alves dos Santos] aponta o preconceito e o forte teor ideológico das resoluções do procedimento jurídico brasileiro. Os juízes, ao receberem uma petição inicial por partes dos “proprietários”, seguem o âmbito estipulado pelo Código Civil Brasileiro e, portanto, ignoram o arcabouço constitucional e institucional supracitado [função social da propriedade] Emitem a liminar de reintegração de posse sem possibilitar uma audiência de justificação. (Soares, 2012, p. 52)

Mas juízes que acatam um pedido de reintegração de posse tomam uma decisão antes ideológica do que técnica, pois desconsideram que, desde a Constituição Brasileira de 1988, a lei determina que a propriedade deve cumprir sua função social. Se as ocupações urbanas ocorrem em terrenos que não cumprem essa premissa, sua condição não é mais ilegal do que aquela que estava ali instalada antes. A ação da ocupação urbana nem sequer rompe com as instituições, mas está prevista no marco jurídico brasileiro. Contudo, eis como a Constituição, o Estatuto da Cidade e alguns planos diretores se tornam letra morta diante da

intocável propriedade privada, tendo pouca efetividade nas decisões dos tribunais e também não sendo incorporadas pela sociedade como um todo (Valença, 2014, p. 347). Tal contradição no judiciário – acompanhado por outras instâncias do Estado, reverberada pela mídia e absorvido pela ‘opinião pública’ – é também fruto do caráter abstrato das leis, que dão margens imensas a todo tipo de interpretação. A própria ideia de direitos humanos, tem esse caráter ambíguo; “os direitos humanos como estão postos na atualidade [...] servem tanto para fazer a guerra como para fazer a paz, servem tanto para trazer a injustiça quanto para trazer a esperança” (Müller, 2014, p. 169).

Como já dito, a propriedade privada também é um valor fundamental para os moradores das ocupações urbanas. Eles não se opõem a esse instituto, mas ao fato de estarem excluídos dele. Nesse sentido, são tão ‘individualistas’ quanto os demais sujeitos que vivem nesta sociedade. Nos casos estudados, não houve discussões aprofundadas entre moradores e movimentos ou ativistas sociais a respeito da diferença entre direito à moradia e direito à propriedade. Mesmo a propriedade coletiva nunca foi uma opção relevante, nem sequer na forma do condomínio. No entanto, a estrutura da legislação brasileira contribui fundamentalmente para que discussões como essa não possam se desenvolver.

E é um problema [...] essa forma estanque que a propriedade privada tem em nossa legislação. Nós não temos outra forma de lidar com a propriedade. Propriedade vai ser de um indivíduo. Propriedade coletiva não existe. Concessões não existem. Nós queríamos, por exemplo, que as propriedades não fossem das pessoas que moram lá. Nós queríamos que fosse um espaço onde as pessoas tivessem um direito de uso enquanto viver. Mas funciona essa propriedade. O direito brasileiro não nos permite. Como é que você vai explicar isso para esse povo? E aí não vamos ficar agarrados. (Otoni, 2014, militante)

Concretamente e para além dos títulos formais de propriedade, o individualismo dos moradores das ocupações se manifesta na valorização do espaço privado e na desvalorização do espaço público, tanto mais quanto maior a segurança de posse. Os movimentos sociais também não discutem a questão do espaço coletivo ou público. Ele se restringe aos edifícios comunitários da ocupação, que sempre levam muito tempo para serem construídos. Pelo mesmo motivo, as questões coletivas são tornadas secundárias à

medida que o tempo passa, sendo lembradas somente quando existe alguma ameaça externa de despejo. A segurança da posse leva o morador a priorizar a consolidação de sua moradia, que acaba reafirmando o caráter individualista e também é uma estratégia de resistência.⁵¹

A criminalização das ocupações urbanas, no entanto, vai muito além da utilização do termo *invasão* ou da ignorância de certos representantes do judiciário quanto ao marco jurídico mais recente. À defesa da propriedade privada pelo judiciário alinham-se as ações da polícia militar, que é sempre o primeiro agente do Estado que comparece nas ocupações, ainda que nem sempre seja bem sucedida nos seus objetivos. Como já relatado, nos momentos iniciais da Ocupação Dandara, a polícia militar tentou despejar os ocupantes, mas sua resistência deu visibilidade à ocupação, atraiu ainda mais famílias e despertou a solidariedade de apoiadores externos, dificultando novas investidas policiais.

Além disso, é comum se atribuir aos moradores de uma ocupação a responsabilidade por qualquer contravenção que ocorra na região em ela está inserida. Gregório Andrade, morador da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá, menciona a predisposição da polícia civil a relacionar a ocupação a qualquer ocorrência nas proximidades. O lugar também é sistematicamente citado por jornais quando noticiam algum crime; eles colocam a ocupação como uma referência de localização, induzindo o leitor a supor o envolvimento da população ocupante.

A polícia civil nesses levantamentos que eles fazem através de apontamentos, por exemplo, de crime; outro dia pegaram um cara lá na avenida, desmanchado! No boletim de ocorrência falaram que estava aqui dentro! Deram um tiro na rua, eles vão e dizem que é aqui dentro. [...] Então assim, quanto mais eles puderem fazer isso, eles irão fazer. Assim eles deslegitimam a luta. Eu vi uma nota hoje no Super, falando sobre a

⁵¹ A construção da casa individual como estratégia de resistência já é observada por Turner (1968) nas favelas de Lima nos anos 1960: “As associações pedem a seus associados que construam assim que tomem posse de seu lote, de modo que todos os que podem o fazem, mesmo que sejam fundações apenas. Uma anedota corrente em Lima conta a história de um enorme trator que o Governo mandou para que derrubasse os barracos. Ao investir sobre o primeiro, feito de esteiras e de bambu, o trator quebrou: havia encontrado uma estrutura de sólido concreto armado. Apesar de não ser mais que uma fábula, sua moral está bastante clara.” (Turner, 1968, p. 22)

violência, você vê que a matéria é toda tendenciosa para poder falar que é aqui dentro, entendeu? Nós não tínhamos que estar aqui! E é isso! É para deslegitimar a luta mesmo! (Andrade, 2014, militante e morador)

Matérias jornalísticas como a mencionada pelo morador citam os locais ocupados e crimes que ocorrem em seu interior ou nas proximidades sem nenhum tipo de aprofundamento em relação a sua motivação.

Outra confusão agitou a ocupação Dandara, em Belo Horizonte. A polícia diz que crimes são constantes na área ocupada por sem casas, na região de Venda Nova, onde cerca de quatro mil pessoas estão vivendo há quatro meses. Desta vez, um homem foi linchado. A agressão teria começado após uma discussão dele com a ex-mulher. Este homem que foi executado no local e um foragido da justiça e já foi preso. (Portal Uai, 2009)

A ideia de que as ocupações urbanas seriam 'criatórios' de bandidos é recorrente entre pessoas que nunca as visitaram e, na opinião dessas pessoas, justificaria a remoção da população sem nenhuma necessidade de prova dessa suposta criminalidade. O Juiz Manoel dos Reis escreveu uma carta para o jornal *Estado de Minas* em 2010, respondendo a leitores que questionavam uma decisão sua que beneficiava os moradores da Ocupação Dandara. O comentário do leitor Joel Francischetti e a carta do juiz evidenciam o imaginário das ocupações como um local de criminosos.

E a insegurança então... roubos assaltos e invasões de residências... minha casa foi arrombada 3 vezes após a invasão, antes era uma paz só! e o DIREITOS HUMANOS!!! Acho que teriam de atentar para isso e não DEFENDER BANDIDOS que roubam terras e tudo o mais. (Portal Uai, 2010)

E aqui gostaria de apontar o equívoco cometido pelo autor da carta ao identificar habitações irregulares com o avanço da criminalidade, mais ainda, aglomerado de favela com berçário de traficante e desocupados, pelo qual deixou transparecer sua aversão pela presença do desfavorecido econômico em determinados lugares do espaço geográfico da cidade (Estado de Minas, 0/07/2014)

Tentativas de criminalizar as ocupações partiram também de igrejas evangélicas, conforme relata o Misael Rubens Moreira, pastor e morador da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá.

Eles são contra porque, na visão deles não é ocupação, é uma invasão. Nós estamos roubando a terra do outro, a gente está pecando, o povo ali está em pecado, e se o povo está em pecado o pastor que está apoiando, que está ajudando está excomungado, na linguagem deles. Então eu sou meio assim, discriminado pelos outros pastores por estar aqui, inclusive, não só apoiando a ocupação, mas apoiando a luta política, as manifestações. As outras ocupações, quando preciso eu vou dar o apoio. Então eles já me discriminam por causa disso. (Moreira, 2014, morador)

O apoio de sacerdotes católicos é mais comum nas ocupações do que o de pastores evangélicos. Houve até ocasiões em que a Igreja Católica assumiu certo protagonismo nas negociações, como em 2010, diante da ameaça de despejo das ocupações Dandara, Camilo Torres e Irmã Dorothy, quando o advogado Fábio Alves dos Santos, a partir de seu cargo na SAJ da PUC-Minas, mobilizou a arquidiocese para apoiá-las. Mais tarde, no entanto, esse apoio direto se esfacelou.

Em 2010, 2011, eles foram determinantes, mas aí devido a umas novas amarrações, porque, a gente até percebeu que depois disso o Márcio Lacerda até teve que reconstituir a sua base, e aí isso deu uma reconstituída, e com isso você vê aí alguns de boa ação, mas não é aquela situação igual estava antes. (Amorim, 2014, militante)

O recuo político da Igreja Católica, não significou o recuo de todos os indivíduos a ela relacionados. Alguns persistiram dentro das ocupações e, em algumas ocasiões, até contrariaram seus superiores na hierarquia institucional e se expuseram a retaliações por isso (Moreira, 2013, religioso e ativista).⁵² Mas, de qualquer forma, a força institucional havia se perdido.

A visão negativa que a opinião pública tende a ter das ocupações urbanas estende a elas o que já se aplica a todos os espaços nas nossas cidades apropriados pelas camadas mais pobres da população. Supõe-se que ali o Estado deva intervir de um modo ou de outro. Os agentes do poder executivo, por sua vez, também entendem que a sociedade deve ser

⁵² Essas perseguições dentro da Igreja Católica coincidem com os períodos em que os cargos superiores são ocupados por representantes de perfil mais conservador, interditando o engajamento dos sacerdotes em ambientes como ocupações urbanas (Menezes Neto, 2012, p. 94).

‘protegida’ contra a propagação de novos espaços ‘degradados’, como as ocupações urbanas, recusando as negociações e aguardando o momento de intervir pela força. Isso se tornou evidente no contexto das ocupações na Mata da Izidora, em Belo Horizonte, a partir de 2013. Tanto o executivo municipal quanto o estadual se negaram a conversar com os movimentos e as lideranças, pois qualquer negociação já representaria uma concessão e estimularia novas ações semelhantes. O militante Amorim (2014, militante) tem certeza de que, passado o evento da Copa do Mundo, haverá um despejo violento nesses casos.

Os argumentos que a gestão do prefeito Márcio Lacerda tem usado para justificar a recusa da negociação com os movimentos sociais e os ocupantes se assemelham aos argumentos já usados na gestão do prefeito Patrus Ananias contra a Ocupação Corumbiara em 1996, detalhadamente descritos por Mônica Bedê.

Esse procedimento é necessário, evidentemente, para evitar práticas ilícitas mas, sobretudo, para desestimular as ocupações como tática de luta do movimento por moradia. Pelo contrário, a intenção é consolidar uma política habitacional formulada, planejada e executada em parceria com o movimento por moradia, não só por coerência política mas também por uma questão de governabilidade: considerando a exiguidade dos recursos municipais e a falta de perspectiva de apoio das outras esferas de governo, essa é a única alternativa que pode permitir enfrentar localmente o problema habitacional mantendo minimamente o controle político da situação, sem estar à mercê de demandas imprevisíveis, provocadas por ocupações organizadas, e muito maiores que a capacidade operacional e financeira da Prefeitura. (Bedê, 2005, p. 222-223)

Na década de 1990, a política habitacional de Belo Horizonte estava ainda em construção. Hoje, duas décadas depois, a ocupação urbana tem se apresentado como alternativa de acesso à moradia para a demanda não atendida por essa mesma política. Mas a PBH continua alegando que os ocupantes estariam ‘furando a fila’ dos que aguardam o atendimento de suas demandas pela instituição (Lima, 2014, arquiteta e urbanista). E o

correlato dessa recusa da negociação é o despejo que, quando ocorre, é quase sempre truculento e traumático.⁵³

A criminalização das ocupações urbanas se estende à questão ambiental, sempre usada pelos agentes do Estado para justificar a remoção, tal como se pode ler num relatório recentemente elaborado pela URBEL (Belo Horizonte, 2014) sobre as ocupações na Mata da Izidora (Rosa Leão, Esperança e Vitória). O documento destaca o suposto desmatamento de grandes áreas, mesmo que as fotos aéreas, apresentadas nesse mesmo documento, indiquem apenas a limpeza de lotes para a implantação das casas (Belo Horizonte, 2014, p. 18). No mesmo tom, o relatório enfatiza que a forma desordenada das ocupações desencadearia riscos geológicos e ambientais (Belo Horizonte, 2014, p.20). De fato uma ocupação, mesmo ordenada, pode trazer esses riscos, mas é importante notar que funcionam como um trunfo em qualquer instância em que os sujeitos com poder de decisão são técnicos de outros setores e não técnicos vinculados a questão do espaço (como no judiciário, por exemplo). Tudo isso conduz a decisões de remoção fundamentadas em argumentos que se apresentam como ‘técnicos’, mas que – conforme avalio no relatório citado – são frágeis. Müller (2014, p. 161) constata que o argumento da área de risco é usado “mesmo que não se tenha em conta o que, efetivamente, pode ser denominado como sendo área de risco”.

Na fase inicial da Ocupação Dandara, houve uma negociação com o Ministério Público Estadual em relação à atitude da polícia, que estava impedindo a ocupação de todo o terreno apesar do ganho judicial que a permitia. O argumento do Ministério Público na ocasião, para não desautorizar a polícia militar e manter os moradores concentrados em 10% do terreno, foi a falta de licenciamento ambiental para a implantação do plano urbano e de propostas de iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água e escoamento das águas pluviais (Coutinho, 2011, p. 97).

⁵³ Alguns entrevistados participaram de um despejo em Itabira, em 2011: “É uma das piores lembranças da minha vida o despejo que eu vi lá em Itabira. [...] Parece que você está em um espaço que está todo mundo morrendo. Parece que você sente a morte. Você sente uma coisa ruim.” (Cruz, 2014, militante e moradora) “Quando eu voltei de Itabira, eu fiquei uma semana dentro de casa sem sair para lugar nenhum, passando mal uma semana inteira. Eu ouvia os gritos das crianças para não derrubar a casa, as pessoas chorando e como foi o primeiro eu fiquei meia perturbada.” (Lima, 2014, entrevista)

Atribuir a culpa pela degradação ambiental de uma cidade à população pobre que mora em áreas de risco é uma atitude recorrente por parte dos agentes públicos e dos meios de comunicação, desviando o foco dos problemas que de fato levam à degradação, como a determinação do uso e da ocupação do solo pelos diversos capitais e sua busca de ganhos extraordinários (Rolnik, 2014, p. 38).

As instituições públicas, além de não promoverem uma política habitacional que atenda à demanda, se aproveitam da prática de autoconstrução, representando-a ora como virtude, ora como vício, dependendo da situação política e econômica (Campos, 2013). O Estado se apropria da autoconstrução mediante ações e programas que incentivam essa prática, como ocorria em todo o Brasil pelos chamados Programas Alternativos do BNH, que se estenderam também a Belo Horizonte nos anos 1980, na gestão do prefeito Sérgio Ferrara. No imaginário da população, esse prefeito ainda é um dos maiores provedores de habitações: “foi um mandato de três anos, do Governo Ferrara e os números falam que em três anos, ele construiu aí em torno de 25 mil moradias.” (Amorim, 2014, militante) Mas as unidades habitacionais atribuídas ao Governo Ferrara por Lacerda Amorim são quase todas autoconstruídas em terrenos que a prefeitura promovia o parcelamentos sem oferecer infraestrutura ou meios para a construção em si (Campos, 2013). Nessa fase, como em muitas outras da história de Belo Horizonte e do Brasil, a autoconstrução foi incentivada exatamente porque as instituições não conseguiam – como não conseguem – oferecer moradia pelas vias formais. Essa lógica é salientada por Maurício Libânio, ex-funcionário da Secretária Municipal de Direitos Sociais.

Desde que Belo Horizonte foi fundada, onde não se previu nenhum espaço reservado para populações de baixa renda, a história da expansão urbana de Belo Horizonte é a história das ocupações e das formações autônomas e informais de assentamentos urbanos. Se você olhar qualquer das favelas de Belo Horizonte você vai ver esse processo, vai ver que a Ocupação Dandara não é novidade. E porque ela ocorre? Ela ocorre porque dentro do processo social nosso, de provisão das necessidades básicas da população, a habitação é aquilo que os governos nossos menos promovem. (Libânio, 2009, funcionário público)

Por outro lado, quando os assentamentos informais se tornam inconvenientes – por razões diversas – a autoconstrução é criminalizada. Nesse contexto cabe observar que Prefeituras, Estados e União reagem muito mais rapidamente quando as ocupações ocorrem em terrenos públicos do que quando se trata de terrenos de propriedade privada, cuja ocupação representa uma espécie de solução de um problema habitacional.

O governo, não importa se é a Prefeitura nossa, se é a Prefeitura de outros tempos, quando o terreno é dela, ela joga duro para tirar. Quando não é terreno dela, a tendência dela é ficar omissa nas coisas e só eventualmente, porque ela é demandada, vai se posicionar contra uma ocupação. Porque ela sabe que, se o pessoal sair de lá, ela não tem condição de atender o pessoal em outro lugar. Aquela ocupação é conveniente para a Prefeitura. [...] E ela sempre fechou os olhos para os processos de ocupação. (Libânio, 2009, funcionário público)

Boaventura de Souza Santos também destaca que os Estados, ao não promoverem condições de moradia para as populações pobres, assumem posições contraditórias que atendem aos interesses econômicos e políticas locais, legitimando ou reprimindo as ações empreendidas por essas populações como solução para moradia (Souza Santos, 2008, p. 80-81). Nos anos 1970, Carlos Nelson Ferreira dos Santos já observava a peripécia do governo do Estado da Guanabara para se retirar das situações de precariedade em que não poderia ou queria investir recursos financeiros e humanos, alegando que estava entregando às lideranças locais “o comando da situação” (Santos, 1981, p. 141), isto é, a administração da própria carência.

O poder executivo, ao não reconhecer as ocupações urbanas, transfere para a população a responsabilidade de dar solução à sua moradia, não apenas no âmbito individual, mas também nas questões coletivas, que seriam de sua responsabilidade direta. Sempre que os moradores constróem soluções para essas questões, o poder público se beneficia indiretamente, porque a pressão da demanda habitacional diminui. Essa postura fica evidente na omissão dos agentes do executivo, que evitam se posicionar no conflito, mas tiram proveito dele ao não serem pressionados pela população para dar soluções mais consistentes ao problema posto pelas ocupações urbanas.

No caso da Ocupação Dandara, Pedro Otoni expõe o conflito:

Então o Estado já lavou as mãos, inclusive a própria advogada falou comigo o estado não quer participar dessa negociação de forma nenhuma, então cada vez que corria a pergunta na mesa e o Estado virava a cara e falavam “não tem nada a perguntar”, durante as quatro horas que nós ficamos lá o Estado não se opôs a nada. (Lima; Santos, 2014, militantes e moradores)

A resposta deles é *não*. Eles simplesmente cruzaram os braços e *não* - não apoia, não apoia a comunidade, e não apoia o dono também. Tipo assim, se neutralizou, se neutralizou, porque aqui é um grande berço político de campanha, então ele se neutralizou e não quis se mover para retirar e nem para ajudar o homem, o dono, o ex-proprietário. (Moreira, 2014, morador)

Então na verdade a grande disputa agora, de uma forma sistemática fica entre a Modelo e a Prefeitura. A Modelo tem que convencer a Prefeitura a comprar aquele terreno dela. De dar outra destinação para aquilo. Ela tentar garantir algo ali, que está muito difícil para ela. A Prefeitura pode jogar uma pressão por despejo. Não quer negociar, mas também não faz nada. O Governo do Estado, com o “pepino” de ser a força armada, no caso de uma decisão, não quer isso. (Otoni, 2014, militante)

Outro fenômeno recorrente são os “processos de cooptação e regulação aos quais, sem que se notem, estão submetidos os movimentos sociais e os processos de participação popular” (Valença, 2014, p. 352). Isso vale particularmente para as gestões dos partidos populares ou tradicionalmente pertencente à esquerda, como o PT. Na percepção de Lacerda Amorim (2014, militante), o governo Lula teria repetido em nível nacional aquilo que a prefeitura de Patrus já havia feito em Belo Horizonte, isto é, “organizar movimentos através de espaços institucionais, conferências, fórum” e, assim, enfraquecê-los. A cooptação de lideranças de movimentos sociais em Belo Horizonte, constatada por vários outros militantes e ativistas entrevistados, fica evidente também na postura da PBH de não negociar com as ocupações urbanas. Dada a existência de todo um sistema habitacional municipal, a negociação seria, segundo os agentes da PBH, um desrespeito às pessoas que participam desse sistema.

Essa atitude promove a desavença entre os movimentos de moradia já consolidados e os movimentos mais recentes, não alinhados com o sistema municipal, tais como os que promovem as ocupações. Os dois grupos se tornam antagônicos, como se não estivessem lutando pelos mesmos objetivos. Na visão dos movimentos recentes, os mais antigos “são

movimentos assim, que no fundo, no fundo, parece que eles estão mais aspirando um lugar dentro da prefeitura, do que por moradia, entendeu?” (Lima, 2014, arquiteta e urbanista). Já os movimentos sociais que participam da política habitacional de Belo Horizonte discordam das ocupações urbanas realizadas nessa cidade nos últimos seis anos, embora concordem com ações semelhantes em outros lugares, evidenciando como a cooptação é uma das estratégias mais eficientes que o poder público utiliza para desarticular movimentos e ativistas sociais. Para Marcos Landa, coordenador do MNLM “os movimentos que estão hoje cadastrados na Prefeitura [de Belo Horizonte] praticamente se transformaram em uma corrente de transmissão da política habitacional do município” (Landa *apud* Coutinho, 2011, p. 79). Curiosamente, Landa ocupa hoje um cargo na Prefeitura de Nova Lima.

Quanto à mídia, a abordagem predominante sobre as ocupações urbanas segue a mesma lógica usada para outros conflitos sociais que, em vez de evidenciados e discutidos como tais, são transformados em representações mais confortáveis. A violência urbana, por exemplo, costuma ser tratada de forma espetacular, como se seus eventos não fossem evidências de conflitos sociais mais amplos.

Ao isolar o foco de toda atenção na violência espetacular, produzem-se todas as condições objetivas para a continuação da violência muda e silenciosa de várias dezenas de milhões de brasileiros, e, no limite, de toda a sociedade brasileira cuja dinâmica é estruturada de fio a pavio por essa gigantesca desigualdade, invisível tanto política quanto analiticamente. (Souza, 2011, p. 98)

As manifestações ocorridas em várias cidades brasileiras na ocasião da Copa das Confederações, em junho de 2013, foram tratadas pela maior parte da imprensa nacional e local como vandalismo. Os Black Blocs⁵⁴, Logo após a primeira manifestação dos estudantes de São Paulo, a nossa imprensa, rápida como uma partícula de luz, disparou cheia de certeza lá do seu universo paralelo: “são vândalos, filhinhos de papai”! De início, olhando daqui do nosso universo dos mortais, alguns concordaram outros não. Na verdade, ninguém deu muita atenção. Enquanto isso, os políticos

⁵⁴ Os Black Blocs, muito mais que grupos políticos de cunho anarquista, são na realidade uma estratégia de protesto que promove ações diretas, ou seja, esta estratégia de protesto não se restringe a uma passeata contra determinada instituição, eles promovem uma ação concreta contra a instituição.

concordaram com a imprensa lá do universo paralelo deles e mandaram a polícia baixar a porrada. Revoltada, a população comprou o barulho dos estudantes e foi em massa para as ruas. Foi aí que se abriu um gigantesco buraco negro entre os três universos. E o pouco que se sabe sobre os buracos negros é que sua força gravitacional é tão fantástica que nem a luz consegue escapar. Pois é. Ninguém escapou da fúria e da indignação popular. Partidos, imprensa falada, escrita, virtual, políticos, ideologias, governos, polícia, ônibus, formadores de opinião... foram todos sugados, sem nenhum pudor, para dentro do buraco negro. Atordoados, tentaram inventar alguma teoria que explicasse o fenômeno surpreendente. Mas assim como a Física Quântica, quanto mais eles tentavam entender, menos compreendiam. (Mello, 2013, p. 16)

O universo paralelo da imprensa e dos políticos brasileiros tem como importantes esteios para sua formação os argumentos freyrianos. O país da harmonia, num momento em que estava em evidência em todo o mundo, não poderia jogar por terra uma de suas principais referências de identidade nacional. Além disso, a mídia emite opiniões apolíticas apresentando-as como assertivas técnicas. Os noticiários econômicos são o maior exemplo: as notícias são dadas como se fossem meras constatações, sem nenhum conteúdo político; comentaristas defensores do neoliberalismo apresentam suas análises como descrições ‘científicas’, subentendendo-se a neutralidade política como atributo da ciência. Enquanto se apresentam como veículos de toda a sociedade, “têm o dever de evitar metodicamente tudo o que pode chocar e ser rejeitado por uma fração de seu público atual ou potencial, ou seja, em primeiro lugar, as tomadas de posição propriamente políticas” (Bourdieu, 2008, p. 413). No Brasil a Rede Globo é bastante eficiente nesse aspecto, ainda que uma pequena fração da sociedade tenha consciência de sua origem no período militar e sua linha conservadora. Deixando pouco evidente a própria posição, a empresa chega a veicular matérias jornalísticas que parecem questionar os setores conservadores. Mas, vistas mais de perto, são matérias pouco contundentes, que retiram as contradições do contexto do cotidiano e as apresentam como ‘escândalos’ excepcionais.

No caso das ocupações urbanas, os veículos de comunicação também assumem essa postura de uma suposta neutralidade que é tudo menos neutra: defende-se a propriedade privada e omite-se o fato de que os terrenos ocupados estavam vazios, a explicação de sua vacância e

a informação de que ferem a premissa da função social da propriedade, assim como se omitem os motivos pelos quais as ocupações acontecem. Assim, os jornais que noticiaram a indicação da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá para a Bienal de Arquitetura de São Paulo, o fizeram no caderno de cultura; a abordagem da ocupação urbana se deu pelo viés cultural, esvaziando o conflito político que ela envolve. A passagem abaixo, na coluna de Anna Marina, mostra bem a banalização e o enquadramento do evento da ocupação como um novo fenômeno cultural ou 'artístico'.

A história da arquitetura mineira é repleta de valores reconhecidos em todo o país. Só para falar de dois que já se foram, gostaria de lembrar meu amigo Sylvio de Vasconcelos, louvado como precursor do modernismo na arquitetura nacional, e de meu primo Álvaro Hardy – Veveco para todos –, que foi embora cedo, antes de cumprir seu destino. E o que falar de Gustavo Penna, que é o revival daqueles artistas renascentistas, que faziam tudo para papas e reis? Difícil surgir uma novidade por aqui que não tenha o dedo dele. Agora, os profissionais mineiros conseguiram faturar uma seleção para participar da Bienal Internacional de Arquitetura em São Paulo. O projeto tem a participação de representantes da Diretoria de Habitação do Instituto dos Arquitetos do Brasil – MG (IAB-MG) e foi desenvolvido para ocupação de um terreno sem função social na periferia de Contagem. (Estado de Minas, 17/10/2013)

A colunista se refere ao plano da ocupação urbana como se assentamentos precários, autoproduzidos ou espaços que abrigam os pobres fosse uma novidade. Quando não comparece apenas negativamente nas páginas policiais, a ocupação é posta numa perspectiva que não incomoda, como se fosse, no máximo, o lançamento de um livro ligeiramente contestador. A ocupação é fetichizada e neutralizada como produto cultural, uma promissora firula de arquiteto (e não dos moradores).

A sociedade e a neutralização ou ignorância da desigualdade

Durante as ocupações urbanas houve muitas formas de minimização do conflito. Um exemplo marcante foi o despejo da Ocupação Eliana Silva em 11 de maio de 2012: embora a ação tenha feito uso de um forte aparato policial, o prefeito Márcio Lacerda, então candidato à reeleição, a descreveu depois nos seguintes termos: "A PM usou de toda

delicadeza não houve nenhuma espécie de violência, as pessoas saíram voluntariamente". (Debate na Rede Globo Minas, em 04 de outubro de 2012). Essa fala corresponde ao imaginário social de apaziguamento ou de 'não por lenha na fogueira' e, portanto, não discutir o conflito que estava de fato em jogo.

O jornalista Mateus Coutinho entrevistou moradores do entorno da Ocupação Dandara. Todos expressaram uma preocupação em relação às condições ambientais do terreno ocupado, afirmando que os ocupantes estariam destruindo o meio ambiente ao lançar esgoto e lixo no córrego. Porém, esses mesmos vizinhos também fazem isso, sem que ninguém se incomode (Coutinho, 2011, p. 122). De modo análogo, a venda de lotes entre os moradores das ocupações costuma ser entendida como demonstração de oportunismo de pessoas que na verdade nem precisariam de moradias. Pedro Otoni, militante das Brigadas, chama a atenção para as tentativas de desqualificar as ocupações urbanas a partir dessa questão.

Ele [o morador que vendeu um lote] não vai ser uma espécie de imobiliária, não vai ter sucesso com isso. Ele não vai conseguir com esse capital virar uma [construtora] Direcional. Ele não vai ter tanto sucesso assim. Tem que entender isso. É produto da miséria. Outro dia saiu [num jornal] "Olha, tem venda de lote no Dandara". Que gênio, conseguiram achar isso. Quantas construtoras estão vendendo lotes que ela não tem o mínimo de respaldo legal? Ah! Então o problema é do Zé, que vendeu dois lotes e pegou 5 mil, pegou 2 mil, 400 reais. (Otoni, 2014, militante)

Os moradores das ocupações urbanas enfrentam outras dificuldades pelo fato de morarem nessa situação. O atendimento em postos de saúde sempre representa problemas, como relatam Deusiana Lucas, moradora da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá, e Orlando Soares Lopes, morador da Ocupação Dandara.

Ela [a funcionária do posto de saúde] então retrucou: "Ah, mas têm que ter horário, eles [moradores da ocupação] não são melhores que os outros". Daí eu peguei e falei com ela: "Oh, moça realmente você tem razão, nós não somos melhor que os outros não, muito pelo contrário, vocês acham que nós somos até os piores, mas a gente precisa consultar, se você não quer consultar, se você não está satisfeita com o seu trabalho, dá licença que tem muita gente que quer a sua vaga, tem educação, e quer trabalhar."

Ela então disse: “Não precisa gritar, mas você repete de novo”. Eu falei assim: “Vou repetir, eu quero gravar e vou chegar e avisar num megafone que assim que é assim que funciona”. Porque tem muita gente que saiu do posto corrido por causa da falta de educação. Não é porque a gente não sabe o horário. Mas você não sabe a hora que você vai passar mal, você vai no hospital e eles falam para procurar a unidade mais próxima de sua casa, você chega na unidade mais próxima para ouvir isso. (Lucas, 2014, moradora)

Isso é muito humilhante para o povo. Por isso que eu, morando aqui, não voltei mais em posto. Minha saúde é Deus. Eu não vou ficar me humilhando no pé de ninguém para me dar um papel para eu fazer uma consulta. Eu mesmo já fiz muitas reuniões por causa disso e falo, é melhor tomar um chá na sua casa do que depender desse povo que não esta nem aí para ninguém e é isso que indigna a gente. Por isso o povo vai ficando, ou fica atento, ou fica violento. (Lopes, 2014, militante e morador)

O preconceito em relação à ocupação é também recorrente entre os vizinhos, funcionando também como um importante neutralizador da desigualdade. Entre a vizinhança ocorre o receio de que toda a região seria desvalorizada.

É lógico que se você tem uma área verde, você pode desfrutar do seu lazer ali perto da sua casa e se você vê um povo pobre, que vem ocupar, a sua reação, acho que é até normal de pensar que ali vai virar uma favela mesmo. (Menezes, 2014, ativista)

A gente sempre andou uniformizado com a blusa da Dandara. Então, a hora que viam a blusa da Dandara, virava a cara, saía do portão e entrava pra dentro. (Anjos, 2014, militante e morador)

Esse preconceito ocorre também em relação a pessoas que moram em lugares que começaram como ocupações urbanas, isto é, assentamentos precários que foram melhorando com o passar dos anos. Poliana de Souza Pereira Inácio conta sobre seus familiares que são contrários ao fato de morar na Ocupação Eliana Silva, apesar de eles próprios morarem num bairro que surgiu de maneira similar. Outro relato é de Ana Silva Nascimento Bento sobre os moradores da Vila São Francisco de Assis e seu preconceito com a Ocupação Dandara, apesar do local ter sido também uma ocupação urbana, iniciadas nos anos 1980.

Não, todo mundo é assim, acha errado, minha família ela vê com um olhar diferente, ninguém nunca participou de ocupação, apesar que algumas pessoas moram em áreas ocupadas mas elas compraram depois de um tempo, mas ninguém nunca ocupou, ninguém nunca participou de uma ocupação, é a primeira vez. Moram num terreno que foi ocupado e abomina a ocupação, acha errado, mas mora lá porque é muito barato. (Inácio, 2014, militante e moradora)

A moça da mercearia (Vila São Francisco de Assis) ela implica até hoje. Ela não queria que ninguém entrasse aqui. Ela falou que ia virar favela, que ia ser uma vergonha para eles. (Bento, 2014, moradora)

O desenvolvimento de trabalhos acadêmicos dentro das ocupações urbanas também proporcionam momentos de tensão entre estudantes e professores evidenciando esta postura da sociedade de neutralizar a desigualdade e suas manifestações. Diante da proposta de trabalho acadêmico das professoras Gabriela Barreto e Josana Dias para o desenvolvimento do projeto da creche da Ocupação Dandara, alguns dos graduandos do curso de arquitetura e urbanismo do Izabela Hendrix discordaram, argumentando que não queriam serem arquitetos para “fazer trabalho em comunidade”, mas para “fazer trabalho de Casa Cor” (Dias, 2014, arquiteta e professora).

Não querer contato com as camadas populares é também uma situação que ocorre com os prefeitos. A presença dessas camadas no município significa gastos com programas sociais, já que, como lembra Lacerda Amorim, elas não são como a classe média que “paga a segurança pública e a segurança privada, paga o SUS e um plano de saúde” (Amorim, 2014, militante). Para as camadas populares os gestores são obrigados a manter os serviços públicos em funcionamento, diminuindo assim o que para o entrevistado configura a necessidade de a cidade dar lucro.

A cidade tem que dar lucro. E esses gastos sociais são prejuízo. Não é investimento. É triste. Esses novos prefeitos inventaram isso. A cidade tem que dar lucro, trazer oportunidade. E pra quem? A cidade tem que girar. A gente percebe isso. É uma conspiração. É renúncia fiscal que o cara faz. Renúncia o direito dele mesmo. Não sei se você reparou que aquela região ali da Camilo, da Dorothy e da Eliana, ela está sendo “comida” pela MRV.

Ela produz um empreendimento e já vem outro. É o pessoal com essa característica, o pessoal do setor médio. (Amorim, 2014, entrevista)

Para o militante Joviano Mayer, o que acirra os ânimos não é a presença dos pobres, que bem atende às demandas dos setores médios, mas a presença de pobres organizados e contestando, como nas ocupações urbanas.

A empregada (doméstica) está subordinada, ela está em um lugar que não é o lugar dela está em uma posição de subordinada. Diferente por exemplo da Dandara, o povo estaria naquele espaço, mas na posição conflitante, não estaria ali subordinado, subalterno, não estaria ali sujeito aos mandos e desmandos da construtora, estaria em uma posição confrontante. Então o problema não é a presença do pobre em si, mas uma presença contestatória, como é o caso do “rolezinho⁵⁵”, não tem nenhum problema ter pobre dentro do shopping, agora ter pobre organizado dentro do shopping é um problema, pobre dentro do shopping é bom se estiver comprando, agora se estiver ali para questionar uma ordem social aí é um problema. (Mayer, 2014, advogado e militante)

As camadas populares brasileiras são tratadas pelos meios institucionais e pela sociedade como uma espécie de “subgente”:

Minha tese é que existe um “consenso inarticulado” que perpassa toda a sociedade brasileira que diz que é normal e natural que a nossa sociedade seja dividida em gente e subgente, e é esse consenso que permite a reprodução da maior desigualdade social do planeta dentre as sociedades complexas. Ele é obviamente um consenso “não admitido”, que nenhum brasileiro de classe média jamais confessaria partilhar, e é isso que permite sua eficácia como consenso real, que produz cotidianamente a vida social e política brasileira como ela é, sem que ninguém se sinta “responsabilizado” por isso. (Souza, 2011, p. 422)

⁵⁵ “Rolezinho” é um evento social que reúne jovens de periferia para visitar áreas comerciais como um Shopping Center. No final de 2013 e início de 2014 vários eventos deste tipo foram organizados em cidades brasileiras, na ocasião houveram várias ações por parte dos proprietários e gestores de centros comerciais tentando impedir a ação, isto acabou dando uma grande visibilidade para o evento nos meios de comunicação, situação que levou a ocorrer em um maior número de cidades em todo o Brasil.

Esse tratamento se manifesta, por exemplo, na violência recorrente dos órgãos policiais brasileiros contra esses setores sociais, como mostram os relatórios da ONU sobre os direitos humanos no Brasil. Desde os protestos em várias cidades brasileiras que ficaram conhecidos como “Jornadas de Junho”, em 2013, ficou evidente que, mesmo em momentos de contestação, a “subgente” não tem o mesmo direito. O historiador Lincoln Secco, lembra que nesta ocasião um grupo de estudantes da classe média ficou acampado vários dias na porta da casa do governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. Contudo, em 2011 os moradores da favela da Rocinha tentaram se aproximar da residência do governador e foram impedidos pela polícia.

À condição de “subgente” se acrescenta o mito, construído desde a década de 1980, de que todos os moradores de favelas e assentamentos pobres em geral seriam, de uma forma ou de outra, cúmplices do tráfico de drogas (Souza, 2005, p. 59), mito esse também fomentado pela mídia. O militante das Brigadas Rafael Bittencourt (2013, militante), também nota que os meios de comunicação tendem a ver os ocupantes como representantes ‘do mal’, contrapostos às pessoas de bem. O morador da Ocupação Eliana Silva, Sandro Cabral, se sente discriminado por morar numa ocupação e acha que foi demitido do emprego por essa razão. Para ele, a sociedade vê a ocupação da mesma maneira que vê as favelas.

Quando eles descobriram que eu era morador, que eu estava na ocupação Eliana Silva, acho que foi um dos motivos que eles me dispensaram. Trabalhei durante cinco anos e nunca teve motivo nenhum. A gente que mora em ocupação, é igual quem mora em favela. É muito discriminado. Porque quando você fala o local onde você mora, você vê a diferença na cara que a pessoa faz, só no olhar do jeito que te olha, você vê a diferença. Para eles, o cara que mora na favela, todo mundo é bandido, todo mundo é ladrão. Sendo que 99% do pessoal que mora em uma favela, é todo mundo trabalhador, honesto e pai de família. (Cabral, 2014, militante e morador)

Outra condição atribuída aos pobres e que determina posições assumidas pelos meios institucionais e pela sociedade é a responsabilidade pelo seu próprio fracasso. O fato de ocorrer um número maior de delitos entre aqueles que vivem de maneira precária contribui para culpar os pobres pela sua pobreza, como se a ‘delinquência’ fosse a causa de um fracasso pessoal e não a consequência de um fracasso social. Esse raciocínio é potencializado

para aqueles que moram nas ocupações urbanas: se invadem a terra de outros, constroem suas casas em lugares inapropriados e atrapalham o desenvolvimento da cidade, não podem ser pessoas 'direitas' e não devem ser atendidos pelas instituições. Frei Gilvander Luís Moreira era pároco da Igreja do Carmo, num bairro nobre de Belo Horizonte. Quando intensificou seu ativismo social, percebeu que as missas se esvaziaram e o dízimo diminuiu. Ele interpreta que o boicote deveria atingir as ações sociais da paróquia.

Eu comecei a perceber que a classe rica que participa da Igreja do Carmo, gradativamente começou a fazer boicote de ajuda a igreja. E começaram a falar assim, "Nós não vamos pagar dízimo, nós não vamos ajudar economicamente a igreja, porque Frei Gilvander apoia o MST, apoia esses invasores de terra, esses vagabundos, ele vai pegar o dinheiro da igreja aqui e vai levar para os sem-terra". A Igreja do Carmo como ela faz um trabalho social, na época nós estávamos com 55 funcionários, e precisava de pelo menos 120 mil reais por mês para pagar os funcionários, lá funciona um ambulatório médico, escolas profissionais, creches, essas coisas, apoio psicológico. No final do ano a igreja entrou no negativo. Aí eu torrei a paciência, se a burguesia está fazendo boicote contra a minha administração, eles estão batendo em mim, mas em última instância eles estão atingindo os pobres, porque se continuar assim, vou ter que demitir a metade dos funcionários, e cortar pela metade o trabalho de assistência social. (Moreira, 2013, religioso e ativista)

Os moradores das ocupações ao participarem de ações políticas que afrontam a propriedade privada, são vistos pela sociedade com bastante intolerância, conforme mostram alguns comentários veiculados por um portal de um jornal diário da RMBH. A matéria contrapunha o programa "Vila Viva" da Prefeitura aos protestos na porta de seu prédio e às ocupações de terrenos e edifícios públicos organizadas pelos movimentos sociais. Um leitor expressou a sua insatisfação de uma maneira bastante contundente:

[...] eu "garrei um ódio" desse povo que fica em frente à prefeitura ou faz movimento para reivindicar moradia. Trabalhar que é bom nada, mas fazer filho e ficar colocando a culpa nos governantes e nas políticas sociais eles sabem. Se eu tivesse o poder, acionária o MP para intervir, nesta cachorrada. (Portal O Tempo, 2013)

O comentário de outro leitor expõe sua divergência em relação às políticas de distribuição de renda do governo federal, às políticas habitacionais da PBH e ao fato de alguns moradores de conjuntos habitacionais venderem os seus apartamentos.

Como diz o ditado. "Você pode até sair da pobreza, mas a pobreza não sai de você". O cara sai da lama com benefícios do estado, melhora de vida, e o camarada quer se dar bem, ou se recusa a adaptar para uma realidade até melhor que antes! A gente que vê de fora pensa que finalmente o "fulano" terá uma qualidade de vida melhor, moradia digna, infraestrutura para criar sua família com dignidade, e o dito cujo menospreza isso. Por essas e outras, sou contra essa mamata de políticas assistenciais populistas e demagógicas. Quem recebe esse tipo de benefício, devia ser proibido de vender. Se não quer ficar no lugar, dê o lugar a quem queira e conquiste o que quer com suor do seu trabalho. Raça picareta! (Portal O Tempo, 2013)

Por ocasião das ocupações na Mata do Isidoro, outro jornal da RMBH publicou uma matéria à qual alguns leitores reagiram com a mesma intolerância. Um deles sugeriu que se fizesse um ataque com gás venenoso, como o que havia ocorrido na Síria (Portal Uai, 2013). Outro comentou: "Não é terra que este povo quer? Por que não cavam um buraco, jogam eles dentro e jogam terra pra eles???" (Portal Uai, 2013). As instituições refletem os anseios da sociedade que as produz.

Capítulo 6. A arquitetura in-disposição

Anúncio da contradição que será tratada

A presença dos arquitetos tem sido importante na luta política das ocupações urbanas de Belo Horizonte. A aliança desses profissionais com moradores e movimentos sociais, confere-lhes um poder de resistência que o discurso político por si só não tem. Ao mesmo tempo, a prática arquitetônica concreta nas ocupações reafirma, contraditoriamente, as heteronomias que a caracterizam em outros contextos. Neste capítulo examinarei mais detalhadamente essa ambiguidade, começando pelos aspectos aparentemente positivos ou favoráveis à possibilidade de emancipação e passando em seguida para seus problemas.

O lado bom da atuação dos arquitetos nas ocupações

A primeira vantagem que a atuação dos arquitetos traz para as ocupações urbanas é a elaboração de argumentos técnicos que fortalecem os argumentos políticos, principalmente o do direito à moradia. Esse último é posto pelos movimentos sociais, mas sua alusão abstrata não basta para proteger a ocupação de iniciativas de remoção justificadas por supostas razões técnicas. Contra os técnicos do Estado, só têm efeito outros técnicos, igualmente legitimados pelas entidades profissionais.

O fato de um movimento falar que aquele espaço não é precário é uma coisa. O argumento de autoridade técnica, teórica de um arquiteto é outra. Ele mostra que é outra coisa, já é uma disputa política de primeira ordem. Teve esse aporte de criar outro terreno de disputa para as ocupações que não tinha chegado antes de ter esse aporte do grupo de arquitetos. (Otoni, 2014, militante)

O argumento técnico [...] dava muita luta política. No dia das audiências, no argumento político todo mundo estava bem afiado. Na hora que chegava a URBEL colocando que era área de risco, porque tinha uma declividade, todo mundo calava. [...] Além do movimento político, a gente precisa muito fortalecer os movimentos técnicos. A gente tem que ter o argumento técnico. Nisso a arquitetura entra muito forte. [...] a gente não trabalha com o urbanismo, a gente não sabe dessas coisas mais burocráticas e técnicas,

qual que é o tamanho de uma calçada, o tamanho de uma rua. (Debossan, 2014, geógrafo e ativista)

Uma segunda vantagem do trabalho dos arquitetos é a quebra de preconceitos e a legitimação da própria situação físico-espacial. Em princípio, a ocupação é vista pelas instâncias externas simplesmente como uma nova favela. Mas quando se apresenta o seu plano urbano, elaborado por arquitetos e formalizado na linguagem das mesmas instituições a que a ocupação se contrapõe, esse argumento perde força. O plano formal constitui uma variável de peso, tanto para a opinião pública, quanto para um juiz que decidirá uma reintegração de posse ou um agente da polícia disposto a realizar tal reintegração pela violência. Um efeito semelhante se observa também entre militantes e moradores. A regularidade geométrica de ruas e lotes representa, muito além de sua possível funcionalidade, um signo de que o local não será uma “favela”, de que os ocupantes não morarão em “becos” e de que poderão se defender contra ações arbitrárias de despejo. O plano urbano (geometricamente) regular impõe respeito, interna e externamente.

Nossa, isso [a arquitetura] ocupa um papel fundamental, porque isso quebra um preconceito. Por exemplo, a defesa do advogado da Construtora Modelo, a sustentação oral no julgamento do mandado de segurança na corte especial, [...] foi baseada em que? Que a Dandara reproduzia mais uma favela. [...] Quando a gente consegue demonstrar nos autos que não se trata disso, a gente já quebra um preconceito que pesa muito favoravelmente em deferimento de liminar de reintegração de posse. Quando a gente ganha um prêmio pela inovação e pela importância de um projeto urbanístico como a Dandara ganhou, isso traz uma outra dimensão que mostra que aquela comunidade ali está rompendo com paradigmas e buscando romper com situações preconcebidas do que é uma ocupação. Então isso influi muito no âmbito do judiciário como influi em todos os âmbitos, na busca de apoios, na negociação. (Mayer, 2014, advogado e militante)

Porque um lugar que tem um projeto, que não é uma coisa desordenada, você ganha até mais moral com o poder público. O pessoal já pensa que as pessoas não estão ali para fazer baderna. A polícia não vai chegar lá quebrando tudo. [...] Se a comunidade está lá até hoje, tirando a luta do povo, foi a arquitetura. Porque se tivesse deixado a ocupação crescer desordenadamente, sem aquele projeto das ruas, como foi feito, se tivesse

deixado os becos, eu acho que a comunidade já teria saído há muito tempo. O projeto ficou muito bom e é muito respeitado. (Anjos, 2014, morador e militante)

O papel [dos arquitetos] que me vem assim de primeiro, é esse do diálogo com o poder público, de virar e falar assim, não vai virar favela, tem que estar dentro da regularização das regras urbanas e as ruas darem para passar serviço do SUS, ambulância, essas coisas, papel técnico. Que eu acho extremamente importante. Acho que sem ele a gente não iria conseguir no processo jurídico. Ele dá uma força muito grande. Porque falar que está virando favela e não tem ordem nenhuma na coisa. Eu acho que é uma super justificativa para o despejo? E a outra coisa é de todo mundo ter um lote igual. Que isso é ter igualdade nas relações dos moradores. (Silva, 2014 militante e morador)

Então para o morador, ele se sente motivado. Poxa tem um arquiteto aqui, então não vai virar favela. Então vou fazer isso, porque o arquiteto falou para o cara da coordenação, que tem que ser feito assim, que tem que abrir uma rua e tal, vamos respeitar, vamos abrir a rua. Então vamos respeitar. E se não tiver isso, ninguém respeita. (Cabral, 2014, militante e morador)

Finalmente, a presença dos arquitetos nas ocupações as favorece pela possibilidade de angariar apoios indiretos, tal como ocorreu no episódio da Bienal de São Paula e em outras premiações do campo cultural. Elas extrapolam as disputas políticas mais imediatas e põem as ocupações em outro 'patamar' dentro da sociedade como um todo. Considero positivo o incômodo assim gerado, isto é, o incômodo pelo fato de se prestigiar uma ação que em princípio infringe as regras desta sociedade. Ocupar um terreno é entendido pela maioria das pessoas como um roubo. Quando ela é premiada por respeitadas instituições, criam-se dúvidas e ampliam-se as possibilidades de quebrar alguns paradigmas. Os prêmios aumentam a boa vontade do público em relação à ocupação urbana como maneira de produzir a cidade.

A origem das vantagens que os arquitetos trazem para as ocupações

No entanto, é fácil notar que essas vantagens se fundam na ideologia tecnocrática e autoritária do *discurso competente* (Souza, 2008, p.69). Cornelius Castoriadis afirma que um dos principais problemas para a revolução socialista não está nas forças de restauração do

capitalismo, mas nas instâncias burocráticas (Castoriadis, 1983, p.150). Elas, sim, podem impedir que a sociedade se emancipe da dominação. A arquitetura é uma dessas instâncias. “[O]s produtos dos arquitetos não são propriamente as edificações, mas seus desenhos” (Kapp; Baltazar; Morado, 2008), uma ordem de serviço sempre heterônoma para quem vai executá-la. A arquitetura nasce com a vocação do controle: controle do trabalho material no canteiro, controle da natureza, controle dos usuários, controle da cidade.

Quando nasce a nossa arquitetura ocidental? A partir de Brunelleschi, a partir da metade do século XV mais ou menos, a grande diferença é que a produção não é mais aquela produção da cooperação, mas é uma produção que vai ser caracterizada por uma divisão essencial entre um corpo de conceptores, de um pessoal, que concebe, desenha, prescreve, e um corpo de executantes, a concepção sai do nível dos produtores e passa a constituir um grupo em separado, para simplificar o arquiteto e seu projeto. O trabalhador não é mais responsável pelo produto, não é mais responsável por aquilo que ele vai fazer. Basicamente ele vende sua força de trabalho para o construtor, ao chefe etc. E passa a seguir as ordens que lhe são dadas, teoricamente ele não participa mais da concepção, não participa mais das decisões fundamentais, o que fazer, o que deve ser feito em arquitetura, mas o operário se transforma num mero executante de uma decisão que não lhe pertence mais, todas as decisões são tomadas por um corpo de indivíduos que com o tempo vai se diversificar, vai se multiplicar enormemente, mas digamos para nosso interesse, para simplificar, o arquiteto. Há mais gente não é só o arquiteto, mas vários outros indivíduos que participam desse grupo de direção, mas o fundamental para a nossa análise é essa bipartição, de um lado a concepção de outro lado a realização. (Ferro, Acesso em 18 dez. 2012)

Assim como os juristas, os arquitetos adquirem importância nas ocupações devido à sua competência para lidar com códigos e dispositivos burocráticos que regem a sociedade tal como ela é. Ambos são profissionais perfeitamente bem integrados às estruturas de dominação desta sociedade, mesmo que não se vejam dessa maneira. O que o advogado Alysson Mascaro (2013) diz dos juristas, vale para os arquitetos: a maioria dos que tentam agir para a transformação social nos interstícios das estruturas burocráticas que lhes dizem respeito, acabam contribuindo para a manutenção dessas estruturas.

O lado ruim: a autoridade dos arquitetos e de seus produtos nas ocupações

A posição relativamente prestigiada que os arquitetos detêm na sociedade, sobretudo em comparação com os trabalhadores da construção, é exacerbada na ocupação urbana. Ali eles assumem a condição de autoridades 'intocáveis', porque personificam o acesso a privilégios de que os moradores sempre foram privados, seja a assessoria técnica em si, a futura regularização fundiária da ocupação ou simplesmente o respeito de outros cidadãos urbanos.

A arquitetura é coisa para rico, num é isso que a gente ouve falar? Mas eu lembro do primeiro contato que eu tive, foi no primeiro Eliana Silva, eu lembro da gente conversando com umas pessoas e falaram de algumas pessoas que tinham feito um projeto, inclusive falaram de você que tinha feito o projeto da Dandara e a gente queria conhecer. Eu lembro da primeira visita de vocês, a gente na barraca de lona que era a creche, e a gente vendo o projeto, eu achava aquilo coisa de louco, 'não acredito que esse povo vai fazer isso', era o máximo. (Souza, 2014, moradora e militante)

Acho que o pessoal vê a galera da arquitetura e os advogados com respeito. Tipo, a gente quer ocupar e quer que o Estado regularize. Mas a gente entende que isso tem leis e a gente não entende das leis, das regras. Então vamos seguir as orientações deles. Acho que a galera confia. (Silva, 2014, militante e morador)

Tudo isso implica que, pelo menos nas decisões sobre questões coletivas de organização do espaço, os moradores e militantes atribuem aos arquitetos exatamente aquela competência técnica que caracteriza a prática heterônoma convencional do projeto, com sua distinção entre autor que decide e usuários passivos que são supostamente incapazes disso (Kapp; Baltazar; Morado, 2008). Paradoxalmente, o arquiteto é visto, não só pelos moradores mas também pelos movimentos sociais, como senhor absoluto das definições de uma coletividade que se forma na perspectiva de romper hierarquias instituídas. Dado que movimentos, ativistas e moradores das ocupações fazem parte desta mesma sociedade e são, como todas as outras pessoas, formados pelas suas ideologias, essa contradição é difícil de evitar. Ao mesmo tempo que impõem uma heteronomia, a autoridade e o poder de mobilização atribuídos ao arquitetos nas ocupações urbanas é maior do que de quaisquer outros profissionais.

Então o cara [arquiteto] tem um prestígio na ocupação que é mais que médico. É um estrato social muito forte na ocupação. Na Eliana Silva eu vi isso. No dia que os arquitetos chegavam, a assembléia lotava [...] Então eu acho, para além do arcabouço técnico, do apoio político, a figura do arquiteto tem uma função muito importante ali no chão da ocupação. Saber que tem um arquiteto ali dentro é muito importante para quem está lá na ocupação, para impulsionar. (Debossan, 2014, geógrafo e ativista)

Nas ocupações horizontais [a arquitetura] deu uma qualidade nova. Porque era algo que a gente tinha em pensamento, mas não tinha possibilidade de materializar, que é fazer ocupações que dialoguem com o marco legal da cidade. [...] Antes disso, a ocupação tinha uma precariedade enorme. Mas, com a Dandara, com trabalho que vocês fizeram, mostrou, foi provado, prática e empiricamente, que uma ocupação, ela não é sinônimo de precarização. (Otoni, 2014, militante)

[Os arquitetos] Dividiram os lotes, fizeram os mapas com cada um em seu lote, fizeram também o sorteio dos lotes. O quê mais? Ajudaram muito a ensinar o bando de burros a fazer o que a arquitetura fazia. Ah! Eu acho que fez o principal. (Vidal, 2014, moradora)

A parte da arquitetura foi o que organizou a comunidade. Se a arquitetura não tivesse entrado, colaborando com esse projeto, a situação estaria mais violenta e mais crítica, porque ia ser aquela lei do mais forte. Nêgo ia pegar um pedaço maior, nêgo ia querer pegar pedaço do outro. Entendeu? O pessoal da arquitetura, eles evitaram ter mais conflitos. (Moreira, 2014, morador)

Primeira coisa que a gente acredita, é que as pessoas tem que morar com dignidade, e nós não somos a favor de um processo de favelização. Acredito que tem que morar com dignidade, tem que ter planejamento, e acreditamos que sem essa parceria e sem esse apoio seria impossível de acontecer. (Amorim, 2014, militante)

Esse prestígio, por sua vez, gera uma ‘blindagem’ tanto em torno dos arquitetos, quanto em torno dos produtos do seu trabalho. Os coordenadores e outras lideranças tentam reservar para si a interlocução com os arquitetos; como diz uma moradora, “não deixam a gente chegar perto” (Cruz, 2014, militante e moradora). Já os projetos são tratados como obras primas a cujas determinações todos devem se submeter sem questionamento. O plano

urbano se torna, nesse contexto, *a lei* (no sentido da psicanálise, não no sentido jurídico). Ela é usada pelos moradores e coordenares contra conflitos internos e, igualmente, contra pressões externas de famílias que querem se juntar à ocupação mediante o loteamento de novas partes do terreno.

Primeira vez que eles vieram [...] falando que queriam lotes aqui, a gente explicou que não tinha, que os lotes daqui já eram de famílias. Aí eles citaram que tinha uma área enorme lá embaixo [...] Aí eu lembro que a gente sentou com eles no escritório e mostrou para eles a maquete e falou: *Olha, está vendo isso aqui? Foi feito por arquiteto. Para a gente permanecer aqui temos que respeitar exatamente o que está aqui. Se a gente foge disso, a gente vai ter problema. Você está vendo que tem uma nascente. Se a gente ocupa aqui, aqui vai ter uma erosão.* [...] a gente explicava sem entender muito, mas dava para entender alguma coisa, nem a gente entendia, mas explicando eles entendiam. Então, [...] a gente convenceu os primeiros que não podia ter lote lá embaixo, porque lá não podia ocupar, lá está vazio até hoje. Tem um carinho 'bonito' que foi lá e construiu bem lá embaixo, mas o povo da ocupação nem conversa com ele, não aceita ele. (Inácio, 2014, militante e moradora)

Para a autoridade atribuída aos arquitetos e seus produtos contribuem imensamente as formas de representação (perspectivas, plantas, croquis, maquetes etc.), corriqueiras no campo especializado, mas de efeito quase mágico para o público em geral e para esse público em particular. Quando apresentamos a maquete da Ocupação Eliana Silva numa assembleia, “o pessoal viu e ficou doido, porque na maquete, os terrenos já estavam todos divididos e viram o projeto” (Cabral, 2014, militante e morador). Houve uma ocasião em que discutíamos o plano urbano da Ocupação Dandara com uma maquete em que o sistema viário estava representado de maneira improvisada, apenas com fita crepe. Coordenadores e moradores se mostravam reticentes, vacilantes. Nesse momento, abri sobre a maquete um desenho técnico da mesma proposta. A estupefação foi geral e a resistência diminuiu imediatamente.

O lado ruim: imposições culturais (disposições – plano abstrato x ação concreta)

Os instrumentos de representação arquitetônica e sua magia são apenas um exemplo mais evidente de imposições sociais e culturais de toda espécie implicados na atuação dos arquitetos nas ocupações urbanas. Como arquitetos, tendemos a ver esses instrumentos do cotidiano profissional com certa ingenuidade e de modo acrítico. Assim como o prestígio conferido pela posição do profissional, a admiração pelos seus instrumentos nos envaidece, sem que percebamos o quanto o distanciamento e a hierarquia assim gerados contradizem a intenção de contribuir numa ação política de sentido emancipatório. A produção material e simbólica para o capital, de que arquitetos participam cotidianamente, não termina nas ocupações pela simples intenção de desfazê-la, porque as disposições subjetivas que esses profissionais adquirem ao longo do tempo também não se desmancham ali.

Tais disposições começam pelo ‘gosto’, que se manifesta, por exemplo, quando vamos trabalhar em espaços populares criando intervenções estetizantes que constituiriam elementos de distinção em meio a um ambiente considerado degradado. O campo arquitetônico vê nelas uma contestação simbólica, mas elas evidenciam uma ignorância do real. A arquitetura é um campo institucionalizado do conhecimento, composto por indivíduos quase sempre de classe média e a partir de premissas que são frutos dessa posição social e não valem para qualquer ser humano da mesma forma. Os assentamentos habitacionais que arquitetos projetam – especialmente na matriz modernista, de cima para baixo – são espaços desprovidos de sentido para os seus moradores, que sofrem inúmeras alterações no decorrer de sua existência.

As atuações da arquitetura nas ocupações urbanas sofre do mesmo mal de querer oferecer um estilo de vida a partir de valores que a população não compartilha. Ainda que não se façam inteiramente de cima para baixo, os desenhos dos planos urbanos e os projetos dos edifícios coletivos remetem mais a ambientes urbanos a que arquitetos estão acostumados ou que consideram de boa qualidade do que a qualquer expressão própria dos moradores. “A gente não entende como viver bem em um barracão de dois cômodos, que a cozinha é do lado de fora, mas que a minha horta está linda. A gente não acha que a pessoa está vivendo bem. Olha pra ela e fica com dó.” (Oliveira, 2014, advogada e militante)

Um equívoco básico é o pressuposto de que um sujeito deve pensar o objeto para que outros construam e morem. O conceito de 'usuário' é um indicativo disso. Ele é uma manifestação da ordem heterônoma que pressupõe o indivíduo como incapaz de decidir sobre o espaço.

Usuários são pessoas que, por definição, não produzem espaço, mas o recebem em formas determinadas por outros, mais ou menos preocupados com seu bem-estar. [...] O próprio fato de não existir nenhuma expressão melhor para designar as pessoas que vivem nos espaços produzidos com a ajuda de arquitetos é um sintoma de nossas práticas impositivas. (Kapp; Baltazar; Morado, 2008)

Mas um problema ainda mais fundamental está na própria decisão de pensar as ocupações urbanas como *projetos*. A lógica de projeto passa pelo desenho do espaço e não pela sua experiência, numa perspectiva de planejar para depois ocupar; a lógica do uso do espaço, pelo contrário, se dá por eventos, numa dinâmica de que nenhum projeto dá conta (Baltazar dos Santos, 2009, p. 19-26). Como a concepção do projeto não parte da experiência, mas de um objeto pronto para ser consumido, ela necessariamente restringe as possibilidades dessa experiência. Ao criar determinadas soluções, criamos também obstáculos a outras que pudessem ocorrer ali.

Essa lógica é mais contraditória numa ação que almeja romper a dependência dos moradores em relação aos arquitetos e às instituições. Ao projetar, esquecemos que os seres humanos têm livre-arbítrio e que esse livre arbítrio pode tomar formas bem diferentes daquelas que se manifestam por meio de um projeto.

O projeto como método de trabalho nas ocupações urbanas não corresponde às disposições dos moradores de resolver os problemas imediatamente, sem passar por diversas instâncias de mediação. Para esses moradores, concentrar-se no presente não é um incômodo. Para nós, arquitetos de classe média e habituados a planejar nossas vidas e as de outros, é.

Uma das primeiras coisas que a gente aprendeu na Dorothy e que os meninos que eram bolsistas ficaram apavorados é que não existe planejamento, é o fazer ali, pensar na hora, não é nem amanhã, ocupação não existe amanhã, ocupação existe hoje e que é um problema para nós

porque a nossa formação é toda pensar o amanhã. (Nascimento, 2014, arquiteta e professora)

A prática do projeto também não corresponde à disposição dos moradores para decidir a partir de ações concretas e não a partir de abstrações. Conforme já discutido nesta dissertação, eles pertencem a uma parte da sociedade brasileira compreendida pelo sociólogo Jessé Souza como *ralé estrutural*. As disposições que adquiriram ao longo da vida não costumam incluir raciocínios abstratos. Suas escolhas tendem a ser orientadas por necessidades e urgências, não por possibilidades nunca vivenciadas. Souza (2011, p. 129) caracteriza a *ralé estrutural* por um modo de vida “marcado por uma baixa contenção de impulsos [...] em que a disciplina e o autocontrole não foram incorporados, não foram introjetados”.

Assim, as reuniões que antecedem a implantação das propostas urbanas despertam pouco interesse entre os moradores. Seu envolvimento só começa de fato quando essa implantação já está em curso. Quando as pessoas passam a ver os espaços destinados a elas, aí sim começam a discutir o projeto e sugerir adequações.

Foi assim na hora que a gente trabalhava na medida do terreno, na divisão do terreno, havia muita reclamação, muito nego achando que estava sendo injustiçado. Inclusive algumas partes do terreno, estavam na planta uma medida, mas na hora de medir no terreno, a gente teve que adequar, fazer adequação certa. Então houve muita reclamação. (Moreira, 2014, morador)

Construir e usar o espaço simultaneamente é prática recorrente entre as camadas populares no Brasil. Nas ocupações Dandara, Eliana Silva, e Emanuel Guarani Kaiowá, o parcelamento do terreno e seu sistema viário, além de alguns prédios coletivos foram projetados e depois implantados. Mas, durante a implantação ocorreram adaptações, fruto inclusive da experiência da população local. Na Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá foram necessários ajustes no plano devido à deficiência das informações sobre o terreno antes da ocupação. Nesses ajustes, havia um engajamento muito maior dos moradores, discutindo a melhor maneira de superar os problemas encontrados, como distribuir lotes num platô gerado por um movimento de terra. Também o engajamento na confecção da maquete da ocupação para a exposição na Bienal foi alto. Naquele momento, as pessoas já moravam no terreno

havia cinco meses e estavam familiarizadas com o espaço e até com parte das informações disponibilizadas pela assessoria técnica. Tinham elementos concretos para a discussão. O mesmo vale para a construção dos edifícios coletivos, onde geralmente os arquitetos são requisitados, “muita conversa na obra, na hora ali, no espaço real, porque ali que eles têm dimensão das coisas” (Nascimento, 2014, arquiteta e professora). Finalmente, na definição das casas individuais, onde os moradores assumem as rédeas e consultam os arquitetos apenas eventualmente, não há projetos, nem mediações ou abstrações. As casas vão sendo construídas enquanto já estão ocupadas.

Em relação à concepção acerca desses conhecimentos, códigos e formas de ação dos moradores, minha experiência pessoal foi bastante semelhante à que Carlos Nelson Ferreira dos Santos descreve, referindo-se ao trabalho em Brás de Pina.

Fui descobrindo que havia muitos mundos dentro do que, simplisticamente, eu designava por um só nome. Fui vendo que algumas ações e maneiras de ser ou de ver as coisas que eu classificaria, com rapidez, de ‘alienadas’ tinham sentido dentro dos códigos particulares a que estavam referidas, frente aos quais, por não saber como me comportar, o alienado era eu. (Santos, 1981, p. 13)

O grande problema da dinâmica espacial que os moradores geram é que ela se restringe ao âmbito do indivíduo. A experiência da arquitetura como evento é vivenciada por cada uma das famílias isoladas entre si, reproduzindo outras situações urbanas, das favelas à cidade formal. A experiência espacial coletiva acaba se restringindo aos primeiros momentos da ocupação, e tem as práticas arraigadas dos arquitetos prescrevendo procedimentos, impedindo que seu potencial emancipatório se realize. Explorar a experiência espacial coletiva seria algo a ser buscado nas ocupações, ainda que existam restrições e obstáculos, como a urgência em consolidar a ocupação ou a necessidade de legitimação externa.

Como os moradores vêm as imposições culturais dos arquitetos

Como já dito, arquitetos, querendo ou não, impõem suas disposições e seus valores aos moradores das ocupações e, da mesma maneira que outros profissionais de classe média, tendem a ver sua contribuição naquele contexto como apenas positiva, seja para a causa

política, seja para a qualidade do espaço, seja para a posição social e cultural dos moradores. Reflexões (auto)críticas como a de Carlos Nelson são raras, enquanto a ideia de que melhoram a vida e a autoestima desse público é aludida com frequência, reproduzindo discursos usados sempre em programas sociais do Estado ou em intervenções monumentais em favelas e coisas do tipo. O senso comum dos engajados de classe média se expressa na fala a seguir:

Para a autoestima dos moradores eu acho que é fantástico [a presença dos arquitetos]. É fundamental quando eles falam: [...] *os arquitetos que planejaram a nossa comunidade*. Para você ver, é um argumento que o povo usa, o povo se apropriou disso. (Carneiro, 2014, advogada e ativista)

Mas como os próprios moradores veem as imposições culturais dos arquitetos? Alguns deles repetem aquele mesmo senso comum, pelo menos ao conversarem comigo: “veio trazer esse choque de civilidade, isso é muito importante” (Andrade, 2014, militante e morador). De fato, pode ser que se sintam ‘melhores’ do que moradores de assentamentos em que não houve nenhum trabalho de arquitetura e que até sejam vistos dessa maneira pelos moradores desses assentamentos. Em outras palavras, pode ser que os arquitetos e seu trabalho funcionem como signos de distinção também entre os pobres.⁵⁶

Por outro lado, “choque de civilidade” que o entrevistado menciona é uma negação do que os moradores têm disposição para fazer, um limite para que manifestassem suas práticas de vida e construíssem uma experiência política e espacial a partir de seus próprios pressupostos. Há diversos indícios de que percebem isso também criticamente, estranhando e até se opondo à presença dos arquitetos nas ocupações.

Tudo indica que os arquitetos e seus preceitos são percebidos como elementos importantes na luta política, mas que não convencem independentemente disso, nem muito menos são incorporados como naturais ou evidentes. A visão dos moradores acerca da exposição numa

⁵⁶ Expressão disso é a especulação com os lotes das ocupações apontada por moradores: “A visão é de que ali [na ocupação] vai ser mais valorizado [do que na vila ao lado], justamente por esses espaços de rua. Ali não é uma favela, ali é uma comunidade. Ali não tem beco igual favela, tem as ruas. Ali parece um condomínio. O pessoal ambicioso de dentro da favela fala, *‘nossa, ali vai valer mais, ali vai dar para fazer casas melhores’*.” (Moreira, 2014, morador e pastor).

Bienal Internacional de Arquitetura mostra isso: “para dizer a verdade, eu não entendi muito bem, mas eu sei que foi importante, porque o fato de ganhar essa Bienal será uma peça muito importante nesse xadrez” (Lucas, 2014, moradora). Mas o exemplo que melhor evidencia a diferença entre acatar um discurso politicamente vantajoso e tomá-lo como verdade objetiva são as disputas em torno das áreas de preservação. Os moradores se apropriam do discurso ambiental porque percebem que ele confere legitimidade: “A área verde [...] não pode ser ocupada porque, sem a área verde, a gente também perde o nosso direito” (Lucas, 2014, moradora). Isso, no entanto, não significa que considerem essas áreas como valor em si mesmas ou como mais importantes do que a possibilidade de moradias para mais famílias: “para mim, podia colocar casa em tudo ali que não ia ser diferente [...] tem um tanto de mato, área verde, preservação, mas a gente não consegue entender, porque tem tanta gente precisando de casa para morar [...] a vontade é de ocupar tudo” (Inácio, 2014, militante e moradora)

Ao mesmo tempo, os moradores percebem os arquitetos como portadores daquela mesma lógica de classes que os exclui. Eles chegam “já mandando muito” (Ambrósio, 2013, arquiteta e ativista). Um militante do MLB e morador da Ocupação Eliana Silva tentou me explicar isso com toda delicadeza, mas talvez se deva ler seu depoimento sem as concessões que faz à boa educação:

Uma das maiores dificuldades, eu não vejo como um problema, mas eu vejo como um processo de adequação da arquitetura à vida do povão, existe uma resistência do povo, assim, de um olhar com preconceito, isso existe, mas é muito residual também, existe esse preconceito mais do povão do que dos arquitetos, existe um certo conflito de conhecimentos, só que ele é pequeno perto do avanço, perto do quão é positivo esse conhecimento da academia vir pra ocupação, então é pequeno mas existe. (Péricles, 2013b, militante e morador)

Como os moradores vêm a sua participação nos projetos

Nas experiências que são objetos desta dissertação foram feitas tentativas de desmontagem dos fetiches que o trabalho dos arquitetos envolve. Com todas as limitações e contradições, a atuação nas ocupações Dandara, Eliana Silva e Emanuel Guarani Kaiowá buscou um

diálogo com os moradores, de modo que nós – eu e outros arquitetos – compreendéssemos e respeitássemos suas demandas e eles compreendessem nossas propostas. Alguns dos participantes consideram que isso foi realizado.

Eu não esqueço que quando você foi apresentar as ruas com os lotes, uma senhora falou que não tinha gostado do número da casa e aí, você foi explicar o porquê de ter o número, da distância em relação ao início da rua, e ela aceitar. Aquilo para mim é um retrato da importância de um processo da Arquitetura e da Engenharia, porque dentro de um espaço desses, você explica para as pessoas e elas começam a entender a lógica. Por que o lote é daquele jeito, não pode ser de qualquer jeito, assim e assado. (Menezes, 2014, ativista)

Porque se você democratiza o espaço, você respeita as peculiaridades do espaço, você está pensando sobre os Direitos Humanos companheiro. Se você está trazendo uma nova forma de entender a arquitetura, respeitando as características da região, a possibilidade sócio-econômica daqueles moradores, se você entender isso a partir do olhar deles, você está respeitando! Você está respeitando a comunidade, está respeitando aqueles saberes, está respeitando os Direitos Humanos. (Andrade, 2014, militante e morador)

Para tentar buscar esse diálogo, os instrumentos usados nas discussões com os moradores (desenhos, maquetes etc.) eram sempre inacabados, abertos, indicativos de que ali poderiam ser feitas modificações. Representações acabadas, daquele tipo que inibem intervenções e sugerem que qualquer modificação atrapalharia todo o resto, foram reservadas às instâncias formais. Também esse aspecto parece ter sido positivamente recebido.

E sempre foi muito legal, porque não era uma coisa que vinha pronta. Eu gosto dessas coisas que vem para gente fazer que não vem pronta, sabe? Eu não gosto disso que chega pronto. Não é um serviço contratado, é um povo que sentou, fez, discutiu e perguntou o que era melhor, o que vocês querem, o que vocês esperam e foi muito legal. Isso foi muito importante e a gente sempre teve muito orgulho disso, de ter esse trabalho tão legal. (Inácio, 2014, militante e moradora)

Ainda assim, a participação dos moradores nas concepções dos planos urbanos foi ínfima. Com exceção dos ativistas sociais mais habituados com a prática do projeto, moradores e militantes dificilmente participam de fato antes de o projeto começar a se concretizar no espaço. Alguns reconhecem claramente que o processo poderia – e deveria – ter sido mais colaborativo e coletivo.

No processo de desenho da planta, se tivesse como ser um processo mais colaborativo, seria muito mais 'doido'. Dos moradores ajudarem no planejamento. Porque não é fácil. Para dar o nome das ruas, fica difícil, não fica uma assembléia cheia e tal. Para isso, acho que seria um avanço na questão de empoderamento, sabe? Inclusive, por não participarem, isso gera problemas também. A coisa dos lotes de cima serem a metade, ninguém entende. E muita gente não concorda. Isso gera problema. Se tivesse tido um processo mais participativo, talvez o problema diminuísse. E talvez os lotes nem fossem a metade. Acho que se o pessoal tivesse participado, não teria chegado assim, nesse ponto. (Silva, 2014, militante e morador)

A criação de uma dependência

Nas ocupações Camilo Torres e Irmã Dorothy, não houve planos urbanos desenvolvidos por arquitetos. A descrição do processo de concepção do território e de demarcação de ruas e lotes por um de seus participantes evidencia que esse plano de fato não era tão necessário quanto parece ter se tornado após o envolvimento dos arquitetos nas ocupações urbanas, que se deu com a Ocupação Dandara.

Como a gente não estava articulado com os setores da arquitetura, nós decidimos fazer um projeto meio popular. Pegamos o terreno [da Ocupação Camilo Torres] e vimos o tamanho dele, e concluímos que dava mais ou menos 60 m² para cada um. Então dividimos, fizemos um arruamento de 5 m que fazia um contorno. Deixamos um espaço mais aberto para ser uma praça, a praça da assembléia, onde fazíamos as reuniões. A princípio, tinha um sonho de aqueles taludes virassem uma horta, daria para fazer uma plantação. A parte de cima acabou seguindo essa mesma lógica. Já tinha o desenho da parte de baixo. A Dorothy acabou seguindo também a mesma lógica. Tinha um rapaz lá, que trabalha em medição e era interessante porque a gente saia medindo tudo com barbante. O desenho veio depois. A

gente foi marcando. Aí o pessoal disse, '*Não é que ficou bonito olhando assim de cima!*' Tinha até uma lógica, não sei se deu para você ver que deu para garantir a circulação. Deu a circulação certinha, o carro entrava ali, ele poderia contornar. Ficou interessante! (Amorim, 2014, militante)

Os arquitetos são profissionais treinados para a produção capitalista formal do espaço, da qual os pobres são excluídos no Brasil. Sua autoprodução espacial é uma evidência dessa exclusão e, ao mesmo tempo, uma reação a ela. A atuação profissional de arquitetos dentro dos espaços que antes eram autoproduzidos promove também uma desvalorização daquilo que a própria população concebe e realiza. A presença do arquiteto é vista como um avanço, mas trata-se de um avanço na direção da heteronomia ou da dependência, não um avanço na direção da emancipação.

Lotes coletivos

Um tema que perpassou a atuação dos arquitetos nas ocupações foi a discussão sobre lotes coletivos e individuais. Pelo fato de ele envolver muitos dos aspectos contraditórios dessa atuação, quero retomá-lo aqui mais sistematicamente do que na descrição de cada um dos casos estudados.

No meu entendimento, o lote coletivo poderia ser uma boa solução, permitiria uma maior economia na implantação da infraestrutura urbana que, ao menos na primeira fase, deve ser feita pelos próprios ocupantes. Além disso, o lote coletivo poderia favorecer interações que privilegiassem a coletividade, já que várias situações a serem enfrentadas no cotidiano dessas ocupações necessitam de respostas coletivas. Assim, nas três experiências aqui discutidas busquei soluções de lotes coletivos. Na Ocupação Dandara a proposta foi mais radical. Nas ocupações Emanuel Guarani Kaiowá e Eliana Silva, a proposta foi trabalhar com o modelo de vilas operárias. Mas em nenhum momento essa discussão se estabeleceu de fato com os moradores.

A urgência de se apropriar do terreno mediante construções concretas e mais difíceis de remover foi um dos obstáculos a essa discussão. Poderíamos ter tentado iniciá-la em momentos anteriores, mas como o terreno não pode ser revelado a todo o grupo nessa fase, também a discussão seria apenas abstrata e genérica. Realizar essa discussão a partir de

outros terrenos é, no meu entendimento, difícil, justamente porque o público das ocupações tem pouca disposição para reflexões que não estejam pautadas em uma realidade tangível. Se o lote coletivo como solução de parcelamento não foi vivenciado, optar por ele exigiria uma abstração para a qual poucos moradores têm disposição.

A rejeição do lote coletivo e a preferência pelo lote individual passa por essa disposição. O lote individual é uma instituição social e econômica que todos conhecem e almejam. Já os argumentos em favor do lote coletivo incluem sempre abstrações que desconhecem. Por exemplo, o fato de lotes coletivos reduzirem áreas de arruamento e tornarem mais eficiente a instalação da infraestrutura urbana não faz sentido para boa parte dos moradores da ocupação, que querem, antes de mais nada, se livrar da situação de morar ‘apinhado’ e ‘de favor’ em algum lugar muito precário. A própria existência dessa infraestrutura tem pouca relevância se comparada com a perspectiva de um espaço no qual a família seja independente de outros sujeitos. Assim, o compartilhamento da posse ou da propriedade é visto pelos moradores como uma solução insegura e que possivelmente os desqualificaria.

Ele seria bom, mas correia risco de dar problema de morador fica ali dentro do condomínio, não é? Dentro daquele lote. Porque esse era um lote de mil metros. Poderia correr o risco de ter algum problema, briga, essas coisas assim, não é? Fiquei pensando e achei que esse [individual], foi melhor. (Marques, 2014, morador)

Na Guarani Kaiowá, a solução dos lotes (formalmente) coletivos está sendo implantada, porém o que se observa é a afirmação do lote individual. Cada morador resolve o seu problema, enquanto as questões de ordem coletiva vão perdendo importância com o passar do tempo. O advogado Fábio Alves dos Santos (2013), ao falar sobre as semelhanças entre as ocupações rurais e urbanas, destaca a questão do individualismo como um dos elementos recorrentes, por mais contraditório que isso possa parecer. Como exemplo ele cita um caso que acompanhou numa ocupação de Sem Terras nos anos 1970, em Santana dos Frades, um povoado na cidade de Pacatuba (Sergipe). Ali havia um coqueiral em posse dos assentados. Enquanto a colheita foi organizada coletivamente, a produtividade permaneceu baixíssima. Apenas quando os moradores individualizaram a colheita, ficando cada um responsável por um grupo de coqueiros e contrariando a proposta comunitária defendida pelo advogado, a

produtividade aumentou enormemente. Situações semelhantes são observadas nas ocupações urbanas. Quando se parcela o terreno, as questões coletivas perdem relevância para os moradores e cada um passa a se preocupar somente com aquilo que o afeta diretamente. O lote coletivo na Ocupação Guarani Kaiowá cumpre somente a função de atender uma formalidade da legislação local, ele não é um fato. O que predomina para os moradores é a unidade habitacional, vista como o seu lote, o seu espaço dentro daquela ocupação.

Ainda que a preferência dos moradores por soluções e providências individuais – na qual não se diferenciam da maioria dos outros membros desta sociedade – tenha contribuído para isso, a metodologia de projeto também não ajudou em nada para que a situação tivesse outro tratamento entre os moradores. O fato de terem que decidir, quase que ‘de uma vez por todas’, como realizar o parcelamento também impediu que soluções de outras configurações espaciais surgissem ali com o tempo. Nos assentamentos ‘espontâneos’, elas existem; às vezes há ali situações de dez ou mais núcleos familiares num mesmo terreno. Isso não justifica outras precariedades, mas, inversamente, a necessidade de infraestrutura urbana, a que o projeto formal permite atender, também não deveria servir para justificar a eliminação do dinamismo e das formas de produção do espaço que a população realiza quando não é tutelada por nenhuma autoridade especialista.

Usina e Brás de Pina e as possibilidades de prática arquitetônica emancipatória

A reflexão crítica sobre as heteronomias que caracterizam a profissão dos arquitetos não é nova. No Brasil, há alguns exemplos de oposição teórica e prática a essa condição do campo. Um deles é a experiência do coletivo Usina de São Paulo, que propõe um trabalho “para os pobres e com os pobres”, nas palavras de João Marcos de Almeida Lopes (2011, p. 9), um de seus fundadores. Essa proposta é motivada, entre outras coisas, pela convicção de que o espaço produzido em favelas e outros assentamentos é “propício ao surgimento de formas espontâneas (e, portanto, verdadeiras, no sentido de vernaculares) de construção da moradia” (Lopes, 2011, p. 15). Tal identificação do espontâneo com o verdadeiro pode ser lida como herança do modernismo arquitetônico paulistano na versão protagonizada por Vilanova Artigas, que se caracteriza pelo fato (ou pelo gesto simbólico) de deixar à mostra a

‘verdade’ de estruturas e materiais e que foi levada às últimas consequências por Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lèfevre, o grupo depois denominado Arquitetura Nova. Sua crítica vai além da sinceridade de estruturas ou materiais, para refletir a posição dos arquitetos nas relações capitalistas de produção e para transformá-la; em particular frente aos operários que constroem a arquitetura e que quase sempre pertencem às camadas populares. O pressuposto – que lembra a confiança no proletariado sustentada por Marx e Engels – é de que o construtor popular, quando não está cerceado pelas determinações de um arquiteto, seria naturalmente verdadeiro no seu trabalho.⁵⁷

Outra experiência arquitetônica de caráter crítico, quase contemporânea à Arquitetura Nova, é do grupo Quadra coordenada pelo já mencionado Carlos Nelson Ferreira dos Santos. A experiência de urbanização da favela Brás de Pina⁵⁸ foi, para esse grupo, uma oportunidade de repensar as premissas do projeto de arquitetura e, mais do que isso, de colocar essa reflexão em prática; parar “de falar tanto em realidade sem ir lá ver onde é que ela estava” (Santos, 1981, p. 43). Nesse caso, assim como para os grupos Usina e Arquitetura Nova, a habitação popular figura como tema central de uma prática crítica da profissão, porque ela envolve não só o questionamento da produção (projeto e construção), mas também o problema da regência dos arquitetos sobre os ‘usuários’ e sua apropriação dos espaços.

As ocupações urbanas se apresentaram para mim e para outros arquitetos como oportunidade de repensar nossa prática nessa mesma linha, contra o projeto prescritivo e a favor de um diálogo real entre o campo profissional e as camadas populares. As contradições apontadas acima são limites que percebi nesse processo. Será que os arquitetos nas ocupações favorecem o processo de emancipação ou somos um empecilho?

⁵⁷ “A decoração popular nunca nega o que está embaixo, nunca é uma negação ou um disfarce de alguma coisa que ele encubra, mas ao contrário, é a manifestação cantante daquilo que é a técnica fundamental, é a produção fundamental, é o saber do sujeito, é totalmente o oposto da decoração falsa, da decoração do rococó.” (Ferro, 2012b)

⁵⁸ A experiência de urbanização de Brás de Pina ocorreu devido a resistência da população à remoção de um assentamento precário na Zona Norte do Rio de Janeiro no final dos anos 60 do século XX. O grupo Quadra coordenado na ocasião pelo arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos desenvolveu um plano de urbanização da área que favoreceu a resistência dos moradores em serem removidos. Para saber mais sobre essa experiência Carlos Nelson Ferreira dos Santos dedicou um capítulo de sua dissertação de mestrado que depois foi editada como livro (Santos, 1981)

A dependência criada em relação aos arquitetos ficou evidente em várias ocasiões em que fui chamado para resolver questões que poderiam muito bem ter sido resolvidas sem a minha presença. Porém, essa dependência também é fruto do controle que nós, arquitetos, cultivamos ao exercer as nossas atividades. O trabalho do arquiteto tem gerado avanços no embate político das ocupações urbanas a favor dos moradores e movimentos sociais, mas cria barreiras à apropriação do espaço pelos principais interessados, que são os moradores, e, conseqüentemente, criam dificuldades para um avanço de sua autonomia coletiva.

Ao mesmo tempo, ainda que os planos urbanos das ocupações e outros projetos ali realizados sejam utilizados da mesma forma que em quaisquer práticas institucionais e ainda que lhe seja inerente o mesmo caráter heterônimo, o próprio ato de trabalhar nessas situações envolve os arquitetos numa luta política. Queiram ou não, seu trabalho se torna parte de uma estratégia de resistência, de quebra de privilégios, de possibilidades que antes não existiam. E uma vez na luta política, os arquitetos não podem se esquivar de assumir posições também políticas. A atitude pretensamente neutra, tão comum aos técnicos em inúmeras outras situações, se torna impossível aqui. Nenhum arquiteto pode dizer que está ‘apenas’ fazendo o seu trabalho.

É necessário, então, pensar procedimentos para esse trabalho em que os moradores das ocupações decidam sobre seus espaços, escolham os valores ou expedientes de ascensão de outras classes de que querem se apropriar e construam sua própria crítica da situação social e espacial. Para isso, não bastam boas intenções por parte dos arquitetos e de outros profissionais ou intelectuais. Também não basta que eles ‘ouçam’ mais atentamente as pessoas para as quais trabalham. A imposição que a prática do projeto representa se reproduz nas sutilezas do comportamento dos arquitetos. Suas disposições dificultam a superação da própria arrogância, mesmo que ela não seja intencional. Se “condições diferentes de existência produzem *habitus* diferentes” (Bourdieu, 2008, p. 164), é necessário abir nossos discursos, desmontar nossos códigos e fetiches e esclarecer o que de fato pode ser relevante em nossa atuação, de modo que o público – no caso, os moradores das ocupações – possa se posicionar em relação ao que propomos e, com isso, também discutir com as respectivas instituições que irão se debruçar sobre o conflito.

Os fins têm de ser estabelecidos pelos próprios envolvidos, cabendo aos intelectuais, no máximo, o papel de contribuir para sua discussão crítica. [...] um planejamento crítico não arrogante não pode simplesmente ignorar os "saberes locais" e os "mundos da vida" dos homens e mulheres concretos, como se as aspirações e necessidades destes devessem ser definidas por outros que não eles mesmos. (Souza, 2008, p. 37)

O arquiteto é portador de um conhecimento que se pretende absoluto e se manifesta a partir da preocupação com a autoria e a integridade dos objetos projetados. Negar a autoria e a integridade da arquitetura coloca para arquitetos o receio de perder o papel nesta sociedade. Mas a prática de projeto dentro do ambiente das ocupações deixa evidente a necessidade de tratar a arquitetura numa acepção mais ampla.

Portanto, se quisermos discutir práticas alternativas, o primeiro passo é romper essa lógica excludente e tomar toda transformação do espaço pelo trabalho humano como objeto de investigação e reflexão. Isso significa abrir mão dos ideais de autoria e integridade das obras arquitetônicas, bem como do pressuposto de que usuários e construtores são sujeitos passivos, dispostos a conformar todas as suas ações à imaginação de um arquiteto. (Kapp; Baltazar; Morado, 2008)

Essas rupturas são difíceis de serem realizadas por nós arquitetos. Nossa formação não incentiva esse tipo de atuação profissional, mesmo em cursos de graduação cuja proposta pedagógica enfatiza a função social do profissional e temas como a habitação e os assentamentos precários. Ainda predomina o preceito de que o trabalho profissional relacionado a essas demandas seja mediado por instituições, sobretudo o Estado, e não “para os pobres e com os pobres”, como dizia João Marcos Lopes.⁵⁹ A resistência a ações em que “os pobres” sejam de fato protagonistas é difícil de ser superada no campo arquitetônico. Mesmo nossas discussões sobre a ideia de autonomia se restringem quase sempre à autonomia dos próprios arquitetos e da arquitetura enquanto campo do

⁵⁹ Isso se aplica ao projeto pedagógico do curso noturno de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, que propõe formar profissionais especializados no tema da habitação, mas valoriza a atuação dentro das instituições. Propostas de atuação mais direta encontraram resistências nos corpos docente e discente (Lima, 2014, arquiteta e professora).

conhecimento, significando, justamente, a heteronomia de todos os demais envolvidos (Kapp; Baltazar; Morado, 2008).

CONCLUSÃO

O presente trabalho partiu da experiência de projeto dos planos urbanos nas ocupações Dandara, Eliana Silva e Emanuel Guarani Kaiowá para refletir sobre como os movimentos sociais, os meios institucionalizados, a sociedade e a própria arquitetura e urbanismo se relacionam com a ralé estrutural na produção do espaço.

O envolvimento de vários atores com as ocupações urbanas é proveniente de um desejo de construir experiências que conduzam a mudanças sociais, nos retirando de uma condição de vida em sociedade marcada pela desigualdade. Porém, essa busca pela mudança social ocorre de uma maneira pouco crítica, os procedimentos adotados ao invés de mudar, acabam reafirmando os nossos vícios e com isso a nossa condição de uma das sociedades modernas mais desiguais do mundo.

A partir da vivência com as ocupações percebo que parte de nosso equívoco acontece por trabalharmos nossas reflexões a partir de preceitos fundamentados em uma lógica economicista e culturalista. A desigualdade não é construída somente pelas diferenças econômicas ou por uma posição ocupada nas relações sociais de produção, ou por uma origem cultural fundada no personalismo e no patrimonialismo conforme aponta algumas correntes de interpretação das Ciências Sociais brasileiras, existem elementos que escapam a essas perspectivas e tem um importante papel no estabelecimento das desigualdade sociais, esses elementos são as disposições e o *habitus* de cada indivíduo, estes são construídos cotidianamente e escapam ao tempo do evento, precisando ser observados com maior cuidado para que possam participar de ações que almejam transformar a sociedade.

As instituições do estado, que veem como negativas as ocupações urbanas também cometem o mesmo equívoco quando procuram dar soluções para os indivíduos provenientes da ralé estrutural, assim como aqueles que concordam e apoiam as ocupações urbanas, elas realizam ações que não consideram as disposições e o *habitus* dessas populações. Isto fica patente nas soluções de arquitetura que são ofertadas para os pobres, elas quase sempre deixam a desejar no atendimento as demandas dos sujeitos que irão habitá-las.

Como arquitetos devemos buscar desenvolver o nosso trabalho de tal forma que a arquitetura não seja somente um objeto pronto e acabado, mas que as pessoas que irão se abrigar nestes lugares possam recriá-los dentro da dinâmica de suas vidas. Isto deveria ser um princípio para toda a produção da arquitetura, especialmente, quando a arquitetura se relaciona com as classes sociais mais pobres. Contudo ela é na maior parte das vezes produzida por sujeitos provenientes dos setores médios, pouco habituados com o cotidiano das camadas populares.

Como ativistas sociais, ao não prestarmos atenção a essas disposições e *habitus* ficamos frustrados com os resultados que colhemos com nossas ações. O nosso discurso de mudança e superação das desigualdades é fundamentado em princípios que se colocam como verdades, e com isso ficamos pouco atentos a outras possibilidades de emancipação que as camadas populares apresentam, possibilidades essas construídas num cotidiano de resistência frente a uma sociedade intolerante que criminaliza e neutraliza as desigualdades sociais.

Um dos caminhos que aponta outras possibilidades é assumir as diferenças de classe que existem dentro de uma ação política como a ocupação urbana. Esta tem se apresentado como um evento em que se encontram indivíduos provenientes de diferentes classes sociais sem a intermediação dos meios institucionais pois, os militantes dos movimentos sociais e ativistas são provenientes dos setores médios e os moradores provenientes da ralé estrutural e dos batalhadores brasileiros. É comum não considerarmos essas diferentes origens e o momento de convívio no evento da ocupação tem muitas vezes favorecido essa “ilusão” de que somos iguais. Com a consolidação das ocupações estas diferenças vão se evidenciando e nunca são discutidas, vão sendo neutralizadas por outras questões até que podem ocorrer momentos de ruptura entre os envolvidos, situação que tem acontecido.

Percebo que a atitude de não salientar as diferenças parte dos ativistas e militantes dos movimentos sociais e os moradores dentro de sua necessidade aceitam essa situação até que não precisam mais desses sujeitos para resolver as suas questões. Como essas diferenças não são discutidas, os moradores ao retomarem as suas práticas cotidianas, abandonam as supostas conquistas do momento do evento da ocupação, que almejavam

uma emancipação social desses sujeitos, retomando então práticas que remetem ao imaginário capitalista ao qual estavam submetidos, agora muito mais dependentes e com elementos que eles não sabem manipular já que foram criadas soluções para situações que antes não existiam.

Mesmo que não seja a intenção de nós ativistas e dos militantes dos movimentos sociais, essa situação de não assumir as diferenças de classe tem se configurado como uma má-fé de nossa parte, o que impede outras possibilidades de resistência a partir dos moradores nas ocupações urbanas.

Apesar dos equívocos que cercam as nossas ações, devemos continuar buscando possibilidades de superação desta condição para que, nós, com os moradores, através das ocupações urbanas, possamos construir uma crítica e superar nossas contradições no decorrer da luta política.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? Conferência no Brasil em setembro de 2005, traduzida por Nilcéia Valdati.
- ALVES, G. Ocupar Wall Street... e depois? In: HARVEY, D. *et al. Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012. p. 31-38.
- ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- AMADO, J. *O Mundo da Paz*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1951.
- ANDRADE, R.; LELIS, A. *Por trás dos olhos de Dandara*. Belo Horizonte: Tsuru, 2010.
- ANTUNES, B. Guia da 10ª Bienal de São Paulo. *Revista AU*, n. 235, p. 14, 2013.
- ARANTES, P. F. *Da (Anti)Reforma Urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades*. Disponível em: <<http://www.correiodadania.com.br/index.php?view=article&catid=7...>>. Acesso em: 12 nov. 2013.
- ARAÚJO SILVA, Margarete. Águas em meio urbano, favelas nas cabeceiras. 2013. (mimeo)
- ARAÚJO, P. C. Eu não sou cachorro, não: Música Popular Cafona e Ditadura Militar. 8. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2013.
- ARENDT, H. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- BALTAZAR DOS SANTOS, A. P. *Cyberarchitecture: the virtualisation of architecture beyond representation towards interactivity*. Unpublished PhD thesis, London: The Bartlett School of Architecture, University College London, March 2009.
- BARBOSA, A. *Despejo na Favela*. 1969. Disponível em: <http://www.mpbnet.com.br/musicos/adoniran.barbosa/letras/despejo_na_favela.htm> Acesso em 04 de ago. de 2013.
- BARROS, R. Entrevista: Rafael Barros ou Chachá, a cidade, a Praia da Estação, o carnaval. *Jornal da Rua* (Uni-BH), v. 8, n. 7, p. 15-19, jan. 2012.
- BEDÊ, Mônica Maria Cadaval. Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996. 2005. (mimeo)
- BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte - PBH; Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - URBEL. Cadastro das Famílias que ocupam a região do Isidoro. 2014. (mimeo)
- BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&ap=regulacaourbana&tax=15241&lang=pt_BR&pg=5570&taxp=0&> Acesso em 21 de março de 2011.
- BEY, H. T.A.Z.: the temporary autonomous zone, ontological anarchy, poetic terrorism. Disponível em: <http://www.hermetic.com/bey/taz_cont.html>. Acesso em: 30 jan. 2013.
- BITTENCOURT, R. *Nota em redes sociais divulgando a eminência do despejo da Ocupação Eliana Silva*. 11 maio 2012. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/388046477906086/>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

- BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1995.
- BOIS, M. C. M. S. Conselho Municipal de Habitação de Belo Horizonte e o poder sobre a deliberação das diretrizes, planos e programas da política municipal de habitação. 2013. (mimeo)
- BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 4. Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- BOURDIEU, P. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2008.
- BRAGA, R. Sob a sombra do precariado. HARVEY, D. et al. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013. p. 79-82.
- BRASIL DE FATO. *Famílias ocupam terreno abandonado em Contagem*. 09 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/12255>>. Acesso em: 11 mar. 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial Eletrônico*, 11 jul. 2001, p. 1.
- BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*, 11 jan. 2002, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm>. Acesso em: 15 mar. 2011.
- BRASIL. Lei n. 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei n. 11.124, de 16 de junho de 2005. *Diário Oficial da União*, 26 dez. 2008, p. 02.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 41-78.
- BRIGADAS POPULARES. *Nasce a Ocupação Guarani Kaiowá*. 09 mar. 2013. Disponível em: <<http://ocupacaoguaranikaiowa.wordpress.com/page/6/>>. Acesso em: 20 jul. 2013.
- BRITO, F.; OLIVEIRA, P. R. Territórios transversais. In: HARVEY, D. et al. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013. p. 65-70.
- BRUM, A. *Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Petrópolis: Vozes; Ijuí: Unijuí, 1998.
- CAMPOS, A. *Do quilombo à favela: a produção do 'espaço criminalizado' no Rio de Janeiro*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CAMPOS, R. B. M. *O outro loteador popular: os loteamentos populares associativos sob a participação e liderança do Padre Piggi Bernareggi*. 2013. (mimeo)
- CANCLINI, N. G. *Consumidores e Cidadãos* 7. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- CARNEIRO, H. S. Apresentação: rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, D. et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012. p. 7-14.
- CARVALHO, E. T. *Geologia urbana para todos: uma visão de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: [s.n.], 2001.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CASTORIADIS, C. *Socialismo ou Barbárie: o conteúdo do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- CAVALCANTI, C. Escolhas autocráticas e vida de horrores: o caso da política habitacional. In: FALCÃO, J. *Invasões Urbanas: conflitos de direito de propriedade*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 247-262.
- COUTINHO, M. *Cidade de Terra: Lutas de Ocupações Urbanas por moradia em Belo Horizonte*. 2011. (mimeo)
- DAVIS, M. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ESTADO DE MINAS, Coluna Anna Marina, 17/10/2013
- ESTADO DE MINAS, *Juiz responde às cartas sobre invasão de terreno*. 12/04/2010 Disponível em: <<http://infanciaurgente.blogspot.com.br/2010/04/juiz-responde-as-cartas-sobre-invasao.html>> Acesso em 05/07/2014
- FAULHABER, M. *Operação Urbana Consorciada Nova BH*. Emissão da CBN BH, apresentado por Sérgio Myssior, 10h05-10h20, 21 out. 2013.
- FERNANDES, E. *Sonho, pesadelo, delírio ou alucinação?* Acorda, BH, caia na real! 2013. (mimeo)
- FERRO, S. *Arquitetura e Trabalho Livre*. São Paulo: Cosac Naif, 2006.
- FERRO, S. Aula 1: Um pouco de teoria e Renascimento em Arquitetura. 2012a. Disponível em: <http://iptv.usp.br/portal//home.jsp?tipo=0&_EntityIdentifier=uspoCVjrMVBG7X8yrtE0leP09JbFqlfELVrm9S_Y_BgVZE>. Acesso em: 18 dez. 2012.
- FERRO, S. Aula 3: Origem do Modernismo e Arquitetura. Vídeo. 161:21 min. São Carlos: Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, 01 out. 2012b. Disponível em: <http://iptv.usp.br/portal//home.jsp?tipo=0&_EntityIdentifier=usp2SvRxiV7i2Vr5moRjnknfH9dGf1JDZcM0G7p-O1bLdM>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- FERRO, S. Aula 5: O Brasil e a Arquitetura Contemporânea. Vídeo. 197:27 min. São Carlos: Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, 08 out. 2012c. Disponível em: <<http://www.eaulas.usp.br/portal/video.action;jsessionid=F7CB30B3BE28CE5740BFAF5CFC11CA62?idItem=2476>>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- FERRO, Sérgio. Nota sobre 'o vício da virtude'. *Novos Estudos*, n. 76, nov. 2006.
- FEYERABEND, P. *A Ciência em uma sociedade livre*. São Paulo: UNESP, 2011.
- FLUSSER, V. O mundo codificado. Por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosacnaify, 2007.
- GLANVILLE, R. On being out of control. 2002. (mimeo)
- HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: HARVEY, D. *et al. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013. p. 27-34.
- HARVEY, D. Neoliberalismo – História e Implicações. São Paulo: Loyola, 2008.
- HARVEY, D. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: HARVEY, D. *et al. Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012. p. 57-64.
- HERNÁNDEZ, E. L.; FERNIZA, K. M.; GARCÍA, Alain Ramos. Proyección territorial comunitária em la Ciudad de México: El caso del movimiento urbano popular. *Cidades: Revista científica/Grupo de Estudos Urbanos*. São Paulo, v. 6, n. 9, p. 193-216, jan./jun. 2009.
- HOBBSAWM, E.; RANGER, T. A invenção das tradições. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

- INVASÃO DANDARA. *Crônica de uma morte anunciada: Degradação do meio ambiente na invasão Dandara*. Disponível em: <<http://invasoadandara.blogspot.com.br/search?updated-max=2010-10-16T09:56:00:03:00&max-results=30&start=8&by-date=false>>. Acesso em: 28 jan. 2013.
- KAPP, S. Contra a Integridade. MDC. *Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v. 1, n. 2, p. 8-11, 2006.
- KAPP, S. et al. *Loteadores associativos: uma contextualização*. 2013. (mimeo)
- KAPP, S.; BALTAZAR, A. P. The paradox of participation: a case study on urban planning in favelas and a plea for autonomy. *Bulletin of Latin American Research*, 2012. (Journal of the Society for Latin American Studies, Malden: Blackwell.)
- KAPP, S.; BALTAZAR, A. P.; MORADO, D. Arquitetura como exercício crítico: apontamentos para práticas alternativas [Architecture as Critical Exercise: Little Pointers Towards Alternative Practices]. *Field: a free journal for architecture*, v. 2, n. 1, p. 7-30, 2008. (mimeo)
- KAPP, S.; SILVA, M. M. A. Quem mora nas favelas? Emetropolis. *Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, p. 28-35, 2012.
- LEFEBVRE, H. *El Derecho a la Ciudad*. Barcelona: Península, 1969.
- LÉVY, P. *O que é virtual?* 1996. (mimeo)
- LIMA, V. A. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: HARVEY, D. et al. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013. p. 89-94.
- LOOS, A. Sobre um pobre homem rico. 1890. (mimeo)
- LOPES, J. M. A. *Sobre Arquitetos e Sem-Tetos: técnica e arquitetura como prática política*. 2011. (mimeo)
- LOPES, J. M.; KAPP, S.; BALTAZAR, A. P. *Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres*. São Carlos: SILACC, 2010.
- LOURENÇO, T. C. B. Comunidade Dandara: a construção de uma alternativa para uma política habitacional autônoma. *Jornal da Rua* (Uni-BH), v. 8, n. 7, p. 8-14, jan. 2012.
- LOURENÇO, T. C. B. *Encontros e desencontros na arquitetura: A assistência técnica e a Ocupação Dandara*. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2009.
- LUXEMBURG, R. *Reforma ou Revolução*. 1900. (mimeo)
- MAGALHÃES, J. L. Q. *Ocupação Dandara, um direito constitucional*. Disponível em: <www.ocupacaodandara.blogspot.com>. Acesso em: 8 ago. 2009.
- MARICATO, E. A Política Habitacional do Regime Militar. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! In: HARVEY, D. et al. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013. p. 19-26.
- MASCARO, A. *Aula 4: Crítica da Filosofia do direito de Hegel*. III Curso Livre Marx-Engels Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=hEWhayQN7cs>>. Acesso em: 19 nov. 2013.
- MELLO, E. A teoria M e o Brasil paralelo. In: BASSINI, M. *Não é só por 20 contos*. Skoob, 2013. p. 16. (mimeo)

MENEZES NETO, A. J. A ética da Teologia da Libertação e o espírito do socialismo no MST. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

MONTE-MÓR, R. L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. 2006. (mimeo).

MOREIRA, G. *Nota a Imprensa para divulgação a eminência do despejo da Ocupação Eliana Silva*. 11 mai. 2012. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/388046477906086/permalink/397174590326608/>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

MOREIRA, G. *Release Urgente para a Imprensa e a Sociedade*. 12 mai. 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/388046477906086/permalink/397850263592374/>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

MOREIRA, G. *Reunião do prefeito de BH, Márcio Lacerda, com Comissão das Ocupações Urbanas*. 30 jul. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=QbTeZc0mO4w#at=307>. Acesso em: 03 ago. 2013.

MORETTI, R. Terrenos de fundo de vale - conflitos e propostas. *Revista Techné*, n. 48, mar. 2001.

MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS. *Famílias da Eliana Silva promovem nova ocupação*. Ocupação Eliana Silva - MLB, 25 ago. 2012. Disponível em: <<http://ocupacaoelianasilva.blogspot.com.br/2012/08/familias-da-eliana-silva-promovem-nova.html?spref=fb>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

MÜLLER, C. Os conflitos fundiários urbanos no Brasil desde uma perspectiva crítica dos direitos humanos. In: *Direito à moradia adequada: O que é, para quem serve, como defender e efetivar*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2014, pp. 161–182.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 04 ago. 2013.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO. Programa do PCR para a Revolução Socialista Brasileira. Recife: Edições Manoel Lisboa, 2013.

PORTAL G1. *Emicida é liberado após prisão em Belo Horizonte neste domingo*. Pop & Arte: Música, 13 maio 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2012/05/emicida-e-liberado-apos-prisao-em-belo-horizonte-neste-domingo.html>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

PORTAL JORNAL ESTADO DE MINAS. *Famílias despejadas de terreno no Barreiro acampam na porta da prefeitura*. 14 maio 2012. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/05/14/interna_gerais,294125/familiasdespejadas-de-terreno-no-barreiro-acampam-na-porta-da-prefeitura.shtml#.T7D0AAFrXyA.facebook> Acesso em 16 jul. 2013.

PORTAL O TEMPO. *Vende-se apartamento popular*. 31 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/vende-se-apartamento-popular-1.689202>>. Acesso em: 03 ago. 2013.

PORTAL UAI. *Cerca de 800 famílias invadem terreno na Granja Werneck sob clima tenso*. 29 ago. 2013. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/08/29/interna_gerais,441319/cerca-de-800-familias-invadem-terreno-na-granja-werneck-sob-clima-tenso.shtml>. Acesso em: 08 jul. 2014.

PORTAL UAI. *Homem e linchado na ocupação Dandara em venda nova*. 29 jul. 2009, Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2009/07/29/interna_gerais,120714/homem-e-linchado-na-ocupacao-dandara-em-venda-nova-img-border-0-src-http-banners-estaminas-com-br-zope-superesportes-ico-video-gif.shtml>. Acesso em: 08 jul. 2014.

PORTAL UAI. *Justiça concede liminar favorável a famílias que ocupam terreno na Pampulha*. 6 out. 2010. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2010/04/06/internas_economia,154387/justica-concede-liminar-favoravel-a-familias-que-ocupam-terreno-na-pampulha.shtml>. Acesso em: 08 jul. 2014.

PRÁXIS Projetos e Consultoria Ltda. *Parcelamento do Solo Bairro Nova Pampulha: Informações extraídas do Estudo de Impacto Ambiental*. Belo Horizonte: Práxis Projetos e Consultoria Ltda., 2006.

RIOFRÍO, G.; RODRIGUEZ, A. *De invasores a invadidos (2)*. Lima (Peru): Centro de Estudios y Promoción Del Desarrollo - DESCO, 1980.

ROLNIK, R. Apresentação - As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: HARVEY, D. *et al. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013. p. 7-12.

ROLNIK, R. Entrevista com a relatora especial da ONU para o direito à moradia adequada, Raquel Rolnik. Entrevista concedida a Betânia Alfonsin, in: *Direito à moradia adequada: O que é, para quem serve, como defender e efetivar*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2014, pp. 13–23.

SADER, E. *Aula 1: A Ideologia Alemã. III Curso Livre Marx-Engels*. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ZjAqULpLkA>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

SAKAMOTO, L. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: HARVEY, D. *et al. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013. p. 95-100.

SANTOS, B. S. O Estado, o direito e a questão urbana. In: FALCÃO, J. *Invasões Urbanas: conflitos de direito de propriedade*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 17-94.

SANTOS, C. N. F. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTOS, F. Fábio Santos em carta ao líder do MST Chumbinho, 22 jun. 2009. Disponível em: <http://ocupacaodandara.blogspot.com/2009_06_01_archive.html>. Acesso em: 6 out. 2009.

SANTOS, J. A. F. Posições de classe destituídas no Brasil. In: SOUZA, J. *A ralé brasileira; quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SANTOS, J. A. F. *Questão de classe: teorias e debates acerca das classes sociais nos dias de hoje*. Juiz de Fora: Clio, 2004.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SECCO, L. As jornadas de junho. In: HARVEY, D. *et al. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013. p. 71-78.

SERRA, M. V.; SERRA, M. T. F. As invasões de terra urbana: o alcance e as limitações da economia neoclássica no seu exame. FALCÃO, J. *Invasões Urbanas: conflitos de direito de propriedade*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 145-210.

SILVA, B.; GANZ, L. *Lotes Vagos: ocupações experimentais*. Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas, 2009.

SILVA, M. M. A. Estratégia para recuperação socioambiental urbana: ação a partir das pequenas cabeceiras de drenagem de córregos urbanos e através da autogestão. Plano de estudos apresentado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2006.

- SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense/Cebrap, 1973.
- SOARES, A. C. B. *Processos compartilhados de produção do espaço urbano: a mediação da informação na arquitetura*. 2012. (mimeo)
- SOJA, E. *Postmetrópolis: estudios críticos sobre las ciudades y las regiones*. Madrid: Traficantes de sueños, 2008.
- SOMARRIBA, M. Movimento reivindicatório urbano e política em Belo Horizonte. In: DULCI, O. S. (Org.). *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.
- SOUTO MAIOR, J. L. A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In: HARVEY, D. *et al. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013. p. 83-88.
- SOUZA, J. *A Ralé Brasileira: Quem é e como vive*. 1. reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros: a nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- SOUZA, M. L. Introdução: A 'Nova Geração' de movimentos sociais urbanos – E a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. *Cidades: Revista científica/Grupo de Estudos Urbanos*, v. 6, n. 9, p. 9-26, jan./jun. 2009.
- SOUZA, M. L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- SOUZA, M. L. *O desenvolvimento metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- SOUZA, M. L. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SOUZA, M. L.; TEIXEIRA, E. T. Fincando bandeiras, ressignificando os espaço: Territórios e "lugares" do movimento dos sem-teto. *Cidades: Revista científica/Grupo de Estudos Urbanos*, v. 6, n. 9, p. 29-66, jan./jun. 2009.
- STÉDILE, J. P.; SÉRGIO, F. *A Luta pela Terra no Brasil*. São Paulo: Página Aberta, 1993.
- STEVENS, G. *O círculo privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica*. Brasília: UNB, 2003.
- TELES, E. Democracia, segurança pública e coragem para agir na política. In: HARVEY, D. *et al. Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012. p. 77-82.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e "falsa consciência". In: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Org.) *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos / E. P. Thompson*. Campinas: Unicamp, 2001. p. 269-281.
- TURNER, J. Barreiros e canais para o desenvolvimento habitacional nos países em vias de desenvolvimento. *Revista Arquitetura IAB*, n. 68, p. 20-26, 1968 b.
- TURNER, J. Habitação de Baixa Renda no Brasil: Políticas atuais e oportunidades futuras. *Revista Arquitetura IAB*, n. 68, p. 17-19, 1968 a.

VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. In: HARVEY, D. *et al. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013. p. 35-40.

VALENÇA, M. M. Anotações críticas acerca da política habitacional brasileira. In: *Direito à moradia adequada: O que é, para quem serve, como defender e efetivar*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2014, pp. 341-354.

VAN LENGEN, J. *Manual do arquiteto descalço*. São Paulo: Empório do livro, 2008.

VIANA, S. Será que formulamos mal a pergunta? In: HARVEY, D. *et al. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013. p. 53-58.

ŽIŽEK, S. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, D. *et al. Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012. p. 15-25.

ŽIŽEK, S. Problemas no Paraíso. In: HARVEY, D. *et al. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013. p. 101-108.

ENTREVISTADOS

AMBROSIO, P. M. *Entrevista com a arquiteta Poliana Matias Ambrosio*. 26 dez. 2013. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

AMORIM, L. S. *Entrevista Lacerda dos Santos Amorim*. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

ANDRADE, G. *Entrevista Gregório Andrade*. 13 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

ANJOS, J. C. *Entrevista com o morador Junio César dos Anjos, das Ocupações Dandara e Emanuel Guarani Kaiowá e militante das Brigadas Populares*. 16 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

BARRETO, G. M.; DIAS, J. M. P. *Entrevista com as arquitetas e professoras Gabriela Mata Barreto e Josana Mathias de Passos Dias*. 24 fev. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

BENTO, A. S. N. *Entrevista com a moradora Ana Silva Nascimento Bento*. 19 fev. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

BITTENCOURT, R. *Entrevista com o militante das Brigadas Populares Rafael Bittencourt*. 19 dez. 2013. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

CABRAL, S. A. *Entrevista Sandro Alberto Cabral*. 06 mar. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

CARNEIRO, M. R. O. *Entrevista Maria do Rosário de Oliveira Carneiro*. 20 fev. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

CRUZ, L. *Entrevista Luciana da Cruz*. 03 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

DEBOSSAN, L. *Entrevista com o geógrafo Leonardo Debossan*. 24 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

FONTES, D. *Entrevista com o geógrafo Derli Fontes*. 24 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

INÁCIO, P. S. P. *Entrevista Poliana de Souza Pereira Inácio*. 11 fev. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

LIBÂNIO, M. *Entrevista com Maurício Libânio*. 22 out. 2009. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

LIMA, J. M. F. *Entrevista com a arquiteta e urbanista Junia Maria Ferrari de Lima*. 06 mar. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

LIMA, W. V.; SANTOS, F. R. *Entrevista com os moradores Felter Rodrigues dos Santos e Wagna Vieira Lima, da Ocupação Dandara*. 30 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

LOPES, O. S. *Entrevista Orlando Soares Lopes*. 03 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

LUCAS, D. S. *Entrevista Deusiana da Silva Lucas*. 12 fev. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

MAGALHÃES, B. F. *Entrevista com o geógrafo Bruno Fernandes Magalhães*. 24 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

MARQUES, J. *Entrevista com o morador José Marques*. 19 fev. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

MAYER, J. *Entrevista 1 Joviano Mayer*. 19 nov. 2013 a. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

MAYER, J. *Entrevista 2 Joviano Mayer*. 12 dez. 2013 b. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

MAYER, J. *Entrevista 3 Joviano Mayer*. 15 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

MENEZES, M. C. A. R. *Entrevista com a educadora social Maria da Conceição Amaral Renan de Menezes (Sãozinha), nas Ocupações Urbanas de Belo Horizonte e RMBH*. 25 fev. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

MOREIRA, G. L. *Entrevista Frei Gilvander Luís Moreira*. 18 dez. 2013. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

MOREIRA, M. R. *Entrevista Pastor Misael Rubens Moreira*. 06 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

NASCIMENTO, D. M. *Entrevista Denise Morado Nascimento*. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

OLIVEIRA, F. M. C. *Entrevista com a geógrafa Fernanda Márcia Carla de Oliveira*. 24 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

OLIVEIRA, F. V. *Entrevista com Fernanda Vieira de Oliveira*. 07 mar. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

OTONI, P. *Entrevista Pedro Otoni*. 07 mar. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

PÉRICLES, L. *Entrevista 1 Leonardo Péricles*. 20 dez. 2013a. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

PÉRICLES, L. *Entrevista 2 Leonardo Péricles*. 27 dez. 2013b. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

SANTOS, F. A. *Entrevista Advogado Fábio Alves dos Santos*. 01 mar. 2013. Entrevista concedida a Denise Morado Nascimento, Eduardo Bittencourt e Tiago Castelo Branco Lourenço.

SILVA, A. L. G.; ESPESCHIT, E. C. *Entrevista com André Luiz Gomes e Silva e Érica Coelho Espechit*. 26 fev. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

SILVA, M. *Entrevista com a moradora Maura da Silva*. 14 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

VIDAL, J. N. C. *Entrevista com a moradora Jéssica Natasha da Cruz Vidal*. 14 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

Tiago Castelo Branco Lourenço

Cidade ocupada

Volume II

Belo Horizonte
2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 CAPÍTULO 1. DESDE AS ORIGENS	22
Uma negligência histórica	22
Do mito de fundação à retomada	25
Delimitações conceituais.....	30
2 CAPÍTULO 2. OCUPANDO A CIDADE	37
Ocupação Dandara	37
<i>Primeiros momentos</i>	39
<i>Acampamento provisório</i>	41
<i>Plano urbano com lotes coletivos</i>	44
<i>Plano urbano com lotes individuais</i>	46
<i>Outras questões na Ocupação Dandara</i>	47
Ocupação Eliana Silva	51
<i>Primeiros momentos</i>	53
<i>Despejo</i>	55
<i>Organização de uma nova ocupação</i>	60
<i>Plano urbano e demarcação</i>	63
<i>Afirmção do lote individual</i>	65
Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá	66
<i>Organização da ocupação e formação da comunidade</i>	67
<i>Ocupação do terreno</i>	71
<i>Plano urbano e demarcação</i>	73
3 CAPÍTULO 3. OS MOVIMENTOS SOCIAIS, SUAS ORIGENS E DISCURSOS	77
Formação e ideário das Brigadas Populares e do MLB	77
A posição social dos militantes e suas ambiguidades	82
O ideal da vanguarda e o cotidiano da retaguarda	85
A visibilidade positiva das ocupações urbanas e o reformismo	90
Queremos de fato uma revolução?	96
4 CAPÍTULO 4. MORADORES DAS OCUPAÇÕES, A RALÉ ESTRUTURAL EM LUTA POLÍTICA CASUAL	101
Delimitações conceituais.....	101

Morar de maneira precária uma história de longa duração	103
Motivos para morar numa ocupação urbana: a necessidade como virtude	107
Um cotidiano pautado pelo imediato	112
Os intocáveis	117
5 CAPÍTULO 5. INSTITUIÇÕES, SOCIEDADE E DESIGUALDADE NA CIDADE OCUPADA.....	122
O ideário da desigualdade social sem conflitos	122
As instituições e a criminalização da desigualdade	127
A sociedade e a neutralização ou ignorância da desigualdade	140
6 CAPÍTULO 6. A ARQUITETURA IN-DISPOSIÇÃO	148
Anúncio da contradição que será tratada.....	148
O lado bom da atuação dos arquitetos nas ocupações	148
A origem das vantagens que os arquitetos trazem para as ocupações	150
O lado ruim: a autoridade dos arquitetos e de seus produtos nas ocupações.....	152
O lado ruim: imposições culturais (disposições – plano abstrato x ação concreta).....	155
Como os moradores vêem as imposições culturais dos arquitetos	158
Como os moradores vêem a sua participação nos projetos.....	160
A criação de uma dependência	162
Lotes coletivos	163
Usina e Brás de Pina e as possibilidades de prática arquitetônica emancipatória	165
CONCLUSÃO	170
REFERÊNCIAS.....	173
ENTREVISTADOS.....	181
ILUSTRAÇÕES	186

ILUSTRAÇÕES



FIGURA 1: Entrada da Ocupação Dandara.

Autoria: Ricardo de Lacerda Lobato (2011).

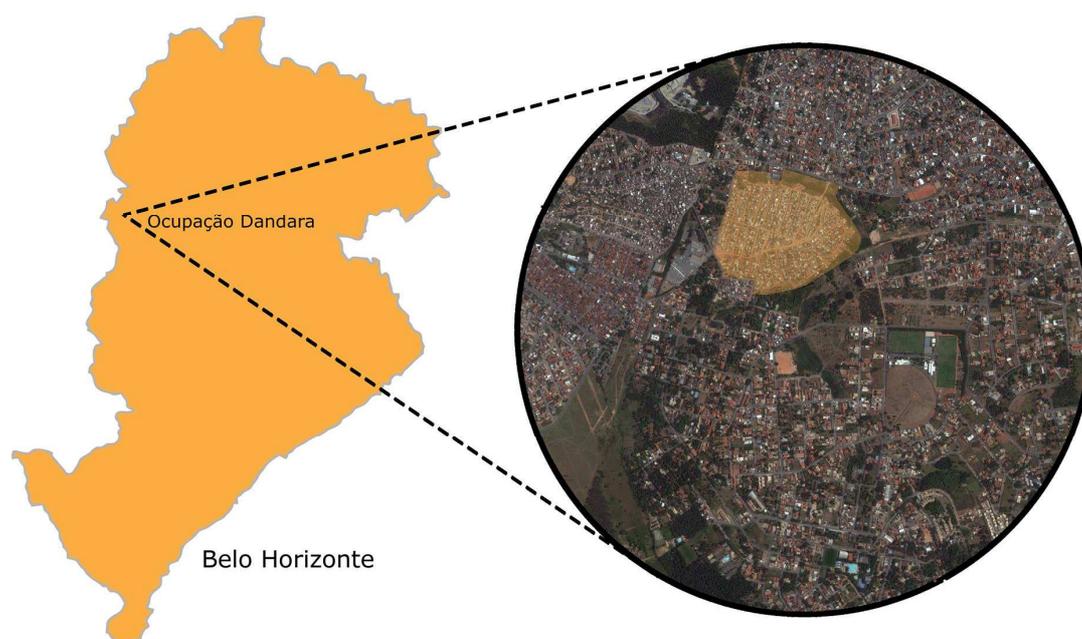


FIGURA 2: Localização da Ocupação Dandara.

Elaboração: Bruno Giacomini Coelho (2014).



FIGURA 3: Terreno da Dandara antes de 09 de abril de 2009.

Fonte: Google Earth (2008), adaptada por Bruno Giacomini Coelho (2014).

Terreno na confluência dos bairros Braúnas e Céu Azul onde ocorre a Ocupação Dandara antes do dia 09/04/2009.



FIGURA 4: Terreno da Dandara entre 04 de abril e 12 de julho de 2009.

Fonte: Google Earth (2009), adaptada por Bruno Giacomini Coelho (2011).

A Ocupação Dandara entre a noite do dia 09 de abril de 2009 e a manhã do dia 12 de julho de 2009. Na parte de baixo da imagem à esquerda temos o local onde a população ficou instalada neste período de assentamento provisório.



FIGURA 5: Assentamento provisório da Dandara

Autoria: Tiago Castelo Branco Lourenço (2009).

A população da Ocupação Dandara viveu no assentamento provisório entre os dias 09 de abril e 12 de julho de 2009.



FIGURA 6: Reuniões de projeto Dandara

Autoria: Tiago Castelo Branco Lourenço (2009).

Reuniões para elaboração do plano urbano da Ocupação Dandara.



FIGURA 7: Estaqueamento das ruas e lotes da Dandara

Autoria: Tiago Castelo Branco Lourenço (2009).

Moradores da Ocupação Dandara realizando o estaqueamento do sistema viário do plano urbano da Ocupação Dandara.



FIGURA 8: Plano Urbano com Lotes Coletivos da Dandara

Elaboração: Tiago Castelo Branco Lourenço e Margarete Maria de Araújo Silva (2009).

Plano Urbano da Ocupação Dandara com lotes coletivos de aproximadamente 1.000 m². Esse plano foi apresentado aos moradores no dia 30 de maio de 2009 quando iniciou o estaqueamento das ruas e dos lotes.



FIGURA 9: Estudo urbano elaborado por morador

Autoria: Tiago Castelo Branco Lourenço (2009).

Estudo urbano elaborado por Ronivon, morador da Ocupação Dandara. Neste estudo o morador propõe lotes individuais com as mesmas dimensões, a APP na periferia do terreno e a Via 220 prevista no Plano Diretor de Belo Horizonte foram consideradas.



FIGURA 11: Foto Aérea da Dandara em 18/10/2011

Autoria: Marcílio Gazzinelli em 18/10/2011

Nesta foto aérea podemos verificar a implantação do plano urbano da ocupação. A implantação foi realizada pelos moradores sem auxílio de equipamentos acompanhado por arquitetos e geógrafos vinculados a AGB.

E AÍ? COMO POSSO CONSTRUIR EM MEU LOTE???????

Ocupação ANDARÁ

O restante do lote que não foi construído **não deve ser cimentado**, é importante deixar o solo descoberto para que **AS ÁGUAS DE CHUVA POSSAM INFILTRAR**.

Caso seja necessário um pátio cimentado, deve ser preservado no mínimo um **retângulo de 8(oito) metros por 4(quatro) metros** para permitir a infiltração das águas de chuva. Esta atitude ajuda a diminuir os problemas com as **enchentes** em toda a cidade.

NO MEIO DO LOTE?

Com a casa no **meio** do lote pode ser feita uma área livre no fundo e outra na frente. Com isso pode ser equilibrado a relação de espaço privado com aqueles junto à rua. Não preciso construir uma **parede de meia** com o meu vizinho, pois, hoje nós estamos bem, mas o amanhã a gente não sabe. A casa pode ficar bem ventilada com o **ar externo entrando por todos os lados**.

O problema é o lote, ele é **pequeno**, colocar a casa no meio irá criar vários **espaços estreitos e difíceis** de serem aproveitados. E o carro, não vai sobrar espaço, ele dorme na rua, para moto sempre sobra um cantinho.

Localização dos espaços dentro da casa e do lote

O local dos cômodos dentro da casa é um elemento importante para ter uma casa agradável e que atenda as necessidades dos seus moradores.

E importante observar a posição do sol em relação ao lote para poder escolher a posição dos espaços dentro do lote e da casa.

O sol nasce no **leste**, ou seja, para o lado do bairro **Trevo**, e se põe a **oeste**, na direção do bairro **Nova Pampulha**. Como estamos no **hemisfério sul** do planeta Terra, o sol passa a **maior parte do ano** percorrendo o lado na direção **norte** da Ocupação Dandara, ou seja, na direção do bairro **Céu Azul**. Uma pequena parte do ano o sol passa ao **sul** do terreno, na direção do bairro **Braúnas**, esse época coincide com os meses de **novembro**, **dezembro** e **janeiro**.

No fundo?

Se minha casa ficar no **fundo do lote**, posso aproveitar todo o terreno até a rua para fazer um jardim, uma horta, guardar meu carro, um espaço para as crianças brincarem, são **várias** as possibilidades.

Minha casa no fundo do lote pode ficar **mal ventilada**, o ar externo só entrará por um lado, a casa poderá ficar **Abafada**.

Estas mesmas soluções e propostas **meus vizinhos** terão. Deve sempre pensar nos meus vizinhos, não devo ser um problema para eles.

Não pode abrir janela para o terreno vizinho.

Pelo fato do lote ser pequeno, a **parceria** com o vizinho na construção pode ser uma **bom medida** para **buscar** melhores soluções.

O mais importante é sempre **CONVERSAR** com **meu vizinho**, para que minha casa não atrapalhe a dele, e a dele a minha.

FIGURA 12: Manual “E aí? Como posso construir em meu lote?”

Elaboração: Tiago Castelo Branco Lourenço (2009).

Material para discussão de diferentes aspectos para a construção das casas nos lotes da Ocupação Dandara.



FIGURA 13: Apresentação Sanitário Bason

Autoria: Tiago Castelo Branco Lourenço (2009).

Reunião para apresentação de possibilidades de esgotamento sanitário das residências da Ocupação Dandara. Nesta reunião foi apresentado o Sanitário Bason.



FIGURA 14: Centro Comunitário Professor Fábio Alves

Este prédio foi implantado no local onde a população morou entre 09 de abril de 2009 e 12 de julho de 2009. Fonte: Autoria: Tiago Castelo Branco Lourenço (2013).



FIGURA 15: Igreja da Dandara

Autoria: Tiago Castelo Branco Lourenço (2013).

Este prédio foi implantado no centro geográfico do terreno onde acontece a Ocupação Dandara. Originalmente o edifício seria um Centro Ecumênico, posteriormente ele foi consagrado e passou a ser um templo católico, tendo como padroeiro o Sagrado Coração de Jesus.



FIGURA 16: Implantação Sobrados Dandara

Elaboração: Equipe Dandara (2011).

Estudo de implantação dos sobrados da proposta apresentada pela população da Ocupação Dandara dentro das audiências de conciliação entre os moradores e a Construtora Modelo, proprietária do terreno.

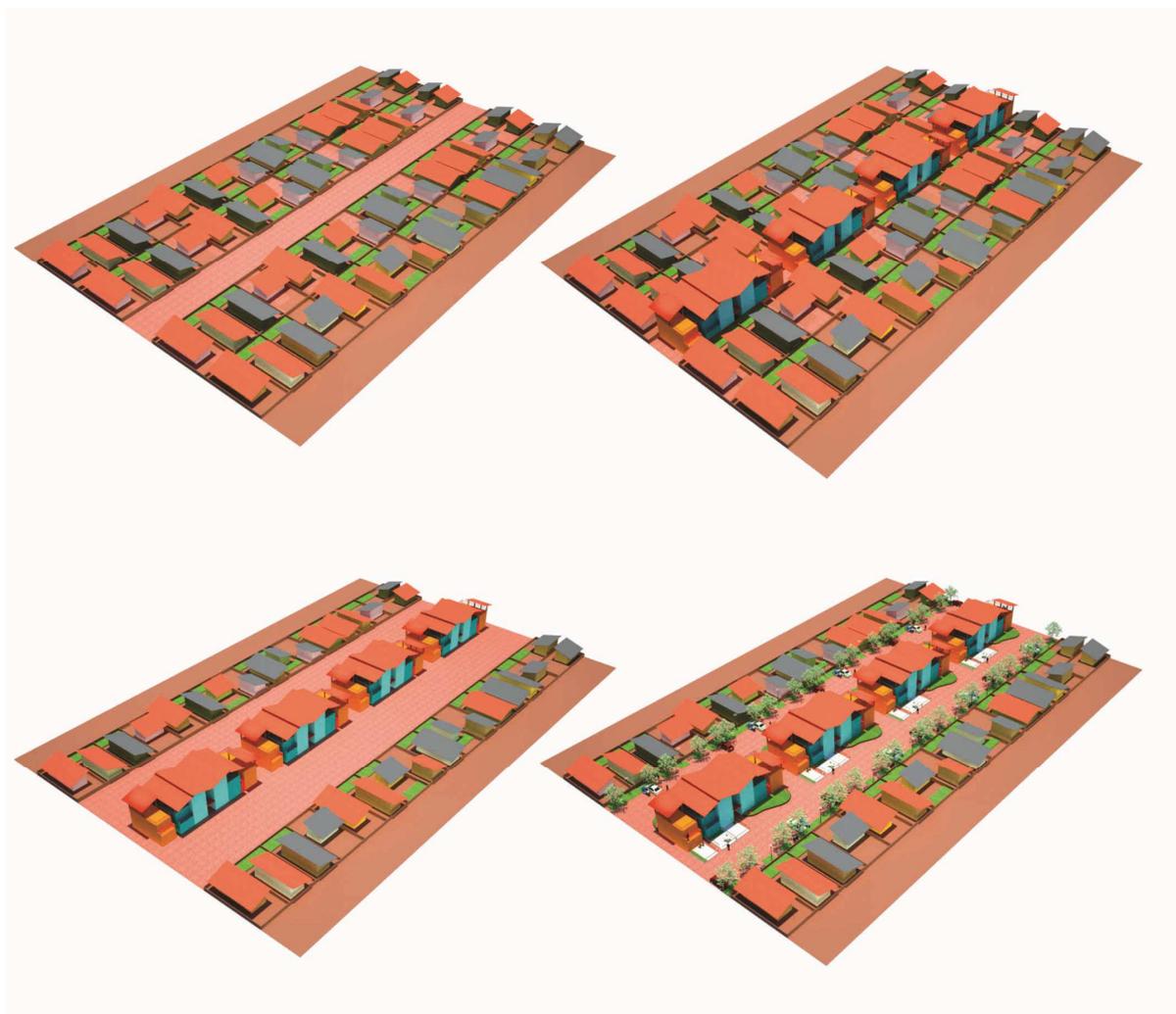


FIGURA 17: Estudo volumétrico para implantação dos Sobrados Dandara.

Elaboração: Equipe Dandara (2011).

Estudo de implantação dos sobrados em algumas ruas da Ocupação Dandara. A construção dos sobrados nas ruas era para que parte da população fosse removida após a garantia de um novo imóvel para ocupar, já que neste momento a única garantia era a posse do terreno.



FIGURA 18: Proposta de Blocos de apartamentos.

Elaboração: Equipe Construtora Modelo (2011).

Proposta de Edifícios a serem implantados no terreno da Ocupação Dandara. Essa proposição foi apresentada pela Construtora Modelo, proprietária do terreno ocupado, dentro das audiências de conciliação de 2011. O terreno é identificado pelo proprietário como Empreendimento Trevo. Nesta proposta parte das unidades habitacionais geradas seriam encaminhadas para a população da Ocupação Dandara.



FIGURA 19: Vista Juiz Manoel dos Reis Moraes a Dandara

Autoria: Tiago Castelo Branco Lourenço (2013).

Visita para vistoria do terreno por parte do Juiz de Direito Manoel dos Reis Moraes ocorrida em janeiro de 2014. Esta visita era para fundamentar a decisão judicial em relação a uma ação civil pública proposta pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais em 2010.



FIGURA 20: Imagem de satélite da Dandara em 26 de agosto de 2013.

Fonte: Google Earth (2009), adaptada por Bruno Giacomini Coelho (2013).

Nesta imagem temos o terreno onde acontece a Ocupação Dandara, atualmente ele se encontra totalmente ocupado.



FIGURA 21: Vista Panorâmica da Dandara

Autoria: Tiago Castelo Branco Lourenço (2011).

As casas são em alvenaria sem o reboco, uma paisagem que marca a periferia das cidades brasileiras. A faixa gramada na parte inferior da imagem é a APP, neste momento ela também já teve parte de seu terreno ocupado por ações espontâneas de pessoas que precisam de moradia.

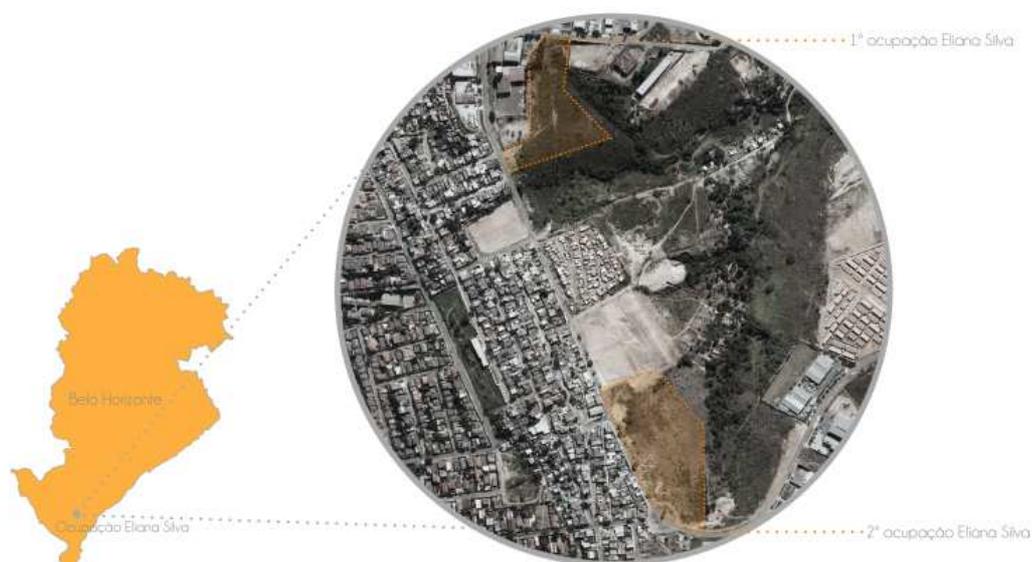
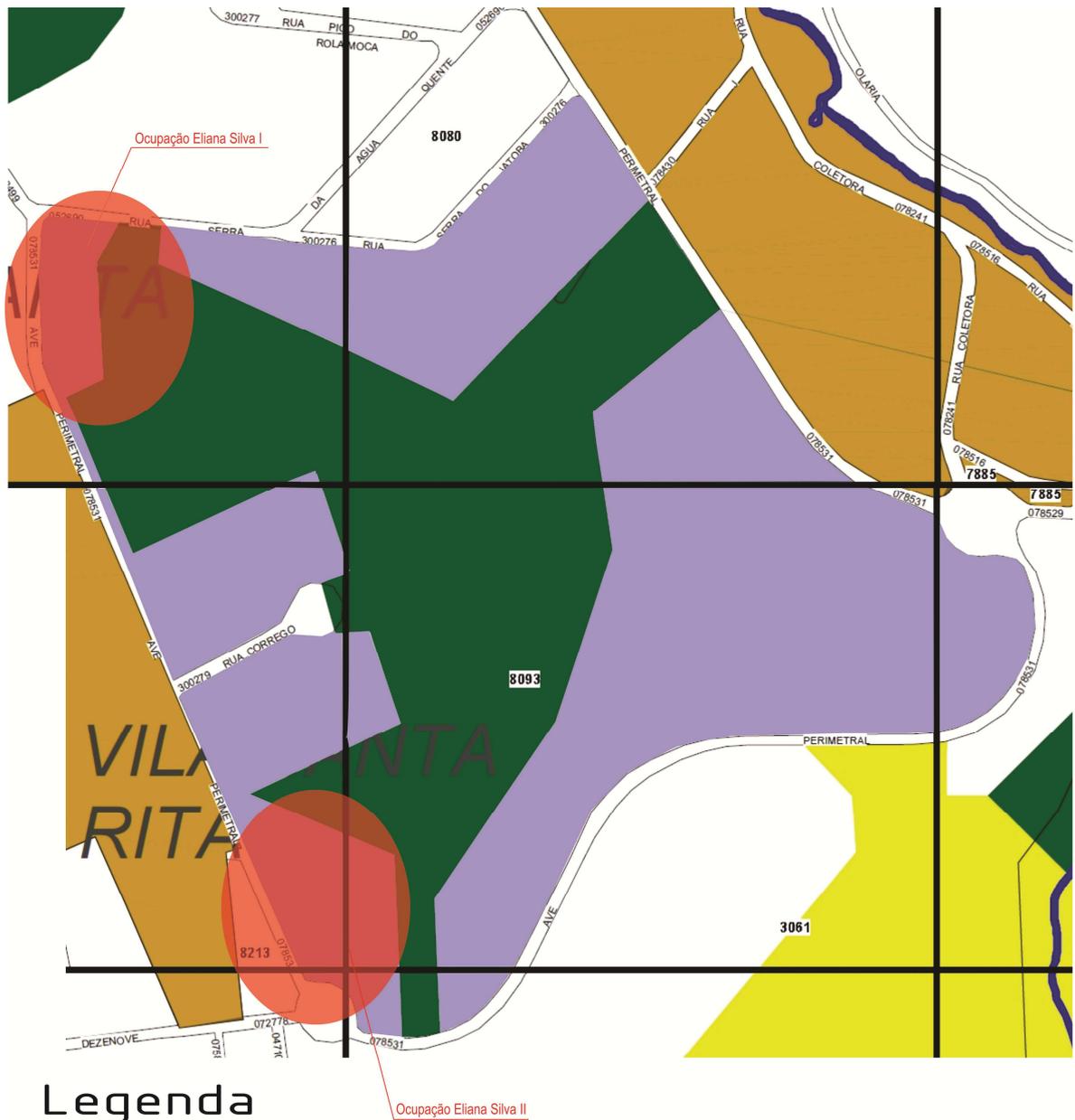


FIGURA 22: Localização da Ocupação Eliana Silva I e Ocupação Eliana Silva II

Elaboração: PRAXIS (2012).



Legenda

- ZE - Zona de Grandes Equipamentos
- ZPAM - Zona de Preservação Ambiental
- ZEIS - Zona de Especial Interesse Social
- ZEIS - 2 - Zona de Especial Interesse Social 2

FIGURA 23: Zoneamento do entorno da Eliana Silva I e Eliana Silva II

Fonte: Lei de Uso e Ocupação do Solo Belo Horizonte (1996), adaptada por Tiago Castelo Branco Lourenço (2012).



FIGURA 24: Microbacia contribuinte dos Córregos Mineirão e Olaria

Fonte: Google Earth (2009), adaptada por Tiago Castelo Branco Lourenço (2012).

Cursos d'água do entorno dos terrenos da Eliana Silva I e Eliana Silva II.



FIGURA 25: Mapa da Sub-bacia do Alto do Arrudas e Barreiro

Fonte: Projeto Manuelzão (2012), adaptada por Tiago Castelo Branco Lourenço (2012).

Mapa da Sub-bacia do Alto Arrudas e Barreiro com destaque para a Microbacia contribuinte dos Córregos Mineirão e Olaria, contribuintes da Bacia do Ribeirão Arrudas.

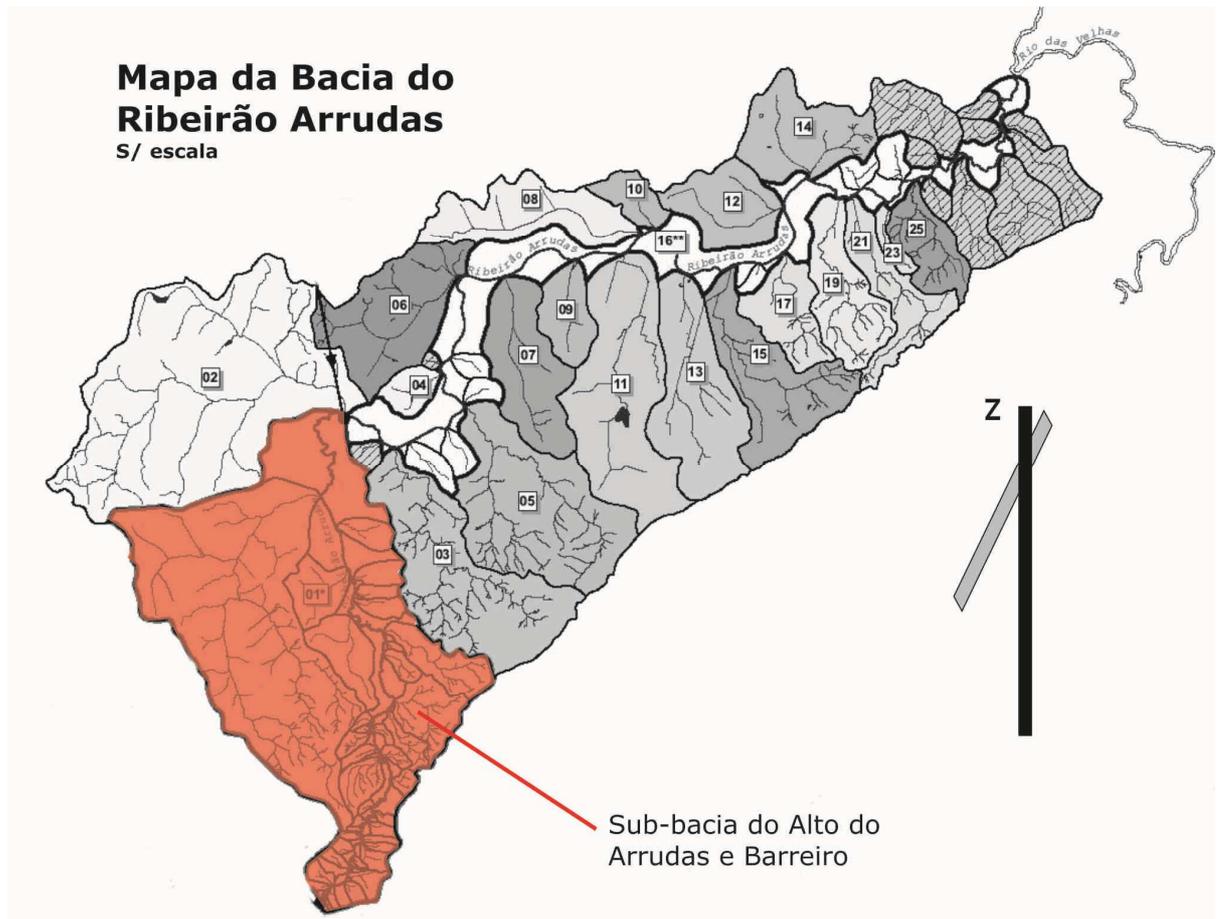


FIGURA 26: Mapa da Bacia do Ribeirão Arrudas.

Fonte: Projeto Manuelzão (2012), adaptada por Tiago Castelo Branco Lourenço (2012).

Mapa da Bacia do Ribeirão Arrudas com destaque para a Sub-bacia do Alto do Arrudas e Barreiro.



FIGURA 27: Assembleia da Eliana Silva I.

Autoria: Tiago Castelo Branco Lourenço (2012).

Assembleia da Ocupação Eliana Silva I na manhã de 22 de abril de 2012, ocasião em que conheci os moradores da ocupação e o MLB à convite de Frei Gilvander Luís Moreira.

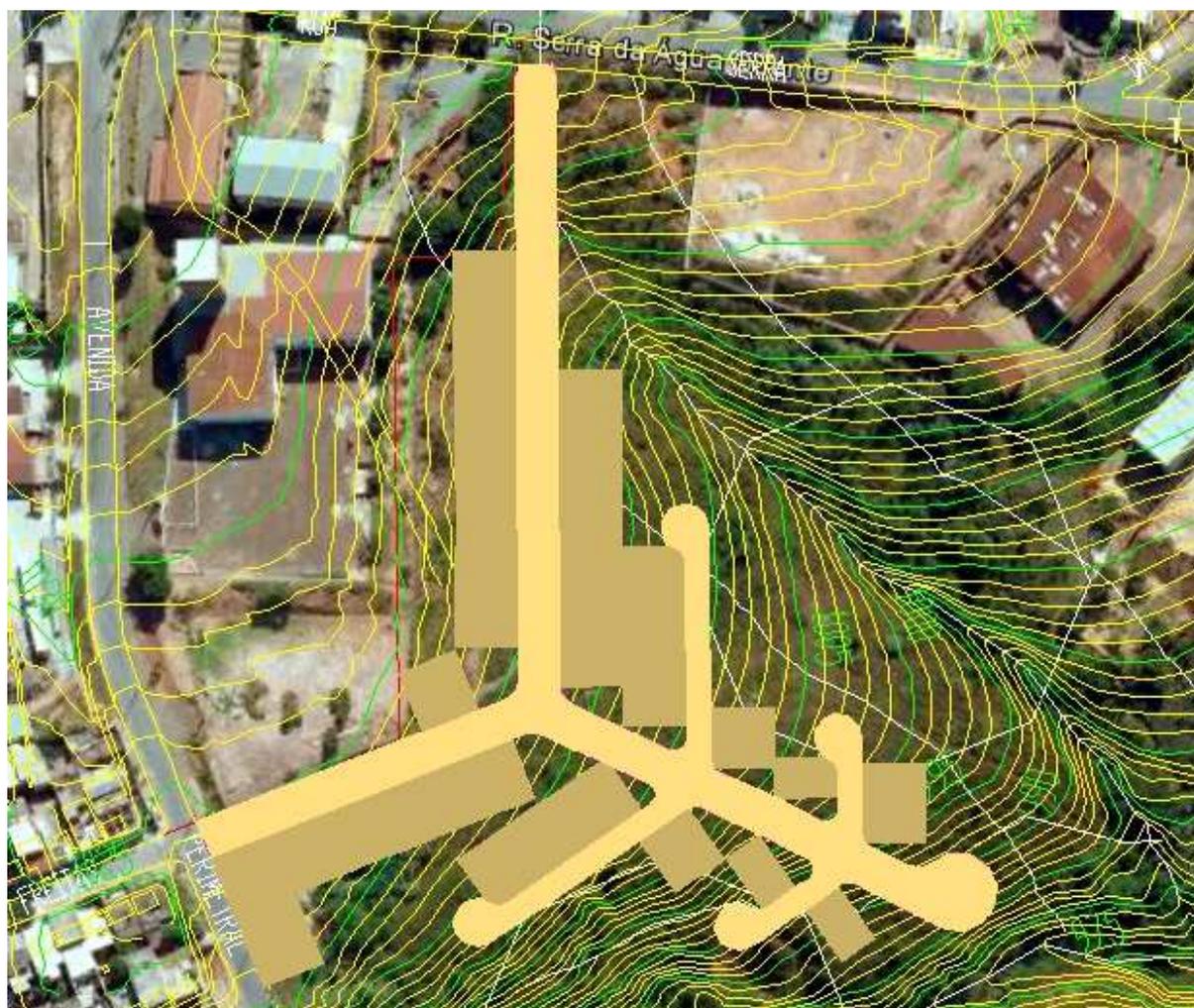


FIGURA 28: Estudo Urbano Eliana Silva I.

Elaboração: Equipe Eliana Silva (2012).

Estudo de implantação do sistema viário e lotes da Ocupação Eliana Silva I discutido e elaborado com os moradores e coordenação em 30 de abril de 2012.



FIGURA 29: Plano Urbano da Eliana Silva I

Elaboração: Equipe Eliana Silva (2012).

Estudo de implantação do sistema viário e lotes da Ocupação Eliana Silva I discutido e elaborado com os moradores e coordenação em 08 de maio de 2012.



FIGURA 30: Reintegração de Posse Eliana Silva I

Autoria: Adriano Ventura (2012).

Reintegração de Posse para a Prefeitura de Belo Horizonte do terreno da Ocupação Eliana Silva I, realizada pela Polícia Militar de Minas Gerais em 11/05/2012.



FIGURA 31: Pernoite no terreno reintegrado na Eliana Silva I

Autoria: Gilvander Luís Moreira (2012).

Moradores da Ocupação Eliana Silva I pernoitando no terreno reintegrado as posses da Prefeitura de Belo Horizonte na noite entre os dias 11/05/2012 e 12/05/2012.



FIGURA 32: Acampamento na porta da Prefeitura de Belo Horizonte

Autoria: Tiago Castelo Branco Lourenço (2012).

Moradores da Ocupação Eliana Silva I acampados na Prefeitura de Belo Horizonte durante a semana entre 14/05/2012 e 18/05/2012.



FIGURA 33: Acampamento Provisório Eliana Silva II

Autoria: Tiago Castelo Branco Lourenço (2012).

Início da Montagem do acampamento provisório da Ocupação Eliana Silva II.



FIGURA 34: Reunião de projeto Eliana Silva II na EAUFMG

Autoria: Bruno Giacomini Coelho (2012).

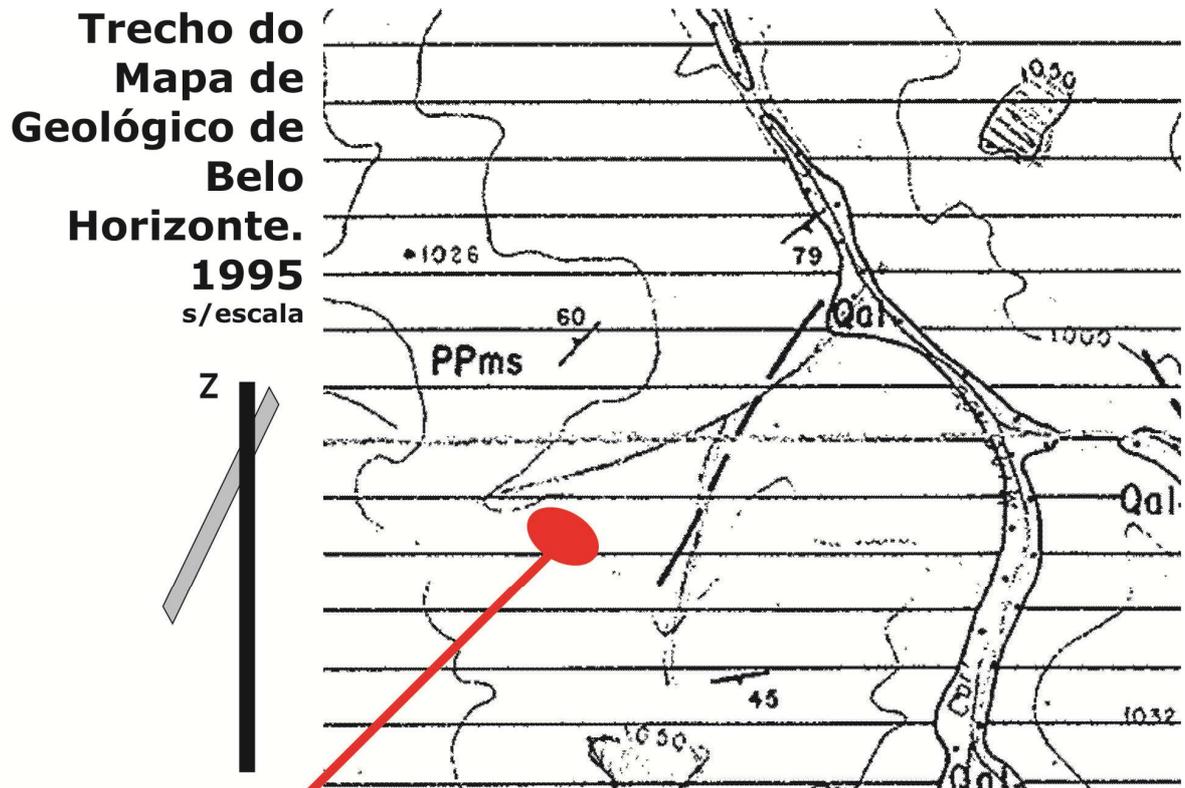
Reunião entre a equipe de assessoria técnica, moradores e militantes do MLB para a elaboração do plano urbano da Ocupação Eliana Silva II. Reunião realizada na Escola de Arquitetura da UFMG.



FIGURA 35: Reunião de projeto Eliana Silva II na ocupação

Autoria: Tiago Castelo Branco Lourenço (2012).

Reunião com a coordenação do assentamento provisório para a apresentação do plano urbano da Ocupação Eliana Silva II. Reunião realizada na creche provisória da Ocupação Eliana Silva II.



Ocupação Eliana Silva

FIGURA 36: Mapa Geológico Eliana Silva II e entorno

Fonte: Mapa Geológico de Belo Horizonte (1995), adaptada por Tiago Castelo Branco Lourenço (2012).

Trecho do Mapa Geológico de Belo Horizonte indicando a localização da Ocupação Eliana Silva II.



FIGURA 37: Construção TEVAP

Autoria: Tiago Castelo Branco Lourenço (2012).

Construção do 1º Tanque de Evapotranspiração (TEVAP) na Ocupação Eliana Silva II. Essa atividade foi realizada com os moradores e estudantes vinculados a disciplina “Assentamentos Urbanos Precários” do curso noturno da Escola de Arquitetura da UFMG. O TEVAP é utilizado para o tratamento das águas negras, provenientes dos vasos sanitários.



FIGURA 38: Círculo de Bananeiras

Autoria: Tiago Castelo Branco Lourenço (2012).

Círculo de Bananeiras na Ocupação Eliana Silva II. Esta solução para tratamento das águas cinzas, estas provenientes das pias, tanques e chuveiros, foi realizada com os moradores e estudantes vinculados a disciplina “Assentamentos Urbanos Precários” do curso noturno da Escola de Arquitetura da UFMG.



FIGURA 39: Maquete do plano urbano Eliana Silva II.

Autoria: Tiago Castelo Branco Lourenço (2012).

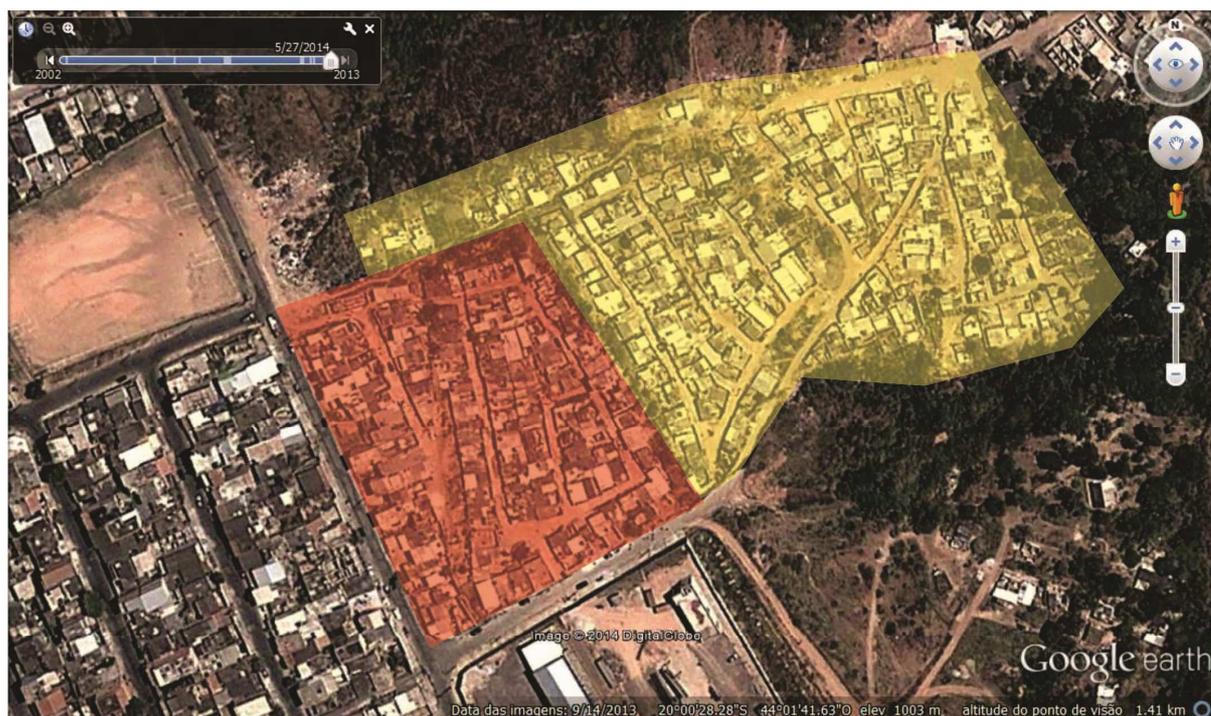
Na porção direita da imagem aparece a proposta para o parcelamento de um terreno vizinho do local em que foi realizada a ocupação, este terreno não foi ocupado e seu proprietário iniciou algum tempo depois que ocorreu a ocupação um trabalho de terraplanagem para a instalação de um empreendimento industrial. Na porção esquerda da imagem temos o plano urbano da Ocupação Eliana Silva II, nesta maquete também está lançado o sistema de TEVAP desenvolvido para a ocupação.



FIGURA 40: Foto aérea da Eliana Silva II em 05 junho de 2013.

Autoria: Márcilio Gazzinelli (2013).

Nesta foto aérea podemos verificar a implantação do plano urbano da ocupação Eliana Silva II. A implantação foi realizada pelos moradores sem auxílio de equipamentos acompanhado por arquitetos e geógrafos vinculados a AGB.

**Legenda**

- Ocupação Camilo Torres
- Ocupação Irmã Dorothy

FIGURA 41: Imagem de satélite das Ocupações Camilo Torres e Irmã Dorothy

Fonte: Google Earth (2013), adaptada por Tiago Castelo Branco Lourenço (2014).

A Ocupação Camilo Torres ocorreu em fevereiro de 2008 e a Ocupação Irmã Dorothy ocorreu em abril de 2010, apesar de não ter tido acompanhamento de arquitetos na elaboração de seu plano urbano o sistema viário e o parcelamento dos lotes já tinha o padrão que ocorre nas ocupações acompanhadas por esses profissionais e geógrafos.



Legenda

Ocupação Corumbiara

FIGURA 42: Imagem de satélite da Ocupação Corumbiara

Fonte: Google Earth (2013), adaptada por Tiago Castelo Branco Lourenço (2014).

A Ocupação Corumbiara se iniciou em março de 1996, não temos informações de que tenha tido assessoria técnica de arquitetos e geógrafos na elaboração e implantação de seu plano urbano, esta ocupação é a grande referência para os moradores das ocupações Eliana Silva I e Eliana Silva II.

Mapa da RMBH



FIGURA 43: Localização Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá

Elaboração: Bruno Giacomini Coelho (2013).

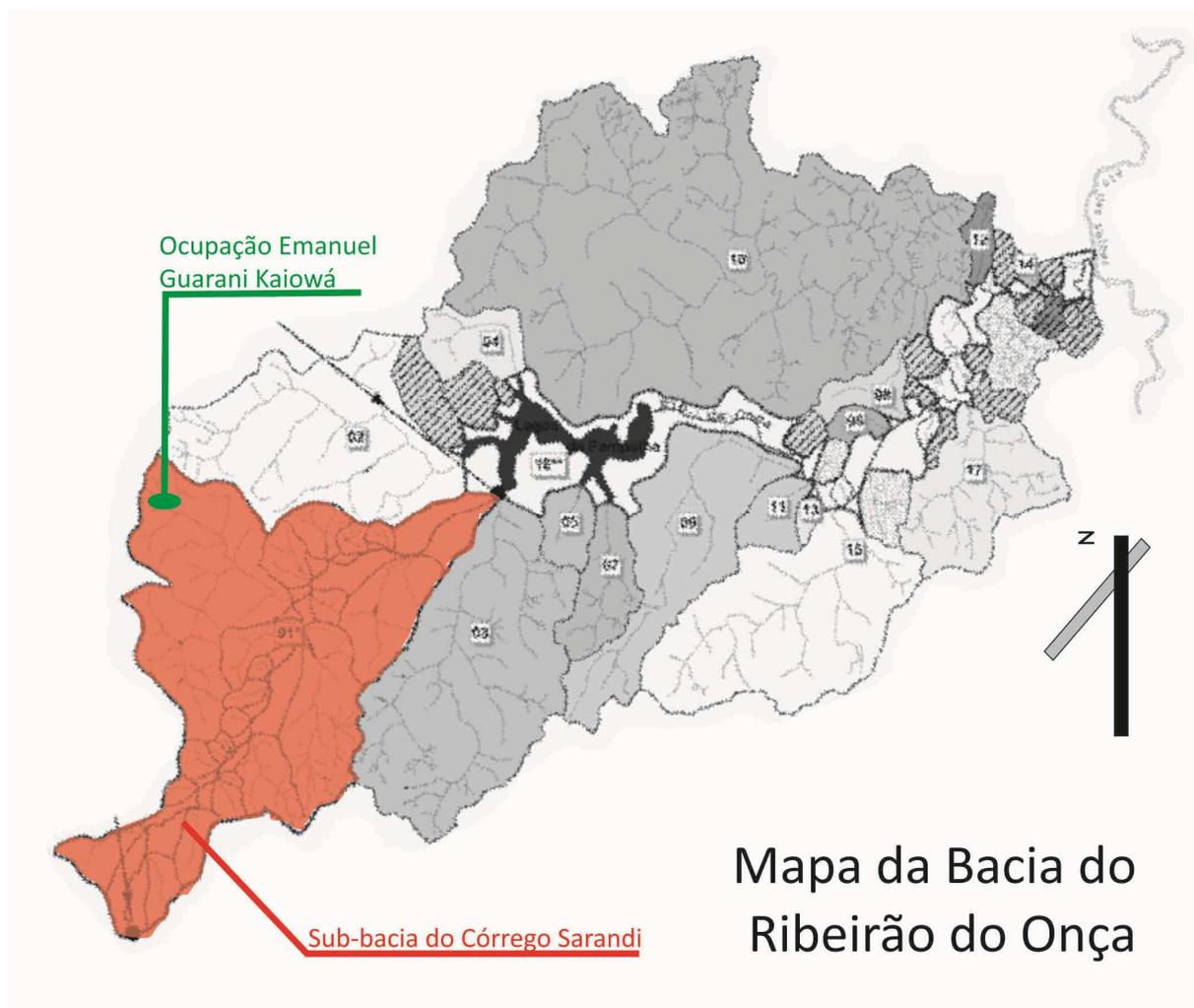


FIGURA 44: Mapa da Bacia do Ribeirão do Onça

Fonte: Projeto Manuelzão (2012), adaptada por Tiago Castelo Branco Lourenço (2013).

Mapa da Bacia do Ribeirão do Onça com destaque para a Sub-bacia do Córrego Sarandi onde se encontra instalada a Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá.



FIGURA 46: Terreno 1 escolhido para realizar a Emanuel Guarani Kaiowá

Autoria: Tiago Castelo Branco Lourenço (2012).

Foto do dia em que foi realizada uma visita para avaliação da viabilidade de se realizar a ocupação no local. Esse terreno foi objeto de outra ocupação em 2012. Este terreno seria o escolhido para realizar a nova ocupação em 9 de março de 2013.



FIGURA 47: Terreno 2 verificado para realizar a Emanuel Guarani Kaiowá

Autoria: Tiago Castelo Branco Lourenço (2012).

Foto do dia em que foi realizada uma visita para avaliação da viabilidade de se realizar a ocupação no local. Esse terreno é próximo ao terreno 1, ele foi avaliado porque existia uma dúvida quanto a descrição no Cartório de Registro de Imóveis de Contagem, podendo ser ele o terreno descrito. Nesta visita foi constatado que a descrição era referente ao terreno 1.

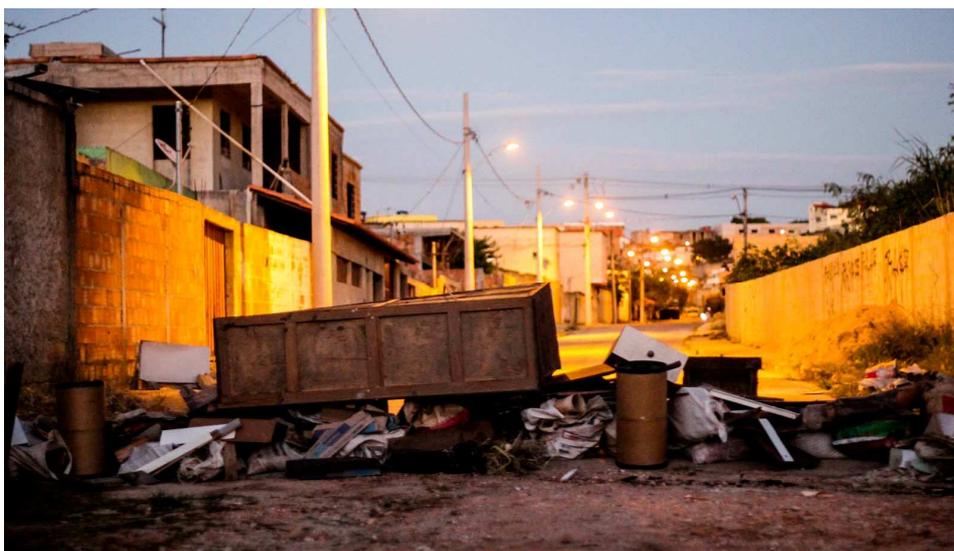


FIGURA 50: Barricada dia da ocupação.

Autoria: Fora do Eixo (2013).

Barricada na Rua Manoel Brandão. Barricada montada com restos de resíduos encontrados no terreno ocupado, ela foi montada no momento da ocupação do terreno para dificultar o acesso da polícia ao local.



FIGURA 51: Acampamento provisório da Emanuel Guarani Kaiowá.

Autoria: Fora do Eixo (2013).

Montagem do assentamento provisório da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá. Os acampados e apoiadores limpam o terreno e montam barracas com madeiras recolhidas no terreno e lona plástica preta.



FIGURA 52: Negociação com a polícia militar

Autoria: Fora do Eixo (2013).

Militantes das Brigadas Populares e advogados negociam com agentes da Polícia Militar de Minas Gerais a permanência dos assentados no terreno ocupado, argumentando a legitimidade jurídica da ação.



FIGURA 53: Representante do proprietário do terreno ocupado

Autoria: Fora do Eixo (2013).

Representante da proprietária do terreno ocupado, Construtora Muschioni, conversa com militantes das Brigadas Populares, solicitando a saída dos assentados, justificando que a construtora não tinha dado utilidade para o terreno por que aguardava a valorização imobiliária da região.



FIGURA 54: Reunião de projeto da Emanuel Guarani Kaiowá na EAUFMG

Autoria: Tiago Castelo Branco Lourenço (2013).

Reunião de projeto para a elaboração do plano urbano da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá realizada na EAUFMG.



FIGURA 55: Reunião de projeto da Emanuel Guarani Kaiowá no terreno ocupado

Autoria: Mateus Jacob (2013).

Reunião de projeto para a elaboração do plano urbano da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá realizada no assentamento provisório.



FIGURA 56: Maquete do 1º estudo de plano urbano da Emanuel Guarani Kaiowá
 Autoria: Tiago Castelo Branco Lourenço (2013).

Foto da maquete do 1º estudo de plano urbano para a Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá.



FIGURA 57: 2º Estudo do plano urbano da Emanuel Guarani Kaiowá
 Elaboração: Equipe Técnica Emanuel Guarani Kaiowá (2013).

Desenho do 2º estudo de plano urbano para a Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá.



FIGURA 58: Demarcação do terreno da Emanuel Guarani Kaiowá

Autoria: Tiago Castelo Branco Lourenço (2013).

Início da demarcação do terreno para implantação do plano urbano da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá.



FIGURA 59: Revisão do projeto na demarcação do plano urbano da Emanuel Guarani Kaiowá.

Autoria: Érica Espeschit (2013).

Revisão do plano urbano da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá. Alguns pontos do terreno apresentaram dificuldades para implantação do que havia sido projetado, sendo realizados ajustes no próprio local.



FIGURA 60: Revisão do plano urbano da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá

Autoria: Junio César dos Anjos (2013).

Reunião entre técnicos e moradores para avaliação das soluções concluídas nos locais de implantação de lotes e sistema viário.



FIGURA 61: Croqui revisão plano urbano da Emanuel Guarani Kaiowá

Fonte: Tiago Castelo Branco Lourenço em 27/04/2013

Desenho croquizado com registros das alterações realizadas no plano durante o dia 27/04/2013. Os desenho eram desenvolvidos pelos técnicos e moradores.



FIGURA 62: Foto aérea da Emanuel Guarani Kaiowá em 05 de junho de 2013. Vista Sul.

Autoria: Marcílio Gazzinelli (2013).

Neste foto pode ser visto situação da implantação do plano urbano da Emanuel Guarani Kaiowá e o estágio de consolidação da ocupação em 05/06/2013.



FIGURA 63: Foto aérea da Emanuel Guarani Kaiowá em 05 de junho de 2013. Vista Leste.

Autoria: Marcílio Gazzinelli (2013).

Neste foto pode ser visto situação da implantação do plano urbano da Emanuel Guarani Kaiowá e o estágio de consolidação da ocupação em 05 de junho de 2013.



FIGURA 64: Foto aérea da Emanuel Guarani Kaiowá em 08 de janeiro de 2014. Vista Sul.

Autoria: Marclio Gazzinelli (2014).

Neste foto pode ser visto situação da implantação do plano urbano da Emanuel Guarani Kaiowá e o estágio de consolidação da ocupação em 08 de janeiro de 2014.



FIGURA 65: Foto aérea da Emanuel Guarani Kaiowá em 08 de janeiro de 2014. Vista Leste.

Autoria: Marclio Gazzinelli (2014).

Neste foto pode ser visto situação da implantação do plano urbano da Emanuel Guarani Kaiowá e o estágio de consolidação da ocupação em 08 de janeiro de 2014.



FIGURA 66: Maquete na sala Emanuel Guarani Kaiowá na X Bienal de Arquitetura de São Paulo

Autoria: Tiago Castelo Branco Lourenço (2013).

Maquete da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá exposta no Museu da Casa Brasileira dentro das exposições da X Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo.



FIGURA 67: Sala Emanuel Guarani Kaiowá na X Bienal de Arquitetura de São Paulo

Autoria: Tiago Castelo Branco Lourenço (2013).

Vista da Sala Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá no Museu da Casa Brasileira dentro das exposições da X Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo.



FIGURA 68: Confecção da maquete da Emanuel Guarani Kaiowá

Autoria: Tiago Castelo Branco Lourenço (2013).

Oficina de confecção da maquete da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá para ser exposta na X Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo.